

PORTVGALIA

UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

# PORTUGALIA

VOLUME XXXIV



# PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
2013

DIRECTOR/*EDITOR*:  
Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL/*EDITORIAL BOARD*:  
Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA  
Mário Jorge BARROCA  
Rui Manuel Sobral CENTENO  
Susana de Oliveira JORGE  
Rui MORAIS  
Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES  
Maria de Jesus SANCHES  
Armando Coelho Ferreira da SILVA  
Teresa SOEIRO

COMISSÃO CIENTÍFICA/*SCIENTIFIC BOARD*:  
Fernando ACUÑA CASTROVIEJO (Universidad de Santiago de Compostela)  
Jorge de ALARCÃO (Universidade de Coimbra)  
Martín ALMAGRO (Real Academia de la Historia, Madrid)  
Joaquim Pais de BRITO (Museu de Etnologia, Lisboa)  
Luis CABALLERO ZOREDA (CCHS-CSIC, Madrid)  
Domingos de Jesus da CRUZ (Universidade de Coimbra)  
João Pedro CUNHA-RIBEIRO (Universidade de Lisboa)  
Germán DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)  
Carlos FABIÃO (Universidade de Lisboa)  
Maria Paz GARCÍA-BELLIDO (CEH-CSIC, Madrid)  
José Avelino GUTIERREZ GONZALEZ (Universidad de Oviedo)  
Wenceslas KRUTA (Université de Paris 4 – Sorbonne)  
Patrick LE ROUX (Université de Paris 13 – UFR LSHS)  
José Maria Amado MENDES (Universidade de Coimbra)  
Juan ZOZAYA STABEL-HANSEN (Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid).

TÍTULO/*TITLE*:  
*Portvgalia*

Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Journal of Archaeology of the Department of Heritage Studies, Oporto University – Faculty of Arts

LOCAL: Porto

EDITOR: Departamento de Ciências e Técnicas – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISSN: 0871-4290

DEPÓSITO LEGAL: 189069/02

IMPRESSÃO: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

ENDEREÇO/*ADDRESS*:  
PORTVGALIA  
A/C Mário Jorge BARROCA  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO

INTERCÂMBIO/*EXCHANGE*:  
PORTVGALIA  
Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO

**Revista com Arbitragem Científica / Journal with Peer Review**  
**A PORTVGALIA está registada na Latindex e na DOAJ**

Solicita-se permuta – On prie bien de vouloir établir l'échange  
Sollicitiamo scambio – We would like exchange – Tauschverkerhr erwünscht

# ‘MIL ROCHAS E TAL...!’: INVENTÁRIO DOS SÍTIOS DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA (2.<sup>a</sup> PARTE)

Mário Reis\*

## **RESUMO:**

Desde a sua descoberta, e a partir da sua divulgação pública em finais de 1994, a arte rupestre do vale do Côa, não tem cessado de aumentar os seus números, que se traduzem neste momento em quase 80 sítios, com uma quantidade de rochas historiadas que ultrapassa já o milhar de registos. Paralelamente, também a diversidade destes sítios e registos se tem incrementado. Na primeira parte deste artigo apresentamos uma descrição dos sítios da arte do Côa distribuídos ao longo do vale deste rio. Nesta segunda parte apresentaremos a descrição dos restantes sítios deste imenso complexo de arte rupestre, desta vez contemplando os que se distribuem ao longo das margens do Douro, para ambos os lados da embocadura do Côa.

**Palavras-chave:** Arte Rupestre; Vale do Côa; Prospecção.

## **ABSTRACT:**

Since its discovery, and from its public announcement in late 1994, the rock art of the Côa valley has not ceased to increase its numbers, which are reflected at this point in almost 80 sites, with a quantity of engraved rocks that exceeds one thousand records. In parallel, the diversity of these sites and records has also increased remarkably. In the first part of this paper we presented a description of the Côa rock art sites distributed over the valley of this river. In this second part we present a description of the remaining sites of this huge rock art complex, contemplating now those distributed on the banks of the Douro river, along both sides of the mouth of the Côa.

**Keywords:** Rock-art; Côa Valley; Archaeological Survey.

## **5. INTRODUÇÃO.**

Este é a continuação de um primeiro texto, publicado no anterior número desta revista (REIS 2012). A distribuição dos sítios da arte rupestre do Côa faz-se essencialmente ao longo de dois eixos principais: por um lado, os últimos 34 quilómetros do rio Côa e, por outro lado, uma extensão de aproximadamente 20 quilómetros do rio Douro, para ambos os lados da embocadura do rio Côa, a qual assinala o centro, físico e simbólico, deste imenso complexo de arte rupestre.

---

\* Arqueólogo, Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Naquele texto apresentamos os sítios conhecidos ao longo do Côa, o maior dos dois eixos. Neste iremos apresentar os restantes<sup>1</sup>, distribuídos ao longo do Douro. Incluiremos também os sítios que se encontram na parte superior do chamado Vale da Veiga. Este grande e largo vale tectónico forma uma unidade geomorfológica singular dentro da região da arte do Côa. De certa forma, relaciona-se com ambos os eixos que aqui consideramos, pois a linha de água existente na sua cabeceira é o princípio da ribeira de Piscos, um dos principais afluentes do rio Côa, mas o vale tem uma direcção Norte-Sul paralela ao Côa, atravessando o Douro na zona da aldeia do Pocinho.

Tendo em conta a grande dimensão deste texto, haverá ainda uma terceira e final parte deste artigo, a apresentar no próximo número da revista *PORTVGALIA*, e onde faremos um ponto da situação e uma conclusão final, incluindo mapas gerais da distribuição da arte rupestre, e números actualizados do inventário, o qual terá uma adenda, referindo os novos achados que entretanto tenham ocorrido na área.

## 6. OS SÍTIOS AO LONGO DO DOURO.

A distribuição dos sítios com arte rupestre ao longo do rio Douro é similar à que surge ao longo do rio Côa. Encostas sobre o rio sucedem-se a ribeiras afluentes do Douro, ostentando múltiplos afloramentos xistosos com as típicas gravuras que caracterizam a arte rupestre da região. No entanto, a extensão no Douro é consideravelmente menor que no Côa. Entre os dois sítios que actualmente formam as extremidades desta distribuição, Vale Escuro para jusante e Vale d’Arcos para montante, distam aproximadamente 17,3 quilómetros<sup>2</sup>, o que é cerca de metade da extensão total da dispersão actualmente conhecida no Côa. Por outro lado, e ao contrário do Côa, em que não há diferenças assinaláveis ao nível da intensidade da prospecção arqueológica já realizada entre ambas as margens, essa diferença existe e é considerável no Douro. A margem esquerda, maioritariamente integrada no território do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), tem um grau intenso de prospecção, enquanto a margem direita, fora do território do PAVC, está consideravelmente menos explorada. Não surpreende, assim, que se conheçam presentemente bastante mais sítios e mais rochas gravadas na margem esquerda do que na direita, concretamente 18 sítios na margem esquerda para 12 na margem oposta, e a diferença no número de registos inventariados é substancial, pois pouco se tem prospectado em detalhe na margem direita. Esta diferença parece ter a ver sobretudo com factores de investigação, e a continuação da prospecção deverá tendencialmente aproximar a quantidade e densidade de sítios e registos numa e noutra margem.

Por outro lado, estes sítios distribuem-se para montante e para jusante da foz do Côa, assumindo este ponto o papel de foco central da distribuição da arte do Côa, para ambos os seus eixos de distribuição, os rios Côa e Douro. Genericamente, o rio Douro corre de Leste para Oeste mas nesta região tem tendência para correr de Sul para Norte, embora se distingam dois troços distintos, separados precisamente pela embocadura do Côa. Daqui para jusante, o Douro curva acentuadamente e assume uma orientação quase linear de Sul para Norte, fazendo uma sequência quase perfeita com a orientação do rio Côa. O último sítio conhecido, Vale Escuro (a 7,0 quilómetros da foz do Côa) encontra-se no final deste troço, num ponto onde o Douro volta a assumir uma orientação para Oeste, num curto trecho até ao Pocinho, onde faz nova e abrupta curva para Norte, para vencer o maciço granítico do Monte Meão, em cuja base ocorre a falha da Vilarça. Para montante da foz do Côa, desde a embocadura do rio Águeda na fronteira com Espanha, o

---

<sup>1</sup> Como referimos no artigo anterior, imagens dos sítios rupestres e de muitos dos motivos que iremos referir ao longo do texto podem ser visualizadas na página da Internet da Fundação Côa-Parque, [www.arte-coa.pt](http://www.arte-coa.pt). Também muitas das referências bibliográficas podem aqui ser descarregadas.

<sup>2</sup> Continuaremos, como no primeiro texto, a fazer estas medições pelo leito dos rios, e não em linha recta.

Douro corre de Sudeste para Noroeste, num percurso pouco sinuoso. O último sítio conhecido é Vale d’Arcos, na margem direita, a 10,3 quilómetros da foz do Côa.

Em termos geológicos, os últimos 35 quilómetros do rio Côa têm alguma complexidade, com uma sucessão de diferentes tipos de xistos, granitos e quartzitos, havendo arte rupestre em geologias distintas. Já o Douro, nesta região, se assume com maior simplicidade geológica<sup>3</sup>. Em primeiro lugar, e exceptuando a área do Monte Meão a jusante do Pocinho, não existem zonas graníticas na área de distribuição dos sítios rupestres. Esta área é quase toda constituída por xistos, os quais pertencem a uma única formação geológica, a Formação da Desejosa. A excepção a esta uniformidade surge em duas formações quartzíticas: na margem esquerda do Douro, o topo do monte de São Gabriel e a sua encosta superior voltada ao Douro; na margem direita, a linha superior do vale é marcada por uma longa formação quartzítica, que se inicia na parte superior da ribeira de Urros e se prolonga ao longo do vale por algumas dezenas de quilómetros, quase até à vila de Freixo de Espada à Cinta<sup>4</sup>. Ultrapassa largamente a área de distribuição da arte do Côa, mas integra-a na primeira dezena de quilómetros até ao sítio de Vale d’Arcos, cuja parte superior é quartzítica, dando lugar ao xisto na parte inferior deste afluente do Douro.

Refira-se ainda a questão da barragem do Pocinho, e a maneira como afecta os sítios ao longo da sua albufeira (cf. REIS 2011: 18-20). O grau de afectação é bastante superior no Douro face ao Côa devido ao desnível mais elevado do leito deste último que, a partir de aproximadamente nove quilómetros a partir da foz, deixa de estar sujeito ao nível da albufeira. Pelo contrário, o leito do Douro tem pouco desnível entre a barragem do Pocinho e a outra barragem a montante, a barragem de Saucelle<sup>5</sup>, e a albufeira do Pocinho abrange toda a área onde se conhece arte rupestre. No terraço fluvial do Vale da Casa conhecem-se abundantes rochas gravadas de vários períodos cronológicos, e o mesmo deverá acontecer noutras zonas hoje submersas, que nunca foi possível prospectar.

### **6.1. O vale do Douro, na margem esquerda, entre o Pocinho e a ribeira de Aguiar.**

Na margem esquerda, no longo troço de 15,7 quilómetros entre a aldeia do Pocinho (contando a partir da antiga ponte) e a foz da ribeira de Aguiar, devemos já conhecer todos os sítios existentes, à semelhança do que se passa no troço final do Côa (a única possível excepção, como veremos a seguir, é a própria zona da foz da ribeira de Aguiar). Assim, falta “só” fazer a prospecção sistemática dos sítios aqui conhecidos, o que para já foi feito apenas em dois sítios de grande dimensão, Bulha e Vale de José Esteves, e outros três sítios mais pequenos: Tudão, Garrido e Canada da Moreira. No entanto, o recente achado do sítio do Ponto da Serra revela que podem existir ainda sítios desconhecidos nas zonas elevadas sobre o vale, nas orlas plauviométricas.

Neste troço, a sequência dos sítios a jusante da foz do Côa é densa, quase sem descontinuidades. Aqui se encontram alguns dos mais importantes sítios da arte do Côa, como o Vale de José Esteves, Vermelhana, Vale de Cabrões, Vale da Casa ou a Bulha, as encostas com gravuras sucedendo-se a linhas de água com gravuras. A notória excepção é a ribeira do Vale de Canivães, localizada entre os sítios do Vale da Casa e do Porto Velho, uma linha de água de apreciáveis dimensões e com vários grupos de afloramentos dispersos ao longo do seu vale. A prospecção que já efectuamos não revelou a existência de quaisquer motivos, gravados ou pintados. Esta

<sup>3</sup> Como no texto anterior, a análise geológica é baseada em RIBEIRO & SILVA 2000.

<sup>4</sup> Não conhecemos uma designação geral para todo este maciço, mas pelo menos uma secção é conhecida por “Serra de Poiães”, e iremos adoptar este topónimo para o conjunto.

<sup>5</sup> A cota do actual nível da água é de aproximadamente 125 metros, mas as margens originais ao longo deste trecho do Douro estariam entre as cotas de 100/110 metros, como se pode ver na cartografia mais antiga.

ausência poderá residir na má qualidade das superfícies verticais existentes que, por razões que desconhecemos, são tendencialmente piores que nos sítios vizinhos, ainda que existam algumas de qualidade boa ou aceitável.

A montante da foz do Côa a sequência de sítios é mais espaçada, tendo estes tendencialmente menos gravuras e, de forma geral, sendo menos importantes, embora surja ainda um lote importante de motivos de várias épocas, como na Canada da Moreira, Ribeira da Cabreira ou Canada do Arrovão, entre outros.

### **6.1.1. Vale Escuro.**

A primeira rocha deste sítio foi avistada em 2003 por Fernando Dias, guia do PAVC. Com essa informação, inventariamos o sítio em 2006, descobrindo então mais duas rochas, sendo três o total referido nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 179-180; REIS 2011: 120-123). Em Novembro de 2010 fizemos nova prospecção, em companhia de Delfina Bazaréu, guia do PAVC (que começou logo por descobrir a importante rocha 4), tendo-se descoberto oito novas rochas. Por fim, em Outubro de 2011 prospectamos de forma sistemática uma pequena área na parte inferior do vale (da rocha 1 para baixo, e englobando a rocha 4), tendo-se descoberto apenas mais uma nova rocha, subindo o total para as actuais doze rochas.

Este é o primeiro e mais setentrional dos sítios da arte do Côa, sendo o vale de uma ribeira perto da aldeia do Pocinho, afluente de um troço do Douro orientado a Leste. Tem assim uma orientação de Sul para Norte, com um percurso quase linear numa extensão de 1500 metros, iniciando-se na orla do planalto aos 410 m de altura. O vale tem perfil em V muito pronunciado, com profundidade máxima na ordem dos 100 metros. A embocadura tem um declive muito suave, entrando no Douro em terrenos quase planos, à cota de 100 metros, e é possível que pudesse ter afloramentos de disposição sub-horizontal, hoje submersos nas águas da barragem do Pocinho, que está apenas a 1500 metros de distância.

Para além das áreas onde se encontraram gravuras, prospectamos ainda em Abril de 2009 um troço de encosta na margem direita, acima da rocha 1, onde se encontra a maior quantidade de afloramentos rochosos de todo o sítio. À semelhança da rocha 1, muitos são de grande dimensão e, também como a rocha 1, a maioria apresenta superfícies muito duras e irregulares, de péssima qualidade para a realização de gravuras. Esta área não foi sistematicamente prospectada, ou seja, os afloramentos não foram todos vistos um a um, mas foi bastante intensa, e os afloramentos com melhor aspecto terão sido todos vistos. O facto de nada termos encontrado leva-nos a pensar que será pouco provável haver alguma rocha gravada naquela área. Assim, de momento, todas as rochas gravadas se encontram perto do leito da ribeira, distribuindo-se numa longa faixa com 550 metros de extensão. De momento dividem-se em dois grupos principais, separados por pouco menos de 300 metros. O mais extenso engloba cinco rochas: as rochas 1 a 4 e ainda a rocha 12, descoberta na prospecção sistemática. Situa-se na parte inferior do vale, aproximadamente a 250 metros da foz da pequena ribeira. Nesta área entre a embocadura da ribeira e a primeira rocha gravada dificilmente haverá mais rochas gravadas, visto que os afloramentos rochosos desaparecem a partir do limite inferior da área sistematicamente prospectada. Desconhece-se, no entanto, o potencial da zona submersa nas águas da albufeira da barragem do Pocinho. Neste grupo, as rochas 3 e 4 estão na margem esquerda e as restantes na margem direita, as únicas conhecidas nessa margem. As outras sete estão na parte superior do vale, num grupo mais concentrado. Os afloramentos são aí numerosos, prolongando-se para zonas superiores na encosta. É possível que a futura prospecção sistemática da área acrescente mais registos para o inventário, no entorno ou acima das rochas já conhecidas, e no intervalo entre os dois grupos de rochas, e supomos que futuros achados se concentrarão sobretudo na margem esquerda, pouco mais devendo existir na margem direita.

Uma rocha apresenta motivos modernos, quatro têm motivos da Idade do Ferro, e oito têm motivos paleolíticos, havendo uma rocha de cronologia indeterminada. Os motivos modernos resumem-se a duas cruzes incisas na rocha 12.

Da Idade do Ferro há um conjunto reduzido mas interessante de motivos. Na rocha 11 encontram-se duas peculiares figuras: uma é uma figura laminar, provavelmente uma arma, e a outra é um estranho animal, talvez cavalo, que deverá ser da Idade do Ferro, apesar do estilo pouco habitual. Pouco ao lado, na rocha 10, encontra-se um conjunto avultado de figuras similares e inabituais no contexto da Idade do Ferro. Têm semelhanças com outras figuras em rochas da Idade do Ferro, uma figura arboriforme da rocha 3 da Ribeira da Cabreira (com a diferença de terem apenas uma “ramificação”, ficando com aspecto cruciforme), e um dos motivos da rocha 181 da Foz do Côa, este muito parecido. No grupo mais em baixo, a rocha 3 tem dois animais de belo efeito: um esbelto veado de cabeça a olhar para trás e imponente armação, e o outro um animal de características indefinidas, talvez também cervídeo, com a particularidade de estar em posição vertical. Por fim, a rocha 1 apresenta alguns aspectos relevantes. Por um lado, o facto de, para além de várias associações mais ou menos desconexas de traços, apresentar dois motivos que se podem interpretar como falcatas, motivo raro na arte proto-histórica do Côa. Por outro lado, a qualidade da superfície dos seus painéis verticais é muito baixa, incluindo as zonas efectivamente gravadas e, à partida, painéis como estes dificilmente seriam escolhidos para a realização de gravuras. Mas esta rocha é de grandes dimensões e está elevada na encosta. Para quem olha de longe e de baixo a partir do Douro, é este afloramento da rocha 1 que se impõe visualmente, em detrimento de todos os outros, sendo quase seguramente esta a razão principal da sua eleição como rocha historiada.

Do Paleolítico Superior há grande quantidade de motivos nas oito rochas conhecidas, com algumas figuras de grande qualidade e interesse científico. A rocha 5 destaca-se pelos variados motivos, sobretudo cervídeos em traço múltiplo, alguns de grande delicadeza e detalhe. A rocha 7 tem um grande animal em traço simples, de difícil identificação mas que poderá ser mais um cervídeo, e a rocha 11 tem também grande quantidade de motivos em traço múltiplo, incluindo alguns caprinos. Mas há duas figuras que se destacam particularmente. Uma é um dos caprinos da rocha 11. De traço múltiplo e de desenho algo tosco, salienta-se pela sua minúscula dimensão, cerca de 1,7 centímetros. Junto com os pequenos peixes da rocha 7 da Canada do Arrobão, também sobre o Douro e de dimensão similar, são das mais pequenas figuras existentes na arte do Côa, e são boas candidatas ao título de figuras mais pequenas da arte rupestre mundial.

Mais importante ainda foi o achado do motivo da rocha 4. Trata-se de um prótomo de veado, sem armação, com a boca aberta e língua de fora. É a única figura de um grande e destacado afloramento na margem esquerda da ribeira, quase encostado à linha de água e na parte inferior do vale, ligeiramente abaixo da rocha 1. A novidade é que se trata de uma figura em traço picotado, nisso contrastando com os motivos incisos nas restantes rochas, e de tipologia similar às figuras picotadas abundantes no rio Côa e pertencentes, pelos dados já conhecidos, à fase mais antiga de gravação da arte paleolítica da região. Este veado da rocha 4 é, assim, a primeira figura evidente deste estilo e desta fase a ser identificada no Douro na grande região da arte do Côa<sup>6</sup>. A prospeccção sistemática que fizemos na parte inferior do vale em 2011, numa área que incluiu a rocha 4, destinava-se também a tentar descortinar se haveria mais rochas com motivos de técnica, tipologia e cronologia similares nas suas imediações, mas os resultados apontam para que esta figura esteja isolada<sup>7</sup>. É interessante reparar que se encontra naquele que é até ao

<sup>6</sup> Recentemente, identificou-se uma nova figura picotada paleolítica da fase antiga no rio Águeda (BAPTISTA & REIS 2011), na margem esquerda e do lado português do rio, a cerca de três quilómetros da sua confluência com o Douro, não longe da área de distribuição da arte do Côa (cf. REIS 2012: 24).

<sup>7</sup> A encosta da margem esquerda da parte inferior da ribeira, entre o caminho de ferro e a rocha 4, foi em tempos agricultada e organizada em socalcos, pelo que alguns afloramentos podem ter sido destruídos, mas a quase inexistência de afloramentos junto à ribeira sugere que poucos mais haveria na encosta por cima.



momento o primeiro sítio com gravuras (paleolíticas e não só) a surgir na extremidade Norte da área de distribuição das gravuras da arte do Côa, quase como se estivesse a assinalar a entrada na região.

### **6.1.2. Cachão.**

Sítio descoberto em prospeção em Março de 2009, tendo-se registado a rocha 1, a única conhecida, referida no último inventário (REIS 2011: 120-123).

Trata-se de uma encosta voltada a Leste, sobre o rio Douro, a montante do Vale Escuro. Devido à curva acentuada que o rio faz neste trecho, as áreas superiores dos dois sítios confinam uma com a outra, já na orla planáltica, mas há um grande intervalo nas encostas sobre o Douro entre os respectivos limites laterais. Neste intervalo, a observação da encosta feita ao longe não revela sequer a existência de afloramentos, pelo que não deverá conter rochas históricas. Os limites do sítio do Cachão, tal como os definimos, iniciam-se na orla do planalto, a uma cota ligeiramente inferior aos 400 metros, e terminam no Douro à cota aproximada de 110 metros. Os últimos 15/20 metros estão submersos nas águas da barragem do Pocinho. É um sítio pouco largo, não ultrapassando os 470 metros de largura, confinando a Sul com o sítio da Raposeira. A zona central da encosta é sulcada por três ou quatro pequenas linhas de escoamento de água, pouco escavadas, que convergem na parte inferior numa só linha de água. A encosta é muito declivosa e rochosa na parte superior, coberta por um denso matagal que muito dificulta a prospeção. A partir do meio da encosta o declive suaviza-se progressivamente e os afloramentos tendem a desaparecer.

A única rocha detectada está na parte superior da encosta, a Sul e a montante das pequenas linhas de água, a 320 metros de altura. Tem um painel vertical voltado ao Douro, e apresenta apenas dois pequenos conjuntos de traços filiformes muito finos, em ambos os casos não figurativos e que, pelo tipo de traço, a pátina e extremo desgaste, consideramos paleolíticos, ainda que a ausência de motivos definidos dificulte a atribuição cronológica.

Fizemos já três incursões separadas à parte superior da encosta, onde se concentram os afloramentos, tendo coberto em prospeção toda a sua área de distribuição. Não foi prospeção sistemática porque a vegetação densa a torna difícil, mas observamos a maioria dos afloramentos relevantes. Estranhamente, apesar das boas ou mesmo excelentes superfícies de muitos destes afloramentos, não encontramos mais rochas gravadas. Tudo indica que a rocha 1 estará isolada. Se assim for, poderá tratar-se de uma situação similar às dos sítios do Ninho d'Água e Ribeiro da Cumieira (REIS 2012: 39-40), que apresentam igualmente uma única rocha com vários traços incisivos muito desgastados, também não figurativos mas possivelmente paleolíticos.

### **6.1.3. Raposeira.**

É uma zona de encosta sobre o Douro, orientada a Leste, entre o Cachão e o Vale da Casa. Na primeira prospeção que aqui fizemos, em Abril de 2009, descobrimos uma primeira rocha com gravuras filiformes. Poucos dias depois obtivemos a informação<sup>8</sup> que Jean Mathiuet, guia da gruta francesa de Arcy-sur-Cure, teria observado, em data indeterminada do ano de 2008, uma outra rocha com gravuras encostada à linha de caminho-de-ferro entre o Pocinho e a foz do Côa. Quando a localizamos, constatamos que se integrava também neste trecho de encosta, sendo registada como rocha 2. O sítio e as duas rochas foram mencionadas pela primeira vez no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em Agosto de 2011, quando fomos fotografar a rocha 1, descobrimos também a rocha 3, sendo esta a quantidade actual de registos conhecidos.

---

<sup>8</sup> Por intermédio do arqueólogo Luís Luís, do PAVC, a quem agradecemos.

É uma vasta área, delimitada a Norte pela encosta do Cachão, a Sul pelo Vale da Casa, e a Oeste, no seu topo planáltico, pela parte superior do Vale Escuro. A transição para o planalto faz-se à cota aproximada de 420 metros, e o leito do Douro, antes da sua submersão nas águas da albufeira do Pocinho, estava à cota de 110 metros. Tal como no Cachão e Vale Escuro, os terrenos finais sobre o Douro têm um declive muito suave, quase plano. A largura do sítio atinge os 1050 metros, e a encosta é sulcada por sete linhas de escorrência de água. Destas, apenas uma tem profundidade assinalável, com percurso inicial de Norte para Sul, ao longo do rebordo do planalto, inflectindo depois para Leste na queda para o Douro, já perto do limite Sul do sítio e da junção com o Vale da Casa. Esta é a única parte da encosta já prospectada, claramente a de melhores condições, e é aí que estão duas das três rochas conhecidas, mas há afloramentos em outras zonas, sendo possível que a área de distribuição de gravuras venha a aumentar.

Duas rochas apresentam gravuras da Idade do Ferro e a outra, a rocha 2, tem gravuras modernas. Esta encontra-se na parte inferior da encosta, na zona central do sítio, encostada à linha de caminho-de-ferro. Tem um pequeno mas interessante conjunto de motivos filiformes, que se podem datar inequivocamente como sendo contemporâneos ou posteriores à construção da linha naquele troço<sup>9</sup>, uma vez que as obras provocaram a destruição da antiga superfície, criando uma nova superfície sobre a qual foram feitas as gravuras. Estas consistem numa curiosa cena, em que uma grande figura feminina de sereia em posição frontal, com longa cabeleira, barbatanas e cauda de peixe, ostentando os seios, umbigo e possivelmente o sexo, segura nos dois braços outras tantas pequenas figuras semi-humanas (a sua prole?), também com barbatanas e cauda.

As duas rochas da Idade do Ferro encontram-se na linha de água principal, distanciadas uma da outra, a meio da encosta. A rocha 1 tem poucos motivos de difícil decifração, destacando-se uma grande figura de cavalo. Este surge em posição oblíqua, pouco habitual nos equídeos da Idade do Ferro da região, com a parte dianteira mais alta que a traseira, como se estivesse empinado. Ainda que a tipologia seja muito distinta, o tamanho e a posição desta figura são semelhantes às de um cavalo existente na rocha 3 da Azenha, sítio localizado quase em frente à Raposeira, na margem oposta do Douro. A rocha 3 tem um conjunto de três pequenos cavalos, entre outros traços e motivos indecifráveis.

#### **6.1.4. Vale da Casa.**

Este foi o primeiro sítio da arte do Côa a ser identificado, em 1982. Na altura, naturalmente, não foi considerado como tal, uma vez que o trabalho realizado não teve sequência imediata em novas descobertas, no Côa ou no Douro, com a excepção das seis rochas com gravuras modernas hoje submersas na zona da confluência do Côa com o Douro. No âmbito de trabalhos de prospecção arqueológica realizados nas áreas a inundar pela albufeira da Barragem do Pocinho, então em construção, uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho descobriu em meados de 1982 um primeiro grupo de cinco rochas com gravuras. A partir de Outubro do mesmo ano, e prolongando-se por 1983, iniciou-se um trabalho de estudo no terraço fluvial onde se encontravam, liderado por António Martinho Baptista levando à identificação e registo de 23 rochas historiadas (BAPTISTA 1983; 1999: 164-165, 174-175, 178-181). Estas estão desde então submersas nas águas da albufeira, nunca mais tendo sido reobservadas. Em 1996 foram identificadas mais seis novas rochas, fixando o número no total de 29 actualmente inventariadas. Destas, quatro estão na parte intermédia do vale, sendo as únicas emersas e observáveis do conjunto, formando um pequeno grupo, entre 500 e 600 metros acima da foz da ribeira, todas muito perto do leito e na margem direita, entre as cotas 160 e 190 metros. As outras duas encontravam-se na zona limítrofe do terraço fluvial, no actual nível de água. Uma, a rocha 24,

---

<sup>9</sup> Do Tua a Barca d'Alva, a construção decorreu entre 1884 e 1887 (ABREU & RIVAS CALVO 2011: 110).

está ainda *in situ*, parcialmente emersa, e a outra é uma laje solta com gravuras de Época Histórica<sup>10</sup>. Por lapso, estas duas últimas não são incluídas na contabilidade dos primeiros inventários, que referem apenas 27 rochas (BAPTISTA & GOMES 1997: 214-215; BAPTISTA 1999: 19; 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 191), situação recentemente corrigida (BAPTISTA & REIS 2009: 175-179; REIS 2011: 120-123).

Refira-se que há alguma confusão quanto ao nome deste sítio. O topónimo “Vale da Casa” foi indicado aos investigadores em 1982, e foi o adoptado, mas há pelo menos outros dois topónimos que se poderiam igualmente aplicar, “Horta das Freiras” e “Vale da Cerva” (cf. CRUZ 1998), estando o primeiro indicado na carta militar. Por vezes, refere-se ainda o topónimo “Vale Canivães” (cf. BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 191), mas este aplica-se ao grande vale de orientação paralela e situado a montante<sup>11</sup>.

É uma linha de água pouco sinuosa, que mantém um percurso de Noroeste para Sudeste, com extensão total de 2100 metros. Nasce à cota de 380 metros no planalto, onde percorre pouco mais de 500 metros até que, à cota de 350 metros, inicia a escavação do vale, profundo mas aberto. A abertura máxima do vale anda perto dos 1000 metros, mas este tem um perfil assimétrico, com as encostas do lado direito mais inclinadas e fechadas que as do lado esquerdo, o qual apresenta afluentes em maior número e mais longos. Grande parte está cultivado com vinha, e a maioria das encostas de ambas as margens estão muito despidas de afloramentos. A ribeira entrava no Douro à cota de 110 metros, no amplo terraço fluvial, que acima referimos. Este desenvolve-se sobretudo para jusante da foz da ribeira, numa extensão aproximada de 1000 metros, por 250 metros de largura máxima<sup>12</sup>.

O Vale da Casa continua a ser dos sítios mais originais dentro da arte do Côa. Desde logo, por a maioria das suas rochas no terraço ter painéis de disposição sub-horizontal, ao contrário da típica disposição vertical da maioria dos painéis historiados da região. Na parte intermédia do vale, as gravuras da rocha 27 estão também num painel de disposição sub-horizontal, no chão de um pequeno abrigo, mas as outras três rochas neste grupo têm painéis verticais. A contabilidade cronológica é a seguinte: duas rochas são de cronologia indeterminada, duas têm motivos paleolíticos, sete têm motivos de Época Histórica, treze têm motivos da Pré-história Recente e catorze apresentam motivos da Idade do Ferro.

A Época Histórica é pouco abundante mas tem algum interesse. Na rocha 17 surge a data picotada de 1703, a juntar a tantas outras já conhecidas na região. Nas rochas 5 e 13 encontram-se algumas estrelas de cinco pontas, ou signos-saimão, um tipo de motivo também recorrente na região. A rocha 24, de difícil acesso por estar na orla do actual nível de água, tem pequenos conjuntos muito originais de figuras de temática religiosa, com variadas cruces, dois signos-saimão, diversas figuras geométricas de significado desconhecido, e duas figuras humanas. A rocha 25<sup>13</sup> é bastante original no contexto da arte histórica da região, não tanto pela temática mas pelo estilo muito particular das figuras. Para além de muitos traços avulsos, surgem várias peculiares figuras humanas, incluindo três cavaleiros, vistas de frente, todas com longos corpos e algo a sair do peçoço que parece uma representação de uma peça de vestuário similar a um cachecol. O seu estilo muito particular afasta-as das representações antropomórficas conhecidas da Idade do Ferro, devendo ser modernas, provavelmente de entre os séculos XVI e XVIII.

A Idade do Ferro tem o principal conjunto de gravuras do sítio, pela quantidade de motivos e de rochas em que se encontram, mas também pela qualidade e originalidade de muitos destes

---

<sup>10</sup> Esta laje, designada de rocha 25, foi retirada do sítio e esteve longamente exposta na entrada das antigas instalações do PAVC em Vila Nova de Foz Côa, estando hoje guardada nas reservas do Museu do Côa.

<sup>11</sup> Que na carta militar surge erradamente designado como “Vale Calibem”.

<sup>12</sup> O terraço está hoje submerso e não surge na cartografia mais recente, mas é bem visível na Carta Militar de Portugal, folha 130, de 1946, bem anterior à construção da barragem do Pocinho.

<sup>13</sup> Anteriormente, por observação deficiente, atribuímos uma cronologia da Idade do Ferro à rocha 25 (BAPTISTA & REIS 2009: 179), que aproveitamos agora para corrigir.

motivos (cf. BAPTISTA 1983: 59-65). Aqui, a inscrição da rocha 23 continua sem paralelos<sup>14</sup> na arte do Côa, e a cena de caça desta rocha continua a ser das melhores conhecidas na região. As poucas falcatas e espadas que apareceram em outros sítios não atingem a perfeição das várias representações existentes nas rochas 6 e 10. Ainda não se conhecem paralelos para o estranho “turbante” de um dos antropomorfos da rocha 10, e o tipo particular de desenho de alguns dos seus cavalos, com a sua traseira em “ferradura”, continua a ter dos melhores exemplares nesta rocha. Há também alguns geométricos de belo efeito, como nas rochas 10 ou 20, ou o grande conjunto de linhas em ziguezague da rocha 29. Por outro lado, das mais de 400 rochas deste período já identificadas na região, com exemplares de notável complexidade, poucas terão sobreposições de motivos comparáveis às da rocha 10<sup>15</sup>.

Embora raras, existem também figuras filiformes paleolíticas. Na parte intermédia do vale, a rocha 26 tem um cervídeo em traço múltiplo. Acima, a rocha 29 tem vários grupos de traços de provável cronologia paleolítica, sem figuras definidas. No terraço junto ao Douro os trabalhos feitos em 1982-1983 não identificaram claramente motivos desta cronologia. Mas foram desde logo assinaladas duas figuras de cavalos, uma na rocha 7 e outra na rocha 15 (BAPTISTA 1983: 59, 61-63), de estilo muito arcaico mas que, no desconhecimento então de um contexto paleolítico, e na sua associação a outros motivos claramente datáveis da Idade do Ferro, foram consideradas como pertencendo a este último período. À luz do que hoje sabemos, parece possível que estas figuras pertençam ao Paleolítico Superior. Seria necessário uma revisão geral deste sítio e das suas rochas, feita com tempo e sem a pressão da eminente submersão, como na altura sucedeu, e uma nova prospecção do terraço, até porque ficou desde logo claro que mais rochas históricas havia para além das 23 que foram então estudadas (BAPTISTA 1983: 58).

É neste sítio que se encontra o maior conjunto de gravuras da Pré-história Recente da região, sobretudo no terraço fluvial, e também nas rochas 27 e 28, esta última com dois antropomorfos esquemáticos picotados similares aos da rocha 11, a primeira com um grupo de gravuras lineares do tipo “unhadas do diabo”. Estas têm aqui a máxima expressão na região, estando presentes em oito rochas, nas quais se destaca o grande conjunto da rocha 3. Para além da rocha 28, existem ainda antropomorfos esquemáticos picotados nas rochas 4 e 11 (BAPTISTA 1983: 68), no primeiro caso um conjunto avultado de figuras fálicas de corpo largo, cabeça redonda e pernas e braços abertos, no segundo caso figuras igualmente fálicas, de pernas e braços arqueados e cabeças com amplos capacetes de cornos, similares às figuras da rocha 1 dos Namorados ou da rocha 11 da Ribeira da Cabreira. Há alguns poucos círculos e ferraduras picotadas e, na rocha 23, dois podomorfos, picotados e aparentemente dissociados da cena de caça e inscrição da Idade do Ferro também existentes nesta rocha. A cronologia dos podomorfos é incerta, podem até ser contemporâneos ou posteriores à Idade do Ferro, mas pode-se colocar a hipótese de pertencerem ao Bronze Final, sendo das únicas figuras na região atribuíveis a este período, na transição entre a arte esquemática da Pré-história Recente e a arte da Idade do Ferro. Refira-se ainda que, no terraço fluvial, este conjunto de gravuras associa-se a um contexto funerário, com uma necrópole de cistas, duas das quais foram escavadas (BAPTISTA 1983; 2008b: 44), e datadas da primeira metade do III<sup>o</sup> milénio a. C. (CRUZ 1998: 160).

### **6.1.5. Porto Velho.**

As duas primeiras rochas são descobertas em Abril de 2009, e o sítio é já referido no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em Agosto de 2011 descobrimos mais duas rochas, fazendo um total de quatro rochas conhecidas.

<sup>14</sup> Existem mais possíveis inscrições da Idade do Ferro em outras rochas entretanto identificadas na região da arte do Côa. São conjuntos alinhados de pequenos sinais, geralmente em disposição vertical. São bastante raras e, ao contrário do exemplar da rocha 23, nem a atribuição cronológica nem a interpretação como inscrições são evidentes.

<sup>15</sup> A descrição da rocha 10 encontra-se em BAPTISTA 1983: 66-68, havendo uma excelente réplica no Museu do Côa. Imagens das rochas 6, 10 e 23 podem ser vistas em BAPTISTA 1999: 174-175, 178-181.

É um trecho de encosta voltada a Leste, na margem esquerda do Douro, entre a foz da ribeira de Vale de Canivães a jusante (Norte) e a foz da ribeira de Vale de Cabrões a montante (Sul). A encosta tem uma extensão máxima de aproximadamente 1000 metros, junto ao Douro. O topo é uma estreita linha de cumeeada, que ascende suavemente da foz da ribeira de Vale de Canivães até ao topo de um cabeço arredondado, onde culmina à cota de 332 metros, e a partir do qual se faz a transição para as zonas planálticas a Oeste.

A metade Norte, mais baixa, está quase toda lavrada e preenchida com vinha, não tendo portanto mais afloramentos, excepto alguns na zona inferior junto à linha de caminho-de-ferro. A restante área, na metade adjacente a Vale de Cabrões, tem alguns grupos de afloramentos, com maior relevo para a zona superior da encosta e para a encosta final sobre o Douro. É precisamente nestas duas áreas que estão as rochas conhecidas: na parte superior da encosta as rochas 1 e 2, e as rochas 3 e 4 na zona rochosa sobre o Douro. Embora ainda sem prospecção sistemática, fizemos já uma prospecção abrangente de toda a área do sítio, e parece improvável que haja muito mais por descobrir. O grande conjunto rochoso na parte terminal da encosta deve prolongar-se para dentro das águas do Douro, aqui bastante elevadas devido à barragem do Pocinho, e é possível que nessa zona haja mais rochas gravadas. De resto, é de assinalar que esta área foi muito afectada pela construção da linha de caminho-de-ferro no século XIX, sendo bem visível a destruição nos afloramentos restantes. É possível que muitas gravuras deste sítio possam ter sido destruídas naquela ocasião, e este será talvez, de todos os sítios afectados por esta obra, o mais profundamente tocado e onde os efeitos poderão ter sido mais gravosos.

Mesmo com poucas rochas, a amplitude cronológica das gravuras nem por isso é menor. A rocha 4 tem gravuras paleolíticas, na rocha 3 são da Idade do Ferro, a rocha 2 apresenta gravuras modernas e, por fim, a rocha 1 tem traços de cronologia indeterminada. São vários conjuntos de traços tendencialmente horizontais, dispostos paralelamente. O conjunto forma uma associação de cariz geométrico de interessante efeito estético. A sua cronologia não é fácil de averiguar, poderá ser do Paleolítico Superior ou, talvez mais provavelmente, da Idade do Ferro. A rocha 2 encontra-se quase no topo da encosta, e apresenta dois conjuntos de motivos de Época Histórica, um grupo formado por uma cruz encimada por três estrelas, e um motivo antropomórfico de difícil visibilidade, que parece ser uma figura feminina com um longo véu ou manto, talvez também de cariz religioso. A rocha 3 tem um conjunto de figuras geométricas da Idade do Ferro de difícil decifração, e a rocha 4 tem um pequeno grupo de figuras paleolíticas, também de difícil visibilidade, onde poderá talvez haver um animal de traço múltiplo.

#### **6.1.6. Tudão.**

É ainda o único sítio da arte do Côa com gravuras paleolíticas localizado em plena área planáltica, no início de uma discreta linha de água que, bastante mais à frente, se transforma no profundo Vale de Cabrões. A rocha 1 foi descoberta casualmente em Junho de 2006 por Teresa Ameztoy, enóloga espanhola residente em Vila Nova de Foz Côa, e o sítio foi logo referenciado nesse ano (BAPTISTA & REIS 2009: 175). Apesar da novidade e importância do sítio, não houve tempo para a sua prospecção, e a rocha 2 é descoberta em Janeiro de 2008 pela mesma Teresa Ameztoy. Em Agosto de 2009 prospectamos sistematicamente o sítio e descobrimos, em muros, duas pedras com gravuras filiformes paleolíticas, sendo os quatro registos referidos no último inventário (REIS 2011: 120-123).

A ribeira nasce à cota de 400 metros, iniciando um percurso de Norte para Sul. Cerca de 1820 metros depois da nascente inicia a escavação de um vale profundo e adopta a designação de Vale de Cabrões. Teria sido possível e legítimo juntar os dois sítios num só, inventariando os registos do Tudão em Vale de Cabrões, mas optamos por separar o seu inventário. Em primeiro lugar, pela grande distancia que medeia entre os registos de um e outro sítio, mais de 1500



metros, não havendo indicações que venham a aparecer novos registos no espaço intermédio. Mas, sobretudo, pelo ineditismo da implantação das rochas gravadas do Tudão, sendo os primeiros e únicos exemplares de gravuras paleolíticas da arte do Côa localizadas em plena área planáltica. Ainda que seja uma delimitação arbitrária, circunscrevemos o sítio do Tudão aos primeiros 520 metros do estreito vale da ribeira, desde a nascente até à junção com o primeiro afluente. A rocha 1, mais a jusante, encontra-se a aproximadamente 420 metros da nascente.

A prospeção realizada permite afirmar que só na margem direita da linha de água existem afloramentos com condições para serem gravados, e que possivelmente já estarão todos descobertos. A quantidade de rochas é reduzida, e é visível que alguns foram destruídos para extracção de pedra, o que poderá ter resultado no aparecimento das duas pedras com gravuras nos muros. Estes não foram todos vistos e mais pedras gravadas poderão aparecer. A rocha 2 encontra-se parcialmente soterrada, e é possível que haja mais algum painel gravado oculto nos sedimentos acumulados naquela zona.

Todos os quatro registos apresentam gravuras filiformes paleolíticas, e a rocha 1 tem igualmente uma grande quantidade de gravuras da Idade do Ferro, também filiformes.

Desta última já se salientou a importância, pela localização inédita mas também pela quantidade e qualidade das gravuras que apresenta. Tem um painel de mais de cinco metros de comprimento, preenchido de gravuras de alto a baixo e de um lado ao outro, formando um denso palimpsesto de difícil interpretação, num conjunto que é seguramente dos mais complexos de entre todos os registos da arte do Côa, com muitas dezenas de motivos. A Idade do Ferro domina quantitativamente, estendendo-se as suas gravuras a todo o comprimento e altura do painel. As figuras geométricas de diversos tipos dominam, identificando-se também vários animais, incluindo cavalos e muitos veados. Dentro dos geométricos, um pequeno grupo de figuras circulares com decoração interna merece realce, sendo possível que se tratem de representações de escudos. Identificou-se uma só figura humana, pouco visível. As figuras paleolíticas concentram-se maioritariamente na metade direita do painel, sendo abundantes as de traço múltiplo. Poucas foram claramente decifradas. Alguns signos parecem existir, distinguindo-se um ou outro cavalo e vários veados, de enormes armaduras. Na rocha 2, mais pequena, encontram-se exclusivamente figuras paleolíticas, essencialmente cervídeos de traço múltiplo, com mais uma ou outra figura em traço simples. Por fim, as duas pedras integradas em muros têm restos incompletos de motivos paleolíticos, sem figuras identificadas.

### **6.1.7. Paço.**

O Paço é um sítio arqueológico localizado na periferia do núcleo urbano de Vila Nova de Foz Côa (COIXÃO 1996: 113), nos terrenos aplanados no sopé oriental do cabeço onde se implantou a vila medieval. Encontra-se em terrenos confinados entre duas linhas de água que, pouco mais à frente, se encontram e iniciam a escavação de Vale de Cabrões. Os materiais de superfície apontam indubitavelmente para uma ocupação de época romana. A tradição local refere a existência de uma antiga capela (dedicada a São Vicente e hoje já não visível) associada a uma necrópole, sugerindo uma continuidade ocupacional para a Idade Média. Não se conhecem vestígios de ocupações anteriores.

Em Agosto de 2006 a proprietária do terreno, a senhora Isolina Farto, descobriu casualmente uma pedra com gravuras. Dias mais tarde uma segunda pedra gravada surgiu a poucos metros da primeira, descoberta por Rosa Jardim e Dalila Correia, do PAVC. Na mesma altura, uma rocha com traços filiformes foi descoberta e inventariada na periferia do sítio, com traços de difícil interpretação, de cronologia indeterminada, mas provavelmente recente. O sítio foi incluído no último inventário (REIS 2011: 120-123).

A primeira pedra tem um excelente conjunto de figuras, algumas em traço filiforme, outras num traço também estreito mas repassado várias vezes, fazendo uma “abrasão filiforme”. O conjunto era originalmente maior, a pedra está fragmentada e alguns motivos estão incompletos. Em traço fili-

forme simples encontra-se uma lança e uma figura de guerreiro, incompleto por fracturação, de braços ao alto e segurando uma lâmina, talvez uma arma tipo falcata. Em traço abrasionado profundo encontram-se sete motivos. Em baixo, junto à fractura, há restos das orelhas de dois quadrúpedes indeterminados. Em cima e à direita encontram-se dois animais, um deles um grande cervídeo a olhar para trás, o outro mais pequeno de características semelhantes. Este segundo animal está desenhado de tal forma que as pontas das suas patas tocam o dorso do grande cervídeo, e os dois focinhos tocam-se também. É difícil dizer se era este o efeito pretendido, o pequeno animal em cima do maior, ou se os tamanhos diferentes são uma tentativa de fornecer perspectiva ao conjunto. Por baixo dos dois animais, em sequência ao longo da superfície, encontram-se, da esquerda para a direita, um cavaleiro com rédeas e lança, tendo o cavalo o corpo profusamente decorado; ao centro um guerreiro com duas lanças, uma das quais incompleta por fracturação; à direita novo cavaleiro, no mesmo estilo do anterior, também fracturado, com escudo e rédeas, o corpo do cavalo profusamente decorado. A segunda pedra é mais simples, uma laje de xisto cinzento-escuro (muito diferente da primeira pedra, de cor castanho-clara), e apresenta uma linha em ziguezague.

As gravuras da primeira pedra são em tudo semelhantes a tantas outras que se encontram em diversos sítios da arte do Côa, e que são consideradas como sendo da Idade do Ferro. Quanto à segunda placa, a atribuição cronológica é mais complicada, mas considerando que os ziguezagues são muito frequentes na arte da Idade do Ferro do Côa e que se encontrava muito próximo da primeira, o mais provável é terem ambas cronologias similares. Tendo sido encontradas à superfície num sítio com ocupação de época romana, e onde não se conhece, pelo menos de momento, uma ocupação anterior, isso leva-nos a considerar como provável que a vigência da arte da Idade do Ferro do Côa se prolongue até à romanização. Outra questão que as duas pedras colocam é se faziam parte de afloramentos historiados, que em época indeterminada teriam sido partidos e os seus fragmentos com restos de gravuras trazidos para este sítio, ou se são verdadeiras placas móveis gravadas. Não é possível ter certezas mas, pelo aspecto lajiforme de ambas, inclinamo-nos claramente para a segunda hipótese. A ser assim, falta saber em que contexto e com que funcionalidade surgem estas placas dentro de um sítio de ocupação, o que só uma escavação arqueológica no local terá possibilidades de fornecer uma resposta.

### **6.1.8. Vale de Cabrões.**

As primeiras rochas historiadas deste vale são descobertas em inícios de 1995 por um habitante de Vila Nova de Foz Côa, José Constâncio, que começa por descobrir algumas gravuras da Idade do Ferro e, mais tarde e em companhia do arqueólogo Sá Coixão, descobrirá também o cervídeo da rocha 1 (REBANDA 1995a: 8; 1995b: 12). A subsequente investigação no terreno permitiu mais descobertas, e no primeiro inventário são referidas doze rochas (BAPTISTA & GOMES 1997: 214-215). Dois anos mais tarde, por razões desconhecidas, esse número desce para nove, número mantido nos inventários posteriores (BAPTISTA 1999: 19; 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 191). Entre 1997 e finais de 2004, o número vai subindo até se atingir as 25 rochas inventariadas, referidas no inventário seguinte (BAPTISTA & REIS 2009: 175). Em inícios de 2007 fizemos uma prospecção não sistemática da parte superior do vale, e descobrimos muitas mais gravuras, subindo para 54 rochas inventariadas. Em Março de 2009 descobrimos mais um grupo de quatro rochas perto da rocha 3, remontando para 58, que foi o total referido no último inventário (REIS 2011: 120-123). Por fim, em Setembro de 2010, descobrimos mais três rochas, totalizando as 61 inventariadas neste sítio<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Esta última prospecção teve um objectivo muito particular: o Museu do Côa tinha acabado de ser inaugurado, em 31 de Julho de 2010, e o número total de registos inventariados estava perto de atingir o número mágico de 1000; sendo Vale de Cabrões um dos nossos sítios preferidos, decidimos que seria aqui que o milhar de registos seria atingido, o que sucedeu com a rocha 61, que apresenta um pequeno conjunto de figuras humanas da Época Moderna, bastante interessantes e originais, ainda que de difícil visualização.

É uma linha de água muito sinuosa, com 3700 metros de extensão total. Como vimos, o troço inicial corresponde ao sítio do Tudão, e o percurso no planalto tem uma extensão total de 1820 metros, dos quais os primeiros 830 com uma orientação Norte-Sul, inflectindo para Leste nos restantes 990. A escavação do vale profundo, que marca o princípio do sítio, começa à cota de 300 metros e, tendo uma extensão de 1880 metros, este vale divide-se também em dois troços distintos. O primeiro, arqueologicamente mais importante, é também mais profundo, encaixado e fechado, com as encostas repletas de afloramentos, particularmente na margem esquerda. Segue de Sul para Norte, numa extensão de 1030 metros. Chegando à cota de 170 metros, a ribeira faz uma curva de 90° para Leste, seguindo por mais 850 metros até ao Douro, num vale ainda profundo mas mais aberto e com muito menos afloramentos, que só voltam a reaparecer junto à foz na margem esquerda. Só se conhecem três registos neste troço final, as rochas 23 a 25.

Vale de Cabrões é, de momento, o quarto sítio com mais registos da arte do Côa, atrás da Foz do Côa, Vale do Forno e Vale de José Esteves, e estando empatado com a Quinta da Barca. Mas estes outros sítios foram já sistematicamente prospectados, enquanto que Vale de Cabrões espera ainda por uma campanha de prospecção sistemática. Não temos dúvidas em considerar que será futuramente o segundo sítio com mais registos na região, só suplantado pela Foz do Côa (com que poderá até rivalizar), e supomos que com facilidade ultrapassará a centena de registos. A parte superior do vale, desde o início do encaixe mais profundo até à curva em 90° em direcção ao Douro, apresenta uma das maiores e mais contínuas concentrações de afloramentos de xisto com painéis verticais de entre todos os sítios da arte do Côa, e está por prospectar de forma sistemática. Já prospectamos de forma intensa os primeiros 640 metros do sítio (medidos ao longo do leito da ribeira), entre a rocha 30, que é a que surge mais a jusante, e a rocha 12, e neste troço pouco mais haverá por descobrir, mas este trecho do vale, com 33 das 61 rochas conhecidas, é uma pequena parte do total e não tem a maior concentração de afloramentos, a qual surge precisamente no troço subsequente, até à curva de 90°. A maioria dos afloramentos e quase todas as rochas conhecidas estão na margem esquerda<sup>17</sup>, mas a margem oposta tem também grande quantidade de painéis verticais, sendo possível que venha a contribuir com alguns registos, ainda que, do que já observamos, a qualidade dos painéis deste lado seja inferior.

O Paleolítico Superior e a Idade do Ferro quase se equivalem quantitativamente, estando respectivamente representados em 26 e 31 rochas. Gravuras históricas encontram-se em 15 rochas. A Pré-história Recente encontra-se na rocha 1, havendo ainda quatro rochas de cronologia indeterminada. Como é habitual nos sítios nesta zona ao longo do Douro e no trecho final do Côa, a grande maioria das gravuras são incisas, mas há excepções em três rochas, com os motivos picotados que referimos a seguir.

Na rocha 1 encontra-se o conhecido cervídeo picotado, de ventre ferido por uma longa haste, de boca aberta e cabeça voltada para trás, compondo uma figura de grande expressividade (BAPTISTA 1999: 138-139). A sua cronologia não é inteiramente evidente. Se o seu realismo poderia sugerir uma origem paleolítica, outros elementos sugerem já uma cronologia pós-glaciar. Desde logo, o seu estilo muito particular faz lembrar muitas dos cervídeos da arte do Vale do Tejo, considerados de cronologia pós-paleolítica (cf. BAPTISTA 1981), partilhando com estes as convenções estilísticas, o sub-naturalismo e a técnica de gravação. A picotagem utilizada para definir a figura diverge consideravelmente do típico traço continuamente picotado habitual nas figuras paleolíticas do Côa. Trata-se de muitos pontos picotados formando nuvens de pontos, muito característica das figuras pós-glaciares, na técnica designada de “bago de arroz”, e presente em

---

<sup>17</sup> A excepção é a rocha 34, sobre o leito da ribeira e inserida numa fonte de mergulho. Tem um grande e excelente painel, com um conjunto desconexo de traços, patinados mas aparentemente modernos.



muitas das figuras zoomórficas pós-glaciares da arte do Côa. Uma destas figuras, um animal esquemático incompleto recentemente identificado na rocha 15 do sítio da Cascalheira, sobre o Douro, apresenta no meio dos pontos picotados múltiplos pequenos traços incisos paralelos, numa técnica de pré-delineação da figura muito semelhante ao que se detecta neste veado<sup>18</sup>, sobretudo na sua parte traseira, mais um argumento para o considerar de cronologia pós-glaciar, presumivelmente Epipaleolítico<sup>19</sup>.

A Época Histórica está pouco representada, e não se destaca particularmente, mas tem algumas peculiaridades e originalidades. Há um conjunto relativamente amplo de figuras reticuladas em várias rochas, provavelmente jogos, nomeadamente nas rochas 39, 45 e 46. Na rocha 30 surge mais um pequeno signo-saimão, ou estrela de cinco pontas, símbolo religioso apotropaico relativamente comum na região. As cruces são abundantes, por vezes decoradas e fazendo figuras de belo efeito, encontrando-se nas rochas 3, 32, 33, 46, 54 e 55. As rochas 46, 53 e 61 apresentam figuras antropomórficas muito originais e, pensamos, relativamente antigas, talvez anteriores ao século XIX, destacando-se a cena da rocha 53, em que uma figura masculina fálica presenteia uma flor a uma figura feminina. Por fim, realce-se a curiosidade de duas inscrições muito recentes, um poema de cariz escatológico na rocha 3, formando uma sequência de traços com diferentes pátinas em conjunto com figuras paleolíticas e da Idade do Ferro às quais está associado, e uma insólita carta de amor escrita em pedra, na rocha 17, também sobreposta a uma figura paleolítica.

A Idade do Ferro é o período mais abundantemente representado no sítio, em número de rochas e, provavelmente, em número de motivos. No entanto, com poucas excepções, estes não se salientam particularmente no panorama da arte deste período na região. É possível que no futuro isto se venha a alterar, não só com as novas descobertas ainda por fazer, mas também com a reinterpretação de muitas das rochas já conhecidas. Destacariamos a grande quantidade de figuras geométricas de tipologias variadas, por vezes de apreciável efeito estético, presentes em variadas rochas, de que salientariamos as rochas 3, 14, 18, 26, 30, 31, 36, 37, 51, 52 ou 60. Há também grande quantidade de animais, sobretudo cavalos e cervídeos, e alguns canídeos. Na rocha 6 encontra-se um único cavalo, no meio de muitas figuras paleolíticas, já publicado (BAPTISTA 1999: 170-171), e podemos ainda salientar os animais presentes nas rochas 3, 4, 9, 11, 12, 13, 18, 26, 29, 35, 36, 40, 50 ou 60. É de realçar a raridade das figuras humanas, apenas um cavaleiro na rocha 2 e os protagonistas de uma cena de cariz sexual na rocha 3, assim como a raridade das armas, apenas os dois punhais da rocha 11 e uma lança na rocha 59 (nem sequer o cavaleiro da rocha 2 tem armas, ao contrário do que é costume). Salientariamos ainda algumas rochas particulares. Por exemplo, a rocha 35, com um belo cavalo de grande dimensão, fálco, de longo pescoço e grande cabeça, uma figura muito expressiva e original. A rocha 18 apresenta um enorme conjunto de figuras, incluindo grande quantidade de geométricos de variados tipos, formando um conjunto de belo efeito. Tem ainda vários animais, incluindo dois prováveis cervídeos, ambos sem cabeça, reconhecíveis pelo longos e estreitos corpos rectilíneos e pela cauda curta. A rocha 11 tem um cavalo a olhar para trás e um outro animal indeterminado de longo corpo ondulado decorado internamente, mas destacando-se os seus dois punhais, das melhores figuras deste tipo representadas na arte do Côa. Ambas as figuras são representações de punhais embainhados, com a característica “bola” na ponta. Um tem um longo cabo em “hélice”, numa figuração irrealista. O outro, bastante mais perfeito, tem a bainha decorada, o único caso conhecido na região, e tem uma intrigante empunhadura “triglobular”, consistindo numa sequência contínua de três secções semi-esféricas. É um punhal muito similar a exemplares

<sup>18</sup> Esta predefinição das figuras em traços incisos difere da que se detecta em várias das figuras picotadas da fase antiga do Paleolítico Superior, normalmente feita só com um ou dois traços longos a delinear a figura.

<sup>19</sup> No último inventário (REIS 2011), esta figura foi considerada paleolítica, o que aproveitamos agora para emendar. Falta ainda definir de forma mais clara o que se entende por arte epipaleolítica nesta região.

de empunhadura “biglobular”, bem conhecidos da arqueologia peninsular e sendo uma arma tipologicamente bem definida (cf. QUESADA SANZ 1997: 292-295). Na arte do Côa os melhores exemplares conhecidos estão na rocha 150 da Foz do Côa (BAPTISTA & REIS 2008: 78). Mas estes últimos apresentam a conhecida sequência de duas secções semi-esféricas ou discoidais, similares às armas descobertas pela arqueologia, enquanto que não conhecemos paralelos para esta sequência triglobular na empunhadura. Fica a questão de saber se será um erro por parte do gravador, ou uma representação de uma variante regional de um tipo de arma, ainda não conhecida pela investigação arqueológica. Por fim, a rocha 3 que, entre variados motivos, tem duas particularidades dignas de nota. Uma está no facto de apresentar dois painéis gravados de orientações bem distintas, sendo um o típico painel vertical, onde surge a maioria das gravuras, e o outro um painel no solo abaixo do anterior, onde se encontram apenas figuras reticuladas, sendo esta implantação uma raridade na arte do Côa. A outra particularidade está na sua cena explícita de cariz sexual, a única conhecida deste período na região, entre uma figura masculina e uma eventual figura híbrida de carácter humano e aviforme (cf. BAPTISTA 1999: 172-173; REIS 2011: 86-87).

Embora quantitativamente atrás da Idade do Ferro, o Paleolítico Superior é o período que mais se destaca, pela qualidade e originalidade de muitas das suas figuras, fazendo deste sítio um dos mais importantes na região da arte do Côa. As figuras em traço inciso dominam esmagadoramente mas não são exclusivas, havendo duas figuras picotadas, nas rochas 6 e 20. Esta é uma figura tosca e de identificação pouco clara, poderá ser um caprino, tendo o corpo parcialmente delineado com traços incisos. A figura da rocha 6 é claramente um caprino, com a particularidade de ter os cornos delineados a traço filiforme múltiplo, contrastando com o corpo picotado. Ambas as figuras são tipologicamente distintas da maioria das figuras picotadas existentes ao longo do Côa, ou do veado do Vale Escuro, pertencendo provavelmente a um período mais recente dentro do Paleolítico Superior. Por outro lado, é interessante reparar que na maioria dos sítios situados em torno da embocadura do Côa, tanto neste rio como no Douro, as figuras incisas em traço múltiplo tendem a dominar quantitativamente face às de traço simples. É o que sucede em sítios como a Foz do Côa, Vermelhosa ou Vale de José Esteves, entre outros. No entanto, em Vale de Cabrões as figuras de traço simples são em maior quantidade e mais expressivas do que as de traço múltiplo, aproximando este de sítios como a Broeira, por exemplo. Figuras de traço múltiplo, essencialmente cervídeos muito semelhantes aos que surgem nos sítios vizinhos, encontram-se ao longo do vale, como nas rochas 3, 6, 8, 10 ou 17, mas são minoritárias. Esta evidente dicotomia entre figuras de traço simples e múltiplo poderá traduzir diferenças cronológicas e/ou culturais entre ambas as técnicas de representação<sup>20</sup>. Algumas das mais conhecidas figuras de traço simples da arte do Côa estão aqui neste sítio, como a manada de caprinos da rocha 4, o bode e o grande auroque da rocha 5, ou o auroque em posição vertical associado a um signo da rocha 6 (cf. BAPTISTA 1999: 130-137; 2008b: 162, 166). Mas outras existem, menos conhecidas. Na rocha 7 encontra-se um interessante cavalo, num estilo muito arcaico. Na rocha 32 encontra-se uma magnífica figura de auroque macho, com um estilo e um nível de detalhe que o aproxima dos cavalos da rocha 41 da Canada do Inferno, por exemplo, estando associado a um signo similar aos que se encontram na rocha 16 do Vale de José Esteves. Na mesma rocha encontra-se um par de caprinos, similares mas menos perfeitos que o bode da rocha 5. Podemos ainda destacar outro auroque da rocha 41, o cavalo de grande dimensão da rocha 55, associado a outras figuras ainda por determinar, ou o conjunto de figuras da rocha 56, que incluem pelo menos um cavalo, um bode e um auroque. A prospecção futura poderá enriquecer acentuadamente este panorama e, em variados aspectos, Vale de Cabrões é

<sup>20</sup> Isto não significa, de forma alguma, que se possa sempre diferenciar traço simples e traço múltiplo do ponto de vista cronológico e cultural. Por exemplo, entre outras evidências, as gravuras das placas do Fariseu mostram que no final do paleolítico do Côa coexistem nos mesmos estilos figuras de traço simples e múltiplo.

claramente um sítio fulcral para a compreensão da arte paleolítica do Côa na sua evolução cronológica, estilística e ideológica. Para finalizar, podemos referir ainda a pequena e única figura identificada na rocha 57. É de muito difícil visualização, identificando-se a cabeça e peito, a traço simples, e o dorso delineado a traços múltiplos, tendo um curto pescoço preenchido internamente com escassos traços múltiplos. Aparentemente, não tem ventre nem patas. A terminação da cabeça não é visível por estar numa fractura da rocha, mas o aspecto da figura e a forma da cabeça lembram uma ave, algo similar, ainda que não idêntica, à que se encontra na rocha 34 do Vale de José Esteves. A confirmar-se será uma novidade, tendo em conta a extrema raridade destas representações na arte do Côa, mas não é uma identificação segura, e só um levantamento rigoroso da figura poderá confirmar ou não esta hipótese.

### **6.1.9. Bulha.**

Em tempos chegou a estar inventariado no conjunto da arte do Côa um sítio designado como “Alto da Bulha”, com o qual não se deve confundir este sítio. Como referimos com mais detalhe no capítulo dedicado ao Vale de José Esteves, essa designação foi abandonada e já não consideramos esse local e as suas rochas como sendo um sítio separado de arte rupestre.

A Bulha foi primeiramente inventariada em finais de 2005, com a descoberta da rocha 1. Em Julho e Agosto de 2006 fizemos a prospecção sistemática de uma área que nos parecia a mais promissora para a existência de arte rupestre, e onde se englobava a rocha já descoberta, tendo-se descoberto e inventariado grande quantidade de rochas, chegando-se ao número de 40, referido no inventário desse ano (BAPTISTA & REIS 2009: 174-175). Já em 2007, outras duas rochas são acrescentadas ao inventário. A primeira surge por desdobramento da rocha 30, em que decidimos considerar a extremidade direita daquela rocha, muito mais recuada que o restante painel, como sendo um registo separado, e que foi inventariado como a rocha 41. Em Abril, a rocha 42 apareceu em mais uma mancha de prospecção sistemática adjacente à anteriormente realizada, sendo esta a quantidade referida no último inventário (REIS 2011: 120-123). Por fim, em Dezembro de 2010 detectamos uma nova rocha dentro da área sistematicamente prospectada, com um ou dois motivos paleolíticos de muito difícil visualização e que tinham escapado à nossa observação, sendo registada com o número 43.

É uma encosta bastante inclinada, voltada a Leste sobre o Douro, contida entre Vale de Cabrões a Norte e a Vermelhosa a Sul, iniciando-se à cota de 360 metros. Junto ao rio estende-se por 950 metros, mas a sua área pode-se dividir em duas partes distintas. A metade Sul, a mais elevada do sítio e confinante com o sítio da Vermelhosa, é marcada por duas linhas de escorrência de água que convergem na parte inferior, terminando numa única linha afluente do Douro, e que delimitam um marcado triângulo na parte superior. Este triângulo tem 360 metros de comprimento e 320 de largura, e todas as rochas conhecidas estão no seu interior. Foi esta a área que prospectamos de forma sistemática. É possível que possa haver ainda mais uma ou outra rocha por descobrir nas áreas periféricas no exterior das duas linhas de água, e no seu término conjunto sobre o Douro, mas a escassez de afloramentos e a vista de olhos que já demos (sem resultados) tornam isso pouco provável. Por outro lado, a metade Norte do sítio, que confina com Vale de Cabrões, é uma encosta contínua, com 560 metros de comprimento máximo, bastante mais baixa que a anterior, e onde existem bastantes afloramentos, particularmente na metade inferior. Poderá haver aqui rochas historiadas por descobrir, se bem que numa primeira vista de olhos que já realizamos não se tenha descoberto nenhuma, tendo-se constatado que a qualidade das superfícies é consideravelmente inferior à da área Sul.

Todas as gravuras de todas as épocas são filiformes. A Idade do Ferro domina claramente, tanto quantitativa como qualitativamente, estando representada em 25 rochas. Segue-se o Paleolítico Superior, em 18 rochas, e a Época Moderna, em oito rochas.

A Época Histórica está pouco representada, mas tem alguns elementos de interesse. Na rocha 18 surgem umas toscas cruces sobre motivos paleolíticos, de provável carácter apotropaico. As rochas 23, 27 e 28 encontram-se todas perto umas das outras, e é possível que estejam mutuamente relacionadas. A última tem uma única figura de uma mulher, perto da rocha 27 onde surge uma figura de homem manuseando um ancinho, numa raríssima cena da vida quotidiana. Na rocha 23, o seu painel vertical faz a parede de fundo de um casebre agrícola, sendo quase certo que as gravuras se relacionam com a actividade associada a esta construção. Consistem na representação de um homem e uma mulher, provavelmente um casal, associados a um nome, um barco, algumas aves, e as datas de 1844 e 1846. O homem maneja uma espingarda com baioneta e ostenta um chapéu alto militar com pluma, facilmente identificável nos fardamentos militares do século XIX, sendo assim, provavelmente, uma invulgar representação popular de um soldado do exército português, em tempos pouco posteriores às invasões francesas e à guerra civil.

O Paleolítico Superior está mais representado, mas a Bulha está longe de ser dos sítios mais interessantes deste período. Salientam-se as figuras estriadas, essencialmente cervídeos. É de relevar, no entanto, a sua variabilidade tipológica que, dentro da categoria genérica “cervídeo de traço múltiplo”, mostram uma apreciável diversidade, não só de rocha para rocha mas também dentro de um mesmo painel, no que é uma característica típica das figuras da fase final de gravação do Paleolítico Superior da região. Um estudo tipológico mais detalhado ainda está por fazer mas, a título de exemplo, salientaríamos a grande semelhança entre a cerva da rocha 14 e a cerva da rocha 40 da Foz do Côa, com a cabeça muito parecida e talvez feitas pela mesma mão. Encontram-se ainda cervídeos de traço múltiplo nas rochas 18, 25, 26 e 35, e outras figuras indeterminadas de traço múltiplo nas rochas 37, 42 e 43. Uma bela cerva na rocha 18 foi feita com um misto de traço inciso e raspado, aproveitando as características cromáticas da zona do painel onde se encontra, destacando-se visualmente de forma muito evidente, num efeito provavelmente intencional. Na rocha 42 surge uma figura ovalada em traço múltiplo que poderá ser um peixe, ainda que essa não seja uma interpretação segura.

Claramente, é na Idade do Ferro que este sítio se realça, pela quantidade de rochas e motivos, bem superior à de outros períodos cronológicos, mas também pela qualidade, originalidade e diversidade dos motivos e das cenas que apresenta. Aliás, consideramos a Bulha como um dos principais sítios da Idade do Ferro da arte do Côa, absolutamente fulcral para o estudo das gravuras deste período, mesmo nesta fase em que as suas rochas são ainda insuficientemente conhecidas e muito está por decifrar. A panóplia de motivos e cenas é típica: armas, geométricos, animais diversos e figuras humanas, que ocasionalmente integram cenas de caça ou de combate. As armas são poucas, quase todas lanças e quase sempre associadas às figuras humanas existentes. As excepções estão nas duas lanças da rocha 40 e na grande lança da rocha 18, muito semelhante às que se encontram na rocha 8 do Vale de José Esteves. Existe uma duvidosa figura de escudo segurada por um antropomorfo na rocha 35. Também nesta rocha se encontra uma figura humana que maneja uma lança numa mão e uma falcata noutra, uma das raras representações de utilização directa de falcatas que conhecemos na região.

O conjunto de animais e geométricos é grande, presentes em quase todas as rochas, e a conjugação destes dois tipos num motivo de grande complexidade da rocha 19, que se assemelha a um entrelaçamento ovalado de vários animais (de espécie indefinida), é de grande originalidade. As figuras zoomórficas seguem os tipos conhecidos, essencialmente cavalos e cervídeos, com alguns canídeos mais raros, destacando-se o cavalo de traseira em ferradura da rocha 6, o conjunto de cavalos e cervídeos das rochas 16 e 19, o grande cavalo de longo pescoço da rocha 39, similar ao da rocha 35 do Vale de Cabrões, ou o veado da rocha 41. As figuras geométricas de cariz abstracto são também numerosas, associando-se em regra aos outros motivos. Na rocha 8 os motivos geométricos são a temática exclusiva no painel, feitos com traços vigorosamente

gravados num conjunto de excelente estética, e consistindo nos dois tipos de geométricos mais abundantes na arte proto-histórica do Côa: ziguezagues e reticulados.

Mas é a grande quantidade e qualidade das figuras antropomórficas que torna este sítio um pouco diferente. Nas 25 rochas com motivos da Idade do Ferro, pelo menos dez apresentam figuras humanas, uma percentagem superior ao comum, se bem que em duas das rochas as figuras sejam pouco evidentes (rochas 30 e 41). Figuras de cavaleiros são apenas duas, nas rochas 7 e 21, pouco expressivas. Na rocha 16 um tosco antropomorfo é quase igual a outro que surge na rocha 31, provavelmente feitos pela mesma mão. Nesta última rocha surge outra figura humana com o corpo torcido numa posição de “dançarino”, numa perspectiva única na arte do Côa. Na rocha 13 surgem duas interessantes figuras lado a lado, de braços ao alto em posição “orante” (da interpretação dos antropomorfos em posição “orante”, ver REIS 2011: 86), uma com um pequeno penacho na nuca, a outra com cinto. Na rocha 19 encontra-se uma original figura, pesada, de cabeça disforme, sem braços e de penacho “frontal”, sobre a qual já colocamos a hipótese de se tratar de uma figura mitológica (REIS 2011: 87). Na rocha 38 há uma cena de combate entre cinco guerreiros, que já descrevemos com detalhe em texto anterior (REIS 2011: 94-95). Destaque-se ainda a peculiar associação destes combatentes a uma égua que amamenta a sua cria, com único paralelo na rocha 42 de Vale de Moinhos, em que um guerreiro com lança se associa a um animal que amamenta uma cria. Mas é a profusão de figuras da rocha 35 que se destaca, salientando-se o conjunto variado de antropomorfos, pelo menos oito, feitos por diferentes mãos presumivelmente em alturas diferentes. Há duas que integram o lote dos melhores motivos proto-históricos da arte do Côa: uma figura vista de frente segura ao alto nos braços um cervídeo trespassado por duas lanças, numa cena de caça com mais figuras, nomeadamente canídeos; noutro caso, um guerreiro de perfil segura um cervídeo pela cauda enquanto brande uma lança de ponta triangular<sup>21</sup>. Saliente-se que este é o único exemplo, de momento, em que duas cenas de caça distintas partilham o mesmo painel.

#### **6.1.10. Vermelha.**

As primeiras gravuras deste pequeno mas importante sítio foram descobertas em Junho de 1995 por José Constâncio, habitante de Vila Nova de Foz Côa (ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: 403), conhecendo-se nesta fase inicial pelo menos três rochas. Em 1996, um grupo de investigadores liderado por Mila Simões de Abreu levou a cabo trabalhos no sítio e, embora não digam explicitamente o número total de rochas que conhecem, referem o levantamento gráfico de seis rochas (ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: 404). Em 1997 são conhecidas já oito rochas (BAPTISTA & GOMES 1997: 214-215), número que, certamente por lapso, desce para sete dois anos mais tarde (BAPTISTA 1999: 19). Em 2000 as rochas conhecidas sobem para dez, referidas nos inventários seguintes (BAPTISTA 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 191-192). Em 2003 descobre-se mais uma. Em Maio de 2006, quando efectuamos a realocização de todas estas rochas, descobrimos outra, sendo doze as referidas nos inventários seguintes (BAPTISTA & REIS 2009: 174; REIS 2011: 120-123). Em Novembro de 2011 prospectamos sistematicamente toda a margem esquerda, subindo o total para 24 rochas.

É uma pequena linha de escorrência de água na encosta para o Douro. Nasce na orla do planalto, à cota de 370 metros, e percorre 950 metros, na direcção Oeste-Leste. O sítio delimita-se entre a Bulha, a jusante, e o Vale de José Esteves, a montante. O vale, embora bem evidenciado, é pouco profundo, não ultrapassando os 50 metros de profundidade máxima, numa largura

---

<sup>21</sup> Para além do seu ineditismo, há dois outros factores que adicionam à originalidade destas cenas. Na primeira, a raridade da exibição do falo do antropomorfo, que se constata nas rochas 3 da Vermelha, 93 da Foz do Côa, 3 de Vale de Cabrões, e pouco mais. Por contraposição, são abundantes os animais desenhados com falo destacado: cavalos, cervídeos e canídeos. Na segunda cena, a existência de uma ave, outro tema raríssimo (cf. REIS 2011: 88-89), que observa a cena por cima.



máxima de 300 metros, que se reduz a pouco mais de 100 metros no troço final. Esta pequena linha de água não tem muitos afloramentos, e a maioria dos que existem concentra-se na parte final perto do Douro e na margem esquerda, onde se conhecem quase todas as rochas inventariadas. Apenas duas rochas gravadas se conhecem mais para cima, a cerca de 250 metros das restantes, estando uma em frente à outra em ambas as margens. A rocha 14 é a única que se encontra na margem direita, numa área onde se concentram alguns afloramentos propícios.

Há apenas duas rochas com gravuras de Época Histórica, doze rochas com gravuras da Idade do Ferro e outras tantas com gravuras paleolíticas, registando-se ainda quatro com gravuras de cronologia indeterminada, incluindo a rocha 14 na margem direita.

As gravuras modernas são irrelevantes neste sítio, limitando-se a alguns traços sem nexos em duas rochas. Do Paleolítico Superior destaca-se claramente a rocha 1, com grande quantidade de figuras de cervídeos, na maioria de traço múltiplo, incluindo figuras de grande dimensão (cf. BAPTISTA 1999: 140-141, 144-146)<sup>22</sup>. A rocha 3 tem algumas figuras indeterminadas de traço múltiplo, a rocha 4 tem uma única figura de cerva de traço múltiplo num pequeno painel ao nível do solo que serve de base a um grande muro de socalco. Na rocha 10 regista-se outro cervídeo de traço múltiplo, tal como na rocha 2. Na rocha 18 surge um quadrúpede indeterminado delimitado a contorno de traço múltiplo. As rochas 8, 11, 20 e 22 apresentam, cada uma, um único motivo de traço múltiplo, de cariz indeterminado nos dois últimos casos, e possíveis figuras de peixes nos dois primeiros. Por fim, na rocha 2, para além do cervídeo já referido (BAPTISTA 1999: 144), encontram-se bastantes figuras ainda por decifrar, cobertas por líquenes, e algumas pequenas figuras de traço simples. Estas consistem em dois caprinos (BAPTISTA 1999: 142-143), e em dois animais de difícil interpretação, ambos incompletos por fracturação, e que poderiam ser representações de lagomorfos (ou seja, coelhos ou lebres). A confirmar-se, seriam as únicas conhecidas na região da arte do Côa (cf. REIS 2011: 106-107).

As gravuras da Idade do Ferro, presentes na mesma quantidade de painéis que as paleolíticas, são muito mais abundantes. Entre as rochas menos importantes, destaquem-se as variadas figuras geométricas das rochas 6, 7, 8, 10, 15, 16 e 19, consistindo sobretudo em reticulados e zigzagues, e os animais (cavalos e cervídeos) das rochas 10, 13, 17 e 19. Mas são claramente as rochas 1 e 3 que dominam o sítio, ambas com enorme quantidade de figuras dispersas por painéis de grande dimensão. A rocha 1 tem mais figuras, na maioria por interpretar devidamente pelo denso palimpsesto em que surgem, numa complicada mistura de figuras paleolíticas e proto-históricas. É mais conhecida pela figura de cavaleiro sobreposta a uma cerva paleolítica de traço múltiplo (ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: fig. 4; BAPTISTA 1999: 146-147), tendo ainda dois outros cavaleiros, e mais animais e geométricos (cf. ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: fig. 7; BAPTISTA 1999: 168-169).

Há um primeiro levantamento publicado da rocha 3 (ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: figs. 1, 2, 5 e 8)<sup>23</sup>. Tem algumas deficiências face à realidade, como já foi salientado (LUÍS 2009b: 219-220). Surge um conjunto de figuras antropomórficas na extremidade esquerda da rocha 3 (ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: fig. 5) que são interpretadas como orantes (LUÍS 2009b: 227), isto é, figuras humanas, desarmadas, com os braços erguidos ao alto. Na realidade, das três figuras em causa, uma é um estranho motivo, talvez um quadrúpede ou a parte inferior de um antropomorfo, mas sem braços, outro é uma figura antropomórfica quase completa, mas novamente sem braços, e a terceira é um antropomorfo completo de braços erguido ao alto, mas que segura numa das mãos o que parece indubitavelmente uma pequena arma, talvez um punhal ou, tendo em conta o ângulo existente entre o cabo e a lâmina, uma faca afalcatada. A existência de uma arma, à partida, classificaria esta figura como um guerreiro. No entanto, se for efectivamente uma faca afalcatada, na única representação na região de uma arma do género empu-

<sup>22</sup> A figura de cerva das páginas 144-145 está na rocha 1 e não na rocha 2, como é por lapso indicado no livro.

<sup>23</sup> Neste texto, a chamada rocha 4 corresponde à rocha 3 do nosso inventário da arte do Côa.

nhada por uma figura humana, poderia de facto apoiar a hipótese de se tratar de uma cena de cariz religioso, uma vez que são armas com funções primordialmente cerimoniais, sendo usadas, por exemplo, em contextos sacrificiais (cf. QUESADA SANZ 1997: 165-168).

Num pequeno sector do painel da rocha 3 concentram-se grande parte das figuras desta rocha, várias das quais integram a conhecida cena de combate (ABREU, Mila Simões, *et alii*, 2000: figs. 1, 2 e 8). Uma grande figura de guerreiro, com penacho na nuca, cinto apertado, e armado de lança e escudo, domina o conjunto. Por baixo encontra-se um combate de dois guerreiros, ambos fálicos, de penacho e cinto, armados também de escudo e lança (BAPTISTA 1999: 167). Mais abaixo ainda uma cena única na arte proto-histórica do Côa, duas aves, provavelmente necrófagas, debruçam-se sobre um grande peixe. Muitos outros motivos se encontram em volta destas figuras principais. Luís (2009a: 141) apresenta uma descrição bastante completa desta cena, da qual acertaríamos alguns detalhes. Não é fácil, face à profusão de figuras em todo o painel, determinar o que integra ou não a cena, e o critério é procurar os motivos de estilo, traço e pátina semelhante, que aparentem ter sido feitos pela mesma mão. Assim, face a esta descrição, incluiríamos ainda no grupo de figuras integradas na cena um esboço de figura humana, só com cabeça e parte do tronco, situado logo por cima do cavalo atado à cintura de um dos combatentes. Também um outro cavalo situado por baixo deste mesmo combatente fará parte da cena, assim como um estranho símbolo geométrico em forma de guitarra, colocado logo abaixo de um dos pés do segundo combatente. Por outro lado, duvidamos da interpretação de uma figura à direita da cabeça da grande figura de guerreiro, e que é descrita como sendo uma ave necrófaga com o bico terminando numa dupla linha ondulada. Esta suposta figura, situada num complicado palimpsesto de inúmeros traços de diferentes motivos, parece-nos na verdade ser uma conjugação de várias coisas diferentes: um quadrúpede indeterminado de traço múltiplo paleolítico e vários traços e motivos da Idade do Ferro, incluindo um cavalo. Por cima da cabeça deste há mais um conjunto de motivos, incluindo um pequeno quadrúpede paleolítico e um reticulado, que poderá também fazer parte da cena.

Já anteriormente exprimimos dúvidas sobre a inclusão do conjunto das duas aves e peixe nesta cena, e se não deverão antes ser consideradas como uma cena apartada (cf. REIS 2011: 88-89). De facto, olhando para o estilo das figuras, o tipo de traço e a sua pátina, estas três figuras parecem-nos ligeiramente diferentes das restantes, com uma possível excepção, e que é a grande figura de guerreiro. Não nos custa admitir que a mesma mão tenha feito as aves, o peixe e o grande guerreiro, mas talvez não as restantes. Por outro lado, olhando atentamente as várias figuras, reparamos noutro detalhe: as figuras da cena dispersam-se ordenadamente pelo painel, quase sem sobreposições exceptuando precisamente o grande guerreiro: um dos seus pés sobre põe-se à mão e à lança de um dos combatentes. Este é outro factor que apoia a hipótese de que se poderá separar esta composição em, pelo menos, dois momentos distintos: por um lado, o grande guerreiro, possivelmente acompanhado das duas aves e do peixe; por outro lado, a cena de combate e restantes figuras. Aceitando esta separação, não sabemos qual será a ordem de composição. Considerando as semelhanças entre os três guerreiros, parece-nos que pertencem a um mesmo momento cultural, e pouco tempo deverá mediar entre os conjuntos.

Sem grande dúvida pertencentes à cena de combate com os dois guerreiros são duas figuras peculiares e únicas na arte do Côa, uma ao lado esquerdo do grande guerreiro, representada apenas da cintura para cima, com a parte central do corpo alargando-se no que poderia ser o princípio de um vestido, levando as mãos à cabeça onde segura o que parece ser um vaso; a outra situada por baixo dos dois combatentes, desenhada de forma similar a estes, mas apenas com uma perna e com uma cintura muito mais fina, sem braços, mas tendo na cabeça o que lembra fortemente os capacetes de cornos conhecidos de alguma iconografia do Bronze Final/Idade do Ferro do Centro/Sul Peninsular, nomeadamente de algumas das chamadas estelas de guerreiro. No entanto, por comparação com a figura anterior, é possível que se trate de algo similar ao

que esta tem na cabeça, algum tipo de vaso. Luís (2009b: 226) considera que não se tratará de figuras femininas, por pelo menos uma delas ter características semelhantes às dos combatentes, mas estas características são unicamente o delinear genérico da figura humana, e estão conspicuamente ausentes de ambas as armas, os penachos, a postura ofensiva e os falos, sendo de notar que estão ambas em posição secundária face às dominantes figuras dos guerreiros. Parece-nos assim possível, tendo em conta as suas características, a sua posição dentro da cena e os possíveis vasos à cabeça, que sejam efectivamente figuras femininas. Concordamos, no entanto, que lhes faltam elementos mais evidentes que lhes definam inequivocamente o sexo. Por outro lado, a interpretação em conjunto dada às duas figuras vem apenas do facto de ambas terem à cabeça algo que se assemelha a um vaso. A coincidência é assinalável, e não deve ser ignorada de ânimo leve, mas podemos também considerar a hipótese de se tratar da representação de duas coisas diferentes. Desde logo, diferentes são também estas duas figuras humanas, representadas de forma muito distinta, tendo a primeira, com a sua pequena boca aberta, as mãos sobre a cabeça e o eventual vestido, uma aparência mais feminina do que a segunda. Quanto aos objectos por cima das cabeças, no primeiro caso trata-se indubitavelmente de um vaso de algum tipo, com o fundo representado por cima da cabeça. No segundo caso, no entanto, não existe representação do fundo, este confunde-se com a cabeça da personagem, e as paredes do suposto vaso arrancam directamente da cabeça. Como Luís refere (2009b: 226), este tem uma aparência similar a um capacete de cornos, iconograficamente conhecidos em diversas das estelas de guerreiro do Centro/Sul peninsular. Assim, uma outra hipótese a aplicar a esta figura seria que se poderá tratar de mais uma figura de guerreiro, incluída directamente no combate, pois está logo ao lado e abaixo dos dois combatentes, aos quais se assemelha fortemente, mas sendo representado sem braços e só com uma perna, para além do referido possível capacete de cornos. A inclusão deste tipo de capacetes nesta cena não seria necessariamente um anacronismo, pois as datações avançadas para as estelas acima referidas são do Bronze Final/Primeira Idade do Ferro, coexistindo com as lanças com conto, tal como são representadas na cena (cf. CELESTINO PÉREZ 2001; QUESADA SANZ 1997: 427-431).

#### **6.1.11. Vale de José Esteves.**

O chamado sítio do Alto da Bulha foi primeiramente referido em 1999, mencionando-se então a existência de duas rochas, e publicando-se uma cena sexual envolvendo quatro canídeos da Idade do Ferro (BAPTISTA 1999: 19, 176-177). As referências a este sítio continuam ainda por algum tempo (BAPTISTA 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 192; neste último caso associando por engano o local a Vale de Cabrões). No entanto, aquilo que se designava como sítio do “Alto da Bulha” era simplesmente a parte superior do troço mais encaixado do Vale de José Esteves, não havendo qualquer separação lógica e perceptível entre os dois sítios, pelo que a sua inventariação separada não só não fazia sentido topograficamente como contrariava as normas de inventariação até aí seguidas. Assim, decidiu-se anular o sítio do Alto da Bulha e inventariar as suas duas rochas até aí registadas dentro do sítio do Vale de José Esteves (cf. BAPTISTA & REIS 2009: 173-174, onde primeiro se refere esta alteração no inventário). A antiga rocha 1, com gravuras paleolíticas e da Idade do Ferro (incluindo os quatro canídeos referidos), passou a ser a rocha 19, e a rocha 2 passou a rocha 20.

As primeiras rochas na parte inferior deste vale são descobertas em Outubro de 1994 (REBANDA 1995a: 8; 1995b: 12), mas só em 1995 se inventariará adequadamente este sítio. Nos finais deste ano conheciam-se dez rochas, que sobem para doze em 1997, referidas no Relatório (BAPTISTA & GOMES 1997: 214-215). Dois anos mais tarde são referidas apenas dez (BAPTISTA 1999: 19), mas o lapso é corrigido nos inventários seguintes (BAPTISTA 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 192). Este número vai subindo paulatinamente com a investiga-



ção e, incluindo as duas rochas previamente inventariadas como pertencendo ao extinto sítio do “Alto da Bulha”, fixa-se em 23 no ano de 2006, que é o referido no último inventário (BAPTISTA & REIS 2009: 173-174). Em 2007 fizemos a prospeção sistemática de quase todos os conjuntos de afloramentos existentes na margem esquerda do vale, detectamos ainda mais uma rocha isolada na margem direita, e o número total de registos subiu para 63. Já em Julho de 2009, durante uma campanha de desenho da rocha 19, reparamos na existência de mais uma rocha gravada ao lado daquela, que tinha escapado à detecção durante a prospeção, e com a qual subiu o número para 64 registos, referido no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em princípios de 2011 Thierry Aubry e Luís Luís, do PAVC, descobriram mais duas rochas, desta vez na margem direita perto da rocha 61, e em Março de 2011 descobrimos a última rocha na margem esquerda, fixando o total em 67 registos.

Esta ribeira nasce no planalto, dentro da área urbana de Vila Nova de Foz Côa, tendo uma extensão total de 4800 metros. Na área planáltica percorre um longo troço de 3550 metros, descendo paulatinamente dos 420 para os 350 metros, num percurso bastante sinuoso. Mantém uma orientação Sudoeste-Nordeste, que inflecte para Leste ao iniciar a escavação do vale na encosta final sobre o Douro. Este troço final mede 1250 metros, num vale que atinge os 170 metros de profundidade e uma largura de 770 metros.

Em princípio, e salvo erro, não deverá haver mais rochas por descobrir na margem esquerda, pois não deixamos conjuntos rochosos por ver. A margem direita, onde se conhecem quatro rochas, precisa de ser mais intensamente prospectada, pois há mais afloramentos que não foram vistos, particularmente nas zonas intermédias e superior.

Com a prospeção sistemática, o Vale de José Esteves subiu ao terceiro lugar na listagem dos sítios com mais registos, e integra o conjunto de sítios densamente gravados que rodeiam o ponto de encontro entre o Côa e o Douro. É dos sítios fulcrais para o estudo da arte do Côa, tanto para o Paleolítico Superior como para a Idade do Ferro, mas é ainda pouco conhecido. Todas as gravuras de todas as épocas são filiformes, com excepção de pequenas nuvens de pontos picotados em algumas rochas com gravuras paleolíticas, como nas rochas 4 e 13. Nalgumas figuras da Idade do Ferro, nomeadamente na rocha 19, esse traço foi sucessivamente repassado e aprofundado, formando a “abrasão filiforme” que referimos. Recentemente, a rocha 16 foi desenhada e os primeiros resultados publicados (BAPTISTA 2008a; 2008b: 112, 114-129).

Com os resultados da prospeção, as características distributivas das rochas conhecidas alteraram-se bastante face ao que tinha sido previamente publicado. Reconhecemos cinco grandes grupos de distribuição das rochas conhecidas, a cotas diferentes, desde as zonas mais elevadas até ao leito da ribeira. Pode-se dizer que, de uma forma geral, esta distribuição segue a própria disponibilidade de afloramentos com painéis verticais propícios, e as áreas entre estes grupos estão quase despidas de afloramentos. O grupo mais elevado situa-se aproximadamente a meio do vale, perto da orla do planalto, entre as cotas 350 e 330, e compõe-se de seis rochas, em que dominam claramente os motivos da Idade do Ferro, embora surja uma ou outra figura paleolítica. O grupo mais a jusante (correspondente ao extinto “Alto da Bulha”) está a meia encosta e tem cinco rochas, quase exclusivamente com motivos da Idade do Ferro, apenas com algumas escassas figuras paleolíticas no enorme painel da rocha 19. A rocha 67 encontra-se isolada a cerca de 200 metros de distância da rocha 19, assinalando o princípio da distribuição das rochas gravadas, a meia encosta, quase no início do encaixe do vale e a cerca de 1100 metros de distância da embocadura da ribeira com o Douro. Na zona central do vale, de um e outro lado de uma linha de água que o divide a meio, ficam outros dois grupos. O mais pequeno fica a jusante, tendo sete rochas, todas perto da ribeira, e inclui a rocha 16, na margem direita quase encostada ao leito. O seu repertório divide-se entre o Paleolítico Superior e a Idade do Ferro, que apenas se misturam na rocha 16. O grupo mais a montante é maior, compondo-se de 16 rochas, incluindo as rochas 61, 65 e 66, que estão na margem oposta em frente às restantes. Grande

parte das rochas estão perto da linha de água, mas algumas sobem até ao meio da encosta. Para além de uma ou outra rocha com gravuras de cronologia indeterminada e apenas uma com gravuras modernas, o conjunto figurativo divide-se, mais ou menos equitativamente, entre o Paleolítico Superior e a Idade do Ferro, que se misturam em diversas rochas. Por fim, a embocadura da ribeira é, claramente, a zona fulcral do sítio. Aqui o vale é estreito e a encosta muito mais baixa, com a zona encaixada iniciando-se apenas à cota de 170 metros, e as 32 rochas conhecidas, quase metade do total conhecido, distribuem-se num curto espaço, em altura e em comprimento (pouco mais de 100 metros), todas na margem esquerda, aproveitando a enorme densidade de afloramentos, e com alguns painéis de enorme dimensão. Algumas das rochas da parte superior do grupo estão já numa zona aplanada, em que a altura dos painéis é reduzida. Novamente, e com excepção de algumas poucas gravuras indeterminadas ou modernas, o Paleolítico Superior e a Idade do Ferro dividem o repertório, raramente se encontrando nos mesmos painéis. À semelhança do vizinho sítio da Vermelhosa, é altamente provável que algumas rochas tenham sido destruídas pela abertura do caminho-de-ferro, em finais do século XIX, que corta a sequência rochosa junto ao Douro, e não sabemos se não haverá ainda mais algumas por descobrir na zona da embocadura actualmente submersa.

Cinco rochas têm gravuras de Época Histórica, enquanto a Idade do Ferro e o Paleolítico Superior estão representados em quantidades muito semelhantes, o primeiro período em 33 rochas e o segundo em 34. Seis rochas têm gravuras indeterminadas.

A Época Histórica está pouco representada e tem escassa valia, destacando-se na rocha 2 uma figura de barco a vapor, numa moldura decorada e associada a uma assinatura e à data de 1968. Na rocha 51 surge uma interessante representação de um casal de braço dado, a mulher representada de saia e o homem exibindo o falo, ambos com corpo exuberantemente decorado e aparentemente representando padrões da vestimenta, num painel situado perto de arruinadas construções agrícolas. Nas rochas 63 e 66 surgem figuras reticuladas, que serão possíveis jogos.

Na Idade do Ferro destaca-se a inusitada quantidade de painéis de grandes dimensões densamente gravados com muitas figuras em quase toda a sua área útil. É o caso das rochas 3, 7, 8, 18, 19, 26, 27, 48 e 59. Ainda que tais critérios sejam sempre discutíveis, consideramos a rocha 19, na parte superior do vale, a mais interessante do conjunto, tendo enorme variedade de figuras e estilos, incluindo muitos animais, figuras geométricas e figuras antropomórficas, e de que a referida cena sexual entre dois pares de canídeos é apenas uma pequena parte. Muito perto, na rocha 20, encontram-se das mais complexas e espectaculares figuras geométricas de toda a arte do Côa. Na rocha 18 salienta-se um pequeno conjunto de figuras que, até ao momento, são exclusivas desta rocha, e que serão possivelmente representações de criaturas mitológicas. Consistem em canídeos, com um só corpo mas duas cabeças, uma em cada extremidade do corpo, cada uma com o respectivo par de patas e com a cabeça em posição torcida a olhar para trás, fitando-se mutuamente. Na rocha 7 destacaríamos as raras figuras de carniceiros, canídeos de boca aberta mostrando os dentes. A rocha 8 salienta-se pelo enorme tamanho das suas figuras, algo raro na arte proto-histórica da região, que privilegia figuras pequenas, havendo um enorme antropomorfo incompleto, alguns grandes animais e, sobretudo, uma ampla colecção de lanças, algumas de dimensão surpreendente. A rocha 26 destaca-se pela elegância de alguns dos seus cavalos, a rocha 59 por um interessante conjunto de geométricos, e muitas mais rochas e motivos se poderiam destacar. No entanto, nota-se a ausência, pelo menos antes de estudos mais aprofundados, de cenas com figuras humanas.

Se a rocha 19 se salienta na Idade do Ferro, é a rocha 16 que, sem grande dúvida, assume esse protagonismo no Paleolítico Superior. A sua colecção de motivos (na maioria de traço múltiplo e pertencentes ao momento final da época paleolítica) tem enorme qualidade e originalidade no contexto da arte do Côa (BAPTISTA 2008a; 2008b: 108-129). Destaca-se a representação familiar de um grupo de cervídeos, com macho, fêmea e cria, e muitos outros animais, de todas

as espécies típicas da arte do Côa, associadas a uma rara profusão de signos, incluindo um amplo conjunto de signos triangulares que poderiam ser uma representação algo estilizada do sexo feminino, ainda que outras interpretações sejam também possíveis. Também na rocha 13 surge uma representação de uma manada de cervídeos em traço múltiplo, em que um grande macho olha para um grupo de fêmeas. Na rocha 4, de enorme qualidade técnica e estética, salienta-se a estreita relação entre signos e animais, mais aprofundada ainda que na rocha 16. Entre muitas outras rochas e figuras, podemos ainda salientar a original colecção de animais, em traço simples e múltiplo, da rocha 5, sobretudo um excelente auroque em traço múltiplo (uma raridade nessa espécie), um peixe em posição vertical, ou um grupo de pequenas e estranhas figuras, de estilo muito próprio e único, e que poderão ser representações de minúsculos auroques. Na rocha 40 surge um enorme veado em traço múltiplo, com algumas semelhanças, no estilo, técnica e tamanho, com o veado da rocha 41 da Foz do Côa. Por fim, na rocha 34, entre outras figuras, merece grande destaque a sua figura de ave, a única claramente identificada até ao momento na região, bem mais evidente que as eventuais outras aves assinaladas na rocha 57 de Vale de Cabrões ou na rocha 4 da Ribeira da Cabreira (cf. REIS 2011: 108-109).

### **6.1.12. Ribeira do Picão.**

A primeira rocha gravada foi-nos mostrada em Julho de 2006 pelo senhor Manuel António, da aldeia do Orgal, e foi a única referida no inventário desse ano (BAPTISTA & REIS 2009: 188). No entanto, no final desse mesmo ano já conhecíamos mais três rochas e, em Agosto de 2008, mais uma foi inventariada, por intermédio de Dalila Correia, fazendo o total de cinco referidas no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em Agosto de 2012 prospectamos o sector central da ribeira, chegando-se às dez rochas actualmente conhecidas.

É o primeiro sítio que, na margem esquerda do Douro, surge a montante da embocadura do Côa. A ribeira nasce à cota 430 metros na orla do planalto, a Leste da aldeia do Orgal, e inicia logo a escavação do vale encaixado. Tem um percurso de Sul para Norte, numa extensão de 2670 metros. O vale é profundo, atingindo os 150 metros, mas de perfil assimétrico. As encostas do lado direito têm declives acentuados, culminando numa estreita cumeada que a separa do vale da ribeira da Cabreira. As encostas do lado esquerdo são mais largas e abertas, confluindo com a longa encosta que se estende até à foz do Côa, e têm vários afluentes, alguns formando vales profundos, como a Canada da Moreira. Nas últimas centenas de metros o vale abre-se, tornando-se pouco profundo, e a entrada no Douro ocorria numa praia aplanada, hoje submersa.

Dentro da bacia hidrográfica desta ribeira estão inventariados dois outros sítios, a Canada da Moreira e o Garrido. O primeiro é um pequeno afluente da ribeira principal, o outro um trecho da parte superior da encosta, sobre o troço final do vale. O carácter coeso do conjunto de rochas gravadas de cada um destes sítios e a sua grande distância face às restantes rochas do vale justificam a sua inventariação separada. Quanto à ribeira, as rochas conhecidas encontram-se perto do leito, com excepção da rocha 5 que está a meia encosta, e quase todas na margem esquerda, com excepção da rocha 2. De uma forma geral, é um vale pouco rochoso em ambas as margens, com alguns conjuntos de afloramentos pouco densos e dispersos. Nenhuma área foi ainda sistematicamente prospectada, mas a prospecção feita até ao momento foi bastante completa, e é pouco provável que haja mais rochas por descobrir. O sector direito do vale apresenta mais e maiores afloramentos que a margem esquerda, de alto a baixo da encosta, mas alguns troços foram prospectados, constatando-se que na sua maioria estes painéis são de má qualidade, não apresentando gravuras, com a referida excepção da rocha 2. O conjunto das dez rochas divide-se em quatro grupos distintos: a montante, a rocha 5 surge isolada, a 1700 metros da foz. As rochas 1 e 10 encontram-se a 270 metros de distância, junto a uma pedreira abandonada cuja laboração talvez tenha destruído afloramentos gravados. A 360 metros a jusante está o principal

conjunto de gravuras do sítio, nas rochas 6, 7, 8 e 9. Por fim, 400 metros a jusante do grupo anterior, e a 700 metros de distância da foz, estão as rochas 2, 3 e 4.

É notória a ausência de motivos paleolíticos. Todas as gravuras são filiformes, com excepção de alguns motivos picotados da rocha 6. Sete rochas têm gravuras da Idade do Ferro, duas têm gravuras históricas. As rochas 7 e 10 apresentam conjuntos de traços de cronologia indeterminada, em ambos os casos possivelmente também da Idade do Ferro.

As gravuras mais recentes estão nas rochas 3 e 6. Nesta surgem alguns traços picotados, rectilíneos ou semicirculares, que pela pátina fresca, e por se sobreporem a gravuras da Idade do Ferro, podem ser considerados de Época Histórica. Na rocha 3 realça-se uma impressionante figura de Cristo crucificado, de grande detalhe figurativo, directamente associada à representação de um edifício com muitas portas e janelas, cujo significado desconhecemos (o templo de Jerusalém?).

Da Idade do Ferro, a rocha 1, com um grande grupo de animais da Idade do Ferro, apresenta um detalhe interessante que, não sendo único na arte do Côa, assume particular relevância neste painel, e que é o facto de misturar representações das figuras de animais em posturas diferentes: umas em posição normal, outras em posição vertical, e outras em posição invertida, de patas para o ar. Os animais são difíceis de identificar na sua espécie, mas na maioria poderão ser representações de cervídeos, e um deles está “trespassado” por uma lança, o que poderá indicar que se trata de uma cena de caça mas sem caçadores humanos o que, sendo raro, não é inédito na arte deste período do Côa, havendo casos similares na rocha 3 da Azenha ou na rocha 2 da Ribeira do Lodão. Pouco abaixo, a rocha tem um conjunto de traços formando um tosco reticulado, talvez também da Idade do Ferro. O principal grupo de rochas é dominado pela rocha 6, um grande painel de figuras, quase todas geométricas de difícil caracterização, e alguns animais muito indistintos. Surge também uma curiosa figura humana desarmada, de braço ao alto. Ao lado, a rocha 8 tem um amplo conjunto de animais de espécie pouco definida, talvez cavalos, e a rocha 9 apresenta dois geométricos similares, de forma subcircular com traços internos. Por fim, devemos mencionar também a rocha 2, localizada na margem direita da ribeira. Encontrava-se encostada a um caminho de terra batida e foi recentemente afectada pelo alargamento desse caminho, tendo sido destruída ou soterrada. Tinha poucos motivos da Idade do Ferro, pelo menos dois cavalos e alguns geométricos pouco expressivos.

### **6.1.13. Garrido.**

Descoberto em Abril de 2006, as seis primeiras rochas deste sítio foram incluídas nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 188; REIS 2011: 120-123). Em Maio de 2010 prospectamos a restante área do sítio, descobrindo mais nove rochas e perfazendo dezasseis.

É um grupo isolado mas relativamente denso de afloramentos, na parte superior da encosta do vale da ribeira do Picão, muito longe do leito desta linha de água e subindo à orla do planalto. Distribuem-se por duas zonas distintas mas contíguas da encosta, cada uma marcada por uma discreta linha de escoamento de água, entre as cotas 320 e 400 metros, numa extensão que não ultrapassa os 300 metros. As rochas gravadas formam dois grupos, com as seis primeiras a ser descobertas na zona mais a jusante (Norte). Toda a área foi sistematicamente prospectada em 2010, e não deverá restar mais nada por descobrir,

A Idade do Ferro domina esmagadoramente neste sítio, presente em 15 das 16 rochas. Há apenas duas rochas com gravuras modernas. Estas, na rocha 6, são apenas conjuntos de traços desconexos. No entanto, em duas situações, estes traços foram aplicados de forma intensa e repetida em zonas do painel onde existiam gravuras anteriores da Idade do Ferro, quase sucedendo na sua obliteração completa. É possível que esta acção “iconoclasta” não tenha sido intencional, porque há mais gravuras da Idade do Ferro nesta rocha que não foram afectadas. Na

rocha 4 surge um muito interessante conjunto de motivos modernos, que poderão formar uma cena de cariz popular, cujo sentido não discernimos. Entre outros motivos, encontra-se um cavaleiro ao lado de um outro animal, e duas peculiares figuras humanas, com largas vestimentas, voltadas uma para a outra com os braços estendidos e tendo os dois pares de mão unidos por dois longos traços. A existência de três cruces ao lado que parecem representar o calvário, com uma grande cruz central e duas pequenas de cada lado, poderá dar um sentido religioso ao conjunto.

Da Idade do Ferro, as figuras antropomórficas são escassas, apenas um cavaleiro com lança associado a cavalos na rocha 3, e um interessante par de figuras na rocha 5, associadas a um complexo geométrico, ambas de braços erguidos ao alto, não sendo perceptível se tem ou não armas. O sítio destaca-se pelos seus excelentes conjuntos de cavalos, ocasionalmente associados a um ou outro cervídeo, particularmente nas rochas 1, 2, 3, 6, 7, 11 e 13. Algumas rochas apresentam exclusivamente figuras geométricas, como no caso das rochas 10, 15 e 16, e talvez também a rocha 14, embora aqui os líquenes não permitam uma clara apreciação. A rocha 7 é a maior do conjunto, com alguns animais e geométricos, destacando-se uma enorme figura geométrica colocada na horizontal, pontiaguda em ambas as extremidades e alargando no meio, algo semelhante a uma arma.

#### **6.1.14. Canada da Moreira.**

As duas primeiras rochas deste sítio são descobertas em 1998 por João Félix e Manuel Almeida, do CNART. Em 1999 descobrem-se mais duas, sendo as quatro referidas no inventário desse ano e nos seguintes (BAPTISTA 1999: 19; 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 193). O número de registos continua a crescer lentamente nos anos seguintes, atingindo os oito em 2003. Em Abril de 2006 fizemos a realocação destas oito rochas, e descobrimos mais seis, sendo catorze as referidas nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 188-189; REIS 2011: 120-123). Em Outubro de 2010 descobrimos mais duas rochas, a rocha 15 na parte superior do vale e a rocha 16 na parte inferior, muito abaixo das restantes, sendo a primeira a aparecer nesta área. Em Fevereiro de 2012 fizemos prospecção sistemática na área envolvente das rochas 9, 10 e 14, descobrindo-se a rocha 17. Em Maio e Junho de 2012 fizemos a prospecção sistemática da área envolvente da rocha 16, na parte inferior da ribeira, em ambas as margens. Para além de realocar e inventariar as quatro rochas descobertas por Thierry Aubry e Luís Luís em finais de 2010 (AUBRY; LUÍS & DIMUCCIO 2012: 863-864)<sup>24</sup>, descobrimos ainda outras doze rochas. Por fim, em Julho de 2012 fizemos a prospecção sistemática da parte superior da ribeira, envolvendo as primeiras rochas conhecidas (rochas 1 a 8, 11 a 13), e descobrimos mais duas rochas, atingindo-se o total de 35 rochas inventariadas neste sítio.

É uma pequena e profunda ribeira, afluente da margem esquerda da ribeira do Picão, que nasce na orla do planalto ao lado da aldeia do Orgal, à cota de 400 metros. É formada inicialmente por duas curtas linhas de água que rapidamente se fundem num vale muito cavado, com um percurso de Sudoeste para Nordeste relativamente linear, numa extensão máxima de 1200 metros até ao encontro com a ribeira do Picão, à altitude de 190 metros. Mesmo esta pequena linha de água tem, por sua vez, um afluente ainda de menores dimensões, e existe um grupo de quatro rochas gravadas (rochas 9, 10, 14 e 17) na parte superior desta outra linha de água, na sua margem esquerda e perto da orla do planalto, algo distantes das restantes rochas gravadas. A ribeira é estreita, particularmente junto ao leito, não ultrapassando os 220 metros de largura máxima. Tem também um perfil assimétrico, sendo a encosta da margem direita, com aproximada-

---

<sup>24</sup> Rochas 22, 23, 24 e 25. O motivo mostrado na figura 14 (p. 864) está na rocha 25. Ao contrário do que é referido pelos autores, não encontramos motivos paleolíticos nesta área.



mente 100 metros de desnível, bastante mais elevada que da margem esquerda, que tem apenas 30/40 metros de desnível. Fez-se prospecção sistemática na maior parte da área do sítio, nomeadamente na margem esquerda, onde se concentra a maioria das rochas gravadas, e na parte superior da pequena linha de água afluente da ribeira, onde se encontram as rochas 9, 10, 14 e 17. Mais para baixo nesta mesma linha de água surge um pequeno grupo de afloramentos cuja prospecção não revelou a existência de rochas gravadas. A margem direita da ribeira no seu troço inferior foi prospectada com alguma profundidade, ainda que não de forma sistemática, e aqui surgem as três únicas rochas deste lado (rochas 22, 27 e 28). A margem direita na parte superior da ribeira apresenta alguns afloramentos, numa concentração superior à da metade inferior, mas ainda não foi vista, sendo neste momento o único sector que falta prospectar e onde poderá ainda aparecer mais uma ou outra rocha gravada. Diga-se que a prospecção junto ao leito da ribeira foi muito dificultada e ocasionalmente impossível, devido ao denso matagal que o reveste.

Todas as gravuras de todas as épocas são filiformes. Gravuras modernas encontram-se em três rochas, havendo quatro rochas com gravuras paleolíticas, e outras quatro rochas de cronologia indeterminada. Como é característico dos sítios nesta área da margem esquerda do Douro a montante do foz do Côa, a Idade do Ferro domina avassaladoramente, estando presente em 31 das 35 rochas, e sendo provável que algumas ou todas as quatro rochas consideradas de cronologia indeterminada sejam também da Idade do Ferro.

A Época Histórica está quase ausente e é pouco relevante, mas destaca-se uma figura humana feminina da rocha 5 que, pelas suas características, será provavelmente do mesmo autor da impressionante figura humana masculina da rocha 3 da Canada do Amendoal. O Paleolítico Superior está também pouco representado, havendo cervídeos de traço múltiplo nas rochas 1 e 2, um animal de traço simples na rocha 3 e, sobretudo, um excelente conjunto de figuras na rocha 7. Aqui, surgem figuras de traço simples, um caprino, um auroque e um cavalo, acompanhados de duas esbeltas e magníficas figuras de auroques, cuja qualidade estética está no melhor da arte do Côa, desenhadas com contorno de traço múltiplo e directamente associadas a um signo escalariforme vertical. Estas quatro rochas concentram-se num grupo coeso na parte superior do sítio, todas perto do leito da ribeira na margem esquerda, estando as gravuras paleolíticas ausentes da restante área do sítio, apesar da existência de bons painéis e condições favoráveis.

Este é um dos sítios em que melhor se nota a distribuição da maioria das rochas da Idade do Ferro em grupos coesos e relativamente compactos, em que uma ou duas rochas concentram grande quantidade de motivos, incluindo geralmente antropomorfos, e em seu redor se distribuem outras rochas gravadas com poucos motivos de diversos tipos. Na Canada da Moreira são observáveis quatro grupos bem distintos e um possível quinto grupo, menos óbvio, assim como duas ou três rochas mais isoladas que, à primeira vista, não se parecem encaixar neste padrão. O primeiro grupo encontra-se isolado na parte superior do sítio, perto da orla planáltica, e consiste em quatro rochas, das quais as principais são as rochas 9 e 14. A rocha 14 tem mais motivos, sobretudo geométricos, destacando-se uma rara figura estelar similar às da rocha 7 da Cavalaria (cf. REIS 2012: 18-19) e poucos animais, dos quais se destaca sobretudo um grande canídeo de estilo idêntico aos da rocha 16 e aos da rocha 7 do Garrido. Já a rocha 9, embora com menos motivos, apresenta uma colecção de cavalos de excelente qualidade e uma possível figura antropomórfica, pouco evidente. Na vizinhança, a rocha 10 tem exclusivamente algumas figuras geométricas e a rocha 17 uma única figura de cavalo. Um segundo grupo fica na parte superior da ribeira, e centra-se nas rochas 1 e 2, situadas lado a lado e ambas com grande quantidade de motivos, nos dois casos com a representação de cenas de caça a cervídeos, com vários cavaleiros armados de lança e espada. Em redor encontram-se várias rochas, com poucos motivos e menos exuberantes, as rochas 3, 4, 5, 7, 8, 11 e 35, essencialmente animais e figuras geométricas. Da rocha 8 salienta-se um painel lateral densamente gravado, mas ainda não devidamente interpretado. Claramente separadas deste grupo estão as rochas 12 e 13, que

poderão talvez formar um pequeno grupo isolado, a rocha 12 com grande quantidade de representações de animais, a rocha 13 apenas com 3 ou 4 figuras de cavalos. Os dois últimos grupos estão na parte inferior da ribeira, muito concentrados e separados entre eles por poucas dezenas de metros. O mais inferior centra-se na rocha 16, com variados motivos, incluindo muitos animais de excelente desenho, mas sem figuras antropomórficas. Em redor, as rochas 18, 19, 20, 21 e 23 têm uma quantidade muito baixa de motivos, geralmente uma única figura de cavalo por rocha, apenas na rocha 23 se juntando alguns poucos animais e geométricos. Por fim, o último grupo encontra-se ligeiramente a montante na ribeira, e centra-se nas rochas 25 e 31, ambas com ampla variedade de figuras. Na rocha 25 destaca-se mais um grupo de duas excelentes figuras de cavaleiros, que provavelmente integram mais uma cena de caça similar às das rochas 1 e 2. Na rocha 31 surge um conjunto de 3 guerreiros a pé, armados de lanças, escudos ou espadas. Embora o elemento de acção não seja muito evidente, é possível que esta seja uma nova cena de combate. Em redor, as rochas 24, 26, 30 e 32, as duas primeiras com um único animal cada, a rocha 32 com poucos animais e a rocha 30 com uma quantidade maior de motivos, sobretudo geométricos. Para terminar, as rochas 22, 27 e 34 aparecem isoladas e aparentemente apartadas de qualquer um destes grupos, as rochas 22 e 27 na margem direita, com poucos motivos cada, e a rocha 34 na parte superior da ribeira entre os dois primeiros grupos, com um animal tosco e incompleto.

#### **6.1.15. Ponto da Serra.**

Sítio identificado em 2010 por Filipe Alves Pina no acompanhamento arqueológico das obras da EN 222 entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra (PINA 2010: ficha 12). Surge no sopé oriental do Monte de São Gabriel, no princípio da faixa planáltica que medeia entre este monte e as encostas e vales encaixados sobre o Douro. É uma área de suave encosta, quase aplanada, no princípio da linha de água que forma a ribeira da Cabreira. Trata-se de um sítio arqueológico com vestígios superficiais de ocupação da Pré-história recente, nomeadamente fragmentos de cerâmica de fabrico manual, elementos de moagem manual em granito, e alguns materiais líticos em quartzo. A sua extensão e importância é difícil de avaliar, devido ao matagal que o reveste. Encostado à margem esquerda da ribeira surge um afloramento de xisto de superfície horizontal com pelo menos 39 covinhas, cuja origem deverá estar associada ao povoado pré-histórico.

#### **6.1.16. Ribeira da Cabreira.**

As primeiras quatro rochas foram descobertas em fins de 2005 e referidas no inventário seguinte (BAPTISTA & REIS 2009: 189). Em Fevereiro de 2009 descobriram-se mais duas rochas, subindo para seis as referidas no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em Julho de 2010 descobriram-se as rochas 7 a 10, e em Abril de 2011 a rocha 11.

É uma comprida ribeira, com um percurso de 5500 metros, que se inicia na encosta Norte do Monte de São Gabriel, à cota de 570 metros. Percorre um longo trecho de 2800 metros no planalto, de Sudoeste para Nordeste, mas inflecte a direcção para Noroeste quando inicia a escavação do vale, à altitude de 350 metros. O vale é profundo e escarpado, com a extensão total de 2700 metros, e é relativamente estreito e assimétrico. As encostas do lado direito são quase contínuas, com poucas linhas de escorrência de água, e são muito declivosas, culminando numa estreita linha de cumeada que faz a transição para as encostas da Quinta da Cabreira, voltadas ao Douro. O lado esquerdo é mais largo e aberto, com numerosos pequenos afluentes, alguns dos quais bastante profundos e rochosos, particularmente na parte inicial do vale encaixado.

A área deste grande vale é ainda mal conhecida, e deverá haver bastantes mais rochas historiadas por descobrir, particularmente nos sectores central e superior do vale. De uma forma

geral, as encostas são grandemente despidas de afloramentos, mas existem zonas com grande densidade rochosa. De momento, apenas se conhece a rocha 1 no alto de uma encosta, junto à orla do planalto, as restantes estão nas imediações do leito da ribeira ou dos seus afluentes. As rochas 2 e 11 estão na margem direita, mas as restantes situam-se no lado esquerdo do vale. A dispersão das rochas conhecidas é bastante grande, apesar do seu escasso número. A rocha 1 está isolada, o mesmo acontecendo com a rocha 4, que se encontra a cerca de 200 metros da foz da ribeira, assinalando o início da dispersão dos afloramentos rochosos, que não se prolongam até à embocadura desta linha de água<sup>25</sup>. Também a rocha 5 está isolada, no início da área encaixada do vale. As rochas 2, 3 e 11 dispersam-se na área central do vale da ribeira, sendo provável que muitas mais venham a ser descobertas nesta zona. Por fim, as restantes rochas agrupam-se num pequeno mas encaixado afluente da ribeira, na sua zona superior pouco a jusante da rocha 5.

Apesar do reduzido número de rochas conhecidas, a variedade cronológica é assinalável. Apenas uma rocha têm gravuras paleolíticas, o mesmo acontecendo na Pré-história Recente. Há uma rocha com gravuras de cronologia indeterminada, duas rochas têm gravuras modernas, e a Idade do Ferro domina claramente, estando presente em sete das onze rochas.

As gravuras da Idade do Ferro são o habitual conjunto de animais, sobretudo cavalos e cervídeos, geométricos de diversos tipos, uma ou outra figura antropomórfica e uma ou outra arma. Destacam-se as rochas 7 e 9 pela quantidade de figuras, merecendo também destaque um punhal na rocha 7. A rocha 3 apresenta uma possível cena de caça, com um cavaleiro armado de lança associado a um reduzido número de figuras, entre as quais uma rara representação arboriforme. Na Época Moderna, para além de um cruciforme na rocha 3, merece claro destaque a rocha 1, um pequeno abrigo na parte superior da encosta com um conjunto muito variado de figuras, feitas em momentos diferentes. Distinguem-se duas possíveis cenas: uma de caça, com uma figura humana e um canídeo de boca aberta e dentes à mostra que persegue lebres, e uma outra cena de aparente cariz religioso, em que vários antropomorfos seguram o que aparenta serem pendões, alguns de forma cruciforme, numa possível representação de festa ou procissão. De momento, o Paleolítico Superior encontra-se apenas na rocha 4, com poucas figuras, algumas indeterminadas em traço múltiplo, e outras de traço simples, das quais se destaca uma figura de cavalo, de aspecto arcaico, e uma eventual figura de ave, pouco evidente.

A última rocha a ser descoberta até ao momento merece claro destaque. A rocha 11 está sensivelmente a meio do vale, junto à ribeira na margem direita. É um enorme painel ao nível do solo, com uma elevada inclinação. As gravuras ocupam unicamente um sector bem delimitado do painel, na extremidade superior esquerda, e consistem em muitas figuras picotadas da Pré-história Recente, quase todas antropomorfos com capacetes de cornos, similares aos que se encontram nos sítios dos Namorados e Vale da Casa. Embora a ribeira seja estreita e fácil de passar em muitos pontos, esta rocha encontra-se numa zona privilegiada de passagem numa extensão de algumas dezenas de metros, e é provável que a rocha se encontre enquadrada num percurso usado pelas populações que a fizeram.

#### **6.1.17. Canada do Arrovão.**

As duas primeiras rochas são descobertas em 1998, por João Félix e Manuel Almeida, do CNART, e referidas no inventário seguinte (BAPTISTA 1999: 19). No ano 2000 descobre-se a rocha 3, mencionada nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 189; REIS 2011: 120-123). Em Setembro de 2010 volta a haver novidades com a descoberta de mais sete rochas, fazendo o actual total de dez rochas.

---

<sup>25</sup> Naturalmente, não sabemos se haverá afloramentos na zona submersa pelas águas da albufeira do Pocinho.



É uma encosta orientada a Sudeste sobre o Douro, na margem esquerda de uma discreta linha de escorrência de água, e é claramente um sítio com enorme potencial para a arte rupestre, sendo as rochas conhecidas uma amostra do que deverá existir. A margem direita da ribeira é estreita e com poucos afloramentos. A encosta do lado esquerdo alarga consideravelmente, sendo extremamente rochosa e com elevado desnível, desde a orla do planalto, aos 400 metros de altura, até à pequena praia que existia junto ao Douro, aos 120 metros de cota. A sua metade inferior constitui um dos mais impressionantes conjuntos rochosos contínuos em xisto de toda a região da arte do Côa, elevando-se desde o rio até aos 250 metros de altitude. As rochas conhecidas distribuem-se por toda a área do sítio, desde a parte inferior do maciço rochoso até à orla do planalto. De momento, não se conhecem rochas dentro do grande maciço mas apenas na sua periferia, a sua prospecção é difícil e perigosa e está ainda por fazer.

Todas as gravuras de todas as épocas são filiformes. Há gravuras modernas em três rochas, e da Idade do Ferro em apenas duas. O Paleolítico Superior tem gravuras em sete rochas.

As gravuras modernas são pouco relevantes, destacando-se apenas um belo conjunto de três cruciformes da rocha 2. A Idade do Ferro aparece nas rochas 3 e 5, nesta última apenas com uma figura isolada de um cavalo. Na rocha 3 surge um conjunto de motivos de grande originalidade e expressividade. Salienta-se particularmente uma complicada figura híbrida, com corpo de quadrúpede, longo pescoço sinuoso e cabeça humana, da qual saem dois cornos curvos semelhantes aos de um caprino, e ainda duas longas hastes ramificadas semelhantes às de um veado. Existem ainda mais quatro outros antropomorfos, incluindo um interessante cavaleiro, em posição frontal e com um estranho “penacho” no alto da cabeça, e que monta um também peculiar cavalo, de grande corpo mas minúscula cabeça triangular. Surgem também vários geométricos e animais, incluindo um par de quadrúpedes em posição vertical, de cabeça para cima. Do Paleolítico Superior, para além de algumas figuras de animais de traço múltiplo pouco perceptíveis nas rochas 9 e 10, destaca-se muito claramente a rocha 7. Embora apresente uma grande superfície vertical, apenas um pequeno painel desta rocha foi gravado unicamente com figuras de peixes. Duas destas são de maior dimensão, em traço múltiplo, tendo por baixo uma evidente figura de um pequeno peixe em traço simples, de corpo largo e cauda bem evidenciada. Por baixo surge o conjunto mais interessante. São três minúsculas figuras de peixes em traço simples, orientados obliquamente na mesma direcção, de corpos esguios e barbatanas e caudas bem representadas. Para além do tamanho diminuto, merece relevo o facto de estarem encerradas dentro de uma linha fechada, de forma ovalada irregular. Linhas fechadas são quase inexistentes na arte paleolítica do Côa, e esta poderá ser uma representação de uma rede de pesca, ou de um pequeno lago ou poça de água num rio, o que é inédito na região.

#### **6.1.18. Canada da Meca.**

Este sítio, e as suas três rochas, foi descoberto em Abril de 2009, sendo referido no último inventário (REIS 2011: 120-123).

Trata-se do vale de uma ribeira, afluente da margem esquerda do Douro. Inicia-se na orla do planalto, à cota de 500 metros, mas inicia quase imediatamente a escavação profunda do vale. Segue um percurso na direcção Sudoeste-Nordeste, com uma extensão aproximada de 2200 metros. O vale é totalmente assimétrico, com o lado direito, que faz fronteira com o vale da ribeira de Aguiar, bastante baixo e com uma encosta despida e pouco inclinada, com poucas dezenas de metros de desnível. Pelo contrário, a margem esquerda tem elevada pendente, muitos afloramentos, e um grande desnível, superior a 250 metros no troço central da ribeira. É deste lado que surgem algumas linhas de escorrência de água na encosta, a principal das quais é logo a primeira, mais a montante. É aqui que surge um grande conjunto rochoso, com importantes painéis verticais que, à partida, parecia ter excelentes condições para a existência de arte

rupestre. No entanto, uma primeira prospeção que aqui efectuamos revelou-se infrutífera. Os painéis verticais, na sua maioria, são de fraca qualidade, embora haja várias excepções. Será necessária uma segunda prospeção, para termos mais certezas sobre a ausência ou não de arte rupestre. O troço final da ribeira é paralelo à foz da ribeira de Aguiar e entra no Douro à cota aproximada de 110 metros, no mesmo grande terraço fronteiro à foz daquela ribeira, hoje submerso, e onde, como referimos mais à frente, há referências à possível existência de gravuras. Este troço final tem um vale baixo e já simétrico, similar numa e noutra margem. Do lado esquerdo existem alguns escassos afloramentos com painéis verticais onde, numa primeira prospeção, descobrimos três rochas com gravuras filiformes.

As rochas 1 e 2 apresentam poucos e pequenos grupos de traços paleolíticos, formando motivos de traço simples ou múltiplo, de difícil interpretação. A rocha 3 tem uma figura antropomórfica da Idade do Ferro, em disposição torcida: pernas e pés em perfil, o mesmo acontecendo à cabeça, mas com tronco e braços em posição frontal, com braços abertos na horizontal. O interior do corpo está decorado com bandas horizontais sobre um único traço vertical a meio, talvez representando vestimenta ou couraça, e a cabeça tem dois pequenos penachos na nuca e uma espécie de “pala” saliente na testa.

## **6.2. O vale do Douro, na margem esquerda, da foz da ribeira de Aguiar para montante.**

Este troço do Douro situa-se já fora dos limites do PAVC, e ainda não foi de todo prospectado. Prolonga-se por 12,2 quilómetros até à foz do rio Águeda, na fronteira com Espanha. Não conhecemos bem a zona mas, à partida, não consideraríamos que tivesse grande potencial para a existência de arte rupestre. No entanto, tendo em conta que em frente, na margem oposta, já se conhecem dois sítios com gravuras paleolíticas e da Idade do Ferro, Ribeira das Furnas e Vale d’Arcos, e que mais poderão vir a ser identificados, será necessário futuramente prospectar e avaliar *in loco* o potencial da área.

## **6.3. O vale da ribeira de Aguiar.**

A ribeira de Aguiar é o segundo maior dos afluentes do Côa e do Douro na área do PAVC, depois da ribeira de Massueime. Desagua no Douro cerca de 6,7 quilómetros a montante da foz do Côa. Tem um longo percurso, quase todo em área granítica, apenas no troço final entrando em área xistosa. Corre inicialmente em planalto, com vale aberto e pouco encaixado, iniciando um encaixe mais profundo a partir do momento em que passa ao lado de um importante sítio arqueológico, o povoado do Castelão, da freguesia de Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Podemos considerar precisamente este ponto, a partir da foz da Ribeira de Lumbrals (de forma arbitrária, naturalmente), como o início da área mais relevante desta ribeira para a prospeção da arte do Côa. Daqui até ao encontro com o Douro a ribeira segue um percurso de 17,7 quilómetros, maior do que à partida seria previsível, devido à sua acentuada sinuosidade. Os primeiros 4,2 quilómetros deste troço são em terrenos graníticos, e os restantes em terrenos de xisto. De momento só conhecemos um sítio nesta área, o Olival dos Telhões, que para além de atípico fica afastado da ribeira, ainda que na sua bacia hidrográfica.

Na zona da foz da ribeira há notícias da possível existência de gravuras, hoje submersas nas águas da albufeira do Pocinho (ZILHÃO 1997: 20). Olhando para a carta militar de 1946, anterior à construção daquela barragem, vemos que na zona da foz da ribeira de Aguiar existe um moinho inserido num terraço fluvial de dimensão pouco inferior ao do Vale da Casa. Esta informação partiu da população local, e o mais provável é que sejam gravuras de traço largo, em picotado ou

abrasão, mais facilmente visíveis. A ser assim, poderá tratar-se de gravuras modernas associadas ao moinho, mas também de gravuras da Pré-história Recente, à semelhança de algumas existentes no Vale da Casa, ou até mesmo paleolíticas. Só o baixar das águas da albufeira permitiria tirar dúvidas<sup>26</sup>. Fizemos já uma primeira e pouco intensa prospecção nos afloramentos com superfícies verticais situados na margem esquerda junto à embocadura, na zona emersa, para já sem resultados, mas que deverá ser continuada, até porque o sítio da Canada da Meca fica mesmo ao lado, tendo motivos paleolíticos e da Idade do Ferro.

De resto, nada mais conhecemos, apesar de termos já prospectado algumas zonas com aparente potencial, sobretudo alguns grupos de afloramentos com superfícies verticais similares aos típicos afloramentos da arte do Côa. Constatamos, no entanto, que apresentam geralmente superfícies pouco adequadas. Falta ainda investir mais em prospecção nalgumas zonas, e é possível que alguns sítios venham a aparecer<sup>27</sup>, mas não se nos afigura que a ribeira de Aguiar tenha grande potencial para a existência de arte rupestre<sup>28</sup>.

### 6.3.1. Olival dos Telhões.

O Olival dos Telhões, ou Aldeia Nova, como também é conhecido, é um sítio arqueológico de época romana e medieval, alvo de investigação e escavação arqueológica entre 1995 e 2000, sob direcção da arqueóloga Susana Cosme. Em 1999, foi encontrada na escavação uma pedra com típicas gravuras filiformes da Idade do Ferro (COSME 2008). Foi já brevemente referenciada mas sem ser formalmente incluída no inventário geral da arte do Côa (BAPTISTA & REIS 2009: 154), o que sucedeu já no último inventário (REIS 2011: 120-123).

Localiza-se na bacia hidrográfica da ribeira de Aguiar, do seu lado direito, mas está bastante afastado da ribeira, a qual não se avista do local, distando cerca de um quilómetro em linha recta, para Oeste. Encontra-se numa zona de brando relevo, com pequenas colinas e ribeiras, e a área de dispersão de materiais é uma longa encosta de suave declive sobre uma pequena linha de água. A escavação colocou a descoberto o que se interpreta como a zona rústica de uma *villa* tardo-romana, com lagares, um forno e estruturas de apoio, apontando o espólio recolhido para uma cronologia dos séculos III/IV aos séculos VI/VII d. C. (COSME 2008: 73).

A pedra em causa é um pequeno bloco de xisto, com 30 cm de comprimento, 13 cm de largura e 6 cm de espessura máxima. A sua cor cinzenta, típica dos painéis de xisto da região com disposição sub-horizontal, assim como o facto de lateralmente ter uma superfície recta de textura e cor acastanhada similar aos típicos painéis de xisto de disposição vertical, parecem apontar para que, originalmente, esta pedra provenha de um afloramento com um painel de disposição sub-horizontal. Esta face apresenta indícios de polimento pela passagem de água, o que sugere que o afloramento estaria nas imediações de uma linha de água, provavelmente encostado ao leito.

Apresenta gravuras filiformes, em tudo similares às típicas gravuras da Idade do Ferro da região, representando quatro animais (na publicação são apenas referidos dois, cf. COSME 2008: 73), e um motivo de difícil decifração, para além de vários traços avulsos. Têm características semelhantes e parecem ser da mesma espécie, difícil de identificar pela falta de detalhe e rigor das representações, mas que deverão ser cavalos.

Evidentemente, levanta-se a questão de saber se é o resto de uma placa ou laje solta gravada, ou de um fragmento de um afloramento com gravuras. Não há dados suficientes para dar uma resposta totalmente satisfatória a esta questão. Na nossa opinião, tendo em conta as carac-

---

<sup>26</sup> Poderá não ser suficiente, se tiver ocorrido deposição recente de sedimentos em quantidade suficiente para ocultar rochas e outros vestígios, como sabemos que ocorreu no terraço fluvial do Fariseu, no Côa.

<sup>27</sup> Temos a informação pessoal de Thierry Aubry e Jorge Sampaio, a quem agradecemos, da existência de pelo menos duas rochas em sítios distintos com gravuras do tipo “unhadas do diabo”, que ainda não tivemos ocasião de ir relocalizar e inventariar.

<sup>28</sup> No que seguimos uma opinião já anteriormente expressa, cf. ZILHÃO 1997: 20.

terísticas da pedra, a sua assinalável espessura e peso, ou o evidente estado de fracturação, parece-nos pouco provável que se trate de uma pequena placa “móvel”, mas poderia eventualmente tratar-se de um fragmento de laje gravada de maiores dimensões, com alguma funcionalidade que desconhecemos (tampa de sepultura?). Tendo sido encontrada nos derrubes de um muro de uma construção romana, datável do século III/IV (COSME 2008: 73), tal significa que foi reaproveitada para a construção dessa estrutura, e é plausível que fizesse originalmente parte de um afloramento partido para extracção de pedra (naturalmente, esse reaproveitamento poderia ser feito igualmente com uma pedra solta). A origem do afloramento é desconhecida mas, tendo em conta a pouca abundância de pedra de construção na envolvência, poderá ser algo distante, talvez do leito da ribeira de Aguiar ou mesmo do rio Douro. A datação daquela estrutura dos séculos III/IV d. C. tem o interesse de sugerir que a arte proto-histórica da região poderia ter já então perdido o seu uso e significado para as comunidades locais, imbuídas de uma nova cultura trazida pela romanização e, nessa altura, já nos alvares do cristianismo.

#### **6.4. O vale do Douro, na margem direita, entre o Pocinho e Vale d’Arcos.**

De momento conhecem-se menos sítios ao longo da margem direita do Douro do que na margem oposta, 12 contra 18. Mas até 2007 conheciam-se apenas dois, Ribeira de Urros e Vale de João Esquerdo. Estes foram identificados logo em 1995, mas as prioridades da prospecção voltaram-se para outras zonas, e foi apenas mais recentemente que os restantes foram sendo identificados. Em 2007 a Azenha, em 2008 a Ribeira das Furnas e Vale d’Arcos, em 2009 a Canada das Corraliças e Vale de Maria Andrés, em 2011 os sítios da Ribeira do Arroio (perto da foz), da Cascalheira, Lodão e Ribeira do Lodão e em 2012 a Ribeira do Molha Pão. Também ao contrário da margem oposta, há algumas importantes descontinuidades na distribuição destes sítios, que deverão ser, pelo menos em parte, colmatadas no futuro com a continuação da prospecção, sendo muito provável que novos sítios estejam ainda por identificar. De momento, os sítios conhecidos distribuem-se ao longo de 16,4 quilómetros, entre a foz da ribeira do Arroio e a foz de Vale d’Arcos. Este último será talvez o limite da distribuição a montante, embora a prospecção não o tenha ainda demonstrado. A jusante, poderá haver novas ocorrências entre a ribeira do Arroio e a aldeia do Pocinho, num troço ainda pouco investigado.

Esta margem do Douro é xistosa mas, numa parte deste troço, a partir da aldeia de Urros para montante, surge a chamada serra de Poiares, um grande e elevado maciço quartzítico que segue sobranceiro ao Douro por uma grande extensão. Algumas das linhas de água que descem até ao Douro iniciam-se nestes quartzitos, como é o caso da ribeira das Furnas e da ribeira de Vale d’Arcos e, dentro da região, são estas as linhas de água que se iniciam a maior altitude e fazem os maiores desníveis. Há assim a possibilidade de rochas historiadas em xisto se juntarem, no mesmo sítio, a abrigos quartzíticos, onde é sempre expectável a existência de pinturas pré-históricas. Isso já sucede em Vale d’Arcos, onde um abrigo quartzítico pintado se junta às gravuras paleolíticas de maior altitude até ao momento conhecidas na região da arte do Côa.

O potencial de toda esta margem do Douro parece-nos muito grande, mas tem sido pouco explorado, mesmo tendo em conta as descobertas recentes. Apenas um sítio foi sistematicamente prospectado, o Lodão, e é um sítio pequeno, apenas com três rochas gravadas. Mas não só alguns dos sítios já inventariados deverão ter uma ampla quantidade de vestígios ainda por descobrir, nomeadamente a Ribeira de Urros, Vale de João Esquerdo, Azenha ou Cascalheira, como nos parece possível que nesta margem ainda haja possibilidades reais de se vir a descobrir um ou outro novo sítio de grande dimensão e importância. Já vimos que nas restantes áreas onde os grandes sítios tem potencial para existir, a prospecção que tem sido realizada já os descobriu a todos, ou quase, mas pensamos que nesta margem poderá ainda haver um ou outro em

reserva. Olhando para a paisagem e para a distribuição visível dos afloramentos ao longo das encostas e das linhas de água, há uma diferença que salta à vista face ao Côa e à margem oposta do Douro, e que é a tendência para uma superior concentração de afloramentos nas zonas mais elevadas, afastadas do Douro. Existem várias excepções, mas parece-nos provável que muitos dos sítios a descobrir tenham as suas rochas historiadas relativamente longe do Douro, como acontece com as rochas conhecidas na Ribeira das Furnas e Vale d’Arcos.

#### **6.4.1. Ribeira do Arroio.**

Esta ribeira é, na margem direita do Douro, o seu principal afluente na região da arte do Côa<sup>29</sup>. Esta longa ribeira distingue-se das linhas de água suas vizinhas pelas dimensões, pela profundidade do vale, pela amplitude da sua bacia hidrográfica e por fazer um percurso diferente no seu caminho para o Douro. Tal como outras, inicia-se nos quartzitos da serra de Poiares, mas não desce directamente para o Douro, antes desce em primeiro lugar para o lado oposto da serra, iniciando um longo percurso tendencialmente paralelo ao Douro, na direcção Leste-Oeste, juntando-se ao Douro a cerca de 3,2 quilómetros a montante da aldeia do Pocinho, numa zona onde o Douro se desvia acentuadamente para Norte. Segue quase sempre por terrenos de xisto, com a curta excepção dos quartzitos da zona nascente. Percorre um total de 22,8 quilómetros, num percurso altamente sinuoso, que em linha recta se reduz a aproximadamente 12 quilómetros. O seu vale é profundo e por vezes bastante encaixado. Num pequeno troço relativamente perto da nascente algumas rochas foram identificadas por membros do ex-CNART, sendo outras mais tarde descobertas no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da pequena barragem das Olgas (ALVES & OLIVEIRA 2008). Ainda não registadas no inventário da arte do Côa, estas rochas serão essencialmente de Época Histórica, mas uma ou outra poderá remontar à Pré-história Recente e, num caso, talvez até mesmo ao Paleolítico Superior, ainda que tal seja difícil de assegurar. A ribeira tem inúmeros afluentes, nalguns casos formando vales com alguma extensão e profundidade, como é o caso das ribeiras da Cegadonha e das Olgas. Do que se vê do vale, tem muitos afloramentos rochosos ao longo do percurso, quase todos nas imediações do leito, sendo as encostas em geral bastante despidas. Em suma, é uma ribeira que forma uma unidade algo à parte na região da arte do Côa, e há boas possibilidades da sua prospecção ser frutuosa em novos e originais registos de arte rupestre.

Em 2009 avistamos pela primeira vez duas rochas na parte final da ribeira, perto da foz, seguindo indicações deixadas por Manuel Almeida e João Félix, antigos membros do CNART. No entanto, só em Junho de 2011 fizemos o seu registo formal no inventário da arte do Côa. Poucos dias depois, quando as mostrávamos a Lara Bacelar Alves, responsável pelo EIA acima referido, esta arqueóloga especialista em arte rupestre descobria mais uma rocha, fixando o total nas três rochas actualmente inventariadas no troço final da ribeira.

Ainda que não sistemática, a prospecção já feita não revelou outras rochas nas imediações destas três, mas é provável que mais possam existir, para montante em zonas ainda não vistas, ou para jusante na própria foz da ribeira, hoje submersa nas águas do Pocinho. As três rochas encontram-se muito perto umas das outras, num troço profundo do vale, a cerca de 1300 metros da foz, numa zona em que a ribeira tem um percurso de alta sinuosidade. Na margem esquerda a encosta ergue-se abrupta sobre a ribeira, mas a margem direita apresenta uma plataforma em esporão, ampla e aplanada, antes de dar lugar à encosta elevada, tendo esta plataforma boas condições aparentes para a existência de ocupação humana, que o denso matagal que a preenche à superfície não permitiu ainda averiguar. A rocha 1 encontra-se numa curva em 90° da ribeira, na margem esquerda a alguns metros a montante da rocha 3, dominando visualmente dois troços rectilíneos da ribeira. A rocha 2 encontra-se em frente, na margem oposta.

---

<sup>29</sup> Não contando com o rio Sabor, cuja foz não está longe, mas que pertence já a uma outra região.



Estas três rochas, tão perto umas das outras, mostram uma assinalável diversidade, nas cronologias e tipos de motivos, mas também nos painéis usados. A rocha 1 é a típica rocha da arte do Côa, com as gravuras num painel vertical frontal voltado à ribeira. São gravuras incisivas paleolíticas, mostrando dois grandes peixes de traço múltiplo, de espécie não identificada, com grande detalhe na representação das barbatanas e da cauda. A rocha 2, ao lado das ruínas de uma estrutura moderna, tem as gravuras localizadas num grande painel vertical, também voltado à ribeira, mas neste caso o painel corresponde à xistosidade do afloramento, não sendo o típico painel frontal mas sim lateral. As gravuras são picotados de Época Moderna, aparentemente realizados num só momento, e datáveis de finais do século XVII, tendo em conta duas datas gravadas de 1699. Existem ainda mais algumas inscrições, cruciformes, ferraduras, um animal, entre outros motivos. A rocha 3 é muito original no contexto da arte do Côa. Tem um único círculo picotado numa superfície horizontal de cor azulada na margem da ribeira, estando tanto o círculo como a superfície profundamente polidos e desgastados pela acção da água. Este tipo de motivos pré-históricos em painéis horizontais polidos pela água, tão frequentes em alguns rios como, por exemplo, no Tejo, são quase desconhecidos na região da arte do Côa, registando-se apenas alguns exemplares submersos no terraço do Vale do Casa.

#### **6.4.2. Azenha.**

Sítio descoberto em Março de 2007, tendo-se então avistado apenas a rocha 1, devidamente inventariada em Maio desse ano junto com outra nova rocha. Na mesma altura fizemos um primeiro reconhecimento da generalidade da área desta encosta sobre o Douro, e concluímos que bastantes mais rochas existem, exclusivamente com gravuras filiformes, ficando a sua inventariação à espera de uma prospeção mais aprofundada. Em Outubro de 2010 registamos a rocha 3, anteriormente avistada, devido à espectacularidade de algumas das suas gravuras da Idade do Ferro. Assim, de momento, apenas estão inventariadas três rochas, referidas pela primeira vez no último inventário (REIS 2011: 120-123), mas o sítio tem potencial para muitas mais, incluindo na zona submersa na albufeira da barragem do Pocinho.

É uma encosta orientada a Oeste sobranceira ao Douro, na margem direita, fronteira ao sítio da Raposeira e ligeiramente a jusante do terraço do Vale da Casa. De momento, não se conhecem mais sítios nesta margem nas suas imediações, embora haja locais com bom potencial que esperam prospeção, sobretudo para jusante. A encosta é pouco elevada, descendo dos 250 metros de cota até aos 110 metros, com o troço final submerso nas águas da albufeira do Pocinho. Na cartografia antiga vê-se que a antiga margem do Douro era larga e aplanada, sendo possível que tivesse painéis de disposição sub-horizontal, à semelhança do Vale da Casa. A encosta é delimitada atrás por uma linha de água, a ribeira das Bouças, que a Norte se junta ao ribeiro da Figueira o qual, ao desaguar no Douro, forma o limite Norte da encosta da Azenha. A Sul é mais difícil delimitar o término do sítio, pois não surge um limite evidente, mas a área com afloramentos de aspecto relevante estende-se por cerca de 550 metros, até uma pequena e discreta linha de escorrimento de água.

De momento não se conhecem gravuras paleolíticas, mas é provável que venham a aparecer. A rocha 2 tem apenas alguns motivos modernos, incluindo uma assinatura e a data de 1899, e um interessante motivo de cariz religioso, que interpretamos como um cálice com um crucifixo no interior. As rochas 1 e 3 têm grandes painéis com muitos motivos da Idade do Ferro, em ambas de grande qualidade e originalidade. Na rocha 1 a maioria dos motivos concentra-se numa só zona, destacando-se alguns animais de belo efeito, particularmente um veado e um cavalo, assim como algumas figuras que parecem podomorfos, um tema quase inexistente na arte filiforme do Côa. A rocha 3 tem um enorme conjunto de figuras dispersas por vários painéis. Curiosamente, apenas surge um único motivo antropomórfico, um pequeno cavaleiro muito dis-

creto, que passa quase despercebido ao lado das restantes figuras. Num dos painéis surge uma cena envolvendo alguns cervídeos e dois canídeos, um dos quais exibindo os dentes, no que parece ser uma cena de caça sem figuras humanas. O tema dos canídeos repete-se em mais alguns painéis, destacando-se uma enorme figura, de corpo comprido e esguio, longa cauda decorada e focinho comprido e pontiagudo, talvez uma representação de um lobo. Com 90 centímetros de comprimento é uma das maiores figuras da arte da Idade do Ferro na região do Côa, comparável com algumas figuras da rocha 8 do Vale de José Esteves. Nesse mesmo painel, entre outras figuras, aparece uma figura de corpo serpenteante, sem patas e sem orelhas, que poderá ser uma representação de uma cobra ou serpente. Mas destaca-se sobretudo um painel do lado direito, com dois cavalos de rara magnificência, um de grande dimensão, com o sexo exposto, tra-seira em forma de ferradura e decoração rectangular preenchida com triângulos na garupa e o outro, mais pequeno, de cauda e corpo decorados.

### **6.4.3. Ribeira do Molha Pão.**

Em Junho de 2012 descobriu-se este sítio e a sua primeira rocha gravada, numa primeira incursão a esta ribeira. Pouco depois descobriu-se a rocha 2, perto da primeira.

É uma ribeira afluente da margem direita do Douro, desaguando em frente à foz de Vale de Cabrões. Na mesma margem a montante, cerca de 1500 metros para Sul, surge a Cascalheira, enquanto para jusante o sítio mais perto é a Azenha, 2500 metros para Norte. No entanto, logo adjacente à ribeira do Molha Pão encontra-se a jusante a ribeira do Inferno, afluente da ribeira do Portal (por sua vez afluente do Douro), e ambas têm potencial para a existência de rochas gravadas, embora não tenham ainda sido investigadas.

A ribeira nasce na área planáltica adjacente e a Sul da aldeia de Peredo dos Castelhanos, à cota de 430 metros. Tem um percurso total de 3100 metros, desaguando no Douro à cota de 110 metros, numa área ampla e espraiada, hoje submersa. Os primeiros 1800 metros são percorridos em terrenos planálticos, inicialmente de Norte para Sul, inflectindo posteriormente para Oeste, numa descida suave. O princípio do encaixe acentuado do vale inicia-se à cota de 350 metros, e a partir deste ponto a ribeira inflecte novamente o seu curso, descendo enviesadamente os últimos 1300 metros para o Douro, de Sudeste para Noroeste. O vale tem um perfil fortemente assimétrico: a margem esquerda é bastante estreita, não chegando aos 100 metros de largura máxima, de forte pendente mas pouco elevada, apenas cerca de 50 metros de desnível máximo; a margem direita é muito mais elevada, chegando aos 180 metros de desnível máximo, e também muito mais larga, atingindo 500 metros de largura. Não surpreende assim que a margem esquerda não tenha linhas de escorrência de água adjacentes, as quais são abundantes na margem direita.

A prospecção feita é ainda preliminar, mas permite formar já uma ideia das características da distribuição da arte rupestre. A margem direita tem grande quantidade de afloramentos de xisto com painéis verticais, desde o início da zona encaixada até perto do final da ribeira, estando quase ausentes nos últimos 250 metros antes da foz, em ambas as margens. Iniciamos a prospecção precisamente na margem direita, onde nos parecia haver mais potencial para a existência de gravuras. No entanto, constatamos que embora os afloramentos sejam numerosos, as suas superfícies são de má qualidade para gravação, muito rugosas e irregulares. Embora com prospecção não sistemática, observamos muitas das superfícies existentes, com resultados nulos, parecendo-nos agora pouco provável que esta margem apresente arte rupestre.

Um tanto surpreendentemente, encontramos gravuras na margem esquerda, cujo potencial nos parecia muito baixo. Na parte superior do vale encaixado encontram-se alguns grandes conjuntos rochosos que, vistos de longe, não parecem de todo ter superfícies aptas para a existência de gravuras ou pinturas. As duas rochas inventariadas encontram-se já no troço inferior da

ribeira, a poucos metros uma da outra e a cerca de 400 metros de distância da foz da ribeira, num troço onde esta assume temporariamente uma direcção Sul-Norte antes da inflexão final para Oeste. Estão perto da linha de água e no limite inferior de uma área de vinha, que afectou bastante a zona. Os afloramentos neste troço, pouco numerosos, apresentam boas superfícies, de cor avermelhada, orientados a Leste para o leito da ribeira. Fizemos prospecção sistemática neste curto troço da ribeira, onde tínhamos inicialmente encontrado a rocha 1, e apenas descobrimos mais uma nova rocha. Ainda que seja cedo para o afirmar peremptoriamente, não nos surpreenderia que estas fossem as únicas rochas historiadas neste sítio, cujo potencial se revelou inferior à promessa inicial.

A rocha 2, apesar da grande e excelente superfície, tem apenas um pequeno conjunto de traços muito finos e patinados, de difícil visualização, sendo possível que formem motivos indistinguíveis, de eventual cronologia paleolítica. A rocha 1 tem motivos modernos e da Idade do Ferro. As gravuras modernas são dois conjuntos de inscrições, com assinaturas (em ambos os casos de pessoas com o apelido "Gil"), datas (1942 e 1981), e referência à actividade exercida (em 1942 a apanha da azeitona, em 1981 a apanha da amêndoa). Assinaturas e datas são abundantes, mas são raras as referências a actividades laborais, tornando esta rocha um caso curioso. As gravuras da Idade do Ferro consistem apenas em dois canídeos acompanhados de uma linha em ziguezague.

#### **6.4.4. Cascalheira.**

Sítio descoberto por Thierry Aubry e Luís Luís em finais de 2010 (AUBRY; LUÍS & DIMUCCIO 2012: 863-864). Em Maio de 2011, com base nas informações dadas por aqueles investigadores, inventariamos as primeiras sete rochas neste sítio. Em Agosto de 2011 inventariamos mais quatro rochas, o mesmo acontecendo em Setembro, com outras quatro, atingindo-se as 15 rochas. Em Julho de 2012 resolvemos inventariar todas as restantes rochas descobertas inicialmente por Thierry Aubry e Luís Luís<sup>30</sup>, e chegamos ao total de 31 rochas.

É uma encosta sobre o Douro, voltada a Oeste, na margem direita. Faz fronteira a montante com o sítio da Ribeira de Urros. A jusante na mesma margem não tem sítios conhecidos nas imediações, distando cerca de 2,5 quilómetros do sítio mais próximo, a Ribeira do Molha Pão. Está quase em frente à foz do Côa, inserindo-se assim no denso grupo de sítios com gravuras em torno do ponto de encontro do Côa com o Douro. É um sítio com características similares à Vermelhosa, uma encosta sulcada por uma linha de água pouco pronunciada, o suficiente para ter colocado a descoberto grande quantidade de afloramentos. No entanto, ao contrário da Vermelhosa que apenas tem uma única linha de escorrência de água, a Cascalheira tem duas, paralelas e quase lineares, ambas com origem no rebordo do planalto e descendo abruptamente para o Douro. Os seus vales são estreitos e pouco profundos, mas muito rochosos. A linha de escorrência de água mais curta está a jusante, tendo cerca de 700 metros de comprimento, tendo a outra cerca de 870 metros de comprimento. No total, a encosta é bastante estreita, apenas 600 metros de largo, descendo dos 400 metros na orla planáltica até ao Douro.

Sete das rochas inventariadas estão no troço inferior da linha de água mais curta, seis na margem direita e uma na margem oposta, e as restantes distribuem-se de alto a baixo pela segunda linha de água, todas na margem direita. Apesar da quantidade razoável de rochas já inventariadas, o sítio pode considerar-se pouco prospectado, particularmente na linha de água mais curta a jusante, e muitas mais rochas gravadas deverão existir. As gravuras conhecidas são todas filiformes, com a única excepção de um motivo picotado na rocha 15. Este é o único motivo da Pré-história Recente conhecido, havendo três rochas de cronologia indeterminada e quatro

---

<sup>30</sup> As rochas 8, 10 e 11, no primeiro lote de 15 rochas inventariadas, e ainda as rochas 16 a 31. A bela figura de cavalo evidenciada pelos autores (AUBRY; LUÍS & DIMUCCIO 2012: 864; fig. 14) está na rocha 28.



rochas com gravuras modernas. O Paleolítico Superior encontra-se em seis rochas, e a Idade do Ferro domina claramente, em quantidade de rochas e de motivos, estando abundantemente representada em 21 das 31 rochas.

As gravuras de Época Histórica são poucas, destacando-se na rocha 22 duas figuras antropomórficas associadas a alguns motivos geométricos. Na rocha 29 surge uma curiosa inscrição, que não deciframos, e que utiliza caracteres alfabéticos pouco habituais. Embora com algumas semelhanças formais com inscrições da Idade do Ferro, terá mais provavelmente uma cronologia medieval ou moderna.

Na rocha 15 surge o único motivo deste sítio obtido por picotagem, a representação de um animal quadrúpede, de espécie desconhecida por estar incompleto, pois só foram desenhadas as patas dianteiras, o ventre e uma pata traseira. O picotado é composto por pontos descontínuos, na técnica chamada de “bago de arroz”, e técnica e estilo são semelhantes aos de algumas figuras conhecidas na região, como nas rochas 7 e 23 da Quinta da Barca, na rocha 1 de Vale de Figueira ou, sobretudo, o conhecido veado da rocha 1 de Vale de Cabrões (BAPTISTA 1999: 138-139). Estes paralelos remetem-nos para uma cronologia da Pré-história pós-glaciar. À semelhança daquela figura de Vale de Cabrões, os pontos picotados seguem um conjunto de pequenos traços incisivos paralelos que parecem ter delineado previamente a figura, nomeadamente na zona ventral.

De momento, os motivos do Paleolítico Superior são pouco abundantes, embora seja de esperar que mais venham ainda a ser identificados, sendo quase todas representações em traço múltiplo. Na rocha 3 surgem os mais interessantes, com duas originais representações de caprinos, uma das quais de apreciáveis dimensões. A rocha 1 tem algumas figuras, mais raspadas que propriamente incisivas, realçando-se a associação de um veado de traço múltiplo a um original signo tectiforme em forma de “guarda-chuva”. Na rocha 8, um pequeno e quase invisível cervídeo ou caprino de traço múltiplo é sobreposto por um cavalo da Idade do Ferro. Na rocha 9 aparecem unicamente dois signos, ambos com alguma complexidade, consistindo em vários feixes de traços entrecruzados.

Na Idade do Ferro é de realçar a quantidade de rochas, dentro do conjunto, que apresentam painéis repletos com muitas figuras: as rochas 3, 6, 10, 15, 16 ou 26, com grande quantidade de cavalos, cervídeos e figuras geométricas. Estas são em grande variedade e, em alguns casos, de apreciável complexidade. As representações de armas e de figuras humanas também se concentram nestas rochas (com excepção da rocha 3), sendo de realçar o estranho antropomorfo da rocha 6, aparentemente sem pernas e de corpo bojudo. As armas são quase todas lanças, destacando-se a excelente lança de duas pontas da rocha 26. Na rocha 6 há uma arma similar às que se encontram no sítio da Ribeira da Volta, punhal ou ponta de lança. Na rocha 10 há um guerreiro armado de lança, com uma possível espada ou falcata embainhada à cintura, e um escudo que, ao contrário do normal, não está seguro na mão mas sim no braço. Também original é a encenação do escudo do guerreiro armado de lança da rocha 26, que não é segurado directamente, como é habitual, mas através do que aparenta ser a representação de uma correia, da qual pende o escudo. Nas rochas 6 e 10, as armas e figuras humanas integram cenas de caça ao veado. As restantes rochas têm todas poucos motivos, sobretudo animais e alguns geométricos, destacando-se os bonitos cavalos das rochas 8 e 28. É a rocha 14, no entanto, que tem o motivo mais original deste sítio. Num pequeno painel encontra-se uma única figura de cavalo, associada a mais alguns traços que parecem formar geométricos de difícil definição. O cavalo é de excelente estética, de corpo decorado internamente. A maior originalidade está na cauda ou, melhor dizendo, nas caudas, pois esta figura apresenta três caudas. Todas originam no mesmo ponto, a terminação da garupa, e têm orientações diferentes: uma para cima, outra a meio e a terceira para baixo. Não é perceptível se se trata de representação de movimento, à semelhança do que acontece com algumas figuras paleolíticas, ou se é um animal com três caudas diferentes, no que seria uma provável criatura mitológica.

#### **6.4.5. Ribeira de Urros.**

A rocha 1, situada perto da foz da ribeira, é descoberta em 1995. Em 1997 conhecem-se já quatro rochas, referidas no Relatório desse ano (BAPTISTA & GOMES 1997: 214-215), número que, certamente por lapso, desce para duas dois anos mais tarde, e mantendo-se nos inventários seguintes (BAPTISTA 1999: 19; 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 192). Em Julho de 2006 fizemos a realocação destas quatro rochas e descobrimos outras quatro, sendo oito as referidas nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 189; REIS 2011: 120-123). Seis anos mais tarde volta a haver novidades, em Julho de 2012, com a inventariação de mais quatro rochas, subindo o total para doze.

A Ribeira de Urros tem uma bacia hidrográfica larga, longa e bastante intrincada. No início, compõe-se essencialmente de duas ribeiras, ambas com numerosos afluentes. Uma designa-se por Ribeira das Taças, nasce na orla do planalto à cota de 490 metros, perto da aldeia de Peredo dos Castelhanos. Segue um percurso de Norte para Sul, numa extensão de 2750 metros. A outra chama-se Ribeira da Nogueira, e nasce quase no topo do grande maciço quartzítico a Sul da aldeia de Urros, à cota de 720 metros. Percorre uma longa extensão de 5650 metros, na direcção Leste-Oeste. A junção destas duas ribeiras, à cota de 250 metros, forma uma única linha de água, a qual se designa então por Ribeira de Urros. Esta segue de Nordeste para Sudoeste, numa extensão de 3200 metros. O vale é bastante profundo, superando nalgumas zonas os 200 metros de desnível e, regra geral, tem perfil simétrico. Apenas na zona da embocadura se torna assimétrico, com a margem direita a atingir quase o dobro da altura da margem esquerda.

A bacia desta ribeira é assim bastante longa, profunda e estreita, sendo difícil a sua visualização global. As primeiras oito rochas conhecidas situam-se todas nas imediações da embocadura da ribeira, e não havia uma noção muito clara do potencial das áreas mais a montante. Com as últimas quatro rochas descobertas o panorama alterou-se, pois as rochas 10, 11 e 12 estão bem afastadas do Douro, a rocha 10 a pouco mais de mil metros de distância da foz, e as outras frente a frente a meia distância entre a foz e a rocha 10. Assim, pelo menos o quilómetro final da ribeira tem potencial para a existência de muitas mais rochas gravadas, sendo possível que esse potencial se estenda ainda mais para montante.

As doze rochas conhecidas, todas perto do leito da ribeira, distribuem-se em quatro grupos distintos. A rocha 10 está, de momento, isolada a mil metros da foz, numa curva acentuada da ribeira. Cerca de 300 metros para jusante estão as rochas 11 na margem esquerda e a rocha 12 na margem direita, uma em frente à outra. Mais a jusante, a 200 metros da embocadura, encontra-se o maior conjunto presentemente conhecido, com cinco rochas, as rochas 1, 5 e 6 na margem direita, as rochas 7 e 8 em frente na margem esquerda. Por fim, as outras quatro rochas ficam na embocadura, mas a subida das águas do Douro provocada pela barragem do Pocinho prejudica a leitura da sua distribuição. Na embocadura surge hoje uma ilhota, transformada artificialmente numa península, mas originalmente seria apenas uma pequena elevação na margem esquerda circundada sinuosamente pela ribeira. Com grande probabilidade haverá mais gravuras escondidas pelas águas, e as rochas 4 e 9 estão parcialmente submersas.

Todos os motivos de todas as épocas são em traço filiforme, com excepção da rocha 9. Três rochas têm gravuras paleolíticas, cinco apresentam gravuras de Época Histórica, e oito têm motivos da Idade do Ferro, o período dominante, em qualidade e quantidade.

As rochas 2 e 3 estão junto à embocadura da ribeira, e ambas têm gravuras paleolíticas, poucas e de difícil percepção, essencialmente motivos indeterminados de traço múltiplo. Na outra extremidade, a rocha 10 surge dominando uma curva apertada da ribeira, onde a água corre com fragor (quando há água!) num canal estreito, e apresenta duas cervas de traço múltiplo. As rochas 2 e 7 têm algumas gravuras recentes de escassa relevância, ao contrário da rocha 4, hoje parcialmente submersa ao lado das rochas 2 e 3, onde duas figuras antropomórficas e alguns

signos-saimão se juntam a uma grande colecção de representações de bestas, mais de uma trintena, numa colecção sem paralelo na região. Muito perto, a rocha 9 têm quatro cruces picotadas, alinhadas em sequência vertical. É possível que a existência destas figuras recentes esteja relacionada com o moinho que existia do outro lado do rio Douro, em frente à embocadura. Mais longe, a rocha 11 tem dois signos-saimão lado a lado, muito semelhantes aos da rocha 4.

A grande maioria dos motivos conhecidos são da Idade do Ferro, com destaque evidente para a rocha 1, um enorme painel repleto de gravuras, incluindo geométricos, animais de vários tipos e antropomorfos. Entre outros motivos, destacamos um friso formado por vários veados, ou um conjunto de dois animais formado por um veado de corpo longo e estreito, com estranhas patas traseiras entrecruzadas em losango e um grande cavalo magnificamente decorado, na cabeça e na garupa, onde surge um interessante motivo circular. Também um conjunto de dois antropomorfos merece realce, com uma impressionante figura de guerreiro, de corpo rectangular largo e decorado internamente, parecendo representar vestimenta ou couraça, armado de uma grande lança de ponta triangular e um escudo visto de perfil, côncavo com umbo central. Ao lado surge uma peculiar figura de cavaleiro com lança, numa representação algo abstracta, em que cavalo e homem se fundem num conjunto quase “cubista”, talvez intencionalmente, ou por imperícia do gravador. As restantes rochas da Idade do Ferro são pouco relevantes, embora se destaquem os enormes painéis das rochas 11 e 12, minimamente preenchidos com um único cavalo na rocha 11 e dois cavalos lado a lado na rocha 12.

#### **6.4.6. Canada das Corraliças.**

Descobrimos de forma casual este sítio em Setembro de 2008, quando andávamos de canoa ao longo do Douro com o objectivo de fotografar alguns dos sítios aqui conhecidos. No entanto, não registamos adequadamente a rocha que então descobrimos, por um lado porque não estávamos em prospecção “oficial” e não tínhamos algum material necessário connosco (GPS, material para escrever) e, por outro lado, porque desconhecíamos o topónimo do local, o qual só conseguimos apurar um mês depois. Assim, foi já em Fevereiro de 2009 que inventariamos devidamente a primeira rocha deste sítio, referida no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em Novembro de 2011 voltamos ao sítio, em companhia de Delfina Bazaréu, e descobrimos mais três rochas, fazendo o presente conjunto de quatro rochas inventariadas.

É uma encosta sobre o Douro orientada a Sudoeste, confinada entre os sítios da Ribeira de Urros a jusante e do Vale de Maria Andrés a montante. A encosta é marcada por uma curta linha de escorrência de água que a desce linear e abruptamente, cavando um vale pouco profundo mas bastante evidente. O seu comprimento é de aproximadamente 600 metros, iniciando-se à cota de 340 metros. A água que aqui corre é exclusivamente de origem pluvial, de tal forma que o troço final do seu leito foi lavrado e transformado num laranjal. Apenas há afloramentos do lado direito, com dois principais grupos rochosos, um na zona baixa e outro na zona alta da encosta, separados por um intervalo pouco dilatado. A encosta estreita bastante na parte inferior e, na parte superior, pouco passa dos 150 metros de largura no sector direito, entre o leito da linha de água e a linha de cumeeada que faz a transição para o vale da ribeira de Urros. Ainda não visitamos a parte superior da encosta e não conhecemos as suas características e o potencial dos seus afloramentos, mas parece provável que possa haver mais algumas rochas historiadas. O mesmo acontece na parte baixa da encosta, onde fizemos só uma primeira vistoria não sistemática e conhecemos as quatro rochas inventariadas, mas que deverá ter potencial para mais algumas.

Apenas a rocha 3 apresenta motivos paleolíticos, e as restantes três rochas têm unicamente motivos da Idade do Ferro. Na rocha 3, para além de alguns traços pouco discerníveis, encontra-se uma grande figura de um animal de traço simples, de apreciáveis dimensões. Infelizmente, a terminação da cabeça encontra-se fracturada, dificultando a identificação da espécie, provavel-

mente um caprino, tendo em conta o grande corno curvilíneo que ostenta. Da Idade do Ferro surgem poucos geométricos na rocha 2, e vários animais, com destaque para o peculiar animal indeterminado da rocha 1, talvez um cavalo, de longa cauda em leque e corpo decorado, ou os quatro cervídeos da rocha 4.

#### **6.4.7. Vale de Maria Andrés.**

Este sítio foi descoberto em Setembro de 2009, tendo-se então inventariado as duas rochas conhecidas de momento.

Trata-se do vale de uma ribeira afluente da margem direita do Douro. Encontra-se logo a montante dos sítios da ribeira das Corraliças e da Ribeira de Urros. A ribeira inicia-se na orla de uma pequena área planáltica existente no sopé Sudoeste do monte da Senhora do Castelo de Urros, um importante povoado com ocupação pré-histórica, da Idade do Ferro, romana e medieval, num imponente cabeço que domina visualmente todo este trecho do rio Douro. Nesta mesma área planáltica, no sopé Sul do povoado, iniciam-se várias outras linhas de água afluentes do Douro, com pequenos vales paralelos ao Vale de Maria Andrés, e que nunca foram investigados. Sendo bem visíveis os muitos afloramentos que apresentam tudo indica que alguns destes vales poderão corresponder a novos sítios com arte rupestre. Assim, entre o Vale de Maria Andrés e os sítios do Lodão/Ribeira do Lodão há potencial para a existência de quatro ou cinco novos sítios, ainda por prospectar.

A ribeira nasce à cota de 450 metros e corre de Nordeste para Sudoeste, tendo um comprimento total aproximado de 2000 metros, desaguando no Douro à cota de 110 metros, a cerca de 530 metros a montante da linha de água da Canada das Corraliças. Apenas os primeiros 200 metros são percorridos em zona aplanada, iniciando logo a seguir a escavação mais profunda do vale. Este é simétrico, com largura máxima de 760 metros no sector intermédio, onde também atinge a sua profundidade máxima, ligeiramente inferior a 150 metros. É assim relativamente aberto, face à sua profundidade. Ao longo do percurso surgem diversas linhas de escorrência de água a cortar as encostas laterais, particularmente no lado direito, pouco profundas e de escassa relevância. As encostas do lado direito estão quase todas ocupadas por terrenos agrícolas, assim como uma ou outra do lado esquerdo e, em geral, o vale aparenta estar muito pouco preenchido com afloramentos rochosos, embora se entrevejam alguns nos sectores intermédios e superior do vale, ainda não prospectados. A excepção está no sector final do vale, na foz da ribeira.

O vale, bastante largo ao longo de quase todo o percurso, estreita drasticamente na foz da ribeira, formando um apertado canal de escoamento das águas, e torna-se pouco elevado, com um desnível na ordem dos 30 metros. Este canal é bastante rochoso, tendo numerosos afloramentos com as típicas superfícies verticais, numa e noutra margem. Ainda não sistematicamente prospectados, uma primeira vistoria revelou a existência de duas rochas gravadas na margem esquerda, perto uma da outra. É possível que haja mais afloramentos e rochas gravadas no sector final submerso na barragem do Pocinho.

As duas rochas têm motivos filiformes da Idade do Ferro. A rocha 2, mais pequena, tem apenas dois animais e alguns traços. A rocha 1 tem mais motivos: um guerreiro armado de escudo, animais, e uma interessante colecção de figuras geométricas.

#### **6.4.8. Lodão.**

Este sítio foi descoberto em Julho de 2011, na companhia de Fernando Dias, do PAVC, na sequência da descoberta do sítio vizinho da Ribeira do Lodão, e logo nesse dia foram descobertas e inventariadas as três rochas hoje conhecidas.

É um pequeno trecho de encosta sobre a margem direita do Douro, entre o vale da Ribeira do Lodão a montante e o vale de outra ribeira a jusante, ainda não prospectada. Tem características semelhantes às da Canada das Corraliças, uma encosta elevada, estreita e bastante inclinada, sulcada a meio por uma linha de escorrência de água. Inicia-se à cota de 270 metros, terminando aos 110 metros no antigo leito do Douro. A cartografia antiga, anterior à barragem do Pocinho, mostra que a parte inferior da encosta se alarga numa ampla bancada, não se sabendo se teria ou não painéis apropriados à gravação. A linha de água que sulca a encosta, num percurso quase linear, tem um comprimento pouco superior a 500 metros. A encosta, entre as linhas de cumeada que a demarcam dos vales vizinhos, pouco ultrapassa os 200 metros de largura.

Quase toda a área do sítio foi surribada por máquinas para a plantação de vinha, e alguns afloramentos foram destruídos. Subsistem ainda duas zonas com concentrações rochosas, uma junto ao Douro, em ambas as margens, com poucos afloramentos, e outra na metade superior do lado direito da linha de água, esta com maior quantidade e densidade de afloramentos, e onde se encontram as três rochas inventariadas. Cerca de um mês após a descoberta, fizemos a prospecção sistemática total destas duas concentrações, mas nada mais apareceu.

As três rochas agrupam-se na parte inferior da maior concentração rochosa. Todas têm gravuras da Idade do Ferro, e uma apresenta também gravuras paleolíticas. Todas estas gravuras são filiformes. Na rocha 2 surge um pequeno conjunto de animais paleolíticos de traço múltiplo, provavelmente caprinos, destacando-se uma magnífica figura, de corpo densamente preenchido de traços e cabeça a olhar para trás. Ao lado surge ainda uma figura geométrica da Idade do Ferro, com alguma complexidade. Também da Idade do Ferro, na rocha 3 surge um quadrúpede indeterminado e um veado, com a armação numa estranha posição torcida face à cabeça e, na rocha 1, alguns animais e figuras geométricas.

#### **6.4.9. Ribeira do Lodão.**

As primeiras gravuras foram avistadas em 2009 por Fernando Dias, do PAVC. Em Julho de 2011 fomos ver o sítio, com o seu descobridor, e registamos duas rochas.

É um vale afluente da margem direita do Douro, circunscrito entre os sítios do Lodão a jusante e do Vale de João Esquerdo a montante. Tal como este último, inicia-se na base de um grande maciço quartzítico que, com o vizinho cabeço da Senhora do Castelo de Urros, constitui o início da grande serra quartzítica de Poiares. A parte inicial do vale é formada por duas ribeiras distintas, a ribeira do Lodão propriamente dita, mais longa e, a montante desta, uma outra ribeira sua afluente. Iniciam-se ambas na vertente Oeste do maciço, com origens distantes cerca de 650 metros, e seguem para Sudoeste em percursos convergentes. A ribeira do Lodão tem um percurso total de aproximadamente 2350 metros, iniciando-se à cota de 570 metros e terminando no Douro à cota de 110 metros. Os seus primeiros 650 metros de percurso são em terreno inclinado mas com um vale pouco cavado, e inicia a escavação profunda do vale a partir da cota dos 400 metros. O sector intermédio é o mais aberto e profundo, com uma largura pouco inferior a 500 metros, e uma profundidade máxima de cerca de 130 metros. A outra linha de água inicia-se na orla planáltica e começa quase imediatamente a fazer a escavação profunda do seu vale, também à cota de 400 metros. Percorre cerca de 1100 metros até encontrar a ribeira do Lodão. O seu vale é mais estreito, não ultrapassando os 300 metros de largura máxima, mas igualmente profundo. Ambas as ribeiras têm um percurso com alguma sinuosidade, sobretudo a ribeira do Lodão, e apresentam numerosas linhas de escorrência de água nas suas encostas. As duas ribeiras conjugadas formam um sítio bastante amplo, nomeadamente nos sectores inicial e central, com uma largura máxima de aproximadamente 1000 metros. No entanto, o troço final unificado é bastante mais estreito e termina num canal longo e apertado. Este canal tem um forte declive na margem esquerda mas é aberto na margem direita, e a ribeira entra no Douro em terrenos apla-



gados, tal como sucede nos sítios vizinhos do Lodão e Vale de João Esquerdo. A submersão de quase todo este troço final impede a sua prospecção.

É dos sítios menos conhecidos da arte do Côa, de potencial promissor. Apenas se fez um primeiro reconhecimento do terreno em duas zonas muito circunscritas, com pouca prospecção, e quase toda a área do sítio está ainda por ver, havendo diversas zonas com concentrações rochosas. Apenas duas rochas são conhecidas, ambas com gravuras filiformes da Idade do Ferro, e localizadas na encosta da margem direita sobre o troço final da ribeira do Lodão, após a junção das duas linhas de água. Apesar disso, estão a mais de 200 metros de distância uma da outra. A rocha 1 surge perto da linha de água num terreno agrícola<sup>31</sup>, e a rocha 2 está na parte superior da encosta, muito perto da linha de cumeeada que separa este vale do outro vale a jusante.

A rocha 1 tem apenas uma figura de veado, com a armação pouco detalhada. Já a rocha 2 tem um enorme e magnífico conjunto de figuras, divididas por diferentes painéis. Os estilos variam entre os diferentes painéis, denunciando diferentes origens e executores. Os painéis laterais têm poucas figuras, menos impressivas que no painel principal, destacando-se ainda assim uma expressiva e estilisticamente original figura de um cavalo com a cabeça voltada para trás. No painel principal surgem algumas dezenas de figuras, na maioria com estilos de representação e execução muito semelhantes que parecem indicar um mesmo autor. Num conjunto caótico de motivos e traços, com múltiplas sobreposições, distinguem-se variados animais, sobretudo cavalos e cervídeos, um canídeo e outros de espécie indeterminada, junto com algumas lanças e diversos geométricos de vários tipos. Não é claro se existe ou não uma figura antropomórfica mas, a ser, é apenas esboçada e está incompleta, diferindo assim da definição clara dada às restantes figuras. Entre os geométricos destacam-se os conjuntos de linhas pontilhadas, um tipo de representação que surge com alguma abundância ao longo da região da arte do Côa, tendo nesta rocha uma das suas máximas expressões. Aproximadamente no centro do conjunto, duas figuras destacam-se face às restantes. Trata-se de um canídeo, fálco e com os dentes à mostra, que persegue uma bonita e elegante figura de cerva. Ambos os animais estão trespassados por lanças, o que poderá indicar, talvez, que o canídeo se trata de um lobo e não de um cão doméstico. A eventual figura humana está logo por cima da cerva, e poderia até segurar a lança que a trespassa, mas tal não é claro. Assim, este imenso conjunto de figuras parece tratar-se de uma complexa cena de caça, com muitas e diversas figuras animais, apenas não sendo claro se envolve ou não figuras humanas.

#### **6.4.10. Vale de João Esquerdo.**

A primeira rocha deste sítio é descoberta em 1995, por João Félix e Manuel Almeida, do CNART, na mesma ocasião em que é também descoberto o sítio da Ribeira de Urros. No entanto, ao contrário deste, não é mencionado no inventário do Relatório de 1997. Este esquecimento é corrigido nos inventários seguintes, referindo-se a única rocha então registada (BAPTISTA 1999: 19; 2001: 238; BAPTISTA & GARCÍA DIEZ 2002: 192-193). Em Junho de 2006, ao relocizarmos esta rocha, encontramos e inventariamos mais oito, sendo nove o total referido nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 190; REIS 2011: 120-123). Em Janeiro de 2011 descobrimos mais duas novas rochas, chegando às actuais onze rochas inventariadas.

É uma linha de água com um percurso quase linear de Leste para Oeste, tendo 2000 metros de comprimento. A parte intermédia e superior do seu vale conecta com os sectores equivalentes dos sítios da Ribeira do Lodão a jusante e da Ribeira das Furnas a montante. No entanto, junto ao Douro, há zonas de encosta ainda não prospectadas entre estes sítios: uma pequena encosta

---

<sup>31</sup> O descobridor do sítio tinha visto de passagem algumas gravuras da Idade do Ferro em uma ou duas rochas situadas algures na zona onde viemos a encontrar a rocha 1, mas essas gravuras não correspondem ao único motivo desta rocha e estão ainda por relocizar, o que poderá suceder numa prospecção mais detalhada e sistemática.

entre a foz da Ribeira do Lodão e a foz do Vale de João Esquerdo, e um amplo sector de encosta, cortada por várias pequenas linhas de água, entre a foz do Vale de João Esquerdo e a foz da Ribeira das Furnas. A ribeira nasce a meio da encosta Sul de um grande maciço quartzítico a Sul da aldeia de Urros, no início da serra de Poiares, à cota de 520 metros. Forma um vale de perfil simétrico e fechado, atingindo os 150 metros de profundidade, com uma largura máxima no sector intermédio de cerca de 700 metros. Desagua no Douro quase em frente do sítio da Canada do Arrobão, à cota de 110 metros, num troço final do vale baixo e estreito. A foz da ribeira surge a meio de uma praia fluvial, hoje submersa, com 400 metros de comprimento e 70 metros de largura.

É um sítio ainda pouco prospectado e o seu potencial é grande, devendo haver mais rochas por descobrir na envolvência dos dois grupos já conhecidos, e possivelmente noutras zonas ainda não observadas. Todas as rochas conhecidas se encontram do lado direito do vale, estando o outro lado quase vazio de afloramentos. De momento, a distribuição das rochas conhecidas é invulgar no contexto da arte do Côa: cinco rochas com gravuras filiformes paleolíticas sobre a foz da ribeira, e seis rochas com gravuras filiformes da Idade do Ferro no sector intermédio do vale. A insuficiente prospecção realizada em ambos os sectores e na restante área do sítio não permite saber se esta divisão cronológica tão clara na distribuição corresponde à realidade ou se é casual, com eventuais futuras descobertas a reporem o típico padrão de mistura espacial de gravuras de diferentes períodos.

As seis rochas da Idade do Ferro encontram-se quase todas num grupo no sector intermédio da encosta, mas havendo uma de implantação inédita: a rocha 10 encontra-se quase no topo do cabeço que culmina nesta zona a linha de cumeada. No seu painel, inusualmente rugoso, surge uma única e tosca figura de um possível cervídeo, de difícil identificação. Nas restantes rochas surge o habitual conjunto de figuras de animais e figuras geométricas, com um ou outro antropomorfo. Destaca-se o grande conjunto de animais da rocha 2, encimados por um guerreiro com lança, no que parece ser uma cena de caça, os interessantes geométricos da rocha 11, ou o bonito cavalo da rocha 3.

As cinco rochas de baixo são todas paleolíticas, exibindo sobretudo figuras de traço múltiplo, como nas rochas 6 e 9 mas, sobretudo, nas rochas 1 e 7, as principais do sítio. A rocha 7 tem um pequeno painel quase inteiramente coberto de motivos, aqui sim com muitas sobreposições, sendo quase todos os motivos em traço múltiplo. Tem várias espécies animais: cavalos, cervídeos, caprinos, uma possível camurça e também uma possível ave, esta não totalmente evidente, associados a alguns signos. A rocha 1 tem um grande painel com variadas figuras, sem grandes sobreposições. Para além de um magnífico veado de corpo densamente preenchido de traços, destaca-se um pequeno painel com algumas figuras de caprinos, em traço simples e múltiplo, realçando-se destas últimas duas figuras de muito pequena dimensão, das primeiras do género a serem identificadas na região<sup>32</sup>.

#### **6.4.11. Ribeira das Furnas.**

O sítio da Ribeira das Furnas foi descoberto em finais de Outubro de 2008, em companhia de alguns habitantes da aldeia de Urros e de Fernando Dias do PAVC, que nos tinha ido mostrar uma nova rocha gravada no sítio vizinho de Vale d’Arcos, e foi já referida no último inventário (REIS 2011: 120-123).

---

<sup>32</sup> Tendo um tamanho comparável ao de um polegar, deram origem no Parque do Côa à designação informal de “polegarzinhos” para este tipo de figuras. Um destes caprinos da rocha 1 do Vale de João Esquerdo, com os seus 3,5 cm de comprimento, foi longamente considerada a mais pequena figura da arte paleolítica do Côa mas, com as descobertas recentes do caprino da rocha 11 do Vale Escuro e dos peixes da rocha 7 da Canada do Arrobão, faz quase figura de gigante ao lado destas. Ao longo da região são conhecidas algumas figuras paleolíticas de tamanho miniatural, sendo este mais um aspecto a juntar às características formais da arte paleolítica do Côa. É incerto se resultam de uma “moda” particular em determinado período ou se, ao lado de figuras maiores, se faziam por vezes figuras extraordinariamente pequenas. A diversidade tipológica das que são conhecidas e a sua mistura com motivos maiores de tipologia similar sugerem mais a segunda hipótese.

É um longo, profundo e sinuoso vale de uma ribeira que se inicia no grande maciço quartzítico que se desenvolve a Sudoeste da aldeia de Urros (serra de Poiares), mas entrando rapidamente em terrenos xistosos ao descer em direcção ao Douro, na direcção Nordeste-Sudoeste. Inicia-se à cota de 730 metros, num dos pontos mais altos da serra, e entra no Douro nos 110 metros, num percurso aproximado de 5050 metros. O troço inicial, ainda em terrenos quartzíticos, é relativamente aberto, com pequenos afluentes de um e outro lado. Já em terrenos xistosos, tem um primeiro percurso longo e linear, com pouco mais de dois quilómetros de extensão, bastante encaixado, apenas com pequenas linhas de escorrência de água de ambos os lados. Após uma larga curva para Leste e outra contracurva para Sul, a ribeira entra no seu troço final, mais aberto, sobretudo no lado esquerdo, onde recebe sucessivamente dois afluentes bastante extensos, a Canada da Gafaria e a ribeira da Peixeira. Estas duas linhas de água formam vales próprios e distintos, e, caso se identifiquem no futuro gravuras nestes dois vales, serão provavelmente considerados sítios distintos, particularmente no caso da ribeira da Peixeira.

É um sítio que conhecemos ainda bastante mal, mas o seu potencial parece elevado, havendo vários grupos de afloramentos visíveis ao longo do vale. A única rocha aqui conhecida é da Idade do Ferro, e tem uma implantação singular. Encontra-se no fim do longo troço linear da ribeira, dominando a curva e contracurva final, e está na parte superior da encosta, à cota de 440 metros. A linha de cumeada nesta zona forma uma sucessão de pequenos cabeços, e a encosta nascente de um deles é um vasto maciço rochoso, com dezenas de metros de altura. As gravuras surgem numa plataforma na parte intermédia do maciço, com um acesso estreito e escondido pelo lado Sul. A plataforma é grande e larga, tendo sido usada para albergar rebanhos de ovelhas. Tem uma enorme parede rochosa, muito comprida e alta. O único painel gravado surge discretamente a meio desta parede. As gravuras têm um acesso algo difícil, estando altas em relação ao solo, e dividem-se em dois sectores diferentes no painel, sendo claro que os dois conjuntos foram feitos por pessoas diferentes. Do lado esquerdo surge um grupo variado de motivos, incluindo vários cavalos e cervídeos, alguns geométricos e uma curiosa figura humana, de cabeça para baixo e com braços que parecem longas asas. Do lado direito surgem os motivos mais interessantes, formando uma cena de caça, protagonizada por um cavaleiro armado de lança e que segura rédeas, perseguindo alguns cervídeos, machos e fêmeas, com a ajuda de um cão. A montada do cavaleiro e o canídeo têm desenhado na garupa o mesmo símbolo, um motivo em espiga dentro de uma cartela oval, no que será talvez uma representação heráldica.

#### **6.4.12. Vale d'Arcos.**

Sítio descoberto em 2008 por Fernando Dias, do PAVC, que nos mostrou a rocha que aqui identificou em finais de Outubro desse ano, já referida no último inventário (REIS 2011: 120-123). Em Abril de 2010 descobrimos outra rocha na parte superior do sítio.

Trata-se do vale de uma ribeira afluente do Douro, situada cerca de 2,5 quilómetros a montante do sítio da Ribeira das Furnas. Tem um percurso de Norte para Sul, com alguma sinuosidade, numa extensão aproximada de 2400 metros. À semelhança da Ribeira das Furnas, o percurso inicial é feito em terrenos quartzíticos, numa extensão de 500 metros, entrando depois em terrenos de xisto, até ao Douro. A ribeira nasce no intervalo entre dois cabeços, à cota de 720 metros, desaguando no Douro aos 110 metros, numa pequena área aplanada que formaria uma praia ou terraço, hoje submersa nas águas da albufeira do Pocinho. O vale é bastante profundo e encaixado, sobretudo depois de entrar em terrenos xistosos, atingindo um desnível máximo na ordem dos 200 metros, ainda que tenha um perfil assimétrico, sendo as encostas do lado direito mais altas. No percurso inicial a ribeira faz uma curva acentuada para Oeste, recebendo um afluente na margem direita, o qual também se inicia em terrenos quartzíticos. Depois da junção das duas linhas de água, à cota de 300 metros, o percurso é quase linear em direcção a Sul, sur-

gindo ainda mais um afluente importante na margem esquerda, o qual tem topónimo próprio: Vale Escuro. No entanto, ao contrário dos afluentes da ribeira das Furnas atrás referidos, este não tem um vale tão grande e marcado, e optamos pela sua inclusão no sítio de Vale d’Arcos.

A primeira rocha conhecida, de cronologia paleolítica, surge no troço inicial da ribeira, já em terrenos xistosos, mas apenas a 130 metros de distância da transição para a zona quartzítica. Está na margem direita da ribeira, cerca de 50 metros acima do leito, e à cota de 480 metros, sendo assim o registo paleolítico de mais elevada altitude na região. Tem um só motivo, uma figura em traço múltiplo de forma ovalada, de contorno rectilíneo em cima e fortemente curvado em baixo, afilando nas pontas e alargando no meio. Parece ser um peixe, embora esta interpretação não seja segura, podendo também ser um signo. A segunda rocha tem pinturas esquemáticas da Pré-história recente, e é um grande abrigo quartzítico isolado a meia encosta à cota de 620 metros, bem destacado na paisagem, na margem esquerda do troço inicial da ribeira. Os motivos estão muito apagados e são de difícil interpretação, distinguindo-se algumas manchas e uma ou outra figura antropomórfica. Tanto na área quartzítica como nos xistos mais abaixo a prospecção está muito embrionária, e parece haver potencial para a existência de mais rochas, gravadas ou pintadas.

### **6.5. O vale do Douro, entre o Pocinho e a foz do rio Sabor.**

Este troço do rio Douro, numa extensão de 6,2 quilómetros entre a aldeia do Pocinho e a foz do rio Sabor, fica a jusante da barragem do Pocinho. No entanto, hoje em dia quase nenhuma zona do Douro está livre da influência de barragens, e este troço é o lanço final da albufeira da barragem da Valeira. Comparando a cartografia existente antes e depois da construção destes empreendimentos, vê-se que o alteamento das águas será ligeiramente inferior a dez metros, tendo feito recuar as margens do Douro e desaparecer as pequenas ilhas que pontuavam este percurso. Corresponde à zona em que o Douro encontra e segue a falha tectónica da Vilarica, fazendo uma acentuada curva para Norte, de forma a contornar o maciço granítico do Monte Meão. Assim, a margem direita está toda em terrenos xistosos, mas estes existem só na parte mais baixa da margem esquerda, dando para cima lugar aos granitos. A margem esquerda parece ter fraco potencial para arte rupestre, não havendo afloramentos xistosos visíveis na parte inferior. O potencial da margem direita é uma incógnita. Nas zonas limítrofes do rio não são visíveis afloramentos mas, tal como para a margem esquerda, não sabemos se haveria bancadas rochosas ao longo do leito. Nas zonas medianas e mais elevadas das encostas existem alguns grupos de afloramentos, que ainda não foram prospectados. Assim, de momento, nenhum sítio de arte rupestre é conhecido neste troço e, se à partida o seu potencial não nos parece muito elevado, não descartamos a hipótese da prospecção poder ter resultados.

O interesse por esta zona aumentou consideravelmente nos últimos tempos, com as recentes investigações feitas no rio Sabor a propósito da construção de mais uma barragem. Logo nos primeiros estudos se identificou uma rocha paleolítica, na Ribeira da Sardinha, e também uma rocha com pinturas pré-históricas e gravuras da Idade do Ferro, a Fraga do Fojo (TEIXEIRA & RODRIGUES 1997; BAPTISTA 2008b: 196-197). Ultimamente, com a implementação no terreno das medidas de minimização, temos conhecimento do aparecimento de diversas rochas com gravuras de variadas épocas, do Paleolítico Superior à Época Moderna, assim como de abundantes placas gravadas proto-históricas e paleolíticas em contextos arqueológicos conservados<sup>33</sup>. Desta forma, o baixo vale do Sabor assume o carácter de uma nova região de arte rupestre. Ora, este é o troço do Douro que faz a ligação directa entre as duas regiões, e será futuramente do maior interesse averiguar aqui da existência ou não de arte rupestre.

---

<sup>33</sup> Informação da equipa de arte rupestre no terreno, dirigida por Sofia Figueiredo, a quem agradecemos.

## **6.6. O vale da Veiga, entre o Pocinho e o início do planalto beirão.**

O chamado Vale da Veiga integra a grande falha tectónica da Vilarica, que se estende por centenas de quilómetros no sentido Norte-Sul, da Galiza à zona centro de Portugal. Nesta região, a falha originou um extenso vale, desde a aldeia do Pocinho na margem do Douro até ao início do planalto Beirão, na zona da aldeia de Marialva, onde o vale termina e onde a transição entre o alto, extenso e algo desolado planalto granítico beirão, e os férteis vales abrigados da região duriense é por demais notória. O vale tem uma extensão aproximada de 24 quilómetros, mantendo sempre a direcção Sul-Norte. É um vale largo, pouco profundo, de solos espessos e férteis, uma importante zona agrícola repleta de sítios arqueológicos de diferentes épocas. No fundo do vale não há afloramentos visíveis, e estes são pouco abundantes nas encostas, com excepção da encosta do planalto granítico das Chãs (em cuja periferia, sobre o vale, fica o sítio dos Tambores). Nesta encosta seria possível haver abrigos com pinturas, e talvez rochas com algum tipo de gravuras, tendo em conta o exemplo dos Tambores e da Vinagreira e o facto de serem numerosos os sítios de habitat pré-históricos no planalto por cima, que poderiam fornecer um contexto a esses eventuais achados. Será uma área a prospectar futuramente. Mais perto de Vila Nova de Foz Côa, e até ao Pocinho, os terrenos são xistosos mas de escassos afloramentos, em regra de má qualidade para a realização de gravuras, como pudemos constatar numa ou outra incursão que fizemos a pequenos grupos rochosos na encosta por baixo de Vila Nova de Foz Côa. Há uma referência bibliográfica muito sumária que devemos mencionar, que diz: “no Vale da Veiga do Pocinho, nas imediações do rio Douro, há também pinturas rupestres” (RODRIGUES 1983: 24). Esta referência, que se nos afigura pouco credível, aparece sem mais detalhes, e não conhecemos mais qualquer outra notícia de eventuais pinturas naquela zona, as quais, aliás, só poderiam ocorrer já fora do Vale da Veiga pois, como vimos, este não apresenta afloramentos superficiais, que só reaparecem na encosta do Monte Meão, ou quando o Douro volta a correr em zona encaixada, para jusante do vale.

Assim, a arte rupestre conhecida neste vale concentra-se no seu troço superior, entre as aldeias das Chãs e de Longroiva, numa área granítica correspondente, *grosso modo*, ao graben de Longroiva. Os vestígios são interessantes mas atípicos no contexto da arte rupestre da região, e surgem em três sítios: Tambores, Cruzeiro Velho e Vinagreira.

### **6.6.1. Tambores.**

O sítio com ocupação pré-histórica dos Tambores foi inventariado por António Faustino de Carvalho e Carla Magalhães, nos primeiros tempos da criação do Parque Arqueológico. Nesta primeira referência é já mencionada a existência de uma laje com covinhas ainda que, por lapso, se refira que é uma laje de granito quando na verdade é de xisto, correspondendo à rocha 1 (AUBRY; CARVALHO & ZILHÃO 1997: 99). A mesma equipa de investigadores descobre em 1998 uma segunda rocha com covinhas, esta sim um afloramento granítico. As duas foram referidas nos últimos inventários (BAPTISTA & REIS 2009: 190; REIS 2011: 120-123). Em Abril de 2010 descobrimos uma terceira rocha com covinhas.

O sítio divide-se em duas manchas distintas de dispersão de materiais. A maior e com mais material envolve as rochas 2 e 3. Revela à superfície diverso material característico da Pré-história Recente, com uma cronologia provável do Calcolítico e/ou Idade do Bronze (AUBRY; CARVALHO & ZILHÃO 1997: 99). É uma plataforma aplanada no extremo Noroeste do planalto das Chãs, no rebordo da encosta sobre o Vale da Veiga, na curva apertada que a ribeira da Centieira efectua quando abandona o Vale da Veiga e se orienta para Leste em direcção ao Côa, passando então a denominar-se Ribeira de Piscos. Tem a curiosidade adicional de se situar na zona de transição entre xistos e granitos, bem notória na paisagem, particularmente na encosta sobre o vale. A outra mancha de materiais está na encosta sobre o vale, ao lado da rocha 1.



Esta surge no início da zona xistosa, e é uma grande laje solta, espessa e de forma ovalada, com uma superfície plana de disposição sub-horizontal, que apresenta numerosas covinhas, bastante largas e profundas, perfeitamente visíveis. Um pequeno fragmento da laje está tombado ao lado, tendo igualmente algumas covinhas. A rocha 2, a 150 metros de distância, está no meio da grande área de dispersão de materiais, isolada num terreno plano. É um batólito granítico de forma irregular, com faces verticais em todos os lados, que se erguem de uma base mais alargada. As covinhas são abundantes, de diversos tamanhos, e distribuem-se por grande parte da superfície útil, na base, nos lados e no topo, formando por vezes alinhamentos. A rocha 3 é um batólito granítico de dimensão similar à rocha 2, da qual dista pouco, visualmente menos distintivo e com poucas covinhas, quase todas na superfície superior. É natural que uma prospecção cuidadosa dos muitos afloramentos graníticos que enxameiam a zona possa revelar a existência de mais rochas com covinhas.

### **6.6.2. Cruzeiro Velho.**

A Estela de Longroiva, como é chamada nos meios científicos, apareceu em trabalhos agrícolas em 1964 num local designado por Cruzeiro Velho (RODRIGUES 1983: 35-37), sendo referida no primeiro catálogo das estelas do Sudoeste peninsular (ALMAGRO 1966: 108-109). Incluída nos inventários arqueológicos locais (COIXÃO 1996: 224; 1999: 319-320), foi mencionada de passagem no último inventário (REIS 2011: 17-18), mas só agora é formalmente integrada no inventário da arte do Côa. Em Maio de 2008 descobrimos um fragmento de outra estela à superfície, e em Março de 2010 descobrimos uma nova e terceira estela.

A zona do Cruzeiro Velho é um terreno aplanado à entrada da aldeia das Quintãs, na margem esquerda da ribeira da Centieira, a cerca de 3400 metros em linha recta do ponto onde esta se desvia para Leste em direcção ao Côa. O Vale da Veiga é aqui largo e de solos férteis e profundos, como se vê pelo antigo cruzeiro granítico que dá nome ao local e que se encontra profundamente enterrado no solo, visível apenas na parte superior. Está na base de um importante sítio com ocupação pré-histórica, o Alto da Lamigueira, situado no outro lado da ribeira da Centieira cerca de 600 metros para Sudeste, num imponente cabeço granítico que domina visualmente a área. Nunca investigado e ainda inédito, este bem conservado povoado poderá ter relação directa com o sítio de estelas do Cruzeiro Velho.

A Estela de Longroiva é um grande monólito de granito com mais de dois metros de altura. Parece estar intacto, e as circunstâncias do seu aparecimento sugerem que poderia estar *in situ* quando foi desenterrado. As outras duas estelas são pequenas, também em granito, estão claramente fragmentadas, e apareceram à superfície, tendo provavelmente sido desenterradas também por trabalhos agrícolas. As três pedras surgiram a poucos metros umas das outras, o que sugere que o seu contexto arqueológico seja o mesmo.

As duas pequenas estelas são muito diferentes da Estela de Longroiva, no tamanho e na morfologia. A Estela de Longroiva é bem conhecida, e a sua cronologia deverá encontrar-se na Idade do Bronze, na sua fase inicial. Os fragmentos das outras duas pertencem, em ambos os casos, à secção superior, da cabeceira, a qual é afeiçãoada e arredondada. No fragmento da estela 2 não há qualquer vestígio de gravação, mas na estela 3 surgem vários sulcos, profundamente gravados e desgastados, em traço abrasionado e aparentemente polido, não sendo identificáveis motivos individuais. Estas duas estelas aparentam, no pouco que é possível ver, grandes semelhanças formais com as estelas do sítio do Cabeço da Mina (cf. JORGE 1999). É possível assim que estas três estelas do Cruzeiro Velho sejam apenas algumas de um eventual santuário de estelas, ainda por descobrir devido à profundidade dos solos. As estelas 2 e 3 terão provavelmente uma cronologia anterior à Estela de Longroiva, indicando possivelmente uma primeira fase Calcolítica de ocupação do local. Só com escavações arqueológicas será possível saber da exis-

tência ou não deste hipotético santuário ou conjunto de estelas, no que seria certamente uma descoberta de enorme interesse científico e patrimonial.

### 6.6.3. Vinagreira.

A primeira pedra decorada foi aqui identificada em Setembro de 2010, pela arqueóloga Eulália Pinheiro, no acompanhamento arqueológico da construção de um troço da estrada IP2. A segunda foi identificada em Novembro seguinte, pela arqueóloga Fátima Costa, no acompanhamento da demolição da estrutura onde se tinha identificado a primeira pedra<sup>34</sup>. Ambas estavam incorporadas na estrutura de um curral, a primeira na parede externa com a face gravada voltada para fora, o que permitiu a sua identificação, e a segunda nos alicerces. O curral ficava na estrada de acesso à aldeia da Relva, em frente a Longroiva, na encosta sobre a margem direita da ribeira da Centieira, cerca de 1800 metros em linha recta a Sul do Cruzeiro Velho, perto da nascente da ribeira na cabeceira do Vale da Veiga, em zona de grande riqueza arqueológica.

A primeira pedra é um fragmento de um afloramento granítico, tendo numa das faces diversas gravuras obtidas por picotagem. Num espaço operativo pequeno mas densamente gravado, distinguem-se um círculo, uma linha em meandro e um motivo incompleto, que na parte visível é formado por sucessivas linhas semicirculares, que poderiam talvez formar uma espiral ou círculo concêntrico. Este tipo particular de motivos geométrico-abstractos em suporte granítico é desconhecido nesta região, pelo que a descoberta assume grande interesse. A segunda pedra é uma laje granítica rectangular, com dimensões aproximadas de 110\*65 centímetros, claramente afeixada. Numa das faces apresenta quatro covinhas agrupadas no centro e uma outra isolada numa das extremidades. Poderá ser um esteio de uma estrutura funerária pré-histórica, talvez uma cista, embora outras hipóteses interpretativas e cronológicas também sejam possíveis. É evidente que ambas as pedras foram retiradas dos seus contextos originais para a construção do curral. Esses contextos são desconhecidos mas, considerando o peso das pedras, não deveriam ficar longe. No caso da segunda pedra, parece provável que a hipotética estrutura funerária se situasse abaixo do curral nos terrenos planos do fundo do vale. Já no tocante à primeira, sendo esta um fragmento de um afloramento granítico, é possível que este se localizasse na encosta sobre o vale, possivelmente não longe do curral, sendo abundantes os afloramentos graníticos na zona, ainda a esperar uma prospecção arqueológica.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carlos & RIVAS CALVO, Emilio (2011), A construção do Caminho-de-ferro do Douro e a polémica acerca da localização das estações na última secção: no Côa e na Olga, ou apenas nas Pariças, *Côavisão*, 13, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 109-118
- ABREU, Mila Simões; ARCÀ, Andrea; JAFFE, Ludwig & FOSSATI, Angelo (2000), As gravuras rupestres da Idade do Ferro no vale de Vermelhana (Douro – Parque Arqueológico do Vale do Côa). Notícia preliminar, in JORGE, Vítor Oliveira (Dir. de), *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. V – Proto-história da Península Ibérica, Vila Real, Setembro de 1999*, Porto, ADECAP, pp. 403-412
- ALMAGRO, Martin (1966), *Las Estelas decoradas del Suroeste Peninsular*, Bibliotheca Praehistorica Hispana, Vol. VIII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Madrid
- ALVES, Lara Bacelar & OLIVEIRA, Lucínia (2008), *Barragem das Olgas (Torre de Moncorvo, Bragança). Levantamento das gravuras rupestres da Ribeira das Olgas e Ribeira do Arroio. Relatório Final*, Relatório polycopiado, IGESPAR

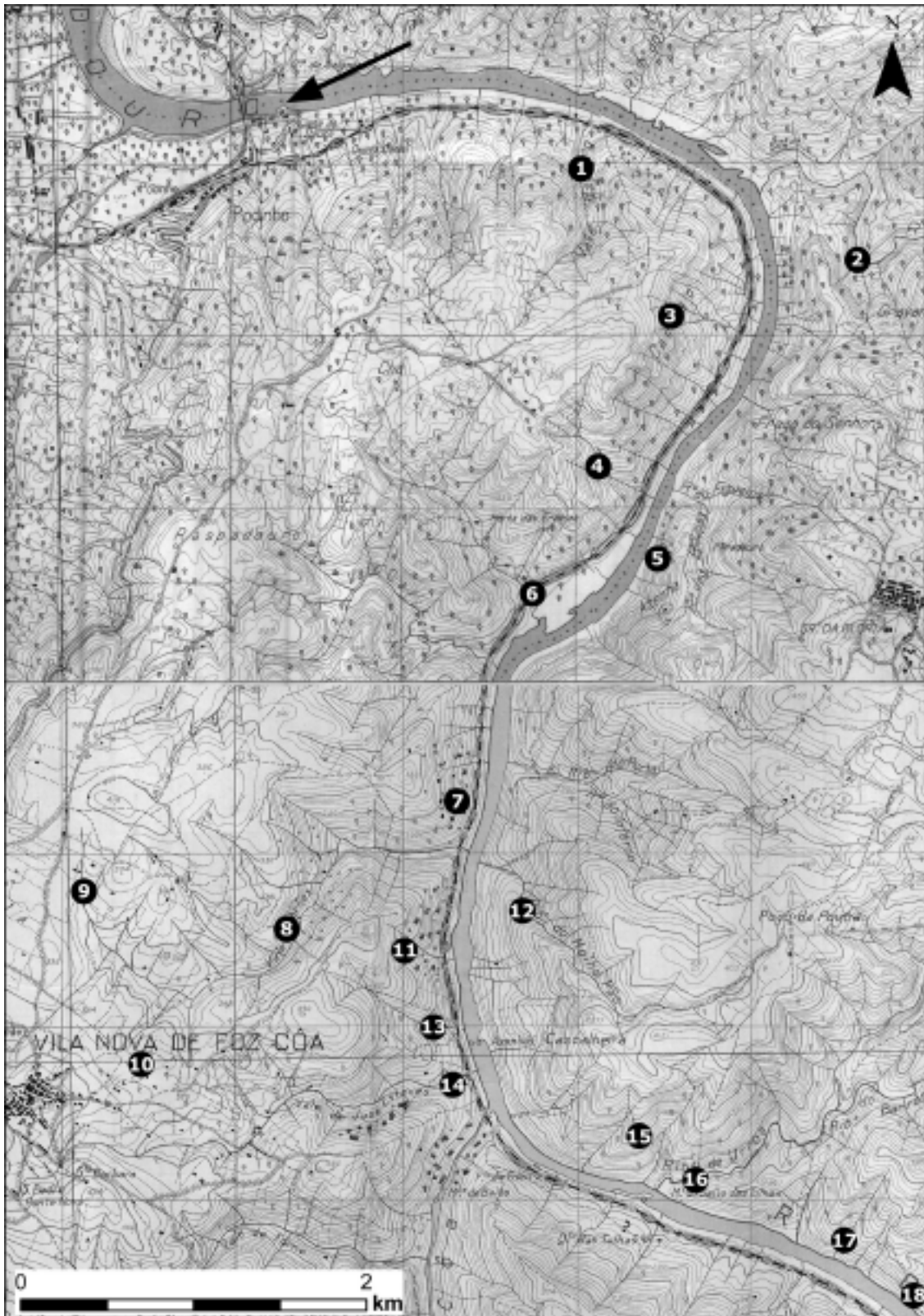
---

<sup>34</sup> Agradecemos a ambas as arqueólogas a informação prestada sobre os achados.

- AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino & ZILHÃO, João (1997), Arqueologia, in ZILHÃO, J. (Dir. de), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 74-209
- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís & DIMUCCIO, Luca Antonio (2012), Nature vs. Culture: present-day spatial distribution and preservation of open-air rock art in the Côa and Douro River Valleys (Portugal), *Journal of Archaeological Science*, 39 (4), pp. 848-866
- BAPTISTA, António Martinho (1981), *A Rocha F – 155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo*, Monografias Arqueológicas, 1, Porto, GEAP
- \_\_\_\_ (1983), O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 57-69
- \_\_\_\_ (1999), *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*, Vila Nova de Foz Côa, CNART/PAVC
- \_\_\_\_ (2001), The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal), in ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry & CARVALHO, António Faustino (Dir. de), *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l’UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*, Lisboa, IPA [Trabalhos de Arqueologia, 17], pp. 237-252.
- \_\_\_\_ (2008a), Aspectos da Arte Magdalenense e Tardiglaciário no Vale do Côa, in *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional (Vila Nova de Foz Côa, 28 a 30 de Junho de 2007), Vol. 03 – Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 14-31
- \_\_\_\_ (2008b), *O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal*, Vila Nova de Foz Côa, Edições Afrontamento/PAVC
- BAPTISTA, António Martinho & GARCÍA DIEZ, Marcos (2002), L’art paléolithique dans la vallée du Côa Portugal). La symbolique dans l’organisation d’un sanctuaire de plein air, in SACCHI, Dominique (Dir. de), *L’art paléolithique à l’air libre: le paysage modifié par l’image (Tautavel, Campôme, 7-9 Octobre 1999)*, Saint-Estève, GAEP/ GÉOPRE, pp. 187-205
- BAPTISTA, António Martinho & GOMES, Mário Varela (1997), Arte rupestre, in ZILHÃO, João (Dir. de), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 210-406
- BAPTISTA, António Martinho & REIS, Mário (2008), Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro, in *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006), Vol. 01 – Pré-história. Gestos Intemporais*, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 62-95
- \_\_\_\_ (2009), Prospecção da Arte rupestre no Vale do Côa e Alto Douro Português: ponto da situação em Julho de 2006, in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (Dir. de), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*, Junta de Castilla y León, pp. 145-192
- \_\_\_\_ (2011), A rocha gravada de Redor do Porco. Um novo sítio com arte paleolítica de ar livre no rio Águeda (Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo), *Côavisão*, 13, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 15-20
- CELESTINO PÉREZ, Sebastián (2001), *Estelas de guerrero y estelas diademadas. La precolonización y formación del mundo tartésico*, Barcelona, Bellaterra
- COIXÃO, António Nascimento Sá (1996), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
- \_\_\_\_ (1999), *A Ocupação Humana na Pré-história Recente na região de Entre Côa e Távora*, Almada, ACDR de Freixo de Numão
- \_\_\_\_ (2000), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2.ª edição

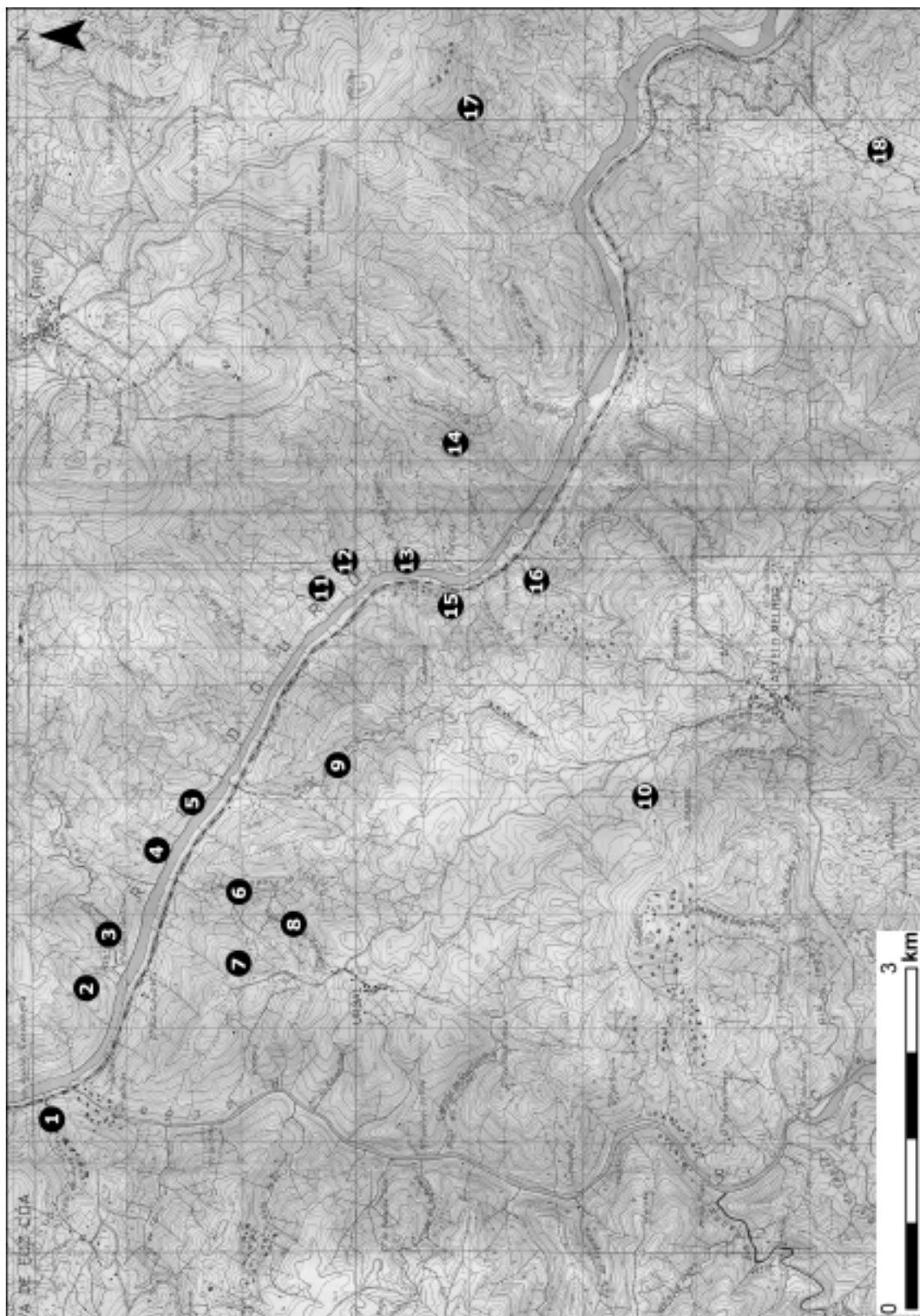
- COSME, Susana (2008), Proto-história e romanização entre o Côa e o Águeda, in *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 03 – Proto-história e Romanização. *Guerreiros e colonizadores*, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 72-80
- CRUZ, Domingos J. (1998), Expressões funerárias e culturais do Norte da Beira Alta, in *Actas do Colóquio “A Pré-história na Beira Interior” (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997)*, [Estudos Pré-históricos, VI], Viseu, CEPBA, pp. 149-166
- JORGE, Susana Oliveira (1999), Cabeço da Mina (Vila Flor, Portugal): a Late Prehistoric Sanctuary with ‘Stelai’ of the Iberian Peninsula, in DEMAKOPOULOU, K.; ELUÈRE, C.; JENSEN, J.; JOCKENHO, A. & MOHEN, J. (Dir. de.), *Gods and Heroes of the European Bronze Age*, Londres, Thames and Hudson, pp. 137-141
- LUÍS, Luís (2009a), Rock Art as Land Art. A Diachronic View of the Côa Valley (NE Portugal) Post-Palaeolithic Rock Art, in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BUENO RAMÍREZ, Primitiva; RAFAEL GONZÁLEZ, Antón & CARMEN DEL ARCO, Aguilar (Dir. de), *I Jornadas Internacionales de Prehistoria Ciudad de La Laguna: Grabados Rupestres de la Fachada Atlântica Europea y Africana/Rock Carvings of the European and African Atlantic Façade” (La Laguna, Tenerife, 5 a 7 de Novembro 2008)*, [BAR International Series, 2043], Oxford, Archaeopress, pp. 129-147
- \_\_\_\_\_ (2009b), Per petras et per signos: A arte rupestre do Vale do Côa enquanto construtora do espaço na Proto-história, in SANABRIA MARCOS, P. J., (Dir. de), *Lusitanos y Vettones: Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*, Cáceres, Junta de Extremadura/Museo de Cáceres, pp. 213-240
- \_\_\_\_\_ (2009c), Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro. Perspectivas de investigação da proto-história no Vale do Côa, in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (Dir. de), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, Junho de 2006)*, Junta de Castilla y León, pp. 415-438
- PINA, Filipe Alves (2010), *Acompanhamento Arqueológico da EN 222 (Beneficiação entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra)*, Relatório policopiado, IGESPAR
- QUESADA SANZ, Fernando (1997), *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*, Monographies Instrumentum, 3, Montagnac, Éditions Monique Mergoïl, 2 Vols.
- REBANDA, Nelson (1995a), *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*, Lisboa, IPPAR
- \_\_\_\_\_ (1995b), Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre, *Boletim da Universidade do Porto*, 25, Porto, Universidade do Porto, pp. 11-16
- REIS, Mário (2011), Prospecção da arte rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009, in RODRIGUES, Miguel Areosa; LIMA, Alexandra Cerveira & SANTOS, André Tomás (Coord. de), *Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, 13 a 6 de Maio de 2009)*, Porto, Caleidoscópio/Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 11-123
- \_\_\_\_\_ (2012), ‘Mil rochas e tal...!': Inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Côa, *Portugalia*, XXXIII, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-72
- RIBEIRO, M. Luisa & SILVA, A. Ferreira (2000), *Carta Geológica Simplificada do Parque Arqueológico Vale do Côa*, Vila Nova de Foz Côa, PAVC
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1983), *Terras da Meda. Natureza e Cultura (Monografia)*, Meda, Câmara Municipal da Meda
- TEIXEIRA, Ricardo & RODRIGUES, Miguel (1997), *Estudo preliminar de impacte ambiental do aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor. Património Arqueológico. Relatório Final*, Relatório Policopiado, IPA
- ZILHÃO, João (1997), Súmula dos resultados científicos, in ZILHÃO, João (Dir. de), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*, Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 11-37



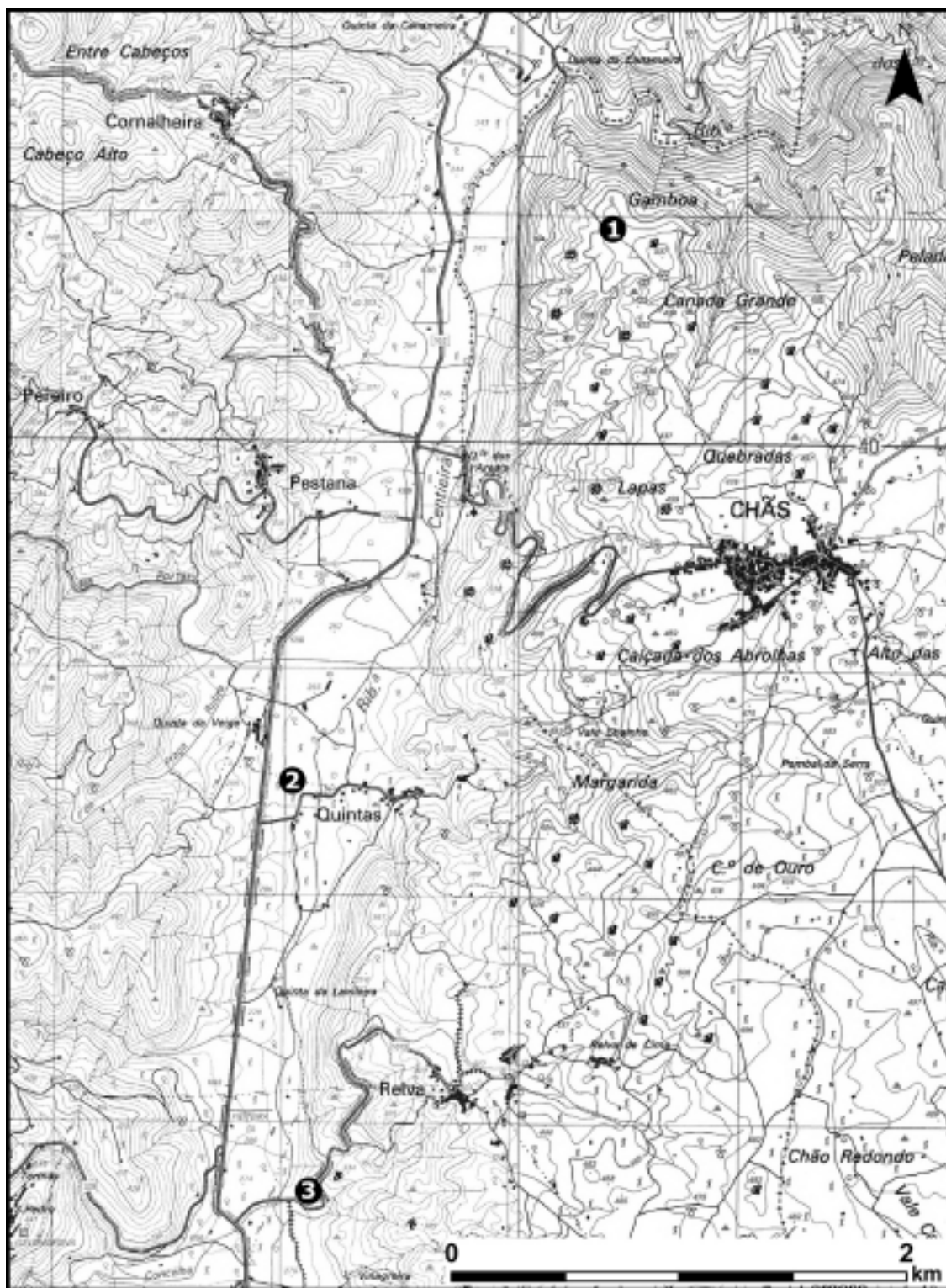


**Fig. 1** – Os sítios sobre o Douro a jusante da foz do Côa: 1 – Vale Escuro; 2 – Ribeira do Arroio; 3 – Cachão; 4 – Raposeira; 5 – Azenha; 6 – Vale da Casa; 7 – Porto Velho; 8 – Vale de Cabrões; 9 – Tudão; 10 – Paço; 11 – Bulha; 12 – Ribeira do Molha Pão; 13 – Vermelhosa; 14 – Vale de José Esteves; 15 – Cascalheira; 16 – Ribeira de Urros; 17 – Canada das Corraliças; 18 – Vale de Maria Andrés. Nesta cartografia, 37 anos anterior à barragem do Pocinho (cuja futura implantação é assinalada pela seta no topo à esquerda), são bem visíveis as margens aplanadas nas margens do Douro, com destaque para o terraço do Vale da Casa (Serviços Cartográficos do Exército – Extractos da Carta Militar de Portugal – Folhas 130 e 141 – Edições de 1946).





**Fig. 2** – Os sítios sobre o Douro a montante da foz do Côa: 1 – Vale de José Esteves; 2 – Cascalheira; 3 – Ribeira de Urros; 4 – Canada das Corraliças; 5 – Vale de Maria Andrés – 6 – Ribeira do Picão; 7 – Garrido; 8 – Canada da Moreira; 9 – Ribeira da Cabreira; 10 – Ponto da Serra; 11 – Lodão; 12 – Ribeira do Lodão; 13 – Vale de João Esquerdo; 14 – Ribeira das Fornos; 15 – Canada do Arrobão; 16 – Canada da Meca; 17 – Vale d'Arcos; 18 – Olival dos Telhões. Note-se a continuação das grandes plataformas na margem do rio. Refere-se a possível existência de gravuras na que surge em frente à Canada da Meca e foz da ribeira de Aguiar (Serviços Cartográficos do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folha 141 – Edição de 1946).



**Fig. 3** – Os sítios no trecho superior do Vale da Veiga: 1 – Tambores; 2 – Cruzeiro Velho; 3 – Vinagreira (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folhas 150 e 151).





**Fig. 4** – Os sítios rupestres ao longo do rio Douro: 1 – Ribeira do Arroio; 2 – Vale Escuro; 3 – Cachão; 4 – Raposeira; 5 – Azenha; 6 – Vale da Casa; 7 – Porto Velho; 8 – Ribeira do Molha Pão; 9 – Vale de Cabrões. A barragem e aldeia do Pocinho são visíveis em baixo à esquerda. Fotografia tirada da aldeia da Lousa (Moncorvo).



**Fig. 5** – Os sítios rupestres ao longo do rio Douro: 1 – Vale de José Esteves; 2 – Vermelhosa; 3 – Bulha; 4 – Vale de Cabrões; 5 – Porto Velho; 6 – Vale da Casa; 7 – Ribeira do Molha Pão; 8 – Garrido; 9 – Canada da Moreira; 10 – Cascalheira; 11 – Ribeira de Urros; 12 – Canada das Corraliças; 13 – Ribeira do Picão; 14 – Vale de Maria Andrés; 15 – Ribeira da Cabreira; 16 – Lodão; 17 – Ribeira do Lodão; 18 – Vale de João Esquerdo; 19 – Canada do Arrobão; 20 – Ribeira das Fornas; 21 – Canada da Meca; 22 – Vale d'Arcos. O Museu do Côa surge disfarçado na extremidade esquerda da imagem. Fotografia tirada do alto do Monte de São Gabriel.



**Fig. 6** – A margem esquerda do Douro em redor da foz do Côa. Em cima, a jusante da foz do Côa (à esquerda na imagem): 1 – Vale de José Esteves; 2 – Vermelhosa; 3 – Bulha; 4 – Vale de Cabrões; 5 – Porto Velho. Em baixo, a montante da foz do Côa (na extremidade direita da imagem): 1 – Ribeira da Cabreira; 2 – Ribeira do Picão; 3 – Canada da Moreira; 4 – Garrido (fotografia tirada do alto da Canada das Corraliças).





**Fig. 7** – A margem direita do Douro em redor da foz do Côa. Em cima, a jusante: 1 – Ribeira do Molha Pão; 2 – Azenha (a fotografia é tirada de Vale de Cabrões). Em baixo, a montante: 1 – Cascalheira; 2 – Ribeira de Urros; 3 – Canada das Corraliças; 4 – Vale de Maria Andrés; 5 – Lodão; 6 – Ribeira do Lodão; 7 – Vale de João Esquerdo (a fotografia é tirada sobre a Ribeira do Picão). São notórias as interrupções na distribuição dos sítios, indicativas da menor intensidade da prospecção nesta margem.

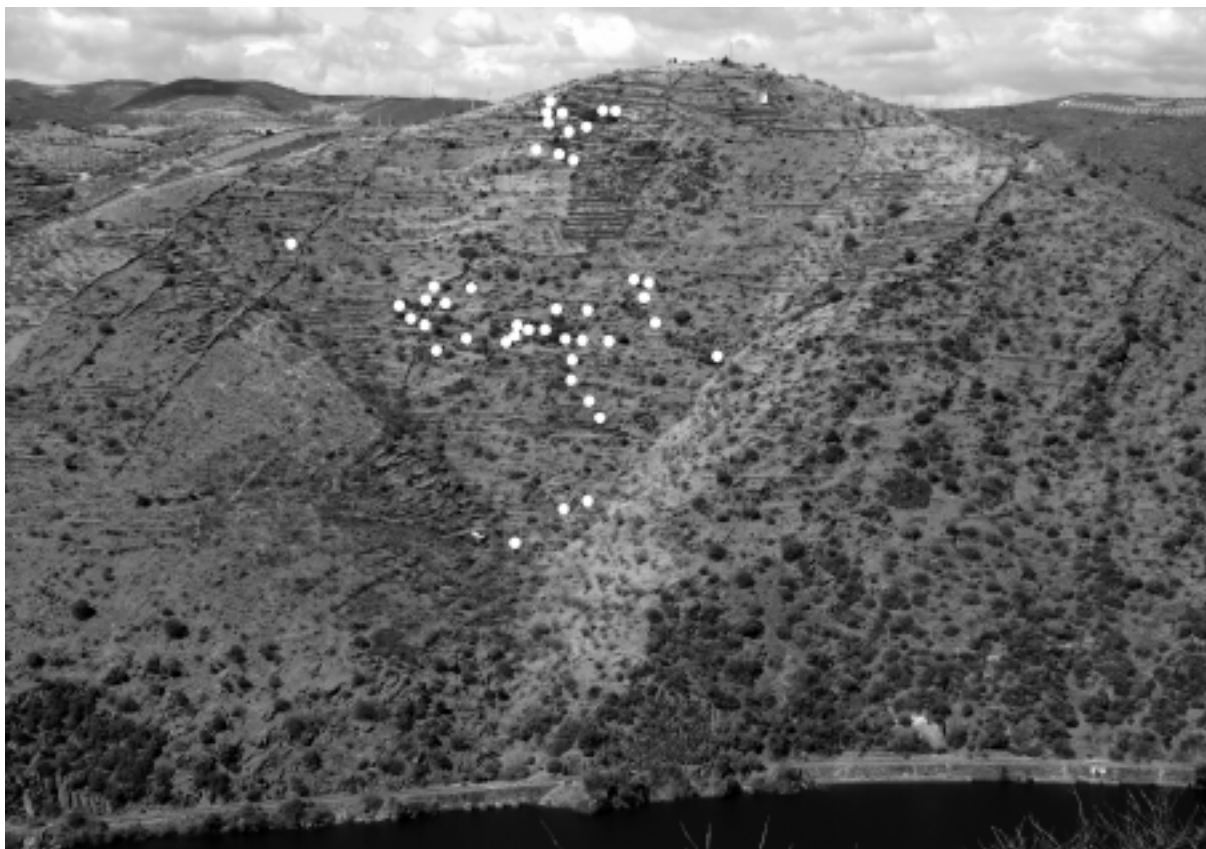


**Fig. 8** – As áreas terminais da distribuição dos sítios rupestres no Douro. Em cima, a Oeste: 1 – Vale da Casa; 2 – Azenha; 3 – Raposeira; 4 – Cachão; 5 – Ribeira do Arroio. O Vale Escuro encontra-se oculto após a curva do rio. O princípio do terraço fluvial do Vale da Casa é perceptível, mas a parte mais importante está submersa. Em baixo, a Leste: 1 – Canada do Arrobão; 2 – Lodão; 3 – Ribeira do Lodão; 4 – Vale de João Esquerdo; 5 – Canada da Meca; 6 – Ribeira das Furnas; 7 – Vale d'Arcos. O troço final da ribeira de Aguiar é bem visível na parte inferior da imagem.



**Fig. 9** – Em cima, as cinco áreas de distribuição das rochas gravadas do Vale de José Esteves. A principal é a inferior, com mais de 30 rochas com gravuras dos três períodos aqui representados: Paleolítico Superior, Idade do Ferro e Época Moderna. Ao fundo, Vila Nova de Foz Côa, e à esquerda aparece a Foz do Côa e o local de implantação do Museu do Côa, ainda não existente nesta imagem. Em baixo, distribuição das rochas conhecidas na margem esquerda da Canada da Moreira, incluindo as quatro rochas na parte superior de um pequeno afluente lateral. Quase todas apresentam gravuras da Idade do Ferro, sendo visível a sua distribuição em diferentes grupos.





**Fig. 10** – Em cima, distribuição das rochas conhecidas no sítio da Bulha. Em baixo, distribuição das rochas conhecidas no sítio da Vermelhosa.



**Fig. 11** – Em cima, o sítio de Vale de Cabrões. O sector principal é o início do troço mais encaixado do vale, que corre paralelamente ao Douro e por detrás da encosta do sítio da Bulha. É aqui que se concentra uma imensa quantidade de afloramentos, e onde se encontra a maioria das muitas rochas gravadas deste sítio. O longo troço final (por baixo da vinha) tem poucos afloramentos, e só perto da foz se conhecem mais algumas gravuras. Em baixo, o sítio do Tudão, no princípio da ribeira de Vale de Cabrões, ainda em plena área planáltica, o único sítio com arte paleolítica conhecido neste tipo de implantação. A paisagem coberta de neve seria bem familiar aos artistas do Paleolítico Superior.





**Fig. 12** – Dois caprinos paleolíticos de traço múltiplo da rocha 11 do Vale Escuro. O que está em baixo do lado direito, acima da escala, mede 1,7 cm (da ponta da cauda à ponta do focinho), e é a figura mais pequena conhecida na arte do Côa, e seguramente uma das mais pequenas figuras da arte rupestre mundial. É um bom exemplo da mestria técnica e estética dos artistas rupestres da região, e um contributo mais para a grande variedade estilística, tipológica e técnica dos motivos da arte rupestre desta região, em toda a sua longa diacronia, fazendo da arte do Côa um dos mais expressivos e valiosos conjuntos da arte rupestre mundial.

# NOTÍCIA SOBRE QUATRO VASOS ÁTICOS DA COLEÇÃO D. MANUEL DE LANCASTRE

Rui Morais<sup>1</sup>  
Rui Centeno<sup>2</sup>

## RESUMO:

Dois vasos gregos de figuras negras e outros dois de figuras vermelhas pertencentes à coleção de D. Manuel Lancastre, já integralmente publicada em *Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules* (2007), são objeto deste estudo. Os autores confirmam a atribuição de uma taça do tipo B ao pintor Oltos e identificam os pintores dos outros três vasos.

**Palavras-chave:** Vasos áticos; vasos de figuras negras; vasos de figuras vermelhas; pintor Oltos; à maneira do pintor Antimenes; grupo de Pezzino; pintor de Villa Giulia.

## ABSTRACT:

Two black-figured Greek vases and two other with red-figures from the collection of D. Manuel Lancastre, already published in *Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules* (2007), are the subject of this paper. The authors confirm the assignment of a cup type B to Oltos painter and identify the respective painters from the other three vases.

**Keywords:** Attic Vases; Black-Figure Vases; Red-Figure Vases; Oltos Painter; Manner of the Antimenes Painter; Pezzino Group; Villa Giulia Painter

## 1. INTRODUÇÃO.

A coleção de vasos gregos de D. Manuel de Lancastre é constituída por 31 vasos gregos, repartidos pelos estilos etrusco-coríntio, ático de figuras negras e vermelhas e pelos estilos do sul de Itália de figuras vermelhas que incluem produções apúlias, campanienses e pestenses e três *gutti* com relevo. Esta rica coleção foi estudada por Maria Helena da Rocha Pereira com a colaboração de um dos proponentes desta notícia (Rui Morais), e integralmente publicada no catálogo da exposição *Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules* (2007). Naquele estudo foram identificados a maioria dos pintores, incluindo um de valor excepcional, uma pelike de figuras vermelhas assinada pelo pintor de *Brygos*.

---

<sup>1</sup> Professor auxiliar com Agregação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CECH (Unidade I&D-CECH da FCT) [rmorais@letras.up.pt](mailto:rmorais@letras.up.pt).

<sup>2</sup> Professor Associado com Agregação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do UP/FLUP – CITCEM [rcen-teno@letras.up.pt](mailto:rcen-teno@letras.up.pt).

No presente estudo destacamos quatro vasos áticos, equitativamente repartidos por figuras negras e vermelhas: os primeiros correspondem a uma taça de tipo B e a uma ânfora de colo; os segundos a duas taças.

## 2. ESTILO ÁTICO DE FIGURAS NEGRAS.

### **A taça de tipo B**

#### **Pintor de Oltos, c. de 525-475 a.C.**

Altura: 9,2 cm; Diâmetro (incluindo as asas): 30,5 cm.

Figuras 1 a-b.

Esta taça de figuras negras foi publicada como sendo provavelmente atribuível ao pintor de Oltos (*VGPortugal*, 81). Nesse estudo indica-se que este pintor é já sugerido no catálogo de venda da Christie's (1996), onde se refere que “o desenho é comparável com o de CVA, Great Britain, Oxford, 1, III, 1, fig. 1/1, assinado por Oltos, o que parece provável”. A grande maioria das obras deste pintor (cerca de 157) é de figuras vermelhas, mas também lhe são atribuídas pelo menos 24 taças tipo “eye-cup” e uma do tipo A em figuras negras (Folsom 1975, 134). Oltos é conhecido sobretudo pela pintura de taças, ainda que as suas melhores obras sejam em outras formas (Richter 1946, 49; ARV 53).

Depois de uma consulta minuciosa de todos os volumes do *Corpus Vasorum Antiquorum* disponíveis em suporte digital e do *Beazley Archive*, constatámos que esta taça pode efetivamente atribuir-se a este pintor. Esta possui fortes afinidades com mais outras duas taças encontradas na Etrúria e atribuídas por Beazley (ARV, 43.73 e 55.14; 64.103 e 1600.29) àquele pintor. Uma provém de Vulci (à semelhança daquela do Museu Britânico), hoje conservada no Museu do Louvre (CVA, France 17, pl. 101, n- 1-5), e outra de Orvieto (CVA Italy 16, pl. 1-2), conservada no Museu Cívico daquela comunidade.

Todos os exemplares, datados de 525-475 a.C., têm no interior um guerreiro correndo, à direita ou à esquerda, habilmente adaptado ao espaço circular, com partes da decoração reservada com acrescentos a vermelho. O guerreiro, desenhado com vigorosas linhas incisivas conferindo-lhe uma aparência viril<sup>3</sup>, está representado com um elmo coríntio e segura no braço direito uma lança, que atravessa na horizontal toda a decoração, e no esquerdo um escudo beócio, envergando uma túnica curta e um manto que cai sob os ombros e grevas de proteção.

Nas taças do Museu do Louvre e de Orvieto vê-se a toda a volta a inscrição *KALOSMEMNON*. No exemplar em estudo esta inscrição apenas está simulada mas não deixa de ser curioso que os pontos correspondam ao número de letras (do lado esquerdo *Kalos* e do lado direito *Mémnon*). Seria interessante associar a representação deste guerreiro ao famoso príncipe etíope, filho de Aurora, também ele chamado Mémnon, mas não possuímos dados que possam comprovar ou infirmar tal hipótese. Este exemplar, restaurado a partir de fragmentos, apenas difere das taças referidas por não possuir o exterior decorado.

### **Ânfora de colo**

#### **À maneira do pintor de Antimenes, c. 550-500 a.C.**

Altura: 23 cm. Diâm. máx.: 14,1 cm.

Figuras 2 a-b.

A ânfora de colo de figuras negras tem uma decoração aparentemente fácil de interpretar. No lado A estão ilustrados dois deuses com os respetivos atributos: a deusa Atena, armada de

<sup>3</sup> Aspeto bem característico das figuras de Oltos (Richter 1946, 49).

capacete e lança, em frente a Apolo, que segura uma lira e tem uma pantera por detrás. O tema do lado B representa, muito provavelmente, o célebre episódio da *Ilíada* (Canto XVI, 681-683) em que Zeus encarrega *Hypnos* (“o Sono”) e *Thanatos* (“a Morte”) o transporte do corpo do jovem Sarpédon para o reino da Lícia, a fim de evitar a suprema maldição de morrer em terra alheia e aí poder receber as honras fúnebres. No exemplar em estudo ainda se lêem algumas letras, muito provavelmente alusivas aos nomes daqueles guerreiros. Este é um tema presente em diferentes tipos de vasos gregos, sendo que o mais famoso até à data encontrado corresponde ao famoso calyx-kratêr pintado por Euphronios, de cerca de 520 a.C., adquirido pelo Museu Metropolitano de Nova Iorque em 1972 e atualmente no Museu Nacional Etrusco, em Roma.

Na consulta efetuada no *Beazley Archive* encontrámos uma ânfora de colo recolhida em Vulci (Etrúria), datada de 550-500 a.C., atribuída a um dos mais reputados pintores áticos de figuras negras, o pintor de Antimenes, cuja produção se situa maioritariamente entre 530-510 a.C. (Boardman 1980, 109). Nesta ânfora (CVA Germany 37, Tafel 386, 1576), conservada no Museu de Munique, estão representados a deusa Atena e Apolo, com cítara e pantera, de forma muito aproximada à representação do lado A da ânfora em estudo. Naturalmente que o desenho, bem como os pormenores que preenchem o resto da decoração, como no caso das palmetas representadas sob as asas e no colo e as linguetas a toda a volta e na decoração radial presente junto à base, seguida de meandros, não apresentam a qualidade de desenho que tanto caracteriza aquele pintor. Não vemos ainda a utilização do branco para assinalar algumas partes dos corpos das figuras, como a face e os braços, tantas vezes utilizada por Antimenes. Por estas razões, pensamos estar perante aquele conjunto de pintores que Beazley (ABV, 277-9) enquadra “à maneira do pintor de Antimenes”, ou seja, por ele diretamente influenciados ainda que sem a qualidade presente nas obras deste mestre.

### 3. ESTILO ÁTICO DE FIGURAS VERMELHAS.

#### **Taça<sup>4</sup>**

#### **Grupo de Pezzino, c. 525-475 a.C.**

Alt.: 8,4 cm. Diâm.: 32 cm.

Figuras 3 a-d.

Como nos exemplares anteriores, esta peça foi ricamente descrita no catálogo sobre *Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules* (p. 91). O mesmo relativamente aos motivos aí representados: o interior está ilustrado com o tema da tentativa do rapto de Dejanira pelo centauro Nessos, quando a passava de uma para a outra margem do rio Eveno, na Etólia, e no exterior duas cenas semelhantes com três jovens de clâmide pelos ombros, a correr. Esta cena do rapto tem considerável expressão na iconografia, tendo sido várias vezes representada em vasos gregos (e.g. Pintor do Vaticano, Pintor de Aristófanes, Pintor de “Prímato”), e noutros suportes iconográficos<sup>5</sup>, mas também presente em obras literárias, como em Sófocles (*As Traquínias* de Sófocles, vv. 555-581), Diodoro Sículo (4.36.3), Estrabão (*Geografia* 10.2.5), Ovídio (*Heroides* 9. 138-144; *Metamorfoses* 9.101-sqq; 12.308-310), Apolodoro (*Biblioteca* 2. 151), Pausânias (10.38.1), (*apud.* Ferreira 2008: 85-88), e Baquílides (*Dit.* 16), (*apud.* Jesus 2008: 89-90).

Para a identificação deste pintor chamou-nos a atenção o motivo da folha de hera representado sob cada asa. A pesquisa efectuada no *Beazley Archive* permitiu constatar que não se tratava

<sup>4</sup> Esta peça possui um certificado de termoluminescência realizado na Universidade Autónoma de Madrid, em 15 de julho de 1996. Cronologia apontada: séculos IV-III a.C.

<sup>5</sup> O *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae* (LIMC) dá 125 ocorrências. A estas acrescenta-se ainda uma lucerna africana tardia estudada por um dos autores (Morais 2008).



de uma representação habitual, estando apenas presente (e em pequeno número) em alguns pintores, como o pintor de Epiktetos e de Tarquínia. Chamou-nos a atenção, no entanto, o modo como se representam os jovens e as suas clâmides que terminam de forma apontada, com linhas de pregas verticais que terminam em forma de V, um tipo de desenho característico do pintor do Grupo de Pezzino. De entre os vários vasos atribuídos a este pintor destacamos uma taça encontrada na Etrúria, atualmente conservada no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, e atribuída por Beazley ao Grupo de Pezzino (ARV, 32.4) cujos produtos evidenciam algumas semelhanças com os trabalhos iniciais do pintor Kleophrades (ARV 32 e 114). Nesta taça, datada de cerca de 525-475 a.C., deve realçar-se, para além dos desenhos das clâmides acima referido e do motivo da hera, o mesmo modo de representar as mãos (abertas ou cerradas), os olhos e as barbas. Note-se, a propósito deste último motivo, as semelhanças entre a representação do Diônisos na taça do Museu Nacional e do centauro Nessos da peça em estudo.

### **Taça<sup>6</sup>**

#### **Pintor de Villa Giulia, c. de 475-425 a.C.**

Alt.: 7,2 cm. Diâm.: 23 cm.

Figuras 4 a-d.

À semelhança da taça anterior, começámos por direcionar a nossa pesquisa centrando-nos nalguns aspetos da decoração, nomeadamente em motivos aparentemente secundários, como a representação da folha de videira sob cada asa. Recorrendo, mais uma vez e numa primeira análise, ao *Beazley Archive*, constatámos que este motivo não aparece com muita frequência nos vasos gregos, pelo menos em taças de figuras vermelhas.

Como se descreve no Catálogo sobre *Vasos gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules* (2007: 91), na decoração interior está representada um jovem com uma clâmide sobre o ombro esquerdo. Na mão esquerda segura um bastão e na direita um rhytón que vai encher num kratêr-de-colunas, pousado no chão, à direita, decorado com uma grinalda de hera. Do lado oposto vê-se uma coroa. A cena é circundada por um motivo em meandro. No lado exterior da taça temos duas cenas de ginásio, aqui perceptíveis pela representação da coluna como se assinalasse um edifício com pórticos. De cada lado temos três jovens nus, um grupo a treinar-se, outro a preparar-se para se lavar num grande *labrum* ao centro.

Ao analisarmos os pormenores relacionados com o modo de representação dos jovens, incluindo os movimentos e os pormenores dos cabelos, olhos e mãos, vemos fortes afinidades com o desenho característico de algumas obras do Pintor de Villa Giulia (ARV 625.101), cujo trabalhos se caracterizam, em geral, pela representação de cenas harmoniosas, sem grande criatividade e movimento, mas com figuras aparentando grande serenidade (Richter 1946, 105; Beazley, *apud* Boardman 2012, 15; Folsom 1976, 130). Serve como exemplo uma taça encontrada em Tarquínia, agora em Berlim (CVA Germany 22, 130, 3-7), datada de 475-425 a.C., com a representação de jovens nus a exercitar-se, com traços anatómicos idênticos aos da taça em estudo e com o mesmo motivo da coluna (em substituição do pórtico do ginásio) e da folha de videira. As afinidades (nomeadamente no desenho dos olhos arredondados, dos cabelos que terminam em repas e nas mãos) são também perceptíveis no jovem representado na taça de Berlim quando comparado com o da taça agora estudada.

---

<sup>6</sup> Esta peça possui um certificado de termoluminiscência realizado na Universidade Autónoma de Madrid, em 6 de fevereiro de 1996. Cronologia apontada: séculos V-IV a.C.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi nossa intenção, com este pequeno estudo, procurar identificar alguns dos pintores das peças incluídas no *Catálogo Vasos gregos em Portugal. Aquém das colunas de Hércules*, que ainda estavam por identificar. Como é do conhecimento dos especialistas nem sempre é possível fazê-lo, ainda que esta tarefa tenha sido facilitada pelos já célebres e clássicos trabalhos de Sir John Beazley (que fez uma autêntica revolução coperniana no âmbito do estudo dos vasos gregos) e se possa usufruir da consulta *on line* da grande maioria do *Corpus Vasorum Antiquorum* (CVA) e do *Beazley Archive*, um centro mundial de referência para o estudo dos vasos gregos. Acreditamos que a nossa intenção foi bem-sucedida na identificação de quatro pintores áticos, dois de figuras negras e dois de figuras vermelhas. Que a coleção de D. Manuel de Lancastre, a mais importante atualmente reunida em Portugal, possa com este estudo ficar mais valorizada e o património do nosso País também.

## BIBLIOGRAFIA

- Beazley, J. (1955), *Attic Black-Figure Vase-Painters*, Oxford.
- \_\_\_\_ (1963), *Attic Red-Figure Vase-Painters*, 3 vols, Oxford, 2ª ed.
- \_\_\_\_ (1971), *Paralipomena: Additions to Attic Black-Figure Vase-Painters and to Attic Red-Figure Vase-Painters*, Oxford.
- Burn, L.; Glynn, R. (1982), *Additional References to ABV, ARV<sup>2</sup> & Paralipomena*, Oxford.
- Boardman, J. (1980), *Beazley Addenda. Athenian Black-Figure Vases*, London, Reimpr.
- \_\_\_\_ (2012), *Athenian Red-Figure Vases: The Classical Period*, London, Reimpr.
- Corpus Vasorum Antiquorum*, Union Académique Internationale.
- Ferreira, J. R. (2008), Rapto de Dejanira, in *Morais 2008*, p. 73-88.
- Folsom, R. S. (1975), *Attic Black-Figured Pottery*, New Jersey.
- \_\_\_\_ (1976), *Attic Red-Figured Pottery*, New Jersey.
- Jesus, C. A. M. (2008), O crime de Dejanira ou a morte do herói (Baquílides, Dit. 16), in *Morais 2008*, p. 89-98.
- Morais, R. (2008), *A coleção de lucernas romanas do Norte de África no Museu D. Diogo de Sousa*. (Coleção Fluir Perene, 7), Coimbra.
- Richter, G. M. A. (1946), *Attic Red-Figured Vases: A Survey*, New Haven.
- VV.AA. (2007), *Vasos gregos em Portugal. Aquém das colunas de Hércules*. Coord. M.H. Rocha Pereira, Lisboa.



**Fig. 1a**



**Fig. 1b**



Fig. 2a

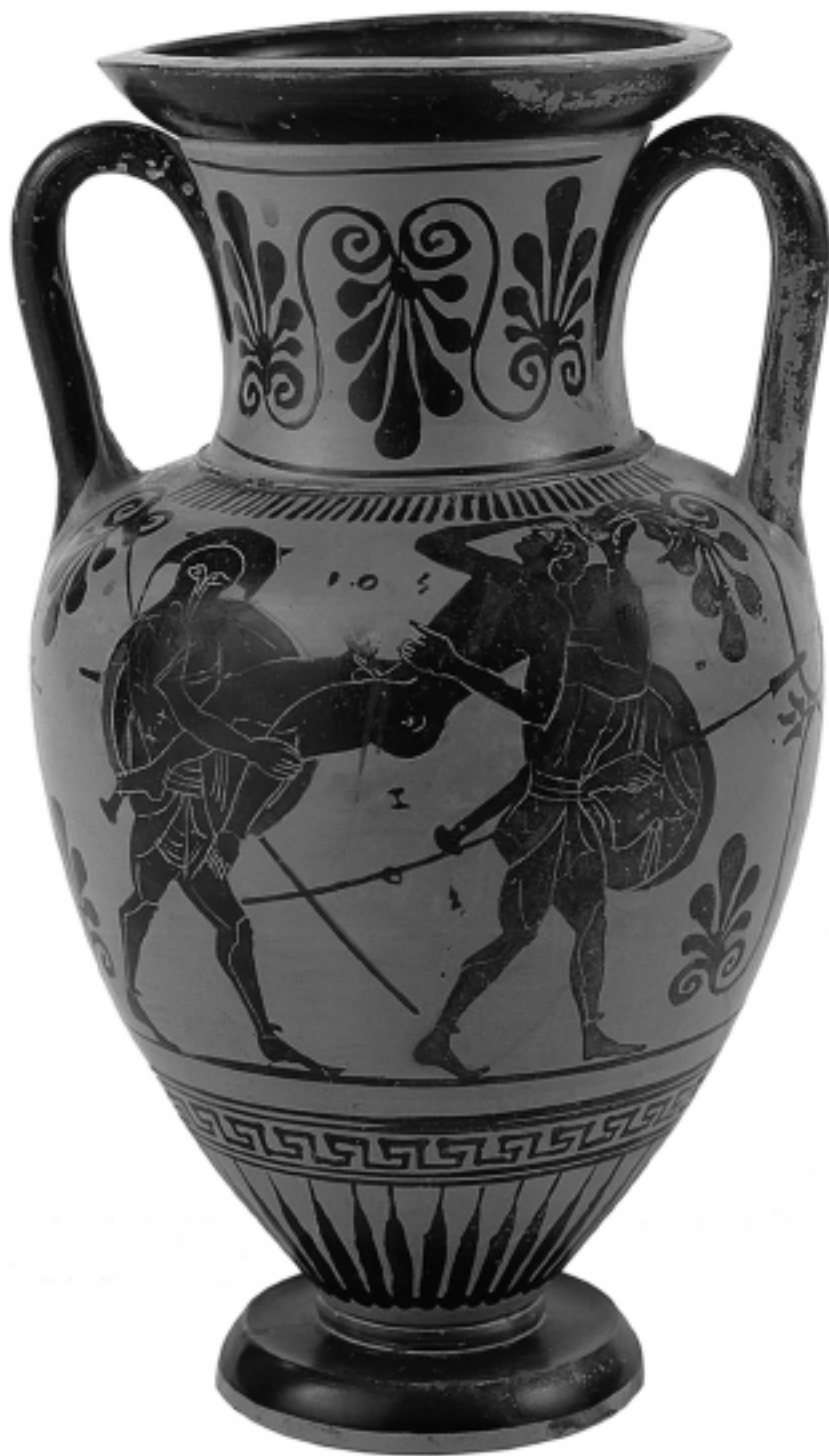


Fig. 2b



**Fig. 3a**



**Fig. 3b**





**Fig. 3c**



**Fig. 3d**



Fig. 4a



Fig. 4b



**Fig. 4c**



**Fig. 4d**

# NUEVAS FORMAS DE ADMINISTRACIÓN, NUEVAS FORMAS DE CONTROL: LA FUNDACIÓN DE LUCUS AUGUSTI Y SU CONVENTUS

M<sup>a</sup> Dolores Dopico Caínzos\*

## RESUMEN:

En este artículo se analizará una forma de administración implantada por Augusto en algunas provincias del Imperio, los *conventus iuridici*. Es una de las innovaciones más originales y que mejor expresa la profundidad de sus reformas y que, sin embargo, ha sido poco valorada por algunos investigadores. Tomando como ejemplo el *conuentus Lucensis* y especialmente su ciudad capital, *Lucus Augusti*, podremos entender la complejidad y la diversidad de sus funciones. Se convirtieron en un original y meditado instrumento de control de los indígenas, de cohesión y de unidad. Igualmente fueron la mejor muestra del poder romano a través de la *iuris dictio*, un concepto que, como se verá, ha sido incorrectamente interpretado por la mayoría de la investigación.

**Palavras-chave:** *Lucus Augusti*; *conuentus iuridici*; Augusto; romanización.

## ABSTRACT:

In this paper we will analyze a new kind of administration created by emperor Augustus in some provinces of the Empire, the *conventus iuridici*. It is one of the most original innovations that best expresses the depth of his reforms, although it has been little valued by some researchers. Taking as an example the *conuentus Lucensis* and especially its capital city, *Lucus Augusti*, we can understand the complexity and diversity of their functions. They were used as an original and thoughtful instrument for indigenous control, cohesion and unity and as the best example of Roman power through the *iuris dictio*, a concept which, as it will be seen, has been incorrectly interpreted by most researchers.

**Keywords:** *Lucus Augusti*; *conuentus iuridici*; Augustus; Romanization.

En este artículo pretendo analizar algunas de las consecuencias que los *conuentus iuridici* han tenido sobre los pueblos indígenas, algo que, a mi modo de ver, no ha sido debidamente valorado por parte de la investigación actual. Los avances de los últimos años sobre sus aspectos constitutivos, organizativos o funcionales no han bastado para acabar con esa visión según la cual estamos ante una reforma menor de Augusto, limitada al ámbito jurídico y que por ello no tiene más consecuencias que las estrictamente político-administrativas<sup>1</sup>. Con esto olvidamos

---

\* Universidad de Santiago de Compostela

<sup>1</sup> “Lo fundamental, como indica su nombre, es lo judicial y para ello no eran estrictamente necesarios” (CORTIJO CEREZO 2007: 276).

aspectos tan importantes como el impacto que sobre los pueblos indígenas supuso la fijación y, en su caso, fundación de la ciudad capital, el establecimiento de unos límites precisos y claros para cada circunscripción o la práctica administrativa que de ellos se deriva. Examinaré a continuación estas cuestiones deteniéndome en un solo *conuentus*, el *Lucensis*, especialmente en las consecuencias de la fundación de su capital, *Lucus Augusti*, porque creo que ejemplifica a la perfección la minusvaloración que padecen estas circunscripciones. La imagen de la ciudad que parece deducirse de las fuentes, notablemente las arqueológicas, es la de un pequeño núcleo urbano (ca.34 Ha.) poco monumentalizado, con epigrafía reducida y unos pocos testimonios sobre su sociedad, en definitiva, se muestra como un núcleo aislado en un Noroeste sin romanizar, es decir, sin transformar<sup>2</sup>. Es fácil comprender que estamos ante una visión muy limitada, que entiende la ciudad desde sí misma, olvidando que forma parte de un diseño de Estado más amplio y que, más allá de los aspectos materiales, debemos entender cuáles son las razones que han llevado a su fundación y cuáles son sus funciones como capital conventual. Lo que singulariza a Lugo no es su urbanismo romano, que podemos encontrar en decenas de ciudades provinciales y en comunidades indígenas que imitan a Roma en sus monumentos e infraestructuras, sino su función. Muy pocas de esas ciudades eran, además, capitales de una entidad administrativa inventada por Roma, con funciones *ad hoc*, que ella dota de sentido y experimenta, históricamente, por primera vez. Todo ello, como espero mostrar a continuación, derivó en una fuerte intervención sobre las comunidades indígenas.

La pregunta inevitable es si todo lo que aquí veremos es aplicable a cualquier otra ciudad conventual, y la respuesta, como no podía ser de otro modo, es negativa. Algunas de las características que analizaremos son específicas de *Lucus Augusti* y por ello mismo no podrían extenderse a cualquier otro *conuentus*, por ejemplo las condiciones geográficas o la propia cultura indígena en la que se inserta, la *castrexa*. Sin embargo, otros aspectos son comunes a todas estas ciudades, como es la propia *praxis* conventual y su funcionamiento específico, en definitiva, su papel como ciudad que representa al poder en todos sus aspectos<sup>3</sup>.

Una última precisión: trataré aquí el proceso de implantación de estas entidades, por lo que cronológicamente me detendré especialmente en la época de Augusto.

## 1. LA NUEVA PLANIFICACION PROVINCIAL DE AUGUSTO.

Empezaré por la creación de la ciudad, pues creo que sólo podremos comprender su impacto en las comunidades indígenas si previamente entendemos las razones de su fundación. Debo decir que, para nuestro estudio, no nos interesa saber el nombre del funcionario imperial que la pondría en marcha o la fecha exacta en que lo hizo, aspectos todavía hoy en discusión, sino una cuestión más general pero también más trascendente: su fundador es el Estado romano y se crea en época de Augusto<sup>4</sup>. Esto supone que la fundación de *Lucus Augusti* no se puede analizar desde sí misma, desde su propia evolución social o económica, pues su naturaleza es distinta, ya que no es una ciudad ajena al poder. Se inserta en un concepto de Estado que pone en marcha

---

<sup>2</sup> "Alejada de las civitates, sin suelo agrícola rico (...) nacía como campamento y evoluciona a simple centro administrativo, lo que explica su peculiar urbanismo" (RODRÍGUEZ COLMENERO 1996: 423). La ausencia de romanización en el Noroeste hispano fue un tema recurrente de la historiografía tradicional que partía únicamente de las evidencias materiales, y que, por tanto, olvidaba los cambios de otra naturaleza (jurídicos, propiedad de la tierra, cambios en las comunidades) que son de una trascendencia evidente. Sobre estos aspectos de la romanización vid. PEREIRA MENAUT 1984.

<sup>3</sup> Aunque, como es bien sabido los *conuentus iuridici* son una práctica administrativa conocida en todo el imperio, su naturaleza territorial está documentada en otra provincia también conquistada por Augusto, *Dalmacia*, y en *Asia*, aquí ya desde época republicana (BURTON 1975) será especialmente en estos dos casos en los que podremos ver unas consecuencias similares a las aquí descritas. Sobre las diferencias del impacto conventual en aspectos que aquí no trataré, como son los identitarios, vid. CABALLOS RUFINO 2011: 185 ss).

<sup>4</sup> La afirmación de que el fundador sería P. Fabio Máximo en torno al 14 aC., se basa en la, a mi entender, poco fundamentada interpretación de las primeras líneas, ilegibles, de una inscripción a él dedicada (RODRÍGUEZ COLMENERO, CARREÑO 1992: 389ss).



el emperador, en el que hay notables cambios en el diseño de la administración territorial, de la que ella forma parte. Por primera vez, con el cambio de régimen político, se pueden planificar por completo los nuevos espacios conquistados, de manera que, tanto su concreción territorial como administrativa sean óptimas para ejercer el poder. Una vez terminada la conquista del Noroeste hispano, Augusto no se limita, sin más, a incorporar los nuevos territorios ocupados dentro de las provincias existentes, sino que reorganiza la Península a distintos niveles territoriales, desde los superiores, las provincias, hasta los inferiores, las *ciuitates*. Un problema práctico, sin embargo, era el que presentaba la elección de *Tarraco* como capital provincial. Esto significaba que la sede de los funcionarios imperiales más importantes – empezando por el gobernador – los archivos oficiales y la mayoría de las actuaciones del poder radicaban en una ciudad distante aproximadamente unos 1000 kms de nuestro territorio. ¿Era posible mantenerlo de esta forma? Evidentemente sí, porque hay un elemento fundamental que no está en *Tarraco*, las unidades legionarias del ejército romano, la *VI Victrix* y la *X Gemina*, pero esto no representa el mantenimiento del poder, sino la provisionalidad del mismo. Un hombre de Estado tan significativo como Cicerón, señalaba con mucha agudeza a finales de la República que ningún poder, por grande que sea, puede mantenerse durante mucho tiempo si se basa en el miedo<sup>5</sup>. Lo interesante es que no estamos ante la política particular de Cicerón, ya que sabemos que el Estado romano la asume también desde los inicios de su expansión en la península itálica, combinando la dureza de la conquista militar, cuando así lo juzgaba indispensable para sus intereses, con la concesión de derechos a los pueblos sometidos y su integración en distintos grados. Lo ideal era dar paso a una administración civil, manteniendo el menor tiempo posible la presencia militar, con las excepciones ya conocidas del control de ciertas zonas estratégicas, principalmente las mineras<sup>6</sup>. El mantenimiento exclusivo del ejército es costoso, da una imagen de ocupación y no de integración y no permite la “visibilidad” del poder civil. Esto es lo que, en cierta manera, nos transmite de nuevo Cicerón cuando presume ante Atico de su buen gobierno en Cilicia. Aplica su poder – su *iuris dictio* – en las *dioecesis*, el equivalente griego de los *conuentus*, de forma clemente, sin recurrir a la fuerza o a la dura aplicación de la administración romana, tal como habían hecho otros<sup>7</sup>. Este mismo principio está presente en los planteamientos de Augusto, cuando subdivide las provincias en entidades administrativas menores, los *conuentus*, partiendo de esa práctica administrativa republicana pero ahora con demarcaciones territoriales permanentes y límites precisos. La solución es enormemente práctica y eficaz, ya que acerca considerablemente el poder civil a los pueblos recién integrados desvaneciendo la imagen de poder exclusivamente coercitivo que se derivaba de la conquista.

Este proceso de acondicionamiento administrativo, que busca una perfecta ejecución del poder, debió de ser largo y complejo, no fue en absoluto caprichoso, sino muy meditado, y, en función de los resultados que veremos a continuación, se debió de basar en los nuevos conocimientos geográficos y en principios estratégicos, tal como vemos igualmente en la creación de las provincias<sup>8</sup>. Si compleja fue la creación de éstas, cuando se partía de realidades ya existentes, más complicada debió de ser la formación de los *conuentus iuridici*, pues era una unidad administrativa totalmente nueva. Ahora habría que decidir hasta dónde llegaba el territorio de cada uno y en

---

<sup>5</sup> *Malus enim est custos diurnitatis metus contraque benivolentia fidelis uel ad perpetuitatem. Sed iis, qui ui oppressos imperio coercent, sit sane adhibenda saeuitia, ut eris in famulos, si aliter teneri non possunt; qui uero in libera ciuitate ita se instruunt, ut metuantur, iis nihil potest esse dementius (...)* Nec uero ulla uis imperii tanta est, quae premente metu possit esse diurna (De Off. 2.25). Se trata de una alusión al abuso del poder encarnado en las tiranías que ejemplifica, entre otros, con Alejandro de Feres (Tesalia, s. IV aC).

<sup>6</sup> Sobre las funciones del ejército tras la pacificación, vid. LE ROUX 1982: 119 ss.

<sup>7</sup> *Iam cetera iuris dictio nec imperita et clemens cum admirabili facilitate* (Att. 6.2.4).

<sup>8</sup> No dudaron en cambiar las decisiones previamente adoptadas si con ello creían que se facilitaba un mejor gobierno de los pueblos recientemente sometidos, como vemos en el caso de *Callaecia*. De la *Lusitania* se separó para integrarse en la *Tarraconensis*, quizás con un cambio más, el tercero, si consideramos que la *Provincia Transduriana* mencionada en el llamado “Bronce de Bembibre” era una circunscripción administrativa real, no el ámbito de ejercicio del poder del gobernador, vid. GRAU 2001.

dónde se fundaba la capital conventual a la que acudirían los habitantes del mismo. En el Noroeste se tomó la decisión de separar el espacio dominado por la cultura castrexa – que los romanos denominarán *Callaecia* – en dos *conuentus*, el *Lucensis* y el *Bracarensis* al que se añadió un tercero, el *Asturicensis*. Esta solución distribuyó a los antiguos enemigos de Roma – cántabros, astures y galaicos – en diferentes circunscripciones siguiendo una clara intención estratégica. Respetó los distintos grados de evolución entre el norte y el sur galaicos, más desarrollado el sur, con castros que son ya verdaderos *oppida* con un planteamiento “urbanístico” más avanzado y un mayor desarrollo del comercio, del artesanado o de la plástica. Roma dispuso territorios manejables para la administración tanto por su tamaño territorial o su población – que según Plinio (*NH* 3.28) se equilibra entre todos ellos – como por la accesibilidad a su capital<sup>9</sup>. El resultado final, en el caso del *conuentus Lucensis*, nos presenta un territorio que abarca 16 pueblos, con una población de 166.000 habitantes (Plin. *NH* 3.28).

## 2. EL CONOCIMIENTO Y CONTROL DEL TERRITORIO.

No cabe duda que sería imposible realizar todo esto sin disponer de un buen conocimiento del territorio y de los pueblos que lo habitaban. Sabemos que también en este aspecto el gobierno de Augusto supuso notables cambios respecto al de otros períodos. Es cierto que el avance de la conquista peninsular en época republicana mejoró algo el conocimiento inicial de las primeras descripciones geográficas helenísticas centradas en las costas, aun así nunca se planteó un conocimiento sistemático, sino, sobre todo, práctico, lo que interesaba era el territorio en función de las necesidades estratégicas. La transformación real la veremos en época de Augusto cuando el intento de controlar el territorio y las poblaciones siguiendo la lógica del poder supondrá realizar algo que resulta evidente para nosotros como es la medición de distancias entre puntos geográficos o pueblos, tal como podemos ver en Plinio, lo que permitirá hacer los primeros mapas como el de Agripa<sup>10</sup>. En el caso del Noroeste las fuentes nos muestran este interés por conocer y recorrer el espacio para poder actuar, poco después de la conquista, con mayor intensidad sobre la realidad indígena. En un plazo de unos 20 años tenemos atestiguada la presencia de tres funcionarios imperiales de alto rango, L. Sestio Quirinalis, C. Asinio Galo y P. Fabio Máximo, probablemente gobernadores provinciales. Su presencia parece obligada por su cargo, pero lo interesante es que no los vemos administrando justicia, cobrando tributos u organizando el territorio, como sería esperable y, sin duda, también hicieron, sino favoreciendo la integración de las comunidades indígenas mediante otros mecanismos. En torno al 20 aC. L. Sestio Quirinalis impulsa el culto imperial como elemento de cohesión en torno al emperador – y por tanto al nuevo Estado – con la dedicación de las tres aras cerca de Noega, en la actual Asturias<sup>11</sup>. P. Fabio Máximo hace probablemente lo mismo, pero en este caso en las dos capitales conventuales, tanto en *Lucus Augusti* probablemente entre el 4 y 1 aC. como en la otra capital conventual de *Callaecia*, *Bracara Augusta*, en donde se documenta la interesante dedicatoria al emperador Augusto en el día del cumpleaños de P. Fabio, en el 3/2 aC.<sup>12</sup>. El tercer personaje es Cayo Asinio Galo, que en el 1 dC. realiza un pacto de hospitalidad con la comunidad de los

---

<sup>9</sup> Sobre las cuestiones relativas a la capital volveré más adelante, para las razones de diversa índole –estratégicas, poblaciones, culturales y de gestión – que llevan a esta división del Noroeste, vid. DOPICO CAÍNZOS, SANTOS YANGUAS 2012: 581 ss.

<sup>10</sup> Plin. *NH* IV, 118. Para la evolución del conocimiento geográfico, vid. F. PRONTERA 2006, MARCOTTE 2006, CADIOU 2006. Sobre la obra de Agripa, vid. RODA 1998.

<sup>11</sup> Mela 3.12.13. Sobre la asimilación de las elites indígenas del Noroeste a través de los sacerdocios conventuales, una consecuencia más de la implantación de esta nueva red urbana, vid. el trabajo clásico de ETIENNE 1974: 182 ss.; TRANOY, 1981. 326 ss; GOFFAUX 2011:445-469.

<sup>12</sup> Las dos primeras halladas en Lugo fueron publicadas en *IRPLugo* 19, 20, en tanto la tercera, encontrada en 1988, fue objeto de una discutida interpretación, como ya se ha dicho [n.4]. En cuanto a la de *Bracara Augusta* (*HEp* 8, 335, *ILER* 1028) vid. su interpretación en TRANOY 1981: 326.

*Lougei*. Sabemos que este tipo de relación exige el conocimiento personal de ambos contrayentes y su presencia en la comunidad que la otorga, pues no se realiza con desconocidos o por un simple nombramiento al modo del patronato. Nada parece indicar que los *Lougei*, situados en la actual región del Bierzo (León) fueran una comunidad más importante que las demás, sin embargo la inscripción nos indica que allí estuvo personalmente el gobernador y que contrajo unos lazos que suponían una estrecha vinculación entre ellos y Roma, estableciendo una relación pacífica y, por tanto en definitiva, una aceptación del nuevo poder a través de su persona. Es difícil creer que este fue el único pacto de hospitalidad realizado en estos años inmediatos a la conquista entre miembros de las elites romanas y otras comunidades<sup>13</sup>. Lo más probable es que C. Asinio Galo realizase pactos similares con otras comunidades indígenas, siguiendo así lo que sabemos era una tradición de las elites romanas<sup>14</sup>. Los tres altos funcionarios nos muestran la intensidad de la acción del Estado, pues a pesar de que las menciones conservadas son escasas, nos hablan de la diversidad de medios utilizados – ajenos propiamente a la administración – que van desde la introducción y expansión del culto imperial a la realización de pactos de amistad, todo ello por escrito, en lengua latina y con carácter público. Es significativo que esta intervención la realizan en un período corto de tiempo, de apenas 20 años, y en lugares tan dispares del territorio como el litoral cantábrico, las comunidades cercanas al Bierzo o las capitales conventuales, *Lucus* y *Bracara*. El dominio del espacio, más allá de las capitales, era indispensable para el nuevo Estado.

### 3. LA FUNDACION DE *LUCUS AUGUSTI* COMO CAPITAL CONVENTUAL Y SU SITUACION.

Una vez fijados los límites y los territorios de los *conuentus*, es necesario elegir su capital, el otro elemento imprescindible para que sean plenamente operativos. En el Noroeste, a diferencia de otras áreas peninsulares, no existe la ciudad antes de la conquista. Ninguna comunidad indígena llegó a alcanzar un nivel urbano como consecuencia de su propia dinámica interna o del desarrollo económico, debido, por ejemplo, a actividades comerciales o artesanales. Las tres únicas ciudades del Noroeste en esta época son las tres capitales conventuales, *Lucus Augusti*, *Bracara Augusta* y *Asturica Augusta*, fundadas por Augusto con una clara intencionalidad política. No hay otra razón, ni siquiera poblacional, ya que ninguna de ellas es una colonia de veteranos<sup>15</sup>. La aparición de la ciudad en el Noroeste se nos presenta así como un hecho político, puesto que no es consecuencia de una evolución propia sino de un poder ajeno, es una creación imperial y sus funciones se derivan de un nuevo concepto del Estado. Es éste quien fija su emplazamiento exacto, quien escoge el lugar en el que se situará la ciudad, la *urbs*, y quien decide hasta dónde llegará su territorio.

---

<sup>13</sup> Sabemos, por ejemplo, que C. Silio Aviola, que desempeñaba un cargo militar no demasiado elevado, el de *Praefectus Fabrum*, realizó al menos cuatro tratados con comunidades africanas en el 27 dC (CIL V 4919-4922). Para el pacto de hospitalidad de C. Asinio Galo, vid. DOPICO 1986.

<sup>14</sup> Por mencionar solo tres ejemplos de finales de la República, sabemos que Cicerón tiene numerosos huéspedes provinciales, sobre todo adquiridos durante el ejercicio de sus magistraturas en Sicilia y en Cilicia (*Catil.* IV, 11.23; *Ad Fam.* VII, 6; 13.19, 24, 32-37; 52, 67, 73-78; *Verr.* II, 1.47.117; 2.2.83-96; 2.4.13.31; 2.4.32; *Sull.* 58; *Scaur.* 43; *Deiot.* 39; *Brut.* 332; *Flacc.* 20.48). Por su parte entre los de César se encuentra el rey Deiotaro y numerosos galos (Cic. *Deiot.* 8-10; Caes. *BG* 1.47; 5.6; Suet. *Iul.* 73), en tanto Pompeyo tenía como huéspedes a los reyes Juba y Ptolomeo, así como otros destacados en Anfípolis (Caes. *BC II*, 25; III, 102-103).

<sup>15</sup> Que no se puede entender sin asumir su papel conventual se ve muy bien en la interpretación de TRANOY (1981: 190) quien incluía el análisis de las tres ciudades del Noroeste dentro del capítulo III “*L'integration économique*”, en el apartado “*L'infrastructure urbaine et les axes de communication*”, aunque él mismo reconocía que no partían de una base económica, ni de una evolución en un medio urbanizado. Consciente de estas contradicciones y de que la explicación económica no bastaba, añade que la ciudad también contribuía a la integración de los indígenas, algo evidente, pero insuficiente para entender las consecuencias sobre estas comunidades. No hay que olvidar que al igual que un elevado número de historiadores de entonces, él también consideraba los *conuentus iuridici* como fundaciones flavias, por lo que no entendía la creación de estas ciudades dentro del nuevo diseño administrativo. No deja de sorprender que tales conclusiones apenas se hayan modificado, a pesar de admitirse ahora que los *conuentus* son una creación augústea, vid. por ejemplo LE ROUX 2010:112, 193. Sobre las peculiaridades de la urbanización del NO, vid. igualmente LE ROUX, TRANOY 1983-1984; LE ROUX 1996.

En el caso de Lugo se han dado muchas explicaciones de por qué es éste el lugar elegido y no otro. La más sugestiva es la que hace derivar la elección de la existencia previa de un *Lucus* sagrado, un santuario indígena, al igual que se ha hecho en otras provincias. En el caso de que existiera algo similar en *Lucus Augusti* sería igualmente un modo de mostrar el poder romano suplantando un simbólico centro indígena, pero lo cierto es que carecemos por completo de evidencias y, por tanto, no deja de ser una hipótesis sin fundamento<sup>16</sup>. En cualquier caso no podemos olvidar que Lugo no fue fundada como una ciudad más, era una capital conventual y, por esta razón, debemos preguntarnos si, en el lugar en el que está situada, cumple su función, y la respuesta es que la cumple perfectamente<sup>17</sup>. No presenta ningún problema de accesibilidad para los pueblos que formaban parte de su *conuentus*, pues se puede alcanzar fácilmente desde cualquier lugar del territorio, desde los más alejados situados en las costas y rías atlánticas o cantábricas, hasta los situados en el interior. Todos ellos se encuentran a menos de 200 kms. de distancia. Hacia el exterior del *conuentus* también está bien comunicada, ya desde la época de la conquista se iniciaría la construcción de vías, y la XIX enlazaría las tres capitales conventuales del Noroeste<sup>18</sup>. No olvidemos que aún hoy en día es la salida natural por autovía de toda la zona Norte de Galicia hacia Castilla-León, a lo que se añade la posibilidad de navegar al menos por parte del Miño y de enlazar fácilmente con el río Sil y las zonas estratégicas de la minería del oro. Podríamos pensar que sería mejor buscar una situación más centrada respecto al territorio conventual – por ejemplo en *A terra Cha*, la zona de la actual Vilalba – que tampoco presentaría grandes problemas de accesibilidad, sin embargo aquí nos encontraríamos ante una zona afectada todavía hoy en día por frecuentes inundaciones en invierno y con una calidad de la tierra, más arcillosa, notablemente inferior a la que disfruta la capital. Por el contrario, en Lugo se dispone, además, de buenas tierras agrícolas y de sus aguas termales. La función que buscaba Roma, un lugar ante todo bien comunicado para ejercer como capital conventual, que además dispusiera de los necesarios recursos económicos, estaba, pues, cumplida.

Hay otra cuestión interesante en la elección del lugar concreto de su fundación, pues se crea una ciudad *ex novo*, sin precedentes indígenas. A mi entender, debemos ver aquí una elección consciente del poder romano, que no recurrió a la modificación de un núcleo indígena previo para implantar su administración en una comunidad existente. La razón no reside en la inexistencia de núcleos cercanos, pues conocemos varios, uno de ellos, *Agra dos Castros*, está situado a menos de dos kilómetros de *Lucus Augusti* como veremos más adelante<sup>19</sup>. Creo que la razón de esta separación es ideológica: la ruptura con lo indígena tenía que ser total, tanto desde el punto de vista físico como desde el administrativo-político. Roma pretendía mostrar que la nueva ciudad representaría algo radicalmente distinto al mundo indígena, del que se alejaría, como veremos, en su concepto del poder y en su forma de ejercitarlo, en la sociedad, en la ideología y en su aspecto físico.

---

<sup>16</sup> Probablemente el mejor ejemplo es el de *Camulodunum* (49 dC.) fundada junto al santuario indígena de Gosbecks Farm que actuaría como centro religioso de varios pueblos. El templo del culto imperial dedicado al emperador Claudio, conquistador de *Britannia*, pretende sustituir simbólicamente un centro por otro con una función no estrictamente religiosa, como nos indica Tácito: *Ad hoc templum diuo Claudio constitutum quasi arx aeternae dominationis aspiciebatur, delectique sacerdotes specie religionis omnis fortunas effundebant* (*Ann.*, XIV, 31). Prueba de que bien lo comprendieron los indígenas es su destrucción durante la revolución de Boudicca (HURST 2000: 105 ss). Sobre el culto imperial en Colchester, vid. FISHWICK 1987:195 ss. En Lugo carecemos de una evidencia directa de tal origen religioso (escrita ni arqueológica) y los argumentos a su favor se reducen al paralelismo con ciudades de nombre similar (*Lucus Feroniae*, *Lucus Angitia*...) una lectura, diferente a la tradicional, de los ya comentados epígrafes dedicados a P. Fabio Máximo [n. 4] y la interpretación de un relieve encontrado en la ciudad como evidencia de un lugar consagrado en época prerromana. Sobre ello vid. GASPERINI 1998.

<sup>17</sup> Agradezco al Prof. Dr. Augusto Pérez Alberti, Catedrático de Geografía Física de la USC, las indicaciones sobre la idoneidad de la situación de la capital conventual que vienen a continuación.

<sup>18</sup> Sobre las vías, sus trazados y las fuentes disponibles, vid. SOLANA, SAGREDO 2008: 31 ss.

<sup>19</sup> Es el más cercano conocido, pero no el único, al menos se han catalogado otros 39 cerca de la ciudad (GONZÁLEZ, FERRER 2005: 329 ss).

#### 4. LA CREACION DE LA URBS Y DE SU TERRITORIO.

Una vez determinado el lugar, se iniciaría la construcción de la *urbs*. *Lucus Augusti* debía aparecer como “un gran escaparate” de las formas de vida romanas. Es evidente que los indígenas tendrían tantos motivos entonces para acudir a la capital conventual como los actuales habitantes de la provincia: los más cercanos probablemente acudirían a realizar algunos trabajos, a comprar, a intercambiar productos, quizás los más lejanos solo irían cuando tenían que tratar sus problemas judiciales o administrativos con el poder romano. Todos ellos entraban en un mundo creado conscientemente para mostrar lo que era Roma. Sabemos que éste es un proceso largo y complejo, que duraría generaciones: con los medios entonces disponibles la fundación de una ciudad no suponía la creación inmediata de todos sus edificios, infraestructuras o monumentos<sup>20</sup>. El Estado romano trazaría los elementos esenciales del núcleo urbano, la red de calles ortogonales con una jerarquía entre ellas, las infraestructuras básicas, como las de aprovisionamiento del agua y distinguiría bien las zonas privadas de las públicas<sup>21</sup>. El ritmo de construcción entre unas y otras sería distinto, ya que las casas privadas, sufragadas por sus propietarios seguirían sus propios gustos y ritmos o posibilidades adquisitivas, pero, como es evidente, aquí nos interesa más lo que ocurriría con los edificios públicos. Es complicado saberlo debido, en gran parte, a que nuestras fuentes son esencialmente arqueológicas, por lo que el conocimiento que tenemos de los estados iniciales de la ciudad es escasísimo<sup>22</sup>. El único espacio monumental datado en época de Tiberio-Claudio en Lugo es el foro, que tendría un tamaño de 1.7 Ha. No se conoce la existencia de otros edificios de ocio (teatro, anfiteatro o circo) ni tampoco grandes construcciones termales, ni en esta época ni a lo largo de toda su existencia, pero conocemos el foro<sup>23</sup>. Esto es significativo, porque supone que, desde los inicios, Roma se ocupó de crear el único elemento que consideraba esencial para el funcionamiento de la ciudad: su centro político, administrativo, económico y religioso. Su construcción temprana no es casual, porque aquí se encontraría la sede física del poder, tanto local como conventual, con el *tabularium* o archivos, sería el lugar en el que se celebrarían los *conventus* y donde ejercerían su poder los magistrados locales y provinciales. Sabemos que son construcciones destacadas dentro de cualquier ciudad romana, para cuanto más en las capitales conventuales. Podríamos recordar que el foro de *Clunia* ocupa casi 18.000 mts<sup>2</sup>, con un notable desarrollo edilicio, desde la basílica de tres naves a la Curia, y el templo quizás dedicado a Júpiter, elevado sobre un podio. El foro de *Asturica Augusta* sería de 30.000 mts<sup>2</sup>, estaría situado en la zona más alta de la ciudad<sup>24</sup>. El de *Emerita Augusta* pronto se remodeló en mármol, en un proceso que Trillmich llama “marmolización”, sustituyendo las construcciones previas de granito por el mármol<sup>25</sup>. En época de Augusto es cuando encontramos un programa más intenso de construcción de foros en las ciudades romanas, tanto itálicas como en Hispania – por ejemplo Ampurias, *Tarraco* o Sagunto – con obras que les dan la forma en que los conocemos<sup>26</sup>. Probablemente en Lugo, y en estos

<sup>20</sup> Así nos lo muestra el ejemplo paradigmático de la colonia latina de Cosa (273 aC.) Las casas de los ciudadanos tardarán más de dos generaciones en construirse, en tanto el foro será sucesivamente remodelado, de manera que habría seis distintos: desde el primero hasta el último ya habrá pasado más de un siglo, en torno a 125 años (BROWN 1980: 6 ss; 31 ss.).

<sup>21</sup> Sobre todo ello vid. ÁLVAREZ, CARREÑO 2003; RODRÍGUEZ COLMENERO 2005; GONZÁLEZ 2005.

<sup>22</sup> Las excavaciones se han intensificado en los últimos 25 años gracias a los cambios legislativos sobre la protección del patrimonio propiciados por la Ley de Patrimonio de la Xunta de Galicia (1995) y el Plan Especial de protección, rehabilitación y reforma interior del recinto amurallado del Ayuntamiento de Lugo (PEPRI 2008) que han obligado a un control arqueológico ante cada actuación urbana en las zonas protegidas. Eso no evita que nos encontremos ante el gran problema de la arqueología urbana: solo se excava en lugares muy determinados, en ocasiones superficies limitadas, con resultados que no están publicados o tardan demasiado en aparecer. Con todo esto tenemos algunas piezas del puzzle que es la ciudad, no todas las que quisiéramos.

<sup>23</sup> La memoria de las excavaciones sobre el mismo no está publicada, por lo que agradezco los datos que me ha proporcionado el Dr. E. Alcorta Irastorza, arqueólogo del Museo Provincial de Lugo.

<sup>24</sup> El foro de *Clunia* de época Claudia tenía un tamaño de 166 por 108 mts., con *tabernae*, al que se unirían una basílica y la curia, ambos de época altoimperial. En cuanto al de *Asturica Augusta*, no se han identificado otros edificios con excepción de una sala en el lado Oeste de discutida interpretación, desde un *aedes Augusti* hasta la Curia (NÚÑEZ HERNÁNDEZ, 2007; CURCHIN 2007:446 ss.)

<sup>25</sup> TRILLMICH 1990. Probablemente la sustitución del material local, el granito predominante en época de Augusto, por el mármol se produjo de forma decisiva en época de Tiberio o incluso más tarde (NOGALES 2010: 231 ss; AYERBE et alii 2009: 623 ss.)

<sup>26</sup> LOMAS 1997: 21 ss. Sobre las transformaciones de los foros hispanos, vid. MAR, RUIZ DE ARBULO 1990: 145 ss. Sobre el foro de Augusto, vid. GROS 2006: 115 ss.



momentos iniciales, los costes de los edificios esenciales serían asumidos por el Estado, como era habitual en otras ciudades, en tanto las elites, aquí muy poco conocidas, irían asumiendo posteriormente parte de los gastos de la ciudad<sup>27</sup>.

Si el propio urbanismo de Lugo, con la novedad que suponían sus infraestructuras, trazado regular, casas privadas con mosaicos y frescos, edificios públicos monumentales, o nuevas formas de ocio, era un modo de transformación sobre los indígenas, tal como nos recordaba Tácito cuando hablaba de la acción de Agrícola en Britania<sup>28</sup>, hay otro elemento igualmente importante, que es su territorio. Es muy difícil establecer hasta dónde podía llegar, pero lo que sí sabemos es que la ciudad no se crea en un desierto habitacional, sino en medio de varios asentamientos castrexos que la rodean. Ignoramos a cuántos, pero por reducido que fuese su territorio, necesariamente afectó a uno: el de *Agra dos Castros*, situado a apenas 1.5 kms de la *urbs*. La fundación de la ciudad debió suponer una expropiación de, al menos, parte de sus tierras y una nueva delimitación de las mismas. Esto quizás afectaría sus recursos económicos, que podrían verse disminuidos, al igual que su territorio, pero también modificó sus actividades administrativas y políticas. Los indígenas que habitaban el castro no serían ciudadanos romanos, serían solo *incolae*, residentes. Podrían gestionar su pequeño núcleo en lo que se refiere a los asuntos locales, con sus propias normas, pero no tendrían capacidad para votar al magistrado de *Lucus Augusti*<sup>29</sup>. Si todo esto ya es significativo, también lo son las transformaciones de su asentamiento, pues aunque los indígenas siguieron viviendo en él después de su creación, el estudio de los escasos restos excavados nos deja ver la influencia inmediata de Roma. Estaríamos equivocados si creyéramos que nada cambió. No se destruyó el asentamiento, pero se modificó radicalmente. Lo primero que desaparece son sus defensas, los, al menos, seis fosos prerromanos con sus correspondientes parapetos, que se destruyen coincidiendo con la implantación de la ciudad, tal como demuestra el hallazgo de un denario del emperador Tiberio (*Lugdunum*, ca. 15-16 dC.). Se modifican igualmente tanto las técnicas constructivas como los materiales utilizados, entre los que pronto aparecen elementos romanos – como las *tegulae* –, mezclados con lo indígena, que todavía se mantiene, por ejemplo, en la cerámica de esa tradición<sup>30</sup>. ¿Qué pasaría con el resto del territorio? Lo ignoramos y desde luego no encontramos nada semejante a *Bracara*, en donde se han localizado las huellas de un antiguo catastro<sup>31</sup>. Es indudable que es éste un impacto significativo sobre el territorio del que aquí carecemos de datos. En cualquier caso, el ejemplo de *Agra dos Castros* de nuevo nos muestra que la fundación de la ciudad no es indiferente a las comunidades indígenas más cercanas, ni en los aspectos materiales ni en los administrativos ni en los jurídicos. Junto al urbanístico-territorial éste es el otro elemento que supone un trascendental impacto para los indígenas, el que se deriva de las propias funciones políticas de la capital conventual, y a él me referiré a continuación.

## 5. LA FUNCION DE LA CIUDAD: EL EJERCICIO DEL PODER.

Parece obvio que la primera consecuencia de la creación de la capital conventual es la cercanía del poder, su presencia real, su visibilidad. Al menos una vez al año el gobernador provincial

---

<sup>27</sup> La documentación epigráfica de Hispania nos muestra la evergesía dedicada a la construcción de edificios, murallas y obras de ingeniería, (RODRÍGUEZ NEILA 1989: 135-169), sin embargo en Lugo no hay ningún testimonio escrito de estas actividades y solo conservamos una inscripción que menciona a un miembro de las elites indígenas, un *princeps Copororum* (*IRPLugo 34*), sobre ello vid. LE ROUX 2003: 171 ss. En cuanto a la intervención del Estado, vid. por ejemplo las inversiones de Augusto en *Emerita* en ALFÖLDY 1994: 64.

<sup>28</sup> *Namque ut homines dispersi ac rudes eoque in bella faciles quieti et otio per uoluptates adsuescerent, hortari privatim, adiuuare publice, ut templa fora domos extruerent, laudando promptos, castigando segnīs: ita honoris aemulatio pro necessitate erat. Iam vero principum filios liberalibus artibus erudire, et ingenia Britannorum studiis Gallorum anteferre, ut qui modo linguam Romanam abnuebant, eloquentiam concupiscerent. Inde etiam habitus nostri honor et frequens toga; paulatimque discessum ad delenimenta vitiorum, porticus et balinea et conuiuorum elegantiam. Idque apud imperitos humanitas uocabatur, cum pars seruitutis esset* (Tac., *Agric.* 21).

<sup>29</sup> Sobre el todavía discutido estatuto de los *incolae* vid. GAGLIARDI 2006

<sup>30</sup> Vid. BARTOLOMÉ 2009.

<sup>31</sup> Sobre el catastro de *Bracara* vid. CARVALHO 2008: 292 ss.

se desplazará personalmente desde *Tarraco* a las siete ciudades conventuales que forman parte de su provincia. Sabemos que puede delegar su poder a través de los legados jurídicos. El hecho de encontrarnos en este caso ante un escalón inferior de la administración no alteraba el objetivo propuesto, al contrario, no solo no disminuía la impresión de la cercanía del poder, sino que la aumentaba, puesto que la permanencia de estos legados sería todavía mayor, especialmente a partir de la creación de los específicos para el Noroeste, los *Legati iuridici Asturiae et Callaeciae*<sup>32</sup>.

Cuando hablamos de presencia del poder a través del gobernador no podemos pensar estrictamente en un solo individuo, pues el gobierno de Roma se hace efectivo a través de un numeroso grupo de civiles y militares<sup>33</sup>. En época republicana disponía de numerosos funcionarios menores, tan dispares en su situación jurídica (libres, libertos o esclavos) como en su función, desde los *praecones* o heraldos, los *scribae*, los *haruspices*, *uiatores* (mensajeros), a los cargos superiores representados por los *legati*, o la conocida como *cohors amicorum*<sup>34</sup>. En época imperial hubo algunas modificaciones en la administración, pero la mayoría de estos cargos se mantuvieron, y en el caso de *Tarraco* ha quedado evidencia epigráfica de algunos de ellos, especialmente los procedentes del ejército. Aunque no podamos enumerar con precisión quién acompañaba al gobernador en sus viajes por los *conuentus*, lo que es seguro es que no viajaba solo, cuanto menos es de suponer que tendría un cuerpo militar de protección y un número significativo de funcionarios imperiales de condición jurídica variable, desde esclavos a libres, que hacían igualmente visible el poder de Roma<sup>35</sup>.

No sabemos cuántos días estaría aquí la autoridad provincial, algo, que, por otra parte, parece evidente que dependería de los asuntos a tratar, pero en cualquier caso la duración de su estancia debía de ser significativa. Al menos las de Cicerón por estos mismos asuntos le obligaban a permanecer varios días o incluso semanas en la misma ciudad<sup>36</sup>. Aunque aceptemos que el gobierno de una provincia como Cilicia era más complejo que el del Noroeste de la Península Ibérica, está claro que no estaríamos ante una simple visita de paso, sino ante el ejercicio del poder, lo que supone, como veremos a continuación, tratar asuntos de diversa naturaleza que requerirían un tiempo sustancial. En definitiva, la principal autoridad romana dejaba de ser un individuo lejano, del que se ignoraba todo, desde su aspecto físico a su forma de actuar, para convertirse en alguien tan cercano que se encontraba anualmente a menos de 200 kms de cualquier núcleo del *conuentus*: reducimos la distancia en un 80%.

Hay un último aspecto que me interesaría destacar dentro de la presencia del poder, y es su permanencia: no se desvanece jamás. La innovación respecto al período republicano que supone disponer de sedes fijas, implica que el representante del Estado se presentará en las sedes conventuales de forma regular y constante. La población indígena es consciente de que esa regularidad anual ya no cambiará, como tampoco lo hará su obligación de acudir siempre a la misma ciudad a solucionar sus asuntos con la autoridad romana. *Lucus Augusti*, una ciudad totalmente romana en su concepción, como ya hemos visto, se convertirá en el lugar de referencia de la

<sup>32</sup> Sobre la datación de los *legati iuridici*, funciones y una relación de los documentados en la epigrafía, vid. TRANOY 1981: 245 ss; ALFÖLDY 1969: 67 ss; 230 ss.

<sup>33</sup> Que a veces más que facilitar la administración sin duda la complicaban. Es significativa la alusión de Cicerón cuando destaca su accesibilidad a los provinciales durante la celebración de los *conventus* en Cilicia, marcando una diferencia con otros gobernadores: *aditus autem ad me minime prouinciales. Nihil per cubicularium.* (Att. 6.2.5).

<sup>34</sup> En el desempeño de su gobierno provincial Cicerón alude en varios ocasiones a parte de ellos, que debían ser un grupo bastante numeroso, (*et legatorum et tribunorum et praefectorum Att. 5.16.2; quid dicam de illius praefectis, comitibus, legatis etiam? Att. 6.1*). La documentación epigráfica de *Tarraco* menciona la diversidad de estos cargos, entre otros los *cornicularii* (RIT 201, 202), *speculatores* (RIT 187, 205, 206), *frumentarii* (RIT 202, 204), vid. una relación en ALFÖLDY 1991: 57ss. Sobre su estructura y evolución, vid. RICHARDSON 2001: 28 ss; 62 ss.

<sup>35</sup> Sus desplazamientos obligarían a disponer de una infraestructura esencial, desde las propias vías hasta el alojamiento de todo el personal, vid. por ejemplo el análisis de una provincia hispana en SAQUETE 2006, y ABASCAL 2011. La relación de estos viajes con las élites, vid. BERANGER 2011.

<sup>36</sup> En el caso de los *conuentus* que realiza Cicerón durante su gobierno en Cilicia pasa entre 4 días y 2 semanas. Una relación de sus estancias y la duración de sus viajes puede verse en MARSHALL 1966: 238.

nueva forma de hacer política, en una sede que no cambia ni desaparece, que está ahí siempre, como la perfecta encarnación de Roma.

Con la estancia del gobernador no sólo se acerca el poder provincial, sino el del propio Estado romano, pues es él quien transmite y difunde todas aquellas noticias que al poder central le interesa hacer llegar al mayor número de personas, más allá de la propia capital. Algunas de estas informaciones están directamente relacionadas con la familia imperial, son, por tanto, portadoras de una nueva ideología, como es el caso del ascenso al poder de un nuevo emperador, determinadas victorias, o nuevos cultos, que probablemente serían difundidos de forma oficial<sup>37</sup>. Un buen ejemplo lo tenemos en el *Senatus consultum de Cn. Pisone patre*. Es significativo que en el propio texto se incluyan las instrucciones necesarias para su divulgación, los lugares en donde se debe difundir y cómo se deben hacer las copias (A 168). Parece indudable que el agente encargado de hacerlo llegar a la ciudad principal de cada provincia y a los campamentos militares, tal como estaba establecido, era el gobernador provincial, pero, además de las copias en bronce, probablemente lo expondría verbalmente ante los representantes de las comunidades indígenas en las ciudades conventuales de la Bética<sup>38</sup>. Con ello estamos viendo cómo trascienden su papel de meras sedes jurídicas para adquirir un papel fundamental como transmisoras del poder y de su ideología. Las decisiones adoptadas por una institución aparentemente ajena a los indígenas como era el Senado romano se hacían públicas ahora con todas sus consecuencias. Se evitaba así la conocida dificultad con la que se expandían las noticias, la lentitud con la que un individuo accedía al conocimiento de cuestiones políticas relevantes. Ahora una pequeña ciudad alejada 2000 kms de Roma era, a los ojos indígenas, la que controlaba y difundía todo lo que a ellos les sería imposible conocer de otra manera.

## 6. EL IMPACTO DE LA ADMINISTRACION ROMANA SOBRE LOS INDIGENAS.

La llegada del gobernador supondría iniciar propiamente los *conuentus iuridici* en su vertiente administrativa. Tenemos un conocimiento muy limitado de cómo se llevarían a cabo, pero en cualquier caso lo que sabemos nos permite entender el cambio que esto suponía respecto a la realidad indígena. En primer lugar porque mostraba la capacidad coercitiva que monopolizaba el Estado romano. Hay una referencia de Tito Livio cuando comenta la realización de los *conuentus* en época republicana que lo resume muy bien. El historiador nos dice que los pueblos acuden al lugar que indica el gobernador *eo imperio* (31.29). El léxico es extremadamente significativo, ya que utiliza la palabra latina que muestra el poder en su mayor intensidad: los pueblos que pertenecen al *conuentus Lucensis* acudirán bajo el mandato imperativo del gobernador. Es él quien fija todas las condiciones de realización y su contenido. Bajo su iniciativa, en la capital administrativa creada por Roma a tal fin y en la fecha que él determina, se convocan los *conuentus*. Su funcionamiento nos es mejor conocido en otras provincias, como Egipto, en donde la documentación escrita conservada es relativamente rica. Sabemos que allí la petición (*litis denuntiatio*) se dirigía por escrito al funcionario más cercano, probablemente un *strategus* del nomo, quien también se encargaría de comunicar su aceptación y señalaría cuándo debían presentarse los afectados ante el gobernador. Esa convocatoria se realizaba con bastante antelación y se comunicaba a los indí-

---

<sup>37</sup> Hurlet 2006.

<sup>38</sup> Como es sabido, la difusión en la Bética es excepcional, con hasta siete copias en bronce, lo cual probablemente se debe a la acción personal del propio gobernador. El decreto no especifica que deba ser éste quien lo difunda, aunque no cabe otra interpretación. En cualquier caso, y como se ve en la divulgación de otros documentos relevantes que han llegado en forma epigráfica hasta nosotros – *Res gestae divi Augusti*, Edicto de los precios de Diocleciano – los gobernadores jugaron un importante papel en la difusión de las noticias imperiales y de ellos dependió que en algunas provincias se diesen a conocer con mayor intensidad. Es lógico suponer, por tanto, que en sus apariciones oficiales también las difundirían en otras ciudades importantes como las conventuales, aunque solo fuera verbalmente, sin necesidad de recurrir a medios tan costosos como su grabación (CABALLOS et alii 199: 133 ss., p. 141).

genas por escrito y públicamente, pues así disponían de un plazo razonable para preparar sus demandas y presentarlas, de modo que, a su vez, las autoridades romanas tuvieran tiempo para examinarlas y eventualmente incluso investigarlas<sup>39</sup>. No sabemos cuál sería el procedimiento en el Noroeste, probablemente en los primeros momentos sería difícil hacerlo por escrito y en latín, ya que los indígenas, al igual que ocurría en la mayoría de las provincias occidentales del Imperio, no conocían la escritura ni hablaban esa lengua, pero es indudable que habría una forma oficial de convocarlos, de hacerles saber cuándo tenían que acudir a la capital para que les fueran comunicadas ciertas resoluciones o pudiesen presentar allí sus demandas. De nuevo nos encontramos ante la visibilidad del poder, en este caso extendiéndose de forma capilar por las comunidades más pequeñas, llegando hasta todas ellas.

Todo ese proceso administrativo supone cambios trascendentales para los indígenas, empezando por la limitación de su autonomía ya que era el gobernador el que impartía justicia. Es evidente que, por razones operativas, no juzgaría todos los casos, ya que entonces no haría otra cosa en su mandato y, como sabemos, sus funciones provinciales abarcan un considerable número de asuntos – administrativos, militares o financieros – además de los jurídicos. Así que, como es habitual, el Estado romano respeta la autonomía local, la de las comunidades menores o *ciuitates*, dentro de las cuales los indígenas podrían tratar sus asuntos según sus propias normas. Sin embargo para las cuestiones más importantes, sobre todo las que trascienden las propias comunidades o atañen directamente al poder del Estado, su autonomía desaparece. Sabemos que incluso en los casos en los que aparentemente se respetan ciertas disposiciones judiciales indígenas, la autoridad romana no deja de controlarlas<sup>40</sup>. Se permite la autonomía pero se revisa y se sanciona por parte de la autoridad superior, la provincial. Sabemos que durante el gobierno de Cicerón en Cilicia en los años 51-50 aC., se permitió el uso del derecho griego en algunos casos, pero previa supervisión del gobernador, que sólo autorizaría su uso una vez comprobado que no lesionaba los intereses romanos, de lo contrario seguiría quedando en sus manos<sup>41</sup>. En la práctica lo demostró con claridad cuando, después de declarar que en ciertas cuestiones locales podían utilizar sus normas y leyes dentro de su autonomía, intervino en los asuntos internos de algunas ciudades controlando los casos de corrupción de sus magistrados, a los que interrogó (*Att.* 6.2.1). En nuestro caso, probablemente el gobernador examinaría si los casos judiciales presentados entrarían dentro de su jurisdicción o quedarían en otra inferior, decidiría si se tienen que admitir a juicio, establecería las *formulae* y las remitiría a un jurado especializado. Esto nos lleva a otra cuestión nueva para los indígenas: la aplicación de un derecho y de unas normas ajenas a sus costumbres.

En los *conuentus* el derecho que se aplica es el romano, los procedimientos judiciales también, al igual que lo es la lengua latina en la que se lleva a cabo el juicio o la reunión conventual. Las diferencias conceptuales entre las normas romanas y las indígenas sin duda eran abismales, a ello se añadía la propia praxis judicial, igualmente diferente. Los procedimientos romanos eran públicos y, por tanto, conocidos, pues el gobernador emitía un edicto al principio de su gobierno, que probablemente no sólo se publicaba en la capital provincial, sino también en las ciudades conventuales<sup>42</sup>. Es verdad que en los inicios del Imperio todavía no había sistematización del derecho, pero como vemos había una tradición normativa que no tenía nada que ver con lo indí-

<sup>39</sup> Sobre el funcionamiento, partiendo especialmente de los datos de Egipto vid. BURTON 1975:92 ss. HAENSCH 1997; sobre la investigación previa vid. OZCÁRIZ 2006: 76 ss.

<sup>40</sup> Esto se ve muy bien en otro valioso documento epigráfico hispano, la *Tabula Contrebiensis*, en la que, al indigenismo de las comunidades y jueces participantes, se contraponen la intervención personal del gobernador, que se manifiesta en los conceptos jurídicos empleados, que son plenamente romanos. (J. S. RICHARDSON 1993).

<sup>41</sup> Lo explica cuando comenta el contenido esencial de su edicto provincial (*Att.* 6.1.15), vid. su explicación en LINTOTT 1993: 61.

<sup>42</sup> La información más destacada sobre el edicto nos la proporciona Cicerón en su carta *Ad Fam.* 3.8 en donde menciona el contenido del que él promulga durante su gobierno en Cilicia y que no está exento de problemas en su interpretación, sobre ello vid. MARS-HALL 1964. En cualquier caso, al menos en época republicana, podría incluir tanto normas de edictos provinciales como de los *edicta urbana previos*, así como nuevas disposiciones de cada gobernador. Sobre todo ello, así como la publicidad de estos asuntos en los *conuentus*, vid. PEPPE 1991.

gena. Más adelante volveré sobre otras cuestiones políticas, baste ahora recordar que los pueblos del Noroeste no conocían la escritura antes de la llegada de Roma, de forma que el derecho que aplicarían, al igual que conocemos en otras comunidades similares, sería consuetudinario y probablemente sujeto a las interpretaciones variables que darían los eventuales jueces pertenecientes a las élites. Por el contrario, según las normas romanas, los asuntos juzgados seguían unas normas prefijadas y los propios juicios eran públicos, lo que ayudaba a garantizar la neutralidad del proceso<sup>43</sup>.

Las cuestiones más relevantes, como podían ser las de índole administrativa o económica que afectaban a las comunidades, se registraban por escrito y se archivaban. A este respecto es interesante recordar la inscripción funeraria, encontrada en Lugo, dedicada a un ciudadano romano del s. III dC llamado Julio Rufino Leontio, *ex tabulario*, que es *civis Asturicensis*<sup>44</sup>. Se ha discutido si el *tabularium* o archivo es el que le correspondería a *Asturica* como núcleo clave en el control económico que esta ciudad ejerce en el Noroeste, o es local, de Lugo. Creo que la respuesta es evidente, puesto que sabemos por las leyes conservadas de algunos municipios del Sur de Hispania, que las ciudades con estatuto privilegiado conservaban registro escrito de los actos públicos. Asuntos diversos de la administración de la ciudad, desde los relativos al erario municipal, censos locales o relación de magistrados, quedaban debidamente guardados, es decir, se registraban los asuntos fundamentales para el funcionamiento de la ciudad<sup>45</sup>. Con más razón debía existir un archivo público en una capital conventual en la que se dirimían asuntos de la naturaleza que hemos visto y otros que veremos a continuación, en los que participaban funcionarios de alto rango, archivo que no sería estrictamente local. En la nueva práctica administrativa conventual los documentos se registraban, se guardaban y, por tanto, se conservaban sin depender de la frágil memoria personal.

## 7. LA *IURIS DICTIO* COMO EXPRESION DEL PODER ROMANO.

Lo visto hasta ahora ya es suficientemente representativo de la intervención de Roma, pero no es lo más relevante, ya que los asuntos judiciales, en contra de lo que indica su denominación, no son los únicos asuntos a tratar en un *conuentus iuridici* ni son los más trascendentes. Era la administración de las comunidades en general lo que se decidía allí, desde el planteamiento que ellas harían sobre sus problemas o sus peticiones, hasta las disposiciones de todo tipo que Roma tomaba, fueran estrictamente administrativas, económicas o fiscales, entre otras<sup>46</sup>. Si nos detenemos brevemente en los asuntos tratados por Cicerón durante su gobierno en Cilicia podemos apreciar esa diversidad. Las comunidades se quejan de todo aquello que consideran injusto por parte de la administración romana, *omnes iniurias superiores* (Att. 5.20). Los *conuentus* nos aparecen así como el lugar de interlocución válido ante las autoridades romanas, en donde se exponen – dentro de un cauce oficial – las necesidades, las quejas o los problemas que plantea la aplicación de la administración. Por ejemplo, en algunas cartas se nos especifican algunas de esas protestas relativas a asuntos fiscales e impuestos, o cómo los *principes* de las comunidades se quejan de las excesivas cantidades que tienen que pagar<sup>47</sup>. Además de las cues-

<sup>43</sup> Vid. sobre estos aspectos F. AMARELLI, "Il conventus come forma di partecipazione alle attività giudiziarie nella città del mondo provinciale romano", in ID. (ed.), *Politica e partecipazione nella città dell'impero romano*, Roma, 2005, pp. 1-12.

<sup>44</sup> *IRPLugo 28*. La interpretación del archivo como municipal y de la ciudad de *Asturica* (RODRÍGUEZ NEILA 2005:21) no creo que sea la adecuada aquí, por las razones que acabo de citar. En este sentido comparto la opinión de LE ROUX 2004:350, que igualmente cree que deberían existir archivos permanentes tanto para los documentos administrativos como para los fiscales, cuando así era necesario.

<sup>45</sup> Vid. un análisis pormenorizado tanto del contenido como de su funcionamiento en RODRÍGUEZ NEILA 1991-1992, ID 2005: 19 ss. Sobre la conservación de la documentación en el mundo romano, MUÑIZ COELLO 1997 y 1998.

<sup>46</sup> Esto no solo lo vemos en Cicerón, igualmente Livio o Estrabón nos muestran la amplitud del concepto de *iuris dictio*, vid. sobre ello DOPICO 1986; para la interpretación jurídica de esta noción de *iuris dictio*, vid. PEPPE 1991: 68.

<sup>47</sup> *Audiuimus nihil aliud nisi imperata epikefalia soluere non posse, wñaj omnium uenditas, ciuitatum gemitus, ploratus, monstra quaedam non hominis sed ferae nescio cuius immanis. quid quaeris? taedet omnino eos uitae. (Att. 5.16). ita multae civitates omni aere*



tiones económicas también encontramos las políticas, cuando se ocupa de los abusos de los magistrados urbanos, interfiriendo claramente Cicerón en sus asuntos internos (*Att.* 6.2.5). Años más tarde el gobierno de Plinio el Joven en Bitinia también nos permite ver otros aspectos de esta jurisdicción. De nuevo podemos ver la amplitud de los asuntos tratados, que van desde los de derecho privado, religioso o penal hasta los de derecho administrativo o fiscal. Incluso Plinio no duda en examinar las finanzas de algunas ciudades, como Prusa, que han sido mal gestionadas<sup>48</sup>. Es cierto que estamos en un período diferente y en una provincia bien distinta, en la que se debe tener en cuenta la complejidad de los estatutos de las ciudades y su diferente relación con Roma. Es lógico suponer que los cambios en los asuntos a tratar los vemos no solo a través del tiempo que transcurre entre Cicerón y Plinio, sino dentro de cada provincia, pero no nos interesan aquí las cuestiones concretas sino el principio que de ello se deriva.

De todo lo que acabamos de ver observamos que la *iuris dictio* es un concepto que sobrepasa con mucho los asuntos judiciales para convertirse en la plena expresión del poder provincial, representante último de la propia Roma. Abarca todas aquellas cuestiones administrativas, económicas o judiciales que muestran la acción del Estado y limitan la autonomía local, mostrando de forma evidente que las comunidades ahora carecen de independencia, que ya no son un Estado. Todo ello, junto con otros asuntos relevantes que interesa transmitir, tendría lugar ante los representantes de las diversas comunidades indígenas convocadas en *Lucus Augusti*. No estamos viendo así más que aquello que reflejará el historiador Tácito en el enfrentamiento entre Cesennio Peto y Domicio Corbulón, cuando ambos se encargan de la lucha contra los partos en el gobierno del emperador Nerón. La rivalidad entre ellos se refleja en la acusación de Peto, que, como es habitual en el lenguaje de Tácito, nos dice mucho con pocas palabras. Después de echarle en cara a Corbulón no haber realizado grandes hazañas, le reprocha haber mentido, puesto que no había conquistado realmente las ciudades tal como aseguraba, lo que él remediaría imponiendo tributos y leyes a ese pueblo, así como el derecho romano en lugar del rey<sup>49</sup>. Siempre el *ius* como definición del poder romano en su conjunto – lo que se opone al sistema político de los bárbaros – no como una pequeña y anecdótica parte del mismo.

Todo ello está mostrando un nuevo concepto de las relaciones políticas – el *ius* frente a la *umbra regis* que señalaba Tácito – que se reflejaría igualmente en el gobierno de la propia ciudad. La información que los autores antiguos nos ofrecen sobre la vida política de las comunidades indígenas del Noroeste, la llamada cultura *castrexa*, es nula. Carecemos totalmente de referencias que describan el funcionamiento de alguna institución, jerarquía política o administración, o simplemente que la citen, aunque sea por encima, de manera similar a las que, por ejemplo, César nos proporciona sobre algunos jefes de los galos, sobre sus reuniones o asambleas para tratar cuestiones políticas o su estrategia común frente a Roma<sup>50</sup>. En nuestro caso la penuria es absoluta. Estableciendo un paralelo con las sociedades más cercanas de evolución semejante, podemos asumir ciertas características genéricas, como son la ausencia de normas escritas, permanentes y públicas y la existencia de estructuras de poder jerarquizadas pero simples. La forma de ejercer el poder en *Lucus Augusti* es totalmente diferente. La ciudad no es una comunidad jurídicamente privilegiada, ya hemos dicho que no es una colonia, y tampoco hay ninguna evidencia de que sea un municipio a pesar de que algunos investigadores lo han querido ver así, porque no conciben que una comunidad de esta importancia no reciba un estatuto privilegiado. Como bien sabemos esto no impide que su gobierno sea similar al de cualquier ciudad romana que lo

---

*alieno liberatae, multae ualde leuatae sunt, omnes suis legibus et iudiciis usae autonomian adeptae reuixerunt* (*Att.* 6.2.1). *Apameae cum essem, multarum ciuitatum principes ad me detulerunt sumptus decerni legatis nimis magnos, cum soluendo ciuitates non essent* (*Ad Fam.* 3.8).

<sup>48</sup> La clasificación de los casos en estos cuatro grupos es de GAUDEMET 1964, que analiza ejemplos de cada uno de ellos.

<sup>49</sup> *Sed neque Corbulo aemuli patiens, et Paetus, cui satis ad gloriam erat si proximus haberetur, despiciebat gesta, nihil caedis aut praedae, usurpatas nomine tenus urbium expugnationes dictitans: se tributa ac leges et pro umbra regis Romanum ius victis impositurum* (*Ann.* 15.6).

<sup>50</sup> Sobre estas instituciones vid. LAMOINE 2009: 29 ss; 67 ss.

posea<sup>51</sup>. *Lucus* tendría sus propios magistrados locales similares a los de cualquier otra comunidad, su personal administrativo público y su élite rectora, aunque no tendría que estar formada, necesariamente, por ciudadanos romanos. Pero la política ya no está personalizada, no depende tan solo del prestigio o de la influencia de determinados individuos, sino que se ejerce a través de unas normas que no sólo regularían la vida política y administrativa, sino otros aspectos de la ciudad. Probablemente, al igual que cualquier colonia o municipio, tendría unas leyes, que quizás llegarían a estar situadas en un lugar público destacado. La existencia de una administración, aunque sea local y de tamaño limitado, la normativización de la política, a través de disposiciones claras y públicas sobre las condiciones de acceso, permanencia y poderes de cada magistrado o institución, la despersonalización del poder, la elección por votación de los magistrados o la escritura de los hechos relevantes de la vida política y su publicidad, marcan un mundo ajeno a los indígenas. Por supuesto podemos pensar que esto está limitado a tan sólo una ciudad en la que parte de sus habitantes son funcionarios del poder central que no necesitan “romanizarse”, pero es evidente que son sólo un elemento menor dentro de la población total, en la que se integrarían en parte las elites locales<sup>52</sup>. Para todos los instalados aquí las formas políticas serían distintas, y a ellas tendrían que adaptarse. Son nuevas formas de ejercer el poder, de manifestarlo, un poder sometido a las nuevas condiciones de Roma. La ciudad sería así el modelo de cómo se gestionaban los asuntos al modo romano, que años más tarde se extenderían a otras comunidades indígenas no urbanizadas a partir de la concesión del *ius Latii*<sup>53</sup>.

## 8. CONCLUSIONES.

En resumen, hemos visto cómo *Lucus Augusti* fue fundada con una exacta y precisa finalidad: ser la representación del poder romano en todos sus aspectos, desde el administrativo-institucional hasta el físico. Su fundación y la fijación de su *conuentus* supusieron una fuerte e intensa intervención del Estado romano entre los pueblos indígenas. Modificó todo aquello que aquél consideraba esencial para su mantenimiento: aspectos administrativos, jurídicos y territoriales, con nuevas relaciones entre comunidades. Creó elementos colectivos de cohesión e identidad, al tiempo que ofreció nuevos modelos urbanísticos y de gobierno. La trama urbana de *Lucus Augusti*, sus edificios, formas de vida y de gobierno eran ajenos a la tradición indígena y, por el contrario, hacían visible una sociedad totalmente diferente. No creo, por tanto, que podamos sostener que los *conuentus iuridici* fueron una innovación sin importancia dentro de la política augustea, sino que más bien debemos verlos como una novedosa readaptación de fórmulas antiguas, un intento original, meditado y consciente de transformar radicalmente a los pueblos recién integrados en el Imperio Romano.

---

<sup>51</sup> La única evidencia de una institución local la proporciona una inscripción funeraria de un militar, encontrada a finales del s. XVIII, que E. Hübner solo pudo ver parcialmente y hoy en día está desaparecida, con una fórmula *DD* al final que podría ser interpretada como *Decreto decurionum* y que estaría datada en el s. III dC. En cualquier caso, recordemos que tales siglas pueden ser interpretadas con otro sentido, como el de *dono dedit* (ENCARNAÇÃO 1993: 59-64) y que la asunción de instituciones y magistrados con la misma denominación y funciones que los romanos no implica la existencia de un estatuto privilegiado como ha señalado ORTIZ DE URBINA 1996; ID. 2000: 83 ss, con numerosos ejemplos en la epigrafía y numismática.

<sup>52</sup> Se conservan algunas inscripciones de esclavos y libertos de onomástica griega que pertenecen a la administración imperial, como Saturnino, *Augusti Libertus* o L. Septimio Hermero, (*IRPLugo* 23, 27). En otras ocasiones, aunque no lo mencionan de forma expresa, probablemente pertenecían a ese grupo como es el caso de Aquilio Euprepes (*IRPLugo* 37) o de Valerio Meleager (*IRPLugo* 49). A ellos quizás habría que añadir el ya mencionado J. Rufino Leontio (n.44). En cuanto a las elites indígenas, vid n. 27.

<sup>53</sup> Sobre las consecuencias de la concesión del *Ius Latii* en Las Comunidades del Noroeste, vid. PERREIRA MENAUT 1982.

## BIBLIOGRAFÍA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (2011), La administración itinerante en la Hispania Citerior. El funcionario y su familia, in IGLESIAS GIL, J.M., RUIZ GUTIÉRREZ, A. (eds.), *Viajes y cambios de residencia en el mundo romano*, Santander, PubliCan, pp. 289-318
- ALFÖLDY, G. (1969), *Fasti Hispanienses: Senatorische Reichsbeamte und Offiziere*, Wiesbaden, Franz Steiner
- \_\_\_\_\_ (1991), *Tarraco*, Tarragona, Museu Nacional Arqueològic de Tarragona
- \_\_\_\_\_ (1994), Evergetismo en las ciudades del Imperio Romano, *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica: La ciudad en el mundo romano, Tarragona 5-11/9/1993*, Tarragona, Institut d'Estudis Catalans
- ÁLVAREZ ASOREY, R.; CARREÑO GASCÓN, M<sup>a</sup> C., GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E. (2003), *Aqua urbi. Historia do abastecemento de auga á cidade de Lugo. Traballos de Arqueoloxía I*, Lugo, Concello de Lugo
- AMARELLI, F. (2005), Il *conventus* come forma di partecipazione alle attività giudiziarie nella città del mondo provinciale romano, in *ID.* (ed.), *Politica e partecipazione nella città dell'impero romano*, Roma, L'Erma di Bretschneider, pp. 1-12
- AYERBE VÉLEZ, R., BARRIENTOS VERA, T., GARCÍA, F. P., (2009), *El foro de Augusta Emerita. Génesis y evolución de su recinto monumental*, *AespA* 53, Mérida
- BARTOLOMÉ ABRAIRA, R. (2009), O castro da Piringalla e a sua relación con *Lucus Augusti*, in DOPICO CAÍNZOS, M<sup>a</sup> D., VILLANUEVA ACUÑA, M. (eds.), *Do Castro á cidade. A Romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea, Actas do curso de actualización sobre a romanización de Galicia*, Lugo, Deputación Provincial de Lugo
- BERANGER, A. (2011), La relation du gouverneur avec les notables provinciaux: cérémonial et sociabilité, in BARRANDON, N., KIRBIHLER, F. (dirs.), *Les gouverneurs et les provinciaux sous la République romaine*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 171-187
- BROWN, F. (1980), *Cosa. The making of a Roman Town*, Michigan
- BURTON, G. P. (1975), Proconsuls, Assizes and the Administration of Justice under the Empire, *JRS* 65, pp. 92-106
- CABALLOS RUFINO, A., (2011), La Bética como referente identificador en la documentación epigráfica, in CABALLOS RUFINO, A., LEFEBVRE, S., *Roma generadora de identidades. La experiencia hispana*, Madrid, Universidad de Sevilla, pp. 185-208
- CABALLOS RUFINO, A., ECK, W., FERNÁNDEZ, F. (1996), *El senadoconsulta de Gn. Pisón padre*, Sevilla, Universidad de Sevilla
- CADIOU, F. (2006), Renseignement, espionnage et circulation des armées romaines: vers une géographie militaire de la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête, in CRUZ ANDREOTTI, G., LE ROUX, P., MORET, P. (eds.), *La invención de una geografía de la Península ibérica I: La época republicana*, Madrid, Casa de Velázquez, Centro de Ediciones de la Universidad de Málaga, pp. 135-152
- CARVALHO, H. P. A. (2008), *O povoamento romano na fachada occidental do Conventus Bracaraensis*, Tese de doutoramento da Universidade do Minho, Braga, Universidade do Minho, <http://handle.net/1822/8755>
- CORTIJO CERESO, M<sup>a</sup> L. (2007), "El papel del *conventus iuridicus* en la descripción geográfica de Plinio el Viejo. El caso bético", in CRUZ ANDREOTTI, G., LE ROUX, P., MORET, P. (eds.), *La invención de una geografía de la Península ibérica: La época imperial*, Málaga, Diputación Provincial de Málaga, pp. 271-304
- CURCHIN, L. (2007), *Corpus de ciudades romanas*, in NAVARRO CABALLERO, M., PALAO VICENTE, J. J., (eds), *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine*, Burdeos, Ausonius
- DOPICO CAÍNZOS, M<sup>a</sup> D. (1986), Los *conventus iuridici*: Origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerión* 4, pp. 265-283

- DOPICO CAÍNZOS, M<sup>a</sup> D., SANTOS YANGUAS, J., (2012), La adecuación de las entidades indígenas a la nueva administración romana: el ejemplo del Noroeste peninsular, in CRUZ ANDREOTI, G., SANTOS YANGUAS, J. (eds.), *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso Hispano, Anejos de Veleia, Acta 12*, Vitoria, Universidad del País Vasco, pp. 581-600
- ENCARNAÇÃO, José d', (1993), *Decreto decurionum* – algunas notas sobre o mecanismo decisório municipal na Hispânia romana, *Ciudad y Comunidad Cívica en Hispania (siglos II y III dC.)*, Madrid, pp. 59-64
- ETIENNE, R. (1974), *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, París, E. de Boccard
- FISHWICK, D. (1987), *The Imperial Cult in the West. Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire*, I.2, Leiden, 1987
- GAGLIARDI, L. (2006), Osservazioni in tema di domicilio degli *incolae*. La distinzione tra *incolae* di città e *incolae* di campagna in CAPOGROSSI COLOGNESI, L., GABBA, E. (edds.) *Gli Statuti Municipali*, Pavía, IUSS Press, pp. 647-672
- GASPERINI, L. (1998), Del luco sacro al luco con insediamento humano, en RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (coord.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. Actas del Congreso Internacional. Lugo 15-18 de Mayo 1996*, Lugo, Servicio de Publicacións da Diputación Provincial de Lugo, pp. 309-324
- GAUDEMET, J. (1964), La juridiction provinciale d'après la correspondance entre Pline et Trajan, *Revue Internationale des Droits de l'Antiquité*, pp. 335-353
- GOFFAUX, B. (2011), "Priest, conuentus and Provincial organisation in Hispania citerior" in RICHARDSON, J. H., SANTANGELO, F. (eds.), *Priests and State in the Roman World*, Stuttgart
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E. (2005a), *Domus Oceani. Aproximación á arquitectura doméstica de Lucus Augusti*, *Traballos de Arqueoloxía 2*, Lugo, Concello de Lugo
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E., FERRER SIERRA, S. (2005b), Sustrato poblacional prerromano del entorno de *Lucus Augusti*, in RODRÍGUEZ COLMENERO, A. et alii: *Urbs romana. As orixes da cidade de Lugo*, Lugo, Concello de Lugo
- GRAU, L., HOYAS, J. L. (2001), *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*, León, Junta de Castilla y León
- GROS, P. (2006), Le "modèle" du forum d'Auguste et ses applications italiques ou provinciales. État de la question après les dernières découvertes, in M. NAVARRO CABALLERO, M., RODDAZ, J. M. (eds.), *La transmission de l'idéologie impériale dans l'Occident romain*, Burdeos, Ausonius, pp. 115-127
- HAENSCH, R. (1997), Zur Konventsordnung in Aegyptus, und den übrigen Provinzen des römischen Reiches, in KRAMER, B., LUPPE, W. (edds.), *Akten des 21 Internationalen Papyrologenkongresses (Berlín 13-19.08.1995)*, vol. I, Stuttgart, B.G. Teubner, pp. 320-391
- HURLET, F. (2006), Les modalités de la diffusion de la réception de l'image et de l'idéologie impériale en Occident sous le Haut-Empire, in NAVARRO CABALLERO, M., PALAO VICENTE, J. J., (eds), *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine*, Burdeos, Ausonius
- HURST, H. (2000), The fortress coloniae of Roman Britain, in FENTRESS, E., *Romanization and the city, creation, transformations and failures. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50<sup>th</sup> anniversary of the excavations at Cosa, 14-16 May 1998*, *JRA, Supplementary series 38*, Portsmouth/ Rhode Island, p. 105-114
- LAMOINE, L. (2009), *Le pouvoir local en Gaule romaine*, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal
- LE ROUX, P. (1982), *L'Armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, París, Publications du Centre Pierre Paris 8
- \_\_\_\_\_ (1996), Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el Alto Imperio, *Gerión 14*, pp. 363-379
- \_\_\_\_\_ (2003), À la recherche des élites locales: Le Nord-Ouest hispanique, in CÉBEILLAC-GERVASONI, M., LAMOINE, L. (eds.), *Les élites et leurs facettes. Les élites locales dans le monde hellénistique et romain*, Coll. de l'École Française de Rome 309, Roma, pp. 171-186
- \_\_\_\_\_ (2004), La question des *conventus* dans la Péninsule Ibérique d'époque romaine, in AULIARD, Cl.,

- BODIQU, L., *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*, Rennes
- \_\_\_\_\_ (2010), *La péninsule ibérique aux époques romaines*, París, Armand Colin
- LE ROUX, P., TRANOY, A., (1983-1984), Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous domination romaine, *Portugalia* 4/5, pp. 199-207
- LINTOTT, A. (1993), *Imperium Romanum. Politics and Administration*, Londres – N. York, Routledge
- LOMAS, K. (1997), The idea of a city: élite ideology and the evolution of urban form in Italy, 200 BC-Ad 100, in PARKINS, H.M (ed.), *Roman urbanism. Beyond the consumer city*, Londres, Routledge, pp. 21-41
- MAR, R., RUIZ DE ARBULO, J. (1990), El foro de Ampurias y las transformaciones augústeas de los foros de la Tarraconense, in TRILLMICH, W., ZANKER, P. (eds.) *Stadt und Ideologie, die Monumentalisierung hispanischer Städte*, Munich, Bayerischen Akademie der Wissenschaften, pp. 145-164
- MARCOTTE, D. (2006), De l'Ibérie à la Celtique: Géographie et chronographie du monde occidental avant Polybe in CRUZ ANDREOTTI, G., LE ROUX, P., MORET, P. (eds.), *La invención de una geografía de la Península ibérica I: La época republicana*, Madrid, Casa de Velázquez, Centro de Ediciones de la Universidad de Málaga, pp. 31-38
- MARSHALL, A. J. (1964), The structure of Cicero's edict, *AJP* 85, pp. 185-18
- \_\_\_\_\_ (1966), Governors on the move, *Phoenix* 20, p. 238
- MUÑIZ COELLO, J. (1997), Elaboración, conservación y custodia de las fuentes documentales escritas, *H.Ant. XXI* 1997, pp. 403-429,
- \_\_\_\_\_ (1998), Elaboración, conservación y custodia de las fuentes documentales escritas, *H.Ant. XXII*, pp. 371-401
- NOGALES BASARRATE, T., ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M<sup>a</sup> (2010), Foros de *Augusta Emerita*: modelos en Lusitania, in NOGALES BASARRATE, T (ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana*, Mérida, pp. 231-259
- NÚÑEZ HERNÁNDEZ, S. I. (2007), Arquitectura y urbanismo en las ciudades romanas del valle del Duero: Los grandes conjuntos monumentales, in NAVARRO CABALLERO, M., PALAO VICENTE, J.J., (eds), *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine*, Burdeos, Ausonius
- ORTIZ DE URBINA, E. (1996), *Derecho latino y municipalización virtual en Hispania, Africa y Gallia, Anejos de Veleia*, Serie Acta, Vitoria, Universidad del País Vasco
- \_\_\_\_\_ (2000), *Las comunidades hispanas y el derecho latino*, Vitoria-Gasteiz, Universidad del País Vasco
- OZCÁRIZ GIL, P. (2006), *Los conventus de la Hispania Citerior*, Madrid, Dykinson
- PEREIRA MENAUT, G. (1982), Los *castella* y las comunidades de *Gallaecia*, *Zephyrus* 34-35, pp. 249-267
- \_\_\_\_\_ (1983), Las comunidades galaico-romanas. Hábitat y sociedad en transformación, en *ID.* (ed.), *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago, pp. 199-213
- \_\_\_\_\_ (1984), La formación histórica de los pueblos del Norte Peninsular: el caso de *Gallaecia* como paradigma, *Veleia* 1, 1984, pp. 271-287
- PRONTERA, F. (2006), La península Iberica nella cartografia ellenistica, in CRUZ ANDREOTTI, G., LE ROUX, P., MORET, P. (eds.), *La invención de una geografía de la Península ibérica I: La época republicana*, Madrid, Casa de Velázquez, Centro de Ediciones de la Universidad de Málaga pp. 15-29
- PEPPE, L. (1991), Note sull'editto di Cicerone in Cilicia, *Labeo* 37, pp. 13-93
- RICHARDSON, J. S. (1993), "The *tabula contrebiensis*", *JRS* 73, pp. 33-41
- \_\_\_\_\_ (2001), *Roman Provincial Administration. 227 BC to AD 117*, Bristol
- RODA, I. (1998), El papel de Agripa en la trama urbana de la época augústea, in RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (coord.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. Actas del Congreso Internacional. Lugo 15-18 de Mayo 1996*, Lugo, Servicio de Publicacións da Diputación Provincial de Lugo, pp. 275-294.



- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1996): *Lucus Augusti. El amanecer de una ciudad*, vol. I, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A., CARREÑO GASCÓN, M<sup>a</sup> C. (1992), Sobre Paulo Fabio Máximo y la fundación de Lucus Augusti in ACUÑA CASTROVIEJO, F. (coord.), *Finis Terrae. Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, Servicio de publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, pp. 389-415
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. *et alii* (2005), *Urbs romana. As orixes da cidade de Lugo*, Lugo, Concello de Lugo
- RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (1989), Liberalidades públicas y vida municipal en la Hispania romana, *Veleia* 6, pp. 135-169
- \_\_\_\_\_ (1991-1992), Archivos municipales en las provincias occidentales del Imperio Romano, *Veleia* 8-9, pp. 145-174
- \_\_\_\_\_ (2005), “*Tabulae publicae*”. *Archivos municipales y documentación financiera en las ciudades de la Bética*, Madrid, Dykinson
- SOLANA SÁINZ, J. M<sup>a</sup>, SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L. (2008), *La política viaria en Hispania, ss. I-II dC.*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico
- SAQUETE, J. C. (2006), El gobernador provincial de Lusitania y sus actividades: viajes, calzadas, *conventus* y relaciones sociales, in RODRÍGUEZ NEILA, J. F., MELCHOR GIL, E., (eds.), *Poder central y entorno imperial: la proyección pública de las élites romanas de Occidente*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, pp. 81-112
- TRANOY, A., (1981): *La Galice romaine. Recherches sur le nord-est de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, París, Difusion de Boccar
- TRILLMICH, W. – “*Colonia Augusta Emerita. Die Hauptstadt von Lusitania*”, en W. Trillmich y P. Zanker (eds.), *Stadtbild und Ideologie, Die Monementalisierung Hispanischer Städte*, Munich, 1990, pp. 299-318

## **DURIUS E LEÇA: DOIS PERCURSOS DE UM MESMO ITINERÁRIO – PROBLEMÁTICAS EM TORNO DAS ÂNFORAS HALTERN 70**

Rui Moraes<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

O estudo das ânforas recolhidas numa escavação da cidade do Porto (Aljube) e do povoado do Monte Castelo (Castro de Guifões), em Matosinhos, permite-nos tecer algumas considerações sobre dois importantes núcleos costeiros do Noroeste Peninsular.

De linha de fronteira no processo de conquista, estes núcleos, situados nas margens dos rios Douro e Leça, passaram, em época romana, a adquirir um estatuto privilegiado no contexto da navegação atlântica e no transporte e redistribuição de produtos a nível regional e local. Neste âmbito, o estudo das ânforas revelou-se muito interessante: o primeiro, por corresponder a um aterro com materiais datados da mudança da Era; o segundo, por provirem de um povoado com uma longa diacronia de ocupação ao longo de todo o período imperial. Em comum têm o facto de possuírem uma das maiores quantidades de ânforas Haltern 70 até à data documentadas em locais de consumo.

Ao longo deste estudo iremos sugerir a possibilidade de ter existido em época romana um **sistema de mercado híbrido**, relacionado com a comercialização das ânforas Haltern 70 e baseado numa estreita relação das variáveis custos de transporte/ etnicidade das populações.

**Palavras-chave:** ânforas; Haltern 70; sistema de mercado híbrido.

### **ABSTRACT:**

The study of the amphorae found in an excavation in the city of Porto (Aljube) and in the hill fort of Monte Castelo (Castro de Guifões), in Matosinhos, allows us to make some observations on two important coastal nuclei in the Peninsular Northwest.

In Roman times these nuclei, situated in the banks of the Douro and Leça Rivers, acquired a privileged status in the context of the Atlantic navigation and in the transport and redistribution of goods at a local and regional level. In this perspective, the study of the amphorae proved to be very interesting because the ones found in Aljube matched a landfill of material dated from the change of the Era while the ones found in Monte Castelo came from a settlement with a long diachronic occupation throughout all the Imperial period. Moreover, they have an interesting fact in common: they hold one of the largest quantities of Haltern 70 amphorae documented so far in places on consumption.

---

<sup>1</sup> Professor auxiliar com Agregação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CECH (Unidade I&D-CECH da FCT).

Throughout this study we will put forward the possibility that a **hybrid system of market** might have existed in Roman times. This system would have been related to the trade of Haltern 70 amphorae and would have been based on a close relationship between the variables costs of transportation/ ethnicity of the populations.

**Keywords:** amphorae; Haltern 70; hybrid system of market.

## EXISTIU UMA VERDADEIRA “VOCAÇÃO ATLÂNTICA” DOS PRIMEIROS IMPERADORES?

O estudo das ânforas recolhidas no Aljube e no povoado do Monte Castelo é revelador da importância comercial de dois grandes núcleos populacionais de época romana a norte do Douro, que funcionaram como enclaves marítimos de receção, consumo e centros de redistribuição de produtos à escala regional.

A análise comparativa destes núcleos com outros igualmente importantes situados ao longo da fachada atlântica (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 93-112; Morais, 2007, p. 99-132) sugere-nos que os primeiros imperadores dedicaram especial atenção à circulação no atlântico.

Para isso contribuíram as prévias campanhas realizadas pelos generais romanos em época republicana, ocorridas a partir do último terço do século II a. C. que, com o apoio especial da cidade de Cádiz e das suas elites, foram gradualmente controlando a rota atlântica e obtido o necessário apoio em recursos materiais e logísticos (Morais, 2007, p. 99-132).

Ainda decorrente do processo de conquista e ocupação do território, realce-se a ação de Júlio César, em particular no contexto da sua aliança com os gaditanos (com destaque para L. Cornélio Balbo), o que lhe permitiu chegar à cidade de *Brigantium* e levou à rendição das populações indígenas do Noroeste, favorecendo as futuras comunicações marítimas no eixo Norte-Sul do império e, a médio prazo, um permanente contacto com a província da Bética.

É, no entanto, com Augusto que a fachada atlântica passa a estar integrada num comércio de larga escala, fruto da intensificação do tráfego marítimo e da paulatina “romanização” dos territórios provinciais. Nesse momento, o noroeste e a costa atlântica sofreram um forte impulso económico resultante da exploração das suas riquezas mineiras que começaram a ser exploradas imediatamente após o fim das guerras cantábricas e do incremento do fluxo comercial com a exploração de outro tipo de produtos. O próprio Calígula não deixou de atender aos interesses particulares dos comerciantes romanos, tendo sido, inclusivamente, responsável por mandar construir um farol em *Gesoriacum* para ajudar a navegação comercial; o grande momento fica, no entanto, a dever-se a Cláudio que dá um grande incentivo ao comércio, para além de conquistar a *Britannia* e se proclamar vencedor do Oceano!

Ainda que possamos considerar artificial a questão da “vocalção atlântica” dos primeiros imperadores, no contexto de uma análise mais complexa da “romanização” da península, sabemos que os romanos tinham uma perceção das cidades situadas no litoral em contraposição às cidades do interior. Tal perceção está, por exemplo, implícita na obra de Plínio o Antigo que, baseado nas informações recolhidas em Varrão, refere que “para lá do Tejo, as mais notáveis cidades da costa são Olisipo, célebre pelas éguas que concebem do favónio, Salácia, cognominada *Urbs Imperatoria*, Meróbriga e, entre os promontórios Sacro e Cúneo, os ópidos de Ossonoba, Balsa e Mirtilis (trad. Guerra, 1995, p. 35).

Esta noção está igualmente presente numa fonte mais tardia, datada do século VII, por nós conhecida como a *Cosmografia* do Anónimo de Ravena (ou Revenate). Ainda que não se trate de uma fonte datada do período romano, sabemos que esta obra se baseou em fontes mais antigas. Tendo em consideração este aspeto, não deixa de ser curiosa a numeração de oito conjuntos de urbes espalhadas pelas oito divisões político-territoriais em que estava dividida a *Hispania*, dife-

renciando-se aí dois blocos: o primeiro relativo às cidades situadas no litoral, agrupando-as ao longo da fachada costeira dos dois mares, o Atlântico (Oceano) e o Mediterrâneo (Grande Mar Gálico Baleário), e as localidades nos sítios interiores, aglutinadas à volta de determinados epicentros viários e frequentemente coincidentes com as *mansiones* já conhecidas no Itinerário de Antonino.

Mas talvez a questão não deva ser assim apresentada se pensarmos que estamos a lidar com realidades distintas e muito complexas (ainda que por vezes complementares). Por um lado, temos a continuidade de cidades costeiras fundadas antes da chegada dos romanos que teriam facilitado a logística associada ao processo de conquista e posterior ocupação do território, verdadeiros entrepostos para o comércio interprovincial e regional. Por outro lado, temos a criação de cidades interiores, como *Augusta Emerita*, *Caesaraugusta* e Clunia, diretamente associadas à conquista de posições estratégicas no interior da península e situadas junto à confluência de caminhos seculares. A criação de cidades interiores deveria obedecer a uma série de requisitos previamente estabelecidos que incluíam a criação de outros centros menores mas imprescindíveis para completar o tecido administrativo. No meio destas duas realidades temos ainda outros núcleos urbanos situados em posições aparentemente interiores mas que beneficiaram de “circuitos secundários de distribuição, efetuados a partir de pontos de receção nas áreas costeiras ou alcançáveis por cursos de água navegáveis” (Fabião, 1998, p. 176), como é o caso de *Bracara Augusta* e *Aeminium*.

A existência de uma relação de simbiose e de complementaridade entre estas diferentes situações permite-nos questionar se verdadeiramente existiu uma “vocação atlântica” dos primeiros imperadores. Mas o que não pode ser negado é que a importância estratégica dos núcleos costeiros teria certamente condicionado a política dos imperadores, não apenas pelo controle administrativo dos territórios mas também pelas vantagens económicas das vias aquáticas relativamente aos transportes terrestres. Esta realidade, mais do que dependente de uma visão “atlantista” dos imperadores, teria condicionado as políticas e as visões por estes adotadas.

### **DURIUS: DE LINHA DE FRONTEIRA A IMPORTANTE ANCORADOURO**

A tomada de *Cale*, resultante da expedição de M. Perpenna em 74 a. C. e, mais tarde, a expedição de César que, segundo Dion Cássio, não se contentou em alcançar a linha do Douro, mas, perseguindo os que tinham fugido, entrou no território Galaico, indicam-nos que este rio era considerado nessa época uma linha de fronteira. A mesma indicação é-nos dada pelas fontes epigráficas, nomeadamente pelo “Bronze de Bembibre”. O documento redigido meio século mais tarde, no ano 15 a. C., apenas terminadas as guerras contra Cântabros e Astures, menciona uma *provincia Transduriana* que, independentemente do seu significado, considerava o Douro como um limite.

Com a bacia hidrográfica mais extensa de todos os rios peninsulares, o Douro (*Durius*) era navegável por grandes navios (Estr. III, 3, 4) em cerca de oitocentos estádios (correspondentes a cerca de 25 léguas, pouco menos de 150 Km), encontrando-se o primeiro ponto fixo de navegação na cidade indígena de Acontia, “... *pertencente aos Vaqueus*”, segundo as palavras de Estrabão (III, 2, 3). Este limite corresponde a Barca d’Alva, situada na atual fronteira entre Portugal e Espanha. O restante percurso era realizado a partir de barcas movidas a remo, ajudadas por velas (Apiano, Ibér. 91). Na sua desembocadura situavam-se dois grandes núcleos populacionais, o enclave marítimo de *Portus Cale* (atual cidade de Vila Nova de Gaia), na margem meridional, e o núcleo urbano de *Cale* (atual cidade do Porto), na margem setentrional, no morro da Sé do Porto ou da Penaventosa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Provavelmente, Porto era *Cale* e Gaia, *Portus Cale*; só na época suévica se terá chamado *Portus Cale* ao Porto.

O achado de estelas funerárias recolhidas em ambas as margens do Douro levaram Alain Tranoy (1995) a sublinhar o papel de comunicação e convergência desempenhado por este rio. A corroborar esta posição temos um achado encontrado fora de contexto pelo Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto. Trata-se de uma ara em granito encontrada num dos alicerces de um templo proto românico aquando da intervenção arqueológica realizada em 1987 no Castelo de S. João da Foz. Esta estela, de leitura problemática dado o profundo desgaste do campo epigráfico, teria sido dedicada às divindades aquáticas (*Aquis Magaudiis*), estando o seu carácter votivo documentado pela fórmula final, *L(ibens) V(otum) S(olvit)* (Osório, Silva, 1994, p. 91; Silva, 2000, p. 102-103). Contámos ainda com vestígios arqueológicos na margem setentrional pertencentes a uma ocupação pré-romana e romana encontrados na rua de D. Hugo (nº5), no Largo do Colégio (nº 9-12), na rua da Penaventosa (nº 45 e 39), na rua de S. Sebastião, na Casa Museu Guerra Junqueiro e ainda vestígios de ocupação exclusivamente romanos encontrados na Casa do Infante (Real, *et al.*, 1985-86; Silva, 2000, p. 99). No entanto, de todas as intervenções até à data realizadas (Silva, 2000, p. 138), são de especial relevância as escavações efetuadas no edifício do antigo Aljube, um edifício criado nos meados do século XVIII, em 1749, situado na rua de S. Sebastião (Carvalho, Guimarães, Barroca, 1996, p. 199-203). As escavações realizadas no antigo edifício do Aljube do Porto, a cargo de Joel Cleto, revelaram tratar-se de potentes aterros realizados aquando da construção deste edifício nos quais abundam distintos materiais romanos, com especial destaque para as cerâmicas importadas, representadas, entre outras, por paredes finas oriundas da Etrúria, *terra sigillata* de tipo itálica e diferentes tipos de ânforas, datáveis da mudança da Era.

### **O MONTE CASTÊLO (“CASTRO DE GUIFÕES”) NA FOZ DO RIO LEÇA**

Na Costa junto à foz do rio Leça<sup>3</sup> situava-se um dos mais importantes ancoradouros do Noroeste peninsular, graças à existência de escolhos exteriores que funcionavam como um quebra-mar natural. Estes escolhos, atualmente conhecidos como os Leixões da foz do Leça, fazem atualmente parte de um porto oceânico, depois de afeiçoada a sua costa marítima. A característica deste local, com a configuração natural de abrigo, juntamente com os Cavalos de Fão, em Esposende e a Ínsua de Caminha, foi já devidamente realçada em 1943 num trabalho realizado por J. O. Boléo e, mais recentemente, por M<sup>a</sup> Luísa Blot (2003, p. 48 e 61). Citando Daveau (1995), esta última autora (Blot, 2003, p. 113) refere a sua importância, destacando a transferência das principais funções portuárias para Leixões, em detrimento do porto fluvial no Douro, pelo facto deste último apresentar um estuário de dimensões inferiores, de possuir uma barra incerta e um porto fluvial inseguro em situação de cheias, contrário às exigências da modernidade. Destes dados se infere afinal que o porto ideal estava já delineado nas pedras conhecidas por “leixões”, que funcionavam, como referimos, como abrigo natural ao largo da pequena foz do Leça. Sem necessariamente ter existido um local de atracadouro, as maiores embarcações deviam arribar a Leixões para esperarem a entrada na caprichosa barra do Douro. As embarcações mais pequenas podiam ainda descarregar diretamente no areal, na margem sul.

De acordo com a transcrição de uma obra datada de 1666 e publicada por Guilherme Felgueiras em 1958 na Monografia de Matosinhos (Felgueiras, 1958, p. 751), sabemos que o rio Leça era navegável pelo menos até à antiga ponte de Guifões, nas proximidades do povoado com o respetivo nome: *“Navegavase nos tempos antepassados da sua fóz até a Ponte de Guifões,*

---

<sup>3</sup> Contrariando a historiografia tradicional, Amílcar Guerra (1996, p.147-61) propôs a identificação deste rio com o célebre *Léthes* referido nas fontes literárias. Se aceitarmos esta localização teríamos que situar a passagem de D. Júnio Bruto com as suas tropas junto à foz deste rio.



*que nos fica mais assim: mas como esta passagem devassava o nosso recolhimento, a prohibi-  
raõ os Reis. Ficou depois impedida com o assude das azenhas, que se fizeraõ abaixo, cujas con-  
dições, que nos importavão muito, nunca forão bem guardadas. Saõ agora do Colegio da  
sagrada Companhia de Jesu no Porto, com o qual fizemos este concerto; que avendo de meter  
pera serviço dellas na sua caldeira barco, andarã nelle hu Padre, qué nos vigie, & defenda a clau-  
sura: mas nem elle se ha mister pera isso, nem convém que os Padres a essa conta padeçaõ  
tanto trabalho”.*

Aí fica situado o maior dos três povoados do curso deste rio, conhecido pelo nome de Monte Castelo ou Castro de Guifões. Está posicionado na margem esquerda do curso fluvial do Leça, muito próximo de uma zona que antes da construção do Porto de Leixões era ainda de estuário. Segundo Joel Cleto e Manuel Varela (2000, p. 142-43) esta localização privilegiada facilitou, desde cedo, a sua actividade comercial, sendo o principal entreposto em direção a outros importantes povoados na bacia do rio e, inclusivamente, “lugar central” de outros pequenos aglomerados existentes nas proximidades.

## AS ÂNFORAS DO ALJUBE

No total de ânforas<sup>4</sup> até à data recolhidas nas escavações da cidade do Porto destacam-se as ânforas do Aljube. Da análise macroscópica à lupa binocular constatamos que, com exceção de dois fragmentos de bordo enquadráveis no tipo Dressel 1 A de produção campana, nº A 1 (0,2%) e Dressel 7-11 de produção mauritana (nº A 49), (0,2%), a meia centena de ânforas recolhidas no Aljube são de produção peninsular.

Como se pode constatar no quadro e histograma I, predominam as produções béticas, com 336 exemplares (73,5%)<sup>5</sup>, relativamente às produções lusitanas, com 120 exemplares (26,3%).

As produções béticas, com exceção dum fragmento de tipo Dressel 7-11 de produção mauritana que incluímos no âmbito do círculo gaditano, e nove fragmentos de fabrico gaditano – um exemplar do tipo Dressel 10 C, nº A 50 (0,2%) e oito do tipo Dressel 7 A, nº A 51-54 (1,8%) são oriundas do Guadalquivir.

Saliente-se no entanto que, do conjunto das 326 ânforas atribuíveis ao Guadalquivir, 300 (65,6%) estão exclusivamente representadas pela forma Haltern 70 (Morais, Carreras Monfort, 2004, p. 93-112). As restantes repartem-se por vinte ânforas de fundo plano do tipo *urceus* (4,4%), quatro do tipo Dressel 20 “precoce” (0,9%) e duas, muito fragmentadas, provavelmente dos tipos Lomba do Canho 67 (0,2%) e Dressel 7 (0,2%).

As ânforas Haltern 70 recolhidas no Aljube integram-se numa série monótona muito frequente na transição da Era, que se caracteriza por possuir um colo alto e estreito que termina num bordo ligeiramente esvasado, cuja junção com a parede externa forma um ângulo nítido, nº A 2-3 (Puig, 2004, p. 28-31, figs. 26a e 28a). Como é habitual neste tipo de ânforas, não podiam deixar de estar presentes os característicos bicos fundeiros com grafitos realizados *ante cocturam*, classificáveis em três grupos: numerais (nº A 6-7), siglas ou letras nº A 8-12, e de tipo indeterminado nº A 13-14 (Rovira, Marimon, 2004, p. 70-73). A análise detalhada destes materiais permitiu ainda recolher um fragmento de parede com um *titulus* grafado a vermelho nº A15, provavelmente pertencente a uma inscrição secundária (Aguilera Martín, 2004, p. 59). De especial interesse, para além de um número reduzido de opérculos de diferentes tamanhos afeiçãoados a partir de fragmentos de parede deste tipo de ânforas, nº A 16-22, é a presença de 185 opérculos de pasta fina calcária característica dos fabricos gaditanos, com diâmetros que variam entre 70 e

<sup>4</sup> Na quantificação, a metodologia adoptada considera os bordos, fundos e asas, inteiros ou fragmentados, a partir dos quais se calcula o número mínimo de indivíduos (N.M.I.), de acordo com o *Protocole de quantification des céramiques* (1998).

<sup>5</sup> Aqui incluímos o fragmento Dressel 7-11 de produção mauritana.

90 mm, cuja presença apenas se justifica se os encarmos como tampas de ânforas Haltern 70, nº A 23-32. A ser verdade, estamos perante uma questão particularmente interessante: a da possibilidade de algumas Haltern 70 transportarem produtos gaditanos, num contexto de uma certa autonomia de determinados centros oleiros, cuja actividade manufatureira independente os levaria a beneficiar do escoamento dos seus produtos para as costas da Andaluzia.

Uma das novidades do conjunto de ânforas recolhidas no Aljube corresponde à identificação de ânforas de fundo plano, de tipo *urceus*, cuja proveniência bética coloca uma questão muito interessante: a da existência de contentores com morfologias idênticas a ânforas vinárias gálicas e da sua comercialização não só a nível local mas também a longa distância, nº A 33-44 (Morais, 20007:401-415). Estas ânforas, já identificadas noutros locais da península (Morais, 2007, p. 401-415), possuem uma pasta calcária idêntica à dos almofarizes e algumas cerâmicas comuns da bética identificadas no atual território português (Pinto, Morais, 2007, p. 235-254) e encontram fortes afinidades com o fabrico descrito por E. Garcia Vargas para as ânforas Dressel 28 e Dressel 20 recolhidas num centro produtor de Hispalis, documentado nos pátios interiores do antigo “Hospital de las Cinco Llagas” (García Vargas, 2000, p. 247-48). A exceção corresponde a um fragmento de fundo de pasta creme/acastanhada, característico das produções do alto e médio Guadalquivir (nº A 45). No entanto, como devidamente fizemos salientar (Morais, 2007, p. 401-415), as afinidades com as produções gálicas e a presença de resina, nalguns exemplares, leva-nos a pensar que se trata de contentores vinários. Estes estavam muito possivelmente destinados a fazer escoar os produtos vínicos referidos nas fontes, como se atesta nas referências de Estrabão (III, 2, 6) e Columela (Praef. I, 20). A presença deste tipo de ânforas, junto com outros materiais enquadráveis na mudança da Era, encontra, por outro lado, paralelos noutros locais já identificados na Península, com particular destaque para o conjunto recolhido no Castelo da Lousa, Concelho de Mourão, Évora (Morais, 2007, p. 401-415).

As restantes produções béticas oriundas do Guadalquivir estão representadas por ânforas ovoides tardo-republicanas que perduram até à mudança da Era. Como referimos, estas estão representadas por dois bordos muito fragmentados, respetivamente enquadráveis nos tipos Lomba do Canho 67 e Dressel 7 (não ilustrados), e quatro bordos de ânforas oleícolas Dressel 20 “preoces”<sup>6</sup>, nº A 46-48, que possuem um característico bordo amendoado, iguais a alguns exemplares documentados no atual território português (Fabião, 1989; 1998), na Catalunha (Berni Millet, 1997, p. 28, Fig. 4; 170, Fig. 19) e na Bética (García Vargas, 1998, p. 385, Fig. 67, nº 1).

As produções lusitanas estão, como referimos, representadas por 120 exemplares (26,3%). Trata-se uma produção precoce de ânforas na Lusitânia que possui fortes afinidades com ânforas de morfologia bética, em particular ânforas de tipo ovoide, nº A 55-59 e nº A 60-66. A identificação no atual território português e na Galiza de diversos contextos arqueológicos de cronologia tardo-republicana ou augustana com ânforas deste tipo permitiu corroborar a cronologia precoce destas produções e redimensionar a sua importância no contexto das produções lusitanas (Morais, 2004, p. 36-40). Na verdade, dada a quantidade, dispersão e diversidade de formas até à data identificadas, não tem sentido evocá-las como representativas de um qualquer período experimental (ou de tentativas incipientes), mas antes o resultado de uma verdadeira fase inicial de produção (Morais, Fabião, 2007, p. 127-133). Apesar do estado de fragmentação, a comparação com outros materiais recolhidos no atual território português e Galiza, permite sugerir a existência de diferentes tipos, não restando dúvidas acerca da produção de ânforas ovoides e de outras formas análogas às ânforas Dressel 7, nº A 67-71, e Haltern 70, nº A 72-76 (*id. ibidem*), com um fabrico caracteristicamente lusitano, afim às produções do Sado-montante<sup>7</sup> e integradas na Forma 12 da tipologia

<sup>6</sup> Nomenclatura utilizada por A. Desbat e S. Lemaître para as ânforas oleárias importadas em Lyon (2000, p. 793-815). Noutros autores são igualmente conhecidas por Dressel 25, Oberaden 83, Dressel 20 A; Haltern 71, Classe 24 e Tipo A.

<sup>7</sup> A pasta apresenta abundantes inclusões de quartzos arredondados idêntica às produções registadas nas ânforas do vale do Sado (ver Mayet, Schmitt, Silva, 1996, p. 163)

de Dias Diogo. Dos 120 exemplares referidos, cerca de metade possuem fabricos e formas conhecidos nas produções do Morraçal da Ajuda, em Peniche (Cardoso, Rodrigues, 2005, p. 87)<sup>8</sup>. Como se pode ver pelos desenhos, estão mais uma vez presentes as formas ovoides, nº A 87-88, e as formas afins aos tipos Dressel 7, nº A 89-90, e Haltern 70, nº A 91-92.

A acompanhar estas produções, constam ainda numerosos opérculos (cerca de uma centena), com diâmetros compatíveis com as formas referidas, e alguns fragmentos de fundo (que encontram correspondência formal com as formas identificadas), com fabricos comuns às produções lusitanas, nº A 77-86, e de Peniche, nº A 94-108. De entre estes destaquem-se dois fragmentos de fundo grafitados com as letras S, nº A 83 e R, nº A 106, o último dos quais com um fabrico atribuível às produções de Peniche.

A identificação de mais de meia centena de exemplares afins às produções documentadas no Morraçal da Ajuda, parece vir confirmar a suspeita de que este centro produtor teria iniciado a sua laboração, pelo menos, a partir da mudança da Era (*id. ibidem*). A quantidade de exemplares recolhidos no Aljube permite pensar que este centro fabricava não só para consumo local mas também à escala regional ou mesmo interprovincial. Ao conjunto de ânforas atribuídas a este centro, recolhidas no Aljube, acrescenta-se ainda um fragmento da parede superior de uma bilha, nºA 93, certamente comercializada no mesmo âmbito.

## AS ÂNFORAS DE MONTE CASTÊLO (CASTRO DE GUIFÕES)

De entre os materiais recolhidos nas várias campanhas de escavação realizadas por Joaquim Neves dos Santos, nas décadas de 50 e 60 do século passado, e mais recentemente, em intervenções realizadas entre 1993 e 1998, pelo Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara de Matosinhos sob a responsabilidade de Joel Cleto e Manuel Varela, cabe destacar as ânforas, não só pela quantidade, mas também pela sua diversidade.

Dada a longa diacronia de ocupação deste povoado, estão aí representadas ânforas datáveis de todo o período imperial. Como pode constatar no quadro e histograma II, das 291 ânforas documentadas apenas duas são de produção itálica, sendo as restantes exclusivamente de produção peninsular.

À parte de alguns fragmentos indetermináveis de parede, as ânforas itálicas estão representadas por dois fragmentos de produção campana: um colo e bordo com início de arranque de asa atribuível ao tipo Dressel 1 A, nº B 1 (0,3%), e um fragmento de asa bífido do tipo Dressel 2-4, nº B 2 (0,3%).

As produções peninsulares estão maioritariamente representadas por ânforas béticas, com 257 exemplares (total, 88,3%), seguidas das produções lusitanas com 26 exemplares (total, 8,9%). Em menor número figuram as produções regionais e locais: as primeiras, com 5 exemplares (1,7%), com formas e fabricos afins às produções de San Martiño de Bueu<sup>9</sup> (Pontevedra); as segundas representadas pela parte superior de um exemplar de fundo plano (0,3%).

Como seria de prever, predominam as ânforas béticas Haltern 70, com 244 exemplares (80,8%), uma das maiores concentrações deste tipo de ânforas no Império romano (Morais, Carreras, 2004, p. 93-112). Contrariamente às ânforas Haltern 70 do Aljube, exclusivamente representadas por variantes datáveis da mudança da Era, no Monte Castêlo registam-se diferentes variantes desta forma, maioritariamente distribuídas pelas variantes da mudança da Era, nº B 3-4,

<sup>8</sup> O fragmento do Aljube tem uma pasta de cor vermelha de tons arroxeados (Munsell 2.5 YR 5/4 e 5/8) e, à semelhança das ânforas atribuídas a um período inicial deste centro produtor (Cardoso, Rodrigues, 2005, p. 87), possui um espesso engobe esbranquiçado na parede externa.

<sup>9</sup> Neste centro produtor, datável a partir do século II, foram identificados fornos de planta circular irregular e câmara de combustão central, uma fábrica de salgas (com um conjunto de seis tanques de salga) e parte das edificações anexas (armazéns e oficinas). Agradecemos estas informações a Frutuoso Díaz Garcia que amavelmente colocou à nossa disposição esta informação.

e variantes de cronologia júlio-claudiana, nº B 5-6. Ainda que em menor proporção do que no Aljube do Porto, no Monte Castelo registam-se ainda fragmentos de fundos com grafitos (nº B 7) e opérculos afeiçoados a partir da parede de ânforas deste tipo, nº B 8.

À parte das ânforas Haltern 70, as restantes produções béticas possuem fabricos característicos do Guadalquivir e zona costeira. As ânforas produzidas no Guadalquivir estão representadas por 3 exemplares vinários de tipo *urceus*, nº B 9-10 (1%) (*supra*), 6 exemplares oleícolas do tipo Dressel 20 (2,1%), datáveis da 1ª metade do século I, nº B 11-13, à 1ª metade do século III, nº B 14, e um exemplar para o qual não encontramos paralelo, nº B 15 (0,3%). As ânforas fabricadas na zona costeira, com pastas de grão fino comuns às produções da região gaditana, correspondem a 12 exemplares piscícolas. Destes, 10 são ânforas datáveis da mudança da Era a inícios do período imperial e encontram-se repartidas por 1 fragmento do tipo Maña C2b (Tipo 7.4.3.3. de Juan Ramón), nº B 16 (0,3%), 2 fragmentos do tipo Dressel 7 C, nº B 17-18 (0,7%), e 7 fragmentos genericamente integráveis no tipo Dressel 7-11 (2,4%), nº B 19-21, possivelmente do tipo Dressel 8, nº B 19, e Dressel 9, nº B 20 (entre outros, García Vargas, 1998, p. 77-87; p. 164-167; p. 353, Fig. 35). Do Baixo-império apenas se recolhem fragmentos de asas provavelmente pertencentes a duas ânforas do tipo “Almagro 50” / Keay XVI (1,7%) (não ilustradas).

À semelhança das produções béticas, as ânforas lusitanas, com 26 exemplares (8,9%), estão presentes com produções alto e baixo imperiais. Mais uma vez predominam as produções alto imperiais. Com exceção de 1 fragmento de bordo integrável nas produções precoces da Lusitânia, afim à forma Dressel 7, nº B 22 (0,3%), e 4 exemplares tardios atribuíveis à forma Almagro 51 C, nº B 27 (1,4%), os restantes fragmentos, correspondentes a 21 exemplares, pertencem à forma Dressel 14 (7,2%), nas suas diferentes variantes, nº B 23-26. A estes acrescenta-se, ainda, 1 fragmento de opérculo que – pelas características do depósito, da pasta e do diâmetro – nos fazem crer que possa ter pertencido a uma ânfora do tipo Dressel 14, nº B 28.

Um dos mais importantes contributos das ânforas recolhidas no povoado de Monte Castelo corresponde às referidas ânforas baixo imperiais de produção regional, afins a formas fabricadas no forno galego de San Martiño de Bueu (Pontevedra). A sua produção regional, inequivocamente demonstrada por estudos arqueométricos e pela identificação daquele centro produtor (Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415), é extremamente interessante na medida em que pela primeira vez se documenta uma produção de ânforas a norte do Douro e permite corroborar a presença, cada vez mais consistente, de importantes vestígios de fabricos de salga na *Hispania Citerior* (Cleto, 1995-96, p. 38; Beltrán, 2000a, p. 457, Fig. 2). Estas ânforas, previamente designadas por Forma Regional II (Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415), parecem-nos diretamente inspiradas na variante C da forma “Almagro 50” / Keay XVI bética. Para além de 5 exemplares recolhidos no povoado do Monte Castelo, nº B 29-33, estas ânforas têm vindo a ser documentadas em diferentes sítios do Noroeste peninsular (Porto; Tongóbriga; Castro de Santa Tecla, Castro de Vigo, Paxón, Monte Castro, Pontevedra), com destaque para um exemplar de perfil completo (fragmentado em parte da metade superior), nº B 35, recolhido no mar por pescadores de La Guarda em frente a Matosinhos e atualmente em exposição no Museu de Santa Tecla, La Guarda, Pontevedra (Díaz Alvarez, 1984, p. 63-64; Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415).

Um interessante complemento à importação de ânforas neste povoado, está representado pela presença de uma ânfora de fundo plano integrável nas produções locais registadas no atual Norte de Portugal (Braga, Mózinho e *Tongobriga*) (Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415). Trata-se da parte superior de um exemplar, integrável no Módulo II deste tipo de ânforas, datáveis a partir do período médio imperial, nº B 34. Como oportunamente fizemos realçar, a presença de ânforas de fundo plano é importante na medida em que pressupõe, ainda que indiretamente, a produção de vinho na região e, talvez, a generalização do seu uso ligado a redes locais e regionais de distribuição no seio de uma nova sociedade provincial, já plenamente “romanizada”.

## UM SISTEMA DE MERCADO HÍBRIDO SUGERIDO NA COMERCIALIZAÇÃO DAS ÂNFORAS HALTERN 70

Como resulta da análise do mapa de cálculo de densidades das ânforas Haltern 70 no Império romano (programa IDRISI 4.1<sup>10</sup>), constata-se uma forte concentração destas ânforas na fachada atlântica e, em particular, no Noroeste Peninsular (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 111). Do elevado número de sítios referidos destacam-se aqueles retratados no nosso itinerário I e II: a cidade do Porto e Monte Castelo. O primeiro, como vimos, com uma particular concentração de ânforas recolhidas nas escavações do Aljube, possui a maior densidade de ânforas Haltern 70 até à data registada no império romano, com cerca de 364.697 cg/m<sup>2</sup>; o segundo, com cerca de 129.737 cg/m<sup>2</sup>, figura em terceiro lugar, apenas suplantado pelo sítio bético de Celti (Peñaflor), cuja densidade elevada faz pensar tratar-se de um centro de produção (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 110-112 e nota 117).

Naquele estudo, sugerimos ter existido uma grande coerência entre aquelas densidades com as boas comunicações marítimas e fluviais, seguindo os itinerários que se dirigiam às explorações auríferas do Noroeste e os acontecimentos militares e, como tal, preferencialmente destinadas ao abastecimento dos exércitos nas primeiras décadas do período imperial (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 112).

Podemos ainda pensar no pressuposto de um sistema de abastecimento direcionado e a baixo custo na comercialização das ânforas Haltern 70, de acordo com o princípio da maximização de uma economia de mercado (Dicken, Lloyd, 1990, p. 181-184, apud. Carreras Monfort, 1999, p. 94), apenas comparável ao sistema anonário das ânforas Dressel 20. A explicação plausível para esta situação pode estar relacionada com a existência de um **sistema de mercado híbrido**, numa estreita relação das variáveis custos de transporte/etnicidade das populações autóctones<sup>11</sup>. Um argumento a favor deste sistema é-nos sugerido pelos nomes recolhidos nos *tituli picti* e em marcas de ânforas Haltern 70 e Dressel 20. Referimo-nos aos *tituli* com nomes de *Q(uinti) VRITTI REVOCATI* e *M. VALERI EVPHEMI* (Colls et al, 1977; Manacorda, 1977, p. 131, Fig. 1 (CIL IV, 9611); Beltrán-Lloris, 2000<sup>a</sup>, p. 324; p. 331, nota 86) e às marcas *CFVFAVITTI*, presentes em ambos os tipos (Carreras Monfort, 2001, p. 425-442). Tal facto parece indicar, ainda que indiretamente, uma estreita relação entre as modalidades de produção destas ânforas e as características da produção agrícola e sua comercialização. Ou seja, à semelhança das ânforas Dressel 20, a produção de ânforas Haltern 70 teria obedecido a um claro projeto de exportação e implicado a criação de uma forma padronizada, produzida em grandes quantidades e em diferentes regiões da Bética, especialmente no vale do Guadalquivir.

A relação de complementaridade das ânforas Haltern 70 com as ânforas Dressel 20, parece, no entanto, estar presente mesmo antes da instituição do sistema anonário. Na verdade, é extremamente sugestiva a observação de C. Carreras Monfort (2004, p. 118), quando a propósito da forte concentração das ânforas Haltern 70 em Xanten no período de Augusto, refere que estas vão sendo gradualmente substituídas pelo aparecimento das primeiras ânforas oleárias do tipo Dressel 20 “arcaicas”.

Nestas circunstâncias parece-nos de aceitar que, pelo menos a partir de Augusto, se criaram as condições necessárias para a manutenção de um sistema de abastecimento híbrido, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro sistema anonário de cariz estatal que se iniciava com a comercialização das ânforas Dressel 20.

Os responsáveis pelo escoamento e comercialização dos produtos oleários béticos, que

<sup>10</sup> Cálculo quantitativo das densidades de ânforas divididas por extensão da área escavada. Para uma discussão sobre a idoneidade deste método consultar Carreras Monfort (2000a, p. 45-62).

<sup>11</sup> Sobre a questão do consumo de vinho e seus derivados nas populações do Noroeste peninsular veja-se, Morais e Carreras Monfort, 2003, p. 104-106.



agora beneficiavam de um sistema de abastecimento aos exércitos e à cidade de Roma, criaram certamente condições para a manutenção de um sistema híbrido de abastecimento, mantendo a exportação de outro tipo de produtos (piscícolas, vinários e seus derivados) integrado ou não no regime estatal (como, por exemplo, parece constatarem outro tipo de ânforas béticas que têm vindo a ser recolhidas no *Testaccio*), (Carreras Monfort, 1999, p. 91-98)<sup>12</sup>.

Na verdade, como se comprova pelos inúmeros vestígios recuperados em meio aquático e em escavações terrestres, continuavam a chegar às províncias grandes quantidades de produtos béticos<sup>13</sup>. A situação apenas se altera quanto ao abastecimento das ânforas Dressel 20 ao longo da fachada atlântica e, em particular, no noroeste peninsular, que, não sendo inexpressivas (Fabião, 1993-94, p. 219-245), não atingem o volume documentado noutras paragens.

Esta questão, dada como insolúvel até à data (Morais, 2005), pode ter uma explicação simples, exclusivamente relacionada com o sistema de abastecimento anónimo: a rota atlântica – certamente intensificada com a conquista da *Britannia* e estrategicamente utilizada no abastecimento dos exércitos e das populações –, parece ter sido menos frequentada no que respeita ao abastecimento de azeite bético. Não se trata, naturalmente, de desvalorizar a importância desta rota, mas de apenas tentar perceber o porquê da presença proporcionalmente pouco significativa destas ânforas nesta região, quando comparada com as outras regiões beneficiárias das rotas tradicionais de abastecimento da *annona*. Um estudo realizado por C. Carreras Monfort (2001, p. 425-442), a propósito da distribuição das marcas *C. SEMPRONI POLYCLITI e III ENNIORVM IVLIORVM*, vem corroborar a opinião de que o aprovisionamento de azeite bético às legiões e à cidade de Roma estava estruturado com uma série de rotas previamente definidas, com destaque para as rotas de distribuição tradicionais que seguiam o eixo Reno-Ródano e o istmo gaulês e em direção a Roma, o maior mercado de consumo da antiguidade.

Como tivemos oportunidade de sugerir no contexto das ânforas Haltern 70 do Aljube, poderemos igualmente pressupor que neste sistema de mercado híbrido, teria exigido uma complementaridade entre alguns centros oleiros do Guadalquivir e determinadas zonas produtoras da costa andaluza que recorriam a contentores vazios do Guadalquivir para fazer escoar os seus produtos. Dito de outro modo – e a ser verdade – estaríamos perante uma questão particularmente interessante, a da possibilidade de algumas Haltern 70 transportarem produtos gaditanos, num contexto de uma certa autonomia de determinados centros oleiros, cuja actividade manufactureira independente os levaria a beneficiar do escoamento dos seus produtos para as costas da Andaluzia. Esta possibilidade ganha alguma consistência se pensarmos que estamos perante um contentor atípico, usado para o transporte de uma diversidade de produtos da Bética, tal como nos documentam os *tituli picti* que mencionam os produtos derivados do vinho (*defrutum, sapa*), de produtos oleícolas (*olivae*) e de salgas (*muria*) (Aguilera, 2004, p. 119-120; Carreras Monfort, 2003, p. 117). A corroborar estes conteúdos temos ainda a presença em ânforas Haltern 70 de restos de resina no interior (Colls et al., 1977; Chic García, 1980; Juan-Treserras, Carlos Matamala, p. 2003, p. 165-166; Morais, 2004, p. 545-565), restos de grainhas de uva (Chic García, 1980; Juan-Treserras, Carlos Matamala, p. 2004, p. 165-166), restos de caroços de azeitonas (Liou, Domergue, 1990, p. 29, Nieto et al., 1989; Liou, 2000, p. 1063) – complementados pelas recentes análises de fotalitos num exemplar deste tipo (Juan Tresseres, 1998, p. 88) –, e restos de ictiofauna (Fitzpatrick, 1989).

Estes dados bastam para demonstrar que as ânforas Haltern 70 eram usadas para o transporte de uma diversidade de produtos, entre os quais, produtos marinhos, como por exemplo a

---

<sup>12</sup> O conhecimento das ânforas mais antigas do *Testaccio* ainda está por realizar dado que ainda não se escavaram níveis do século I nem dos inícios do século II (Carreras Monfort, 2001, p. 425). É, no entanto, possível que nestes extratos venham a ser documentadas ânforas béticas ou de outras proveniências, à semelhança de outros registos coetâneos conhecidos no império romano.

<sup>13</sup> A vitalidade deste comércio está também documentada em todo o percurso costeiro da fachada atlântica, com particular destaque para a manutenção da importação de grandes quantidades de Haltern 70 até ao período flávio (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 93-112; Morais, 2004, p. 545-565; Morais, 2005).

*muria*, uma solução salina utilizada na preparação de molhos e salgas de peixe, resultante da fermentação das vísceras e guelras de atum, misturadas com o sangue e outros líquidos provenientes do mesmo peixe. A proximidade de uma das regiões produtoras de ânforas Haltern 70, a região das Marismas situada no Baixo Guadalquivir – uma região onde existia uma importante laguna com uma economia diversificada, conhecida por *Lacus Lagustinus* (Carreras Monfort, 2000b, p. 419-426) –, da região gaditana é, por si só, sugestiva da possibilidade de algumas Haltern 70 terem sido utilizadas para o transporte de produtos diversificados, alguns dos quais possivelmente de origem gaditana. Assim se explicaria a presença destacada dos opérculos de fabrico gadatino recolhidos no Aljube do Porto apenas quantitativamente justificáveis pela presença igualmente destacada das ânforas Haltern 70. Assim se explicaria, igualmente, a produção de ânforas Haltern 70 na baía de Cádiz em Puente Melchor (García Vargas, e Lavado Florido, 1995; Lagóstena Barrios, 1996; García Vargas, 1998) e na baía de Algeciras em Venta del Carmen (Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 1998a; 1998b; 2000) e, como vimos, a sua imitação precoce em centros de produção lusitanos associados à produção de preparados piscícolas (Morais e Fabião, 2007, p. 127-133). Na verdade, será mais fácil pensar que estas produções imitaram um tipo de contentor que se sabia transportar uma diversidade de produtos, cujo tipo era bem conhecido nos mercados de distribuição e consumo, em particular na fachada atlântica peninsular.

## BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que acabamos de realizar sobre as ânforas do Aljube e do Monte Castelo, vem mais uma vez demonstrar a importância da rota atlântica no abastecimento e nos contactos regulares por via marítima, em particular com a província Bética. A presença de outros materiais, desde cerâmicas finas de origem itálica a cerâmicas comuns oriundas da bética, são, por si só, fortes indicadores da plena integração desta região no Império romano e dos contactos comerciais regulares com o Sul da Península Ibérica e o mundo mediterrâneo.

Menos evidentes são, no entanto, as diferentes questões e propostas aqui apresentadas. Mais do que tentativas para resolver problemáticas, servem para abrir novos caminhos e discussões que esperamos despertem a vontade para o estudo das ânforas, ainda por realizar na maior parte das estações arqueológicas do atual território português. Pretendemos ainda dar um contributo para o estudo das ânforas que têm vindo a ser documentadas em diversas estações a Norte do Douro.

## NOTA FINAL

Este texto data de 2008 mas por razões alheias ao autor nunca chegou a ser publicado. Salvo algumas pontuais correções apenas nos limitamos a adequá-lo às normas do novo acordo ortográfico. Entre outros dados a atualizar constam aqueles relativos às chamadas ânforas de tipo *urceus* que encontram paralelos em formas completas provenientes do naufrágio augustano de Sud-Perduto 2 (Cabo Bonifácio) e já possuem resultados analíticos que revelam uma proveniência bética e um conteúdo vínico, tal como se tinha sugerido<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Morais, R. (2013: 313-315). Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*.

## CATALOGO

### ALJUBE

- A1 · Dressel 1 C. Origem: Itálica (Campânia). Diâmetro: 16,2 cm. Nº 13426.
- A2 · Haltern 70. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 15,5 cm. Nº 13609.
- A3 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 13608.
- A4 · Id. Nº 25257.
- A5 · Id. Nº 17394
- A6 · Id. Grafito: numeral (I). Nº 8329.
- A7 · Id. Grafito: numeral (X). Nº 8326.
- A8 · Id. Grafito: sigla ou letra (A?). Nº 16104.
- A9 · Id. Grafito: sigla ou letra (D). Nº 16103.
- A10 · Id. Grafito: sigla ou letra (M). Nº 25252.
- A11 · Id. Grafito: sigla ou letra (N). Nº 25255.
- A12 · Id. Grafito: sigla ou letra (S). Nº 16407.
- A13 · Id. Grafito: indeterminado. Nº 8328.
- A14 · Id. Grafito: indeterminado. Nº 22002.
- A15 · Id. Titulo picti: indeterminado. Nº 23679.
- A16 · Id. Diâmetro: 10,2 cm. Nº 17478.
- A17 · Id. Diâmetro: 9,8 cm. Nº 18731.
- A18 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 23791.
- A19 · Id. Diâmetro: 7,8 cm. Nº 23832.
- A20 · Id. Diâmetro: 8 cm. Nº 11086.
- A21 · Id. Diâmetro: 4,8 cm. Nº 4701.
- A22 · Id. Diâmetro: 5,4 cm. Nº 18303.
- A23 · Haltern 70?. Origem: Bética (Cádis). Diâmetro: 8,2 cm Nº 18137.
- A24 · Id. Diâmetro: 8,3 cm. Nº 18138.
- A25 · Id. Diâmetro: 8,2 cm. Nº 9502.
- A26 · Id. Diâmetro: 8,4 cm. Nº9506.
- A27 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 9510.
- A28 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 14798.
- A29 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 14799.
- A30 · Id. Diâmetro: 7,5 cm. Nº 22763.
- A31 · Id. Diâmetro: 8,4 cm. Nº 33420.
- A32 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 33444.
- A33 · Tipo urceus. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 12 cm Nº 29912.
- A34 · Id. Diâmetro: 14 cm. Nº 8307.
- A35 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 8308.
- A36 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 13600.
- A37 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 29910.
- A38 · Id. Diâmetro: 11 cm. Nº 25260.
- A39 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 13614.
- A40 · Id. Diâmetro: 13 cm. Nº 26213.
- A41 · Id. Diâmetro: 11 cm. Nº 29956.
- A42 · Id. Diâmetro: 11 cm. S/Nº.
- A43 · Id. Diâmetro: 16 cm Nº 6481.
- A44 · Id. Diâmetro: 14,5 cm Nº 13636.
- A45 · Id. Diâmetro: 16,5 cm Nº 14744.

- A46 · Dressel 20 “precoces”. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 15,5 cm. Nº 13355.  
A47 · Id. Diâmetro: 13,3 cm Nº 25150.  
A48 · Id. Diâmetro: 15,7 cm Nº 25142.  
A49 · Dressel 7-11. Origem: Mauritana. Diâmetro: 22 cm. Nº 29962.  
A50 · Dressel 10 C. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 20 cm. Nº 13420.  
A51 · Dressel 7 A. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 19,6 cm. Nº 13611.  
A52 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 16891.  
A53 · Id. Diâmetro: 22 cm. Nº 13409.  
A54 · Id. Diâmetro: 19 cm. Nº 2408.  
A55 · Lusitana “precoce” (ovoide). Origem: Lusitana. Nº 17335.  
A56 · Id. Nº 25236.  
A7 · Id. Nº 30040.  
A58 · Id. Nº 8217.  
A59 · Id. Nº 21972.  
A60 · Lusitana “precoce” (ovoide?). Origem: Lusitana. Diâmetro: 17 cm. Nº 13406.  
A61 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 16899.  
A62 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 8260.  
A63 · Id. Diâmetro: 14,5 cm. Nº 29968.  
A64 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 29961.  
A65 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 599.  
A66 · Id. Diâmetro: 17,5 cm. Nº 21949.  
A67 · Lusitana “precoce” (Dressel 7). Origem: Lusitana. Diâmetro: 17 cm. Nº 5279.  
A68 · Id. Diâmetro: 17 cm. Nº 29965.  
A69 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 25139.  
A70 · Id. Diâmetro: 17 cm. Nº 25172.  
A71 · Id. Diâmetro: 17 cm. Nº 29967.  
A72 · Lusitana “precoce” (Haltern 70). Origem: Lusitana. Diâmetro: 17,5 cm. Nº 8262.  
A73 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 15548.  
A74 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 8259.  
A75 · Id. Diâmetro: 15,5 cm. Nº 17818.  
A76 · Id. Diâmetro: 18 cm. Nº 8274.  
A77 · Lusitana “precoce”. Origem: Lusitana. Diâmetro: 8,1 cm. Nº 23843.  
A78 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 33418.  
A79 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 22713.  
A80 · Id. Diâmetro: 10,6 cm. Nº 14807.  
A81 · Id. Diâmetro: 10 cm. Nº 9493.  
A82 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 16419.  
A83 · Id. Grafito: letra ou sigla (R). Nº 16105.  
A84 · Id. Nº 13565.  
A85 · Id. Nº 25247.  
A86 · Id. Nº 8324.  
A87 · Lusitana “precoce” (ovoide?). Origem: Lusitana (Peniche). Nº 29975.  
A88 · Id. Nº 17853.  
A89 · Id. Nº 13451.  
A90 · Lusitana “precoce” (Dressel 7). Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 17 cm. Nº 1856.  
A91 · Lusitana “precoce” (Haltern 70). Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 17 cm. Nº 13407.  
A92 · Id. Diâmetro: 13,5 cm. Nº 13586.  
A93 · Bilha Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 5,9 cm. Nº 9679.  
A94 · Lusitana “precoce”. Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 9,2 cm. Nº 18121.

- A95 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 22415.
- A96 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 27280.
- A97 · Id. Diâmetro: 9,4 cm. Nº 9494.
- A98 · Id. Diâmetro: 8,8 cm. Nº 18123.
- A99 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 20233.
- A100 · Id. Diâmetro: 8,4 cm. Nº 5488.
- A101 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 22714.
- A102 · Id. Diâmetro: 8,2 cm. Nº 9492.
- A103 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 9491.
- A104 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 9495.
- A105 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 18124.
- A106 · Lusitana “precoce”. Origem: Lusitana (Peniche). Grafito: letra ou sigla (R). Nº 16105.
- A107 · Id. Nº 1032.
- A108 · Id. Nº 3065.

## MONTE CASTÊLO

- B1 · Dressel 1 A. Origem: Itálica (Campânia). Diâmetro: 14,5 cm. S/Nº.
- B2 · Dressel 2-4 Origem: Itálica (Campânia). Nº 27-03-313.
- B3 · Haltern 70. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 18,5 cm. S/Nº. (JNS Q a-1).
- B4 · Id. Diâmetro: 16 cm. S/Nº. (JNS Q a-2).
- B5 · Id. Diâmetro: 18 cm. S/Nº. (JNS Q a-3).
- B6 · Id. Diâmetro: 18 cm. S/Nº. (JNS Q a-2).
- B7 · Id Grafito: numeral (I). S/Nº.
- B8 · Id. Diâmetro: 5,6 cm. Nº4957. (Guif. 97 – L13).
- B9 · Tipo urceus. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 14,5 cm. S/Nº.
- B10 · Id. Nº 187.
- B11 · Dressel 20 Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 16 cm. S/Nº (Guif. JNS).
- B12 · Id. Diâmetro: 15,4 cm. S/Nº. (Guif. / JNS Q a-3).
- B14 · Id. Diâmetro: 18 cm. S/Nº. (Guif. / JNS Q a-3).
- B15 · Indeterminado. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 13 cm. S/Nº (Guif. / JNS Q a-8).
- B16 · Maña C2b (Tipo -7.4.3.3.). Origem: Bética (Cádiz). Diâmetro: 22cm. S/Nº.
- B17 · Dressel 7C Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 13 cm. S/Nº (Guif. JNS Q a-8).
- B18 · Id. Diâmetro: 13,5 cm. S/Nº.
- B19 · Dressel 7-11 (Dressel 8?). Origem: Bética (Cádiz) Diâmetro: 19,5 cm. Nº 194? (Guif. 93).
- B20 · Id. (Dressel 9?). Origem: Bética (Cádiz). Diâmetro: 19,5cm. Nº194? (Guif. 93).
- B21 · Id. (Dressel 7-11). S/Nº
- B22 · Lusitana “precoce” (Dressel 7?). Origem Lusitana. Diâmetro: 16 cm. S/Nº (Guif. 95 – A 2).
- B23 · Dressel 14. Origem: Lusitana. Diâmetro: 18cm. S/Nº.
- B24 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 27-03-137
- B25 · Id. Diâmetro: 15 cm. S/Nº (Guif. / JNS Q a-1).
- B26 · Id. Diâmetro: 16 cm. S/Nº.
- B27 · Almagro 51 C. Origem. Lusitana. Diâmetro: 11,8 cm. S/Nº (JNS).
- B28 · Lusitano (opérculo Dressel 14?). Diâmetro 9,9 cm. Nº 2915 (Guif. 94)
- B29 · Regional II (= “Almagro 50/Keay XVI, var. C) Origem: Regional (afim à população de San Martiño de Bueu) Diâmetro: 19 cm. S/Nº
- B30 · Id Diâmetro: 19 cm. S/Nº.
- B31 · Id. S/Nº.



B32 · Id. S/Nº.

B33 · Id. S/Nº (K 12 (02)).

B34 · Módulo II. Origem: Local. Diâmetro: 9,8 cm. S/Nº.

B35 · Regional II (= "Almagro 50/Keay XVI, var. C) Origem: Regional (afim à população de San Martiño de Bueu) Diâmetro: 15 cm. Altura 86 cm. S/Nº (achado subaquático em frente a Matosinhos. Depositado no Museu de Santa Tecla (La Guardia – Pontevedra).

## BIBLIOGRAFIA

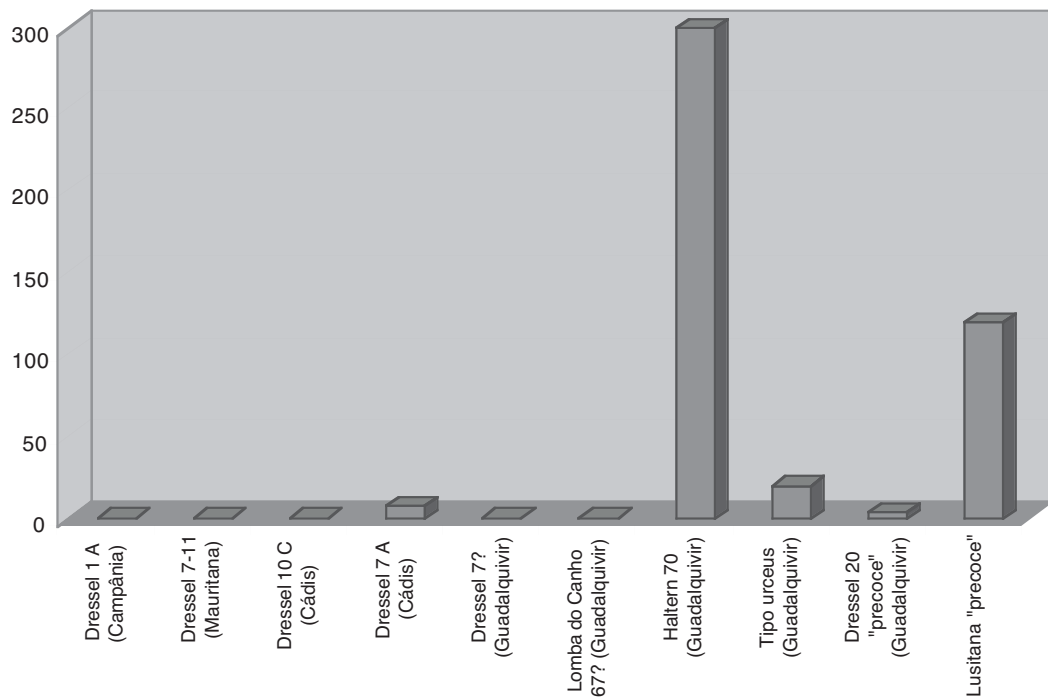
- AGUILERA MARTÍN, A. (2004), Epigrafia sobre àmfors Haltern 70 bêtiques. Los Tituli Picti. *Culpi VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5.* Girona, p. 57-69
- \_\_\_\_\_ (2004), El producte envasat. El contenido de las Haltern 70 según los Tituli Picti. *Culpi VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5.* Girona, p. 119-120
- BELTRÁN LLORIS, M. (2000), Anforas Béticas en la Tarraconense: Bases para una Síntesis. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla – Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998)*. Écija, II, p. 441-535
- \_\_\_\_\_ (2000b), Mulsum Bético. Nuevo Contenido de las Ánforas Haltern 70. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (UTAD, Vila Real, Setembro de 1999): Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica.* Porto, 6, p. 323-344, Lam. I-II
- BERNAL CASASOLA, D.; LORENZO MARTÍNEZ, L. (1998a), Informe de la Intervención Arqueológica de Urgencia en la Villa Romana del Puente Grande: Los Altos del Ringo Rango, Los Barrios, Cádiz. *Anuario de Arqueologia Andaluza*, Sevilla
- \_\_\_\_\_ (1998b), Los Altos del Ringo Rango (Los Barrios, Cádiz): Un Complejo Residencial e Industrial de Época Romana (ss. I-V d.C.). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia de la Universidade Autónoma de Madrid.* Madrid, 23, p. 191-211
- \_\_\_\_\_ (2000), Excavaciones en Alfares Romanos de la Bahía de Algeciras (La Venta del Carmen y el Ringo en Los Barros) y la Costa de Granada (Los Matagalhares, Solobreña): Nuevos Elementos para el Estudio de la Producción Anfórica Bética entre Augusto y el s. IV d.C.. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998)*. Écija, I, p. 1305-1326
- BERNI MILLET, P. (1997), Las Ánforas de Aceite de la Bética y su Presencia en Cataluña. Barcelona
- BLOT, M. L. P. (2003), Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 28
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005), Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal). In *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste.* Câmara/Museu Municipal do Bombarral, p. 83-102
- CARRERAS MONFORT, C. (1999), Misceláneas: Las Otras Ánforas del Monte Testaccio. In BLÁZQUEZ, J. M<sup>a</sup>; REMESAL, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio*. Barcelona, p. 91-98
- \_\_\_\_\_ (2000), Economía de la Britannia romana: La Importación de Alimentos. Barcelona: Universitat de Barcelona, *Collecció Instrumenta 1*
- \_\_\_\_\_ (2000b), Producción de Haltern 70 y Dressel 7-11 en las Inmediaciones del Lacus Lingustinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir). *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17-20 Dezembro 1998)*, Écija: Editorial Graficas Sol, I, p. 419-426
- \_\_\_\_\_ (2001), Grandes rutas comerciales del aceite bético: reflexiones en torno a la distribución de los sellos C. SEMPRONI POLYCLITI y III ENNIORVM IVLIORVM. In BLÁZQUEZ, J. M<sup>a</sup>; REMESAL, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio*. II. Barcelona, p. 425-442
- \_\_\_\_\_ (2004), “El producte envasat. Estat de la qüestió sobre els contiguts de les Haltern 70”. *Culpi VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5.* Girona, p. 117-119
- CARVALHO, T. P.; GUIMARÃES, C.; BARROCA, M. J. (1996), *Bairro de Sé do Porto: contributo para a sua caracterização histórica.* Porto
- CHIC, G. (1980), Acerca de un ânfora com pepitas de uva encontrada en la punta de la Nao (Cádiz). *Boletín del Museo de Cádiz*, p. 37-42
- CLETO, J. (1995-96), A Indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano. O caso de Anjeiras (Lavra, Matosinhos). *Matesinus, Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, 1/2, p. 23-45

- CLETO, J.: VARELA, J. M. (2000), O gabinete municipal de arqueologia e história de Matosinhos. *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 9, p. 141-144
- COOLL, D.; ÉTTIENE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F (1977), L'épave Port-Vendres II et le commerce de bétique à l'époque de Claude. *Archeonautica* I
- DESBAT, A.; LEMAÎTRE, S. (2000), Les Premières Importations d'Amphores de Bétique à Lyon. *Congreso Internaional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17-20 Dezembro 1998)*. Écija: Editorial Graficas Sol, I, p. 793-815
- DÍAZ ALVAREZ, P. (1984), Inventario de Presencias Anfóricas en el Flanco Atlántico GalaicoLusitano. *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto. Santiago de Compostela*, II
- FABIÃO, C. (1989), Sobre as ânforas do acampamento de Lomba do Canho (Arganil). *UNIARQ / INIC. Cader-nos de Arqueologia*, 1, Lisboa
- \_\_\_\_\_ (1993-94), O Azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, XXXII-XXXIII, p. 229-249
- \_\_\_\_\_ (1998), O vinho na Lusitânia: Reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 1: 1, p. 169-198
- \_\_\_\_\_ (1998b), *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território Hoje Português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2.3
- FELGUEIRAS, G. (1958), *Monografia de Matosinhos*. Lisboa
- FITZPATRICK, A. P. (1989), The Submission of the Orkney Islands to Claudius: New Evidence. *Scottshi Arch. Review*. 1: XIX, p. 53-72
- GARCÍA VARGAS, E. (1998), *La producción de Ânforas en la Bahía de Cádiz en Época Romana (siglos II a.C.)*. Écija
- \_\_\_\_\_ (2000), Ânforas Romanas Producidas en Hispalis: Primeiras Evidencias Arqueológicas. *Habis*. 31, p. 235-260
- GARCÍA VARGAS, E.; LAVADO FLORIDO, M. L. (1995), Ânforas Alto, Medio y Bajo Imperiales Producidas en el Alfar de Puente Melchor (= Villanueva, Passo a Nivel: Puerto Real, Cádiz)". *Spal*. 4, p. 215-228
- GUERRA, A. (1995), Plínio-o-velho e a Lusitânia. Lisboa: Edições Colibri, *Arqueologia & História Antiga*
- \_\_\_\_\_ (1996), Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica. *Hispania prerroma-na. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica Salamanca*, p. 147-161
- JUAN TRESSERAS, J. (1998), El Cultivo de la vid y la Elaboración del Vino en la Península Ibérica en la Antigüedad: Aportaciones de los Análisis de Residuos. *Actas II Colloqui Internacional d'Arqueologia Romana. El vi a l'Antiguitat. Economia, producció i comerç al Mediterrani Occidental (Badalona 6 / 9 Maso de 1998)*: Monografies Badalonines. 14, p. 84-92
- JUAN-TRESSERAS, J.; CARLOS MATAMALA, J. (2004), Annex 2. Estudio de resinas y contenidos de ânforas Haltern 70 de Culip VIII. *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona, p. 165-166
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996), *Alferería romana de la Bahía de Cádiz*. Cádiz, p. 72-77
- LIU, B. (2000), Las Ânforas Béticas en el Mar. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998)*. Écija, I, p. 1061-1110
- LIU, B.; DOMERGUE, C. (1990), Le Commerce de la Bétique au Ier siècle de notre ère. L'éave Sud-Lavezzi I (Bonifacio, Corse du Sud). *Archeonautica* 10, p. 11-123
- MANACORDA, D. (1977), Anfore. Ostia. IV, p. 117-254
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996), *Les amphores du Sado, Portugal. Prospection des fours et analyse du material*. Paris: Diffusion de Bocard
- MORAIS, R. (2004), Problemáticas i noves prespectives sobre les àmfores ovoides tardo-republicanes. Les àmfores ovoides de producció Lusitana. *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona, p. 36-40

- \_\_\_\_\_ (2004b), *Bracara Augusta*: um pequeno “testaccio” de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. In *Figlinae Barticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C)*. Vol. 2 B.A.R. International Series. Oxford. 1266, p. 545-565
- \_\_\_\_\_ (2005) Autarcia e comércio em Bacara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período alto-imperial. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológica*. II. Unidade de Arqueologia/NARQ. Braga
- \_\_\_\_\_ (2007), A via atlântica e o contributo Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanistas*, 59, Coimbra, p. 99-132
- \_\_\_\_\_ (2007b), Ânforas tipo urceus de produção Bética e produções regionais e locais do NW Peninsular. In *Congresso Internacional Cetariae (Cádiz, 7-9 Novembro 2005)*. Oxford, p. 401-415
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007), Novas produções de fabrico lusitano: problemáticos e importância económica. In *Congresso Internacional Cetariae. Cádiz, 7-9 Novembro 2005*. Oxford, p. 127-133
- MORAIS, R.; CARREIRAS MONFORT, C. (2004), Geografia del consum de les Haltern 70. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5*. Girona, p. 93-112
- NETO, J.; JOVER, A.; IZQUEIRDO, P.; PUIG, A.; ALAMINOS, A.; MARTIN, A.; PUJOL, M. (1989), *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a Cala Culip*. Girona, I
- OSÓRIO, M. I. N. P.; SILVA, A. M. S. P. (1994), Intervenção arqueológica municipal no Porto: resultados, problemas e potencialidades. *Encontro de arqueologia urbana, sep. Bracara Augusta*. Braga, XLV / 94, p. 87-98
- PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007), Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português. In *Congresso Internacional Cetariae. (Cádiz, 7-9 Novembro 2005)*. Oxford, p. 235-254
- Protocole Beuvray (1998), Protocole de Quantification des céramiques. In ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., dir. – *La quantification des céramiques. Conditions et Protocole*. Glux-en Glenne: Centre archéologique Européen du Mont Beuvray. (Bibactre: 2), p. 141-157
- PUIG, A. (2004), Tipologia de les àmfors Haltern 70. *Monografies del Casc. 5*. Girona, p. 23-32
- REAL, M. L.; TÁVORA, M. J.; OSÓRIO, M. I. P.; TEIXEIRA, F. F. (1985-86), Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Sep. Boletim Cultural da Câmara do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2ª série: 3/4, p. 7-42
- ROVIRA, R.; MARIMON, P. (2004), Epigrafia sobre àmfors Haltern 70 bétiques. Els Grafits. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5*. Girona, p. 70-72
- SILVA, A. C. F. (2000), Proto-história e romanização do Porto. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 9 (Outubro), p. 94-103
- TRANOY, A. (1995), La rive nord du Douro à l'époque Romaine: contribution épigraphique à l'étude d'une zone frontière. *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, 6, p. 125-136

**Quadro I**

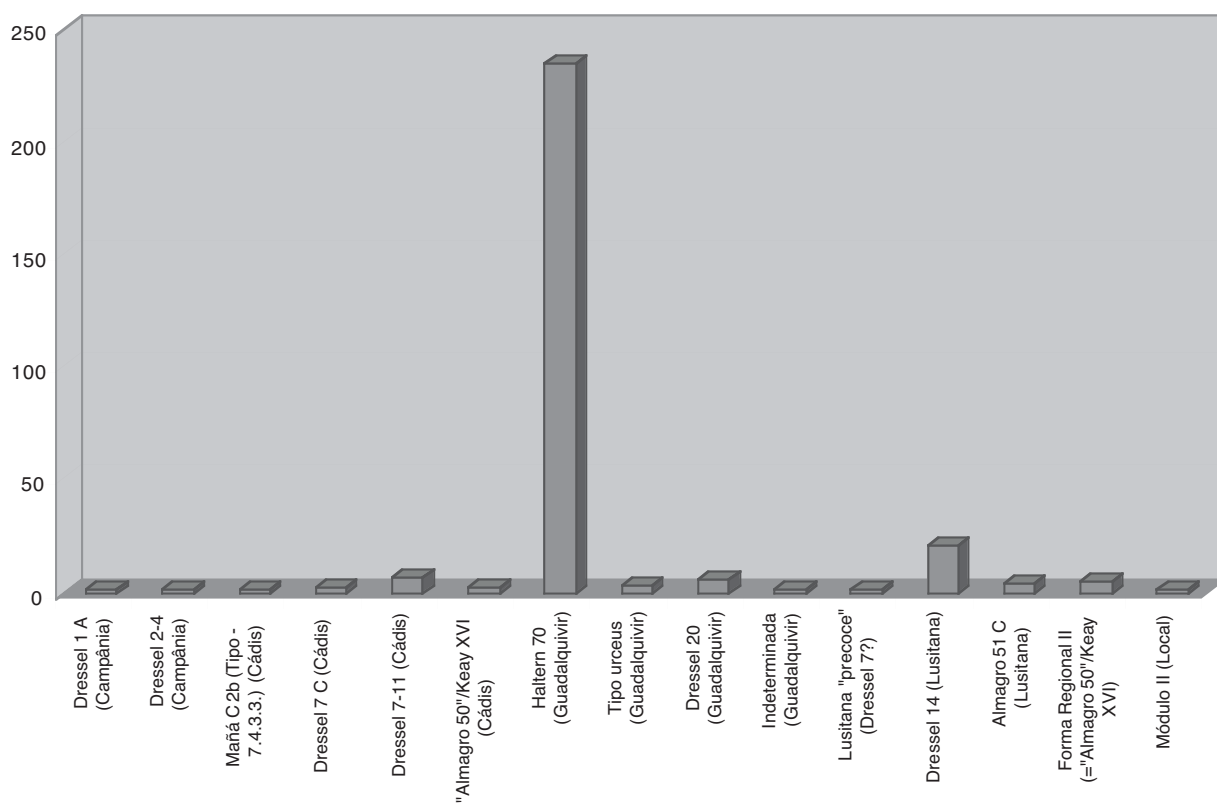
Tipo	N.º mín. de indivíduos	%
Dressel 1 A (Campânia)	1	0.2
Dressel 7-11 (Mauritana)	1	0.2
Dressel 10 C (Cádiz)	1	0.2
Dressel 7 A (Cádiz)	8	1.8
Dressel 7? (Guadalquivir)	1	0.2
Lomba do Canho 67? (Guadalquivir)	1	0.2
Haltern 70 (Guadalquivir)	300	65.6
Tipo urceus (Guadalquivir)	20	4.4
Dressel 20 "precoce" (Guadalquivir)	4	0.9
Lusitana "precoce"	120	26.3
<b>Total</b>	<b>457</b>	

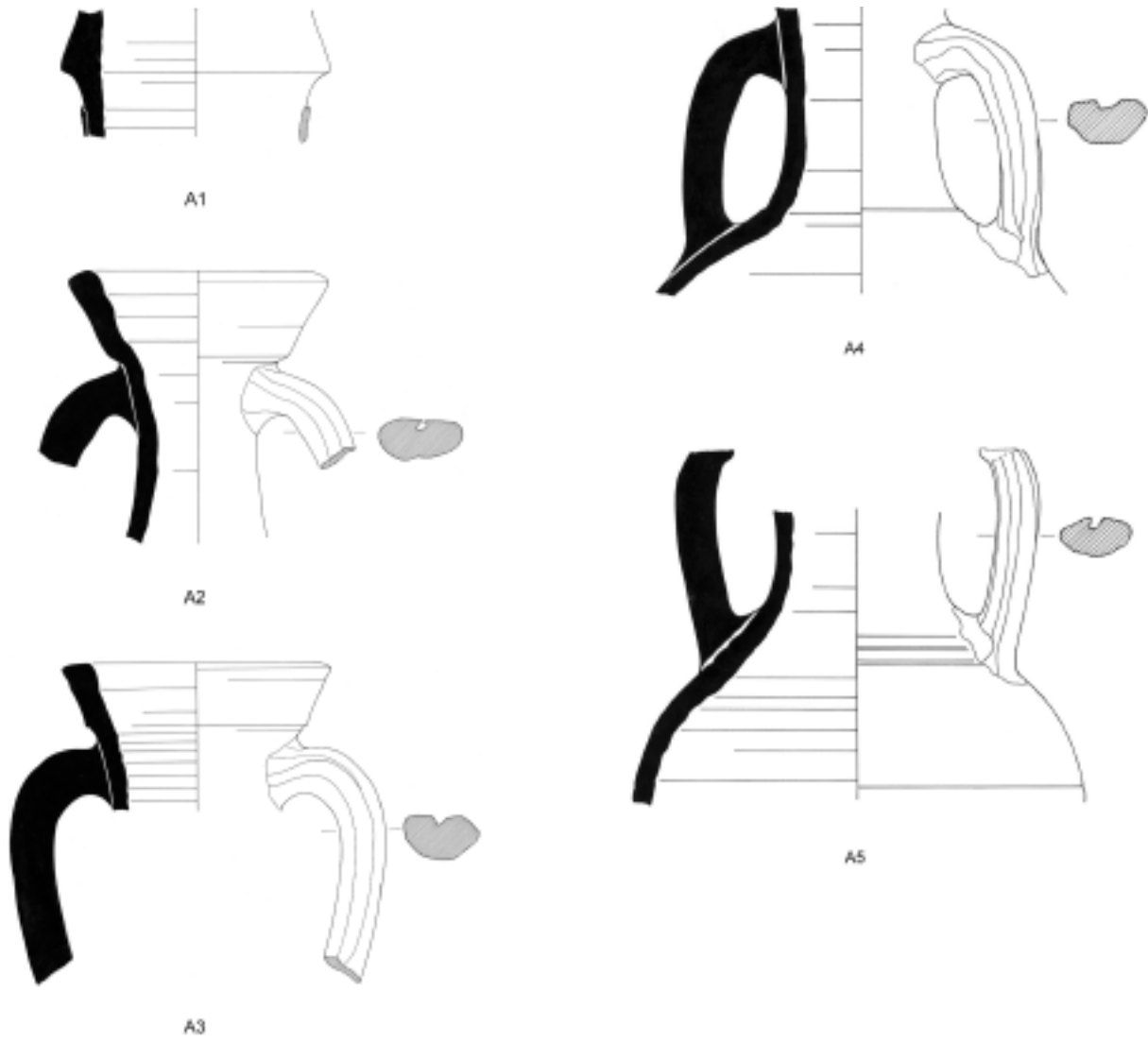




**Quadro II**

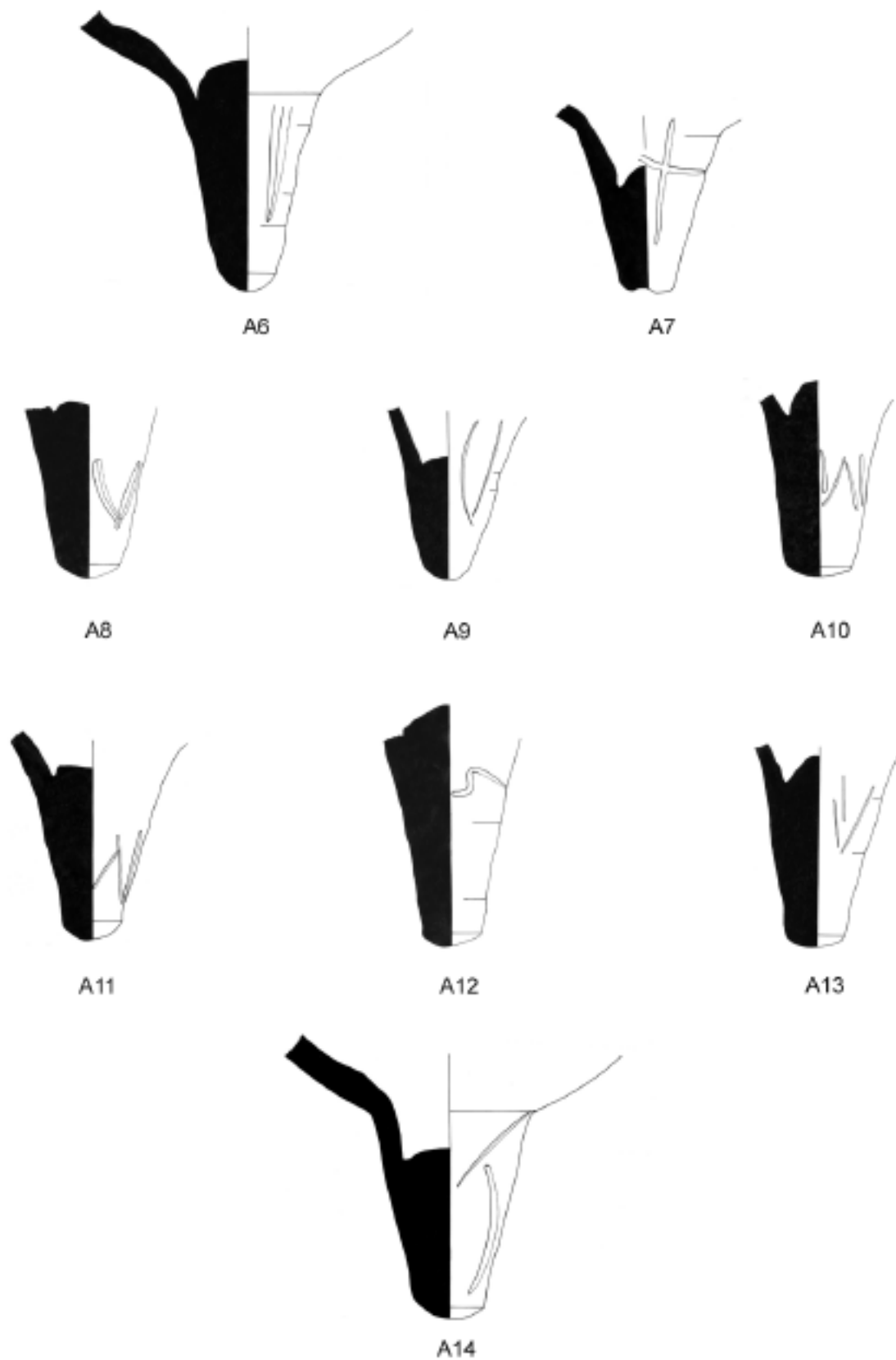
<b>Tipo</b>	<b>N.º mín. de indivíduos</b>	<b>%</b>
Dressel 1 A (Campânia)	1	0.3
Dressel 2-4 (Campânia)	1	0.3
Mañá C 2b (Tipo – 7.4.3.3.) (Cádiz)	1	0.3
Dressel 7 C (Cádiz)	2	0.7
Dressel 7-11 (Cádiz)	7	2.4
"Almagro 50"/Keay XVI (Cádiz)	2	0.7
Halterm 70 (Guadalquivir)	235	80.8
Tipo urceus (Guadalquivir)	3	1.0
Dressel 20 (Guadalquivir)	6	2.1
Indeterminada (Guadalquivir)	1	0.3
Lusitana "precoce" (Dressel 7?)	1	0.3
Dressel 14 (Lusitana)	21	7.2
Almagro 51 C (Lusitana)	4	1.4
Forma Regional II (= "Almagro 50"/Keay XVI)	5	1.7
Módulo II (Local)	1	0.3
<b>Total</b>	<b>291</b>	





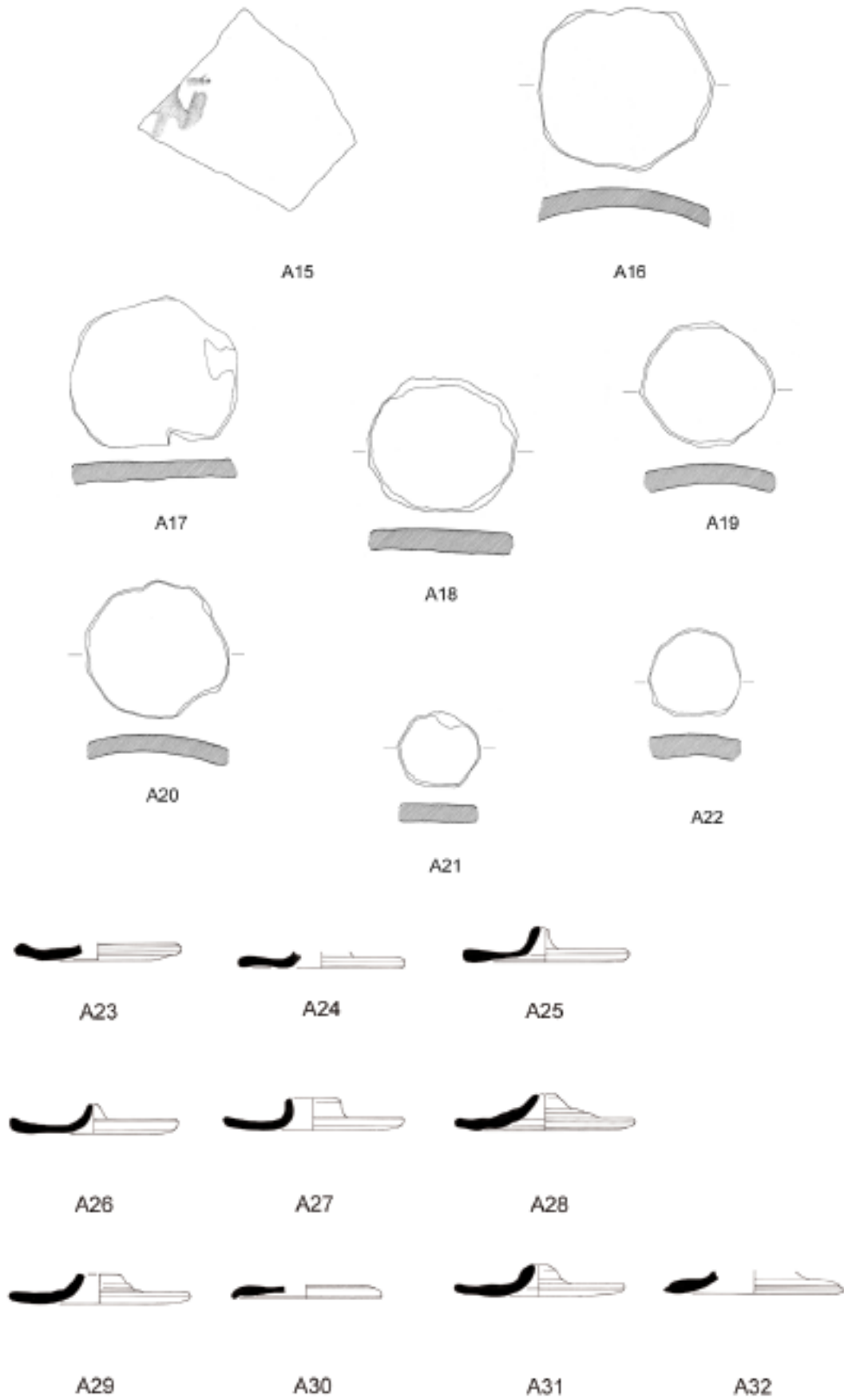
Esc. 1:3

Fig. 1



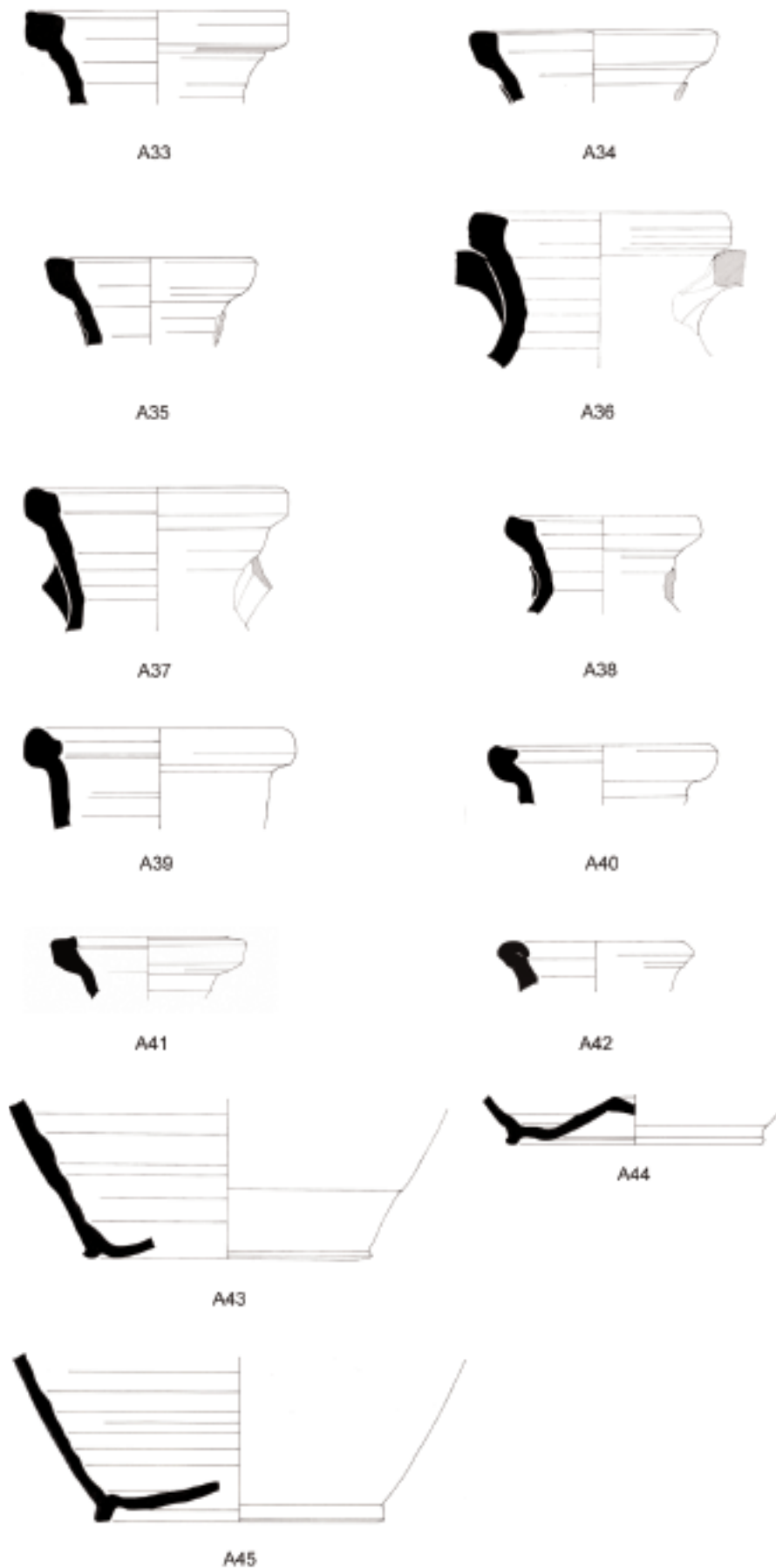
Esc.1:3

Fig. 2



Esc. 1:3

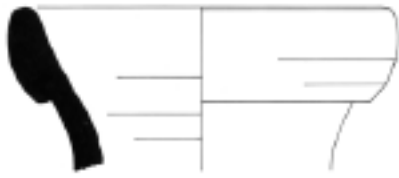
Fig. 3



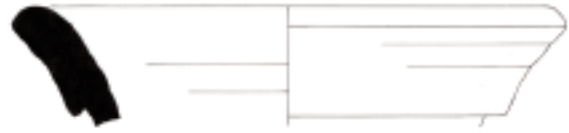
Esc. 1:3

Fig. 4





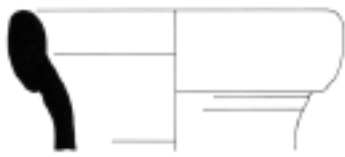
A46



A49



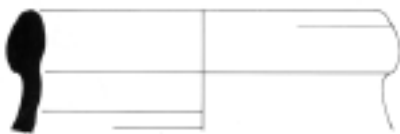
A50



A47



A51



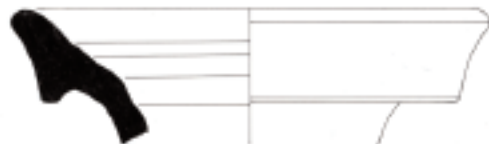
A48



A52



A53



A54

Esc. 1:3

Fig. 5

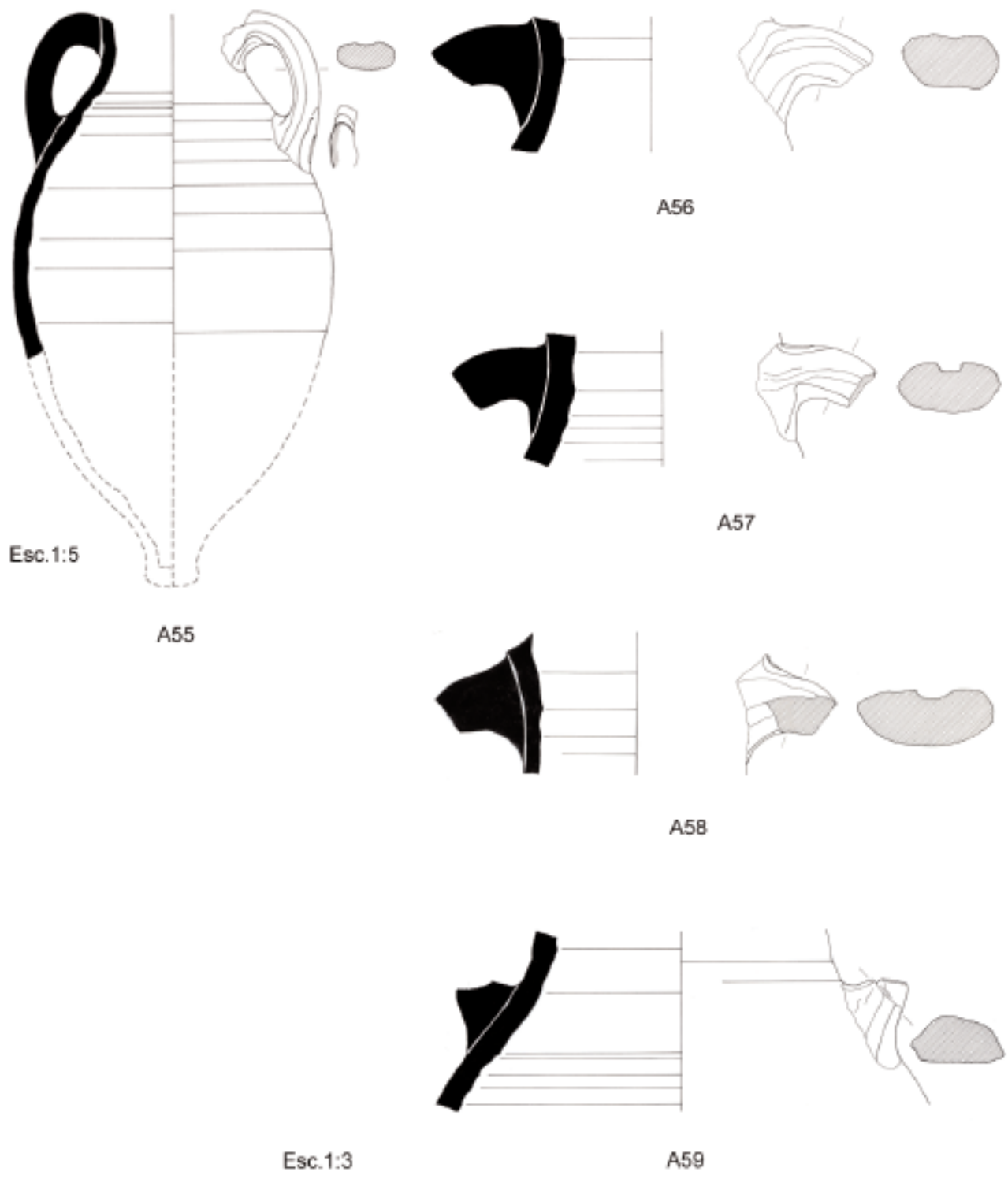
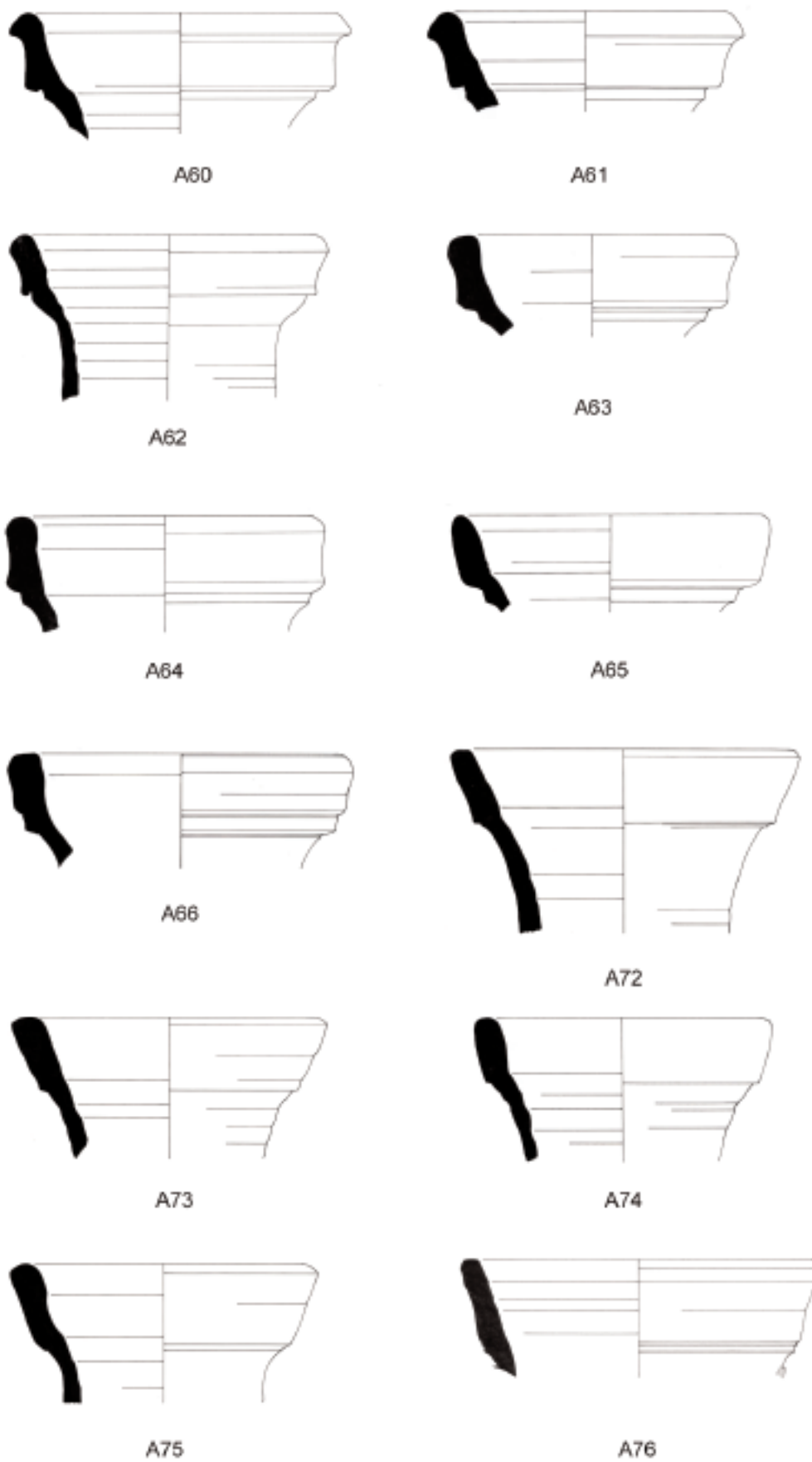


Fig. 6



Esc. 1:3

Fig. 7



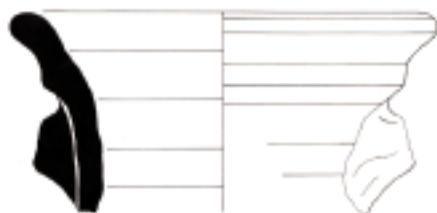
A87



A88



A89



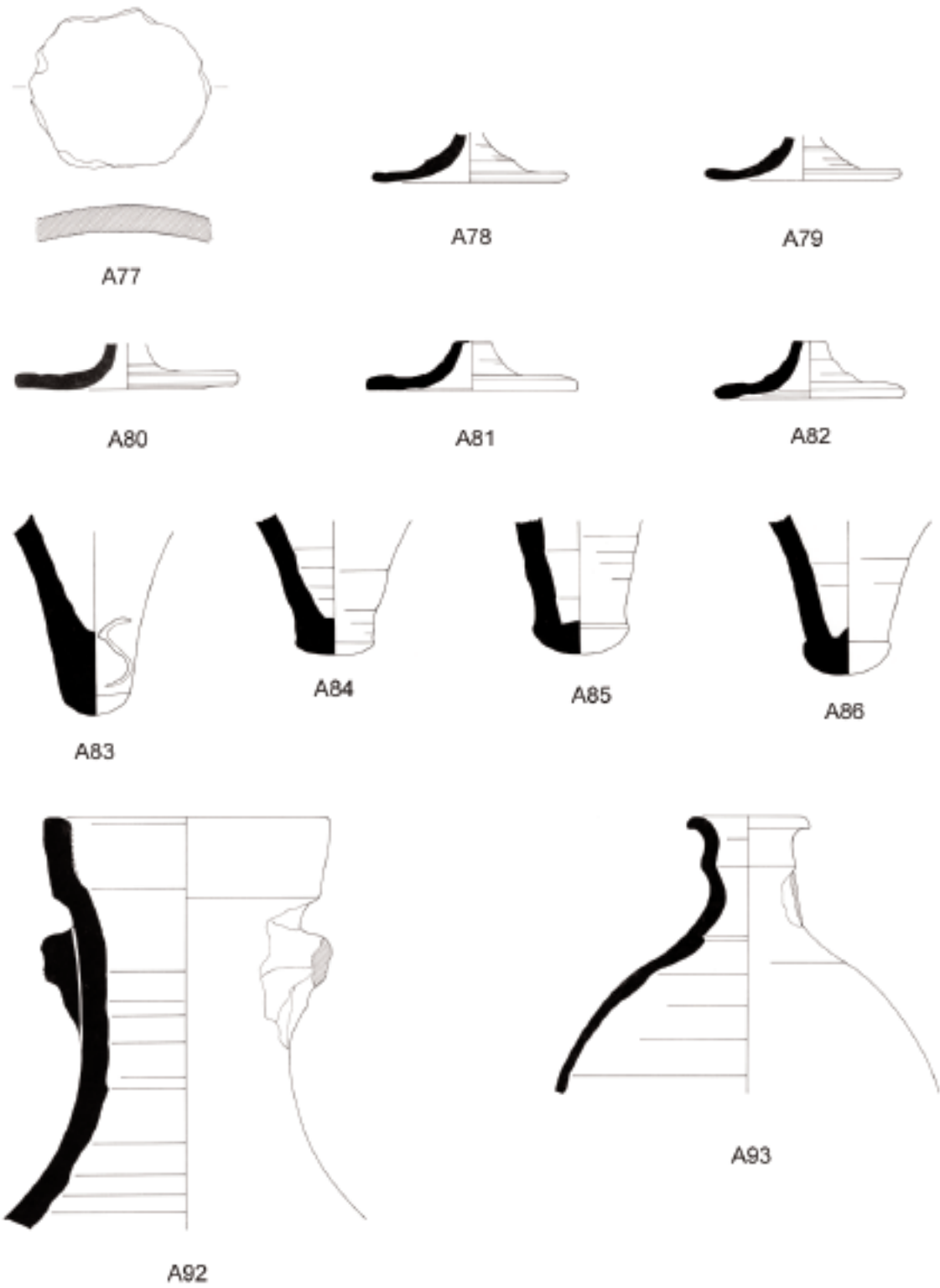
A90



A91

Esc. 1:3

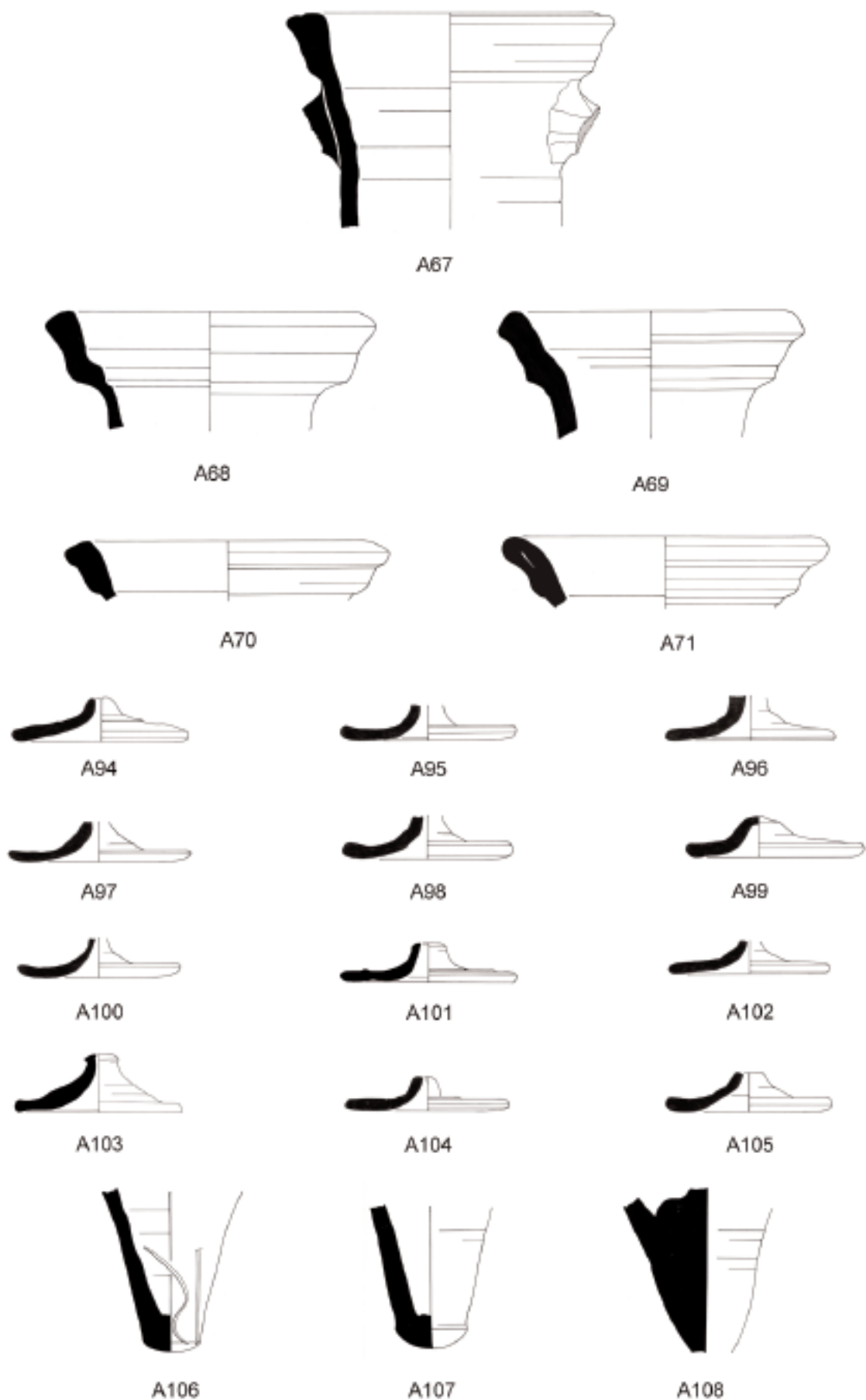
Fig. 8



Esc. 1:3

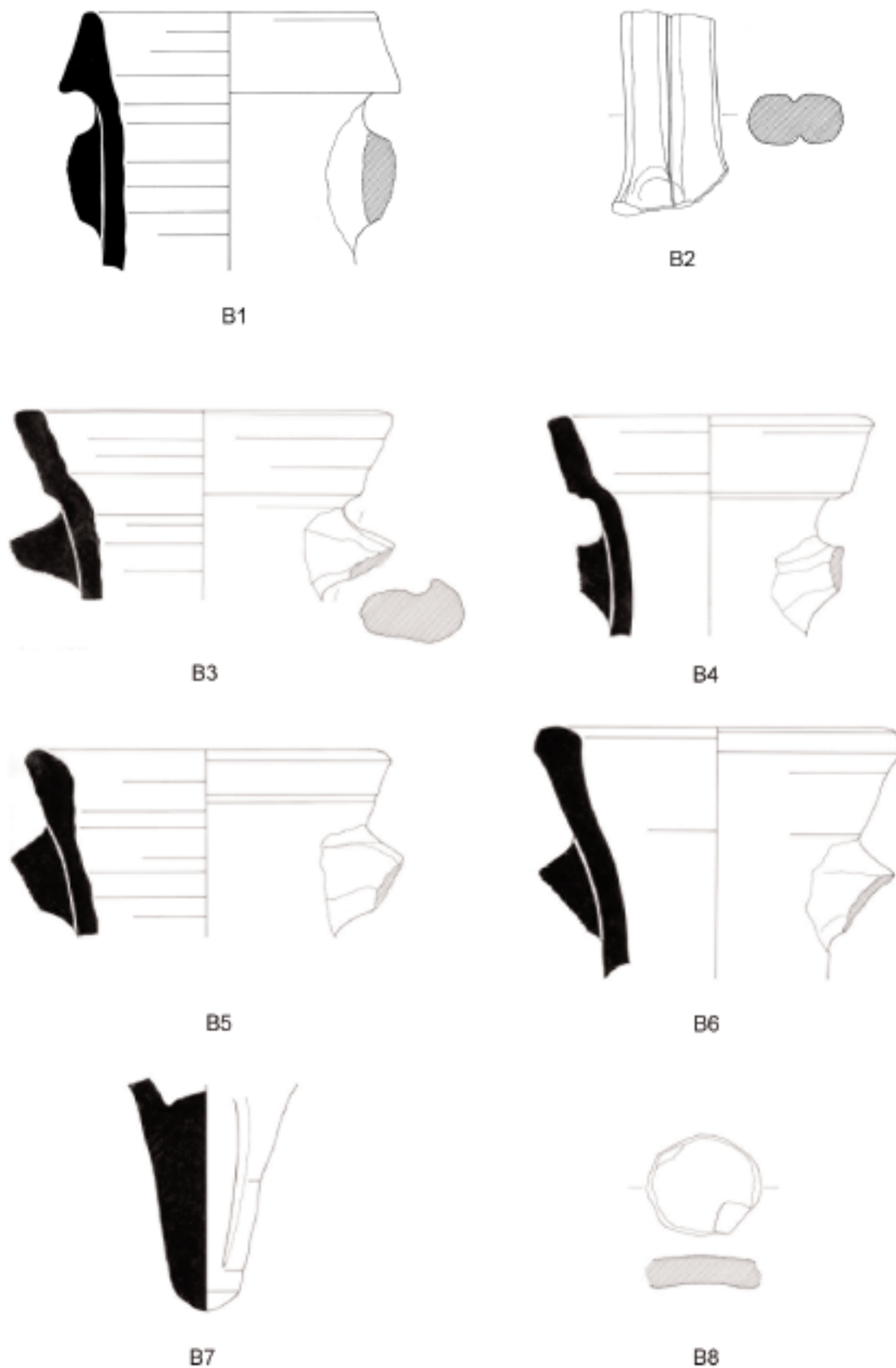
Fig. 9





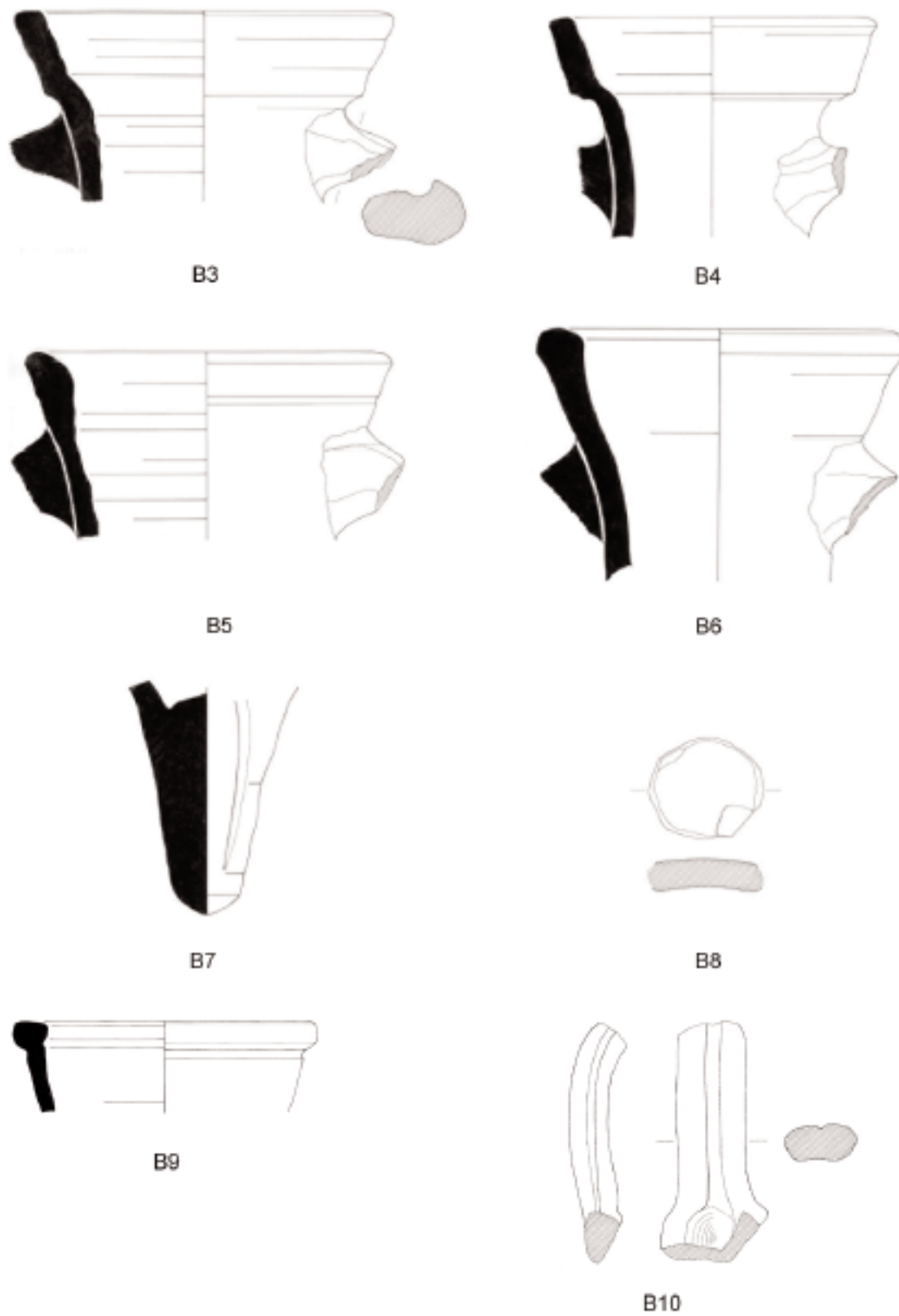
Esc. 1:3

Fig. 10



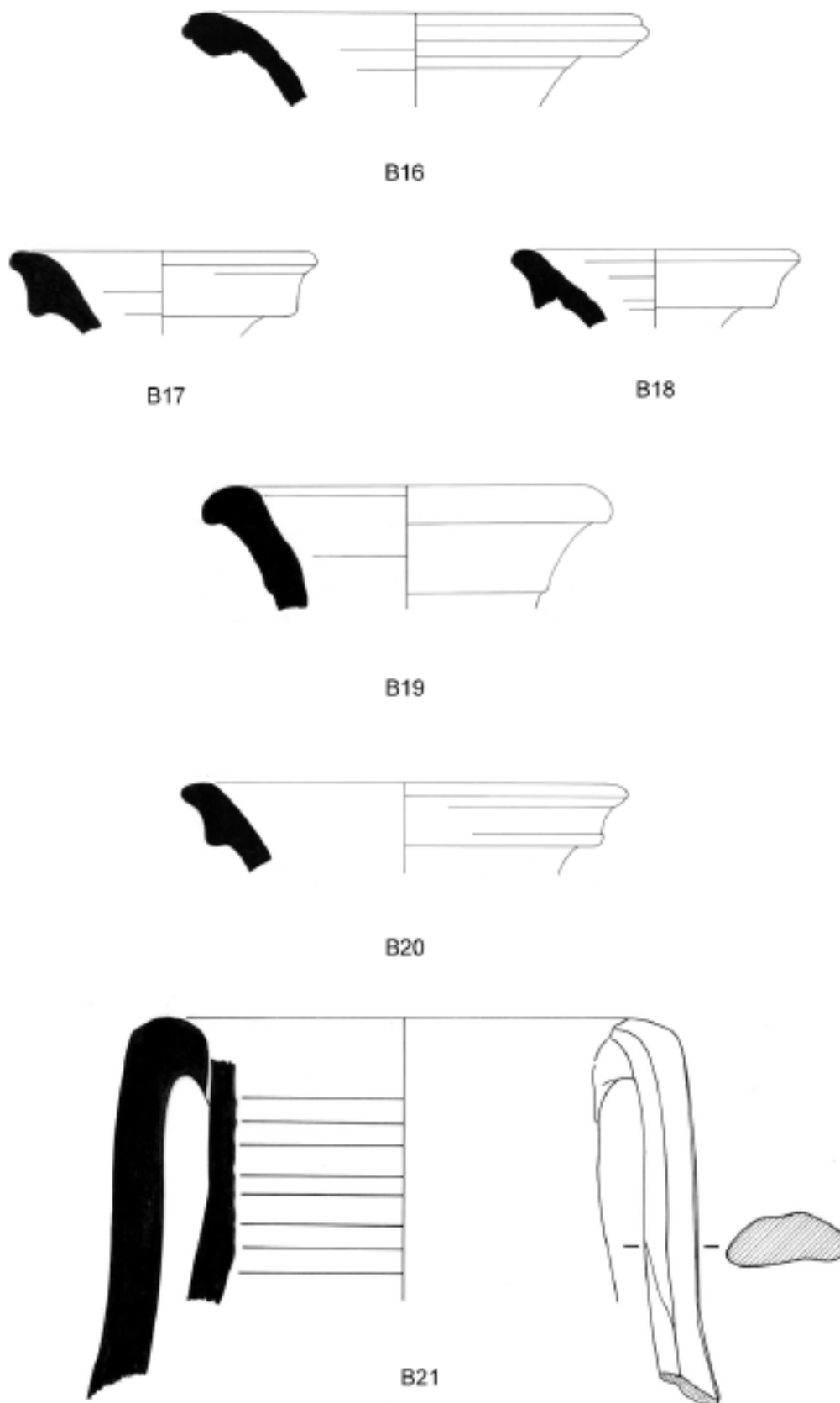
Esc. 1:3

Fig. 11



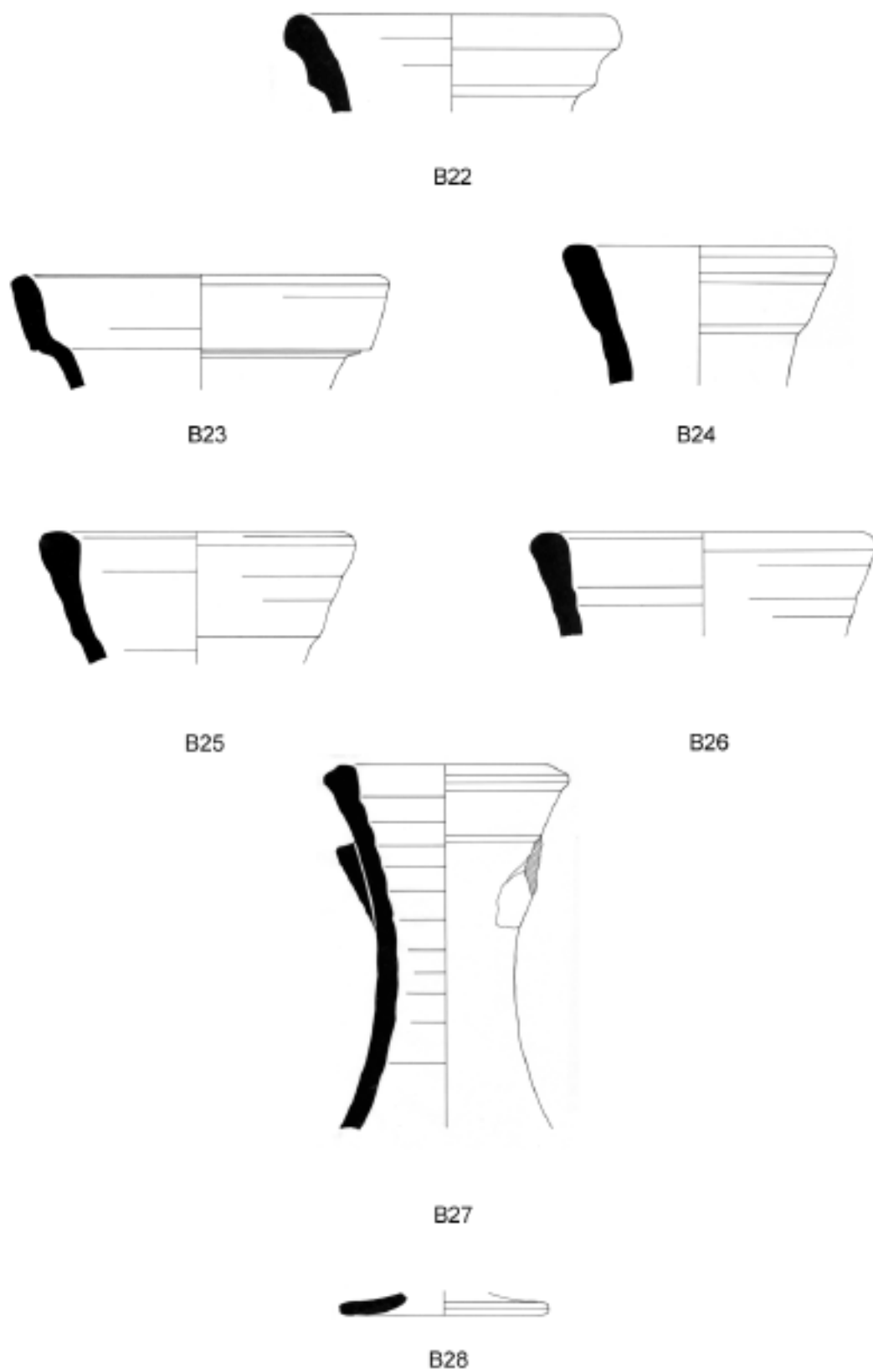
Esc. 1:3

Fig. 12



Esc. 1:3

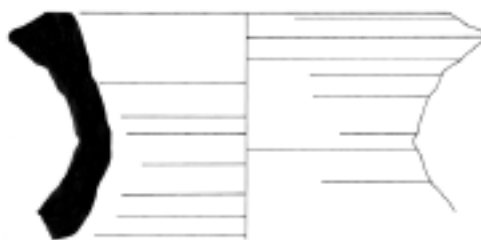
Fig. 13



Esc.1:3

Fig. 14

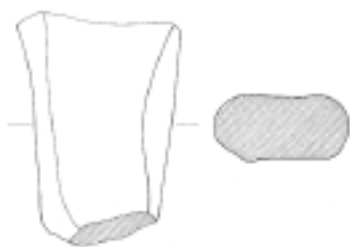




B29



B30



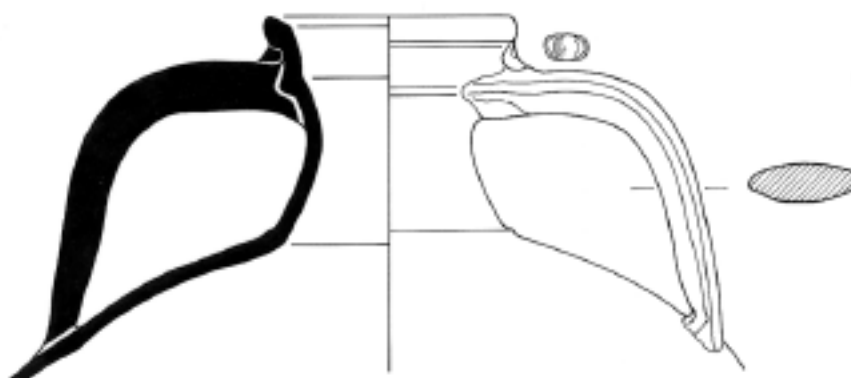
B31



B32



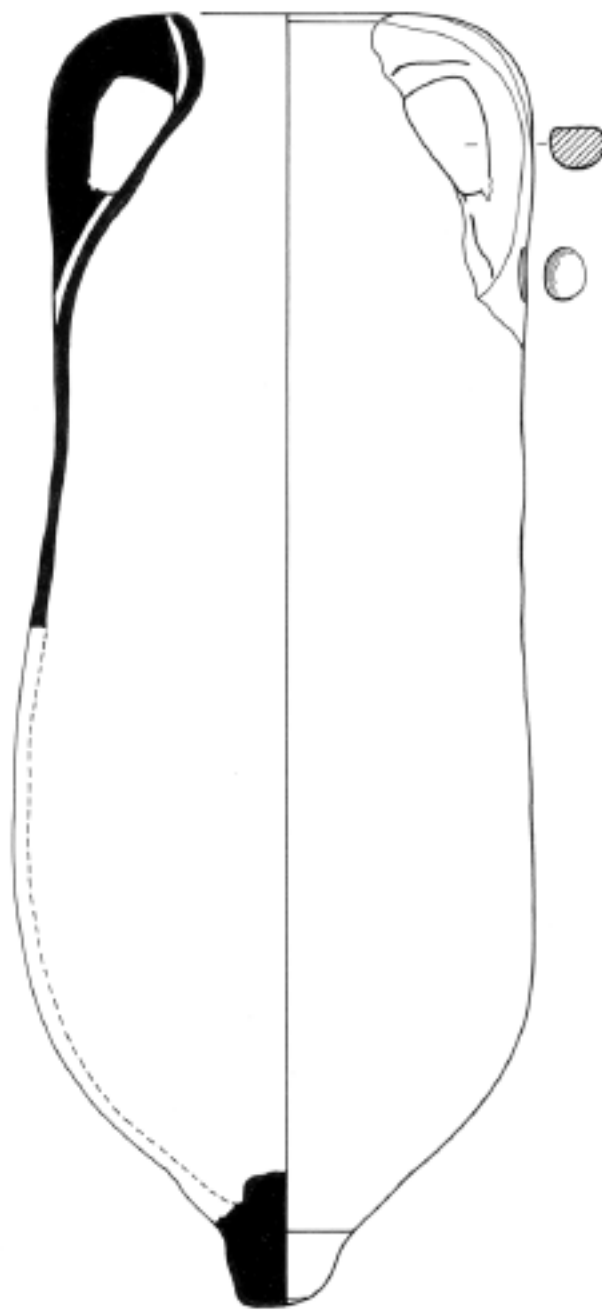
B33



B34

Esc. 1:3

Fig. 15



B35

Esc. 1:5

Fig. 16

## PERCURSOS DE IBN MARUÁN

Jorge de Alarcão\*

### RESUMO:

Ibn Maruán e al-Surunbáqi foram *muladis* que, nos finais do séc. IX e no contexto de uma grave crise do emirato omíada, se revoltaram contra Muhâmmad (852-886). O autor pretende reconstituir os movimentos dos dois caudilhos e identificar os lugares por onde andaram e onde se fixaram e sugere a sua participação na defesa de Coimbra nos anos imediatamente posteriores à reconquista da cidade em 878.

**Palavras-chave:** Ibn Maruán; al-Surunbáqi.

### RÉSUMÉ:

Ibn Marwān et al-Surunbāqi furent des acteurs importants de la *fitna* de la fin du IX<sup>e</sup> siècle, à l'époque de Muhammad (852-886). Cet article est un essai de reconstitution des mouvements des deux *muwalladēn* et d'identification des lieux mentionnés dans les chroniques arabes qui rapportent la révolte. Après la conquête de Coimbra en 878, Ibn Marwān et al-Surunbāqi ont peut-être séjourné pendant quelques années au sud de Coimbra et aidé les chrétiens dans la défense de la ville contre une éventuelle tentative de reprise par les Omeyyades de Cordoue.

**Keywords:** Ibn Marwān; al-Surunbāqi.

No tempo do emir Muhâmmad (852-886), deu-se no al-Andalus a primeira *fitna*, isto é, a primeira grande desordem política do mundo muçulmano peninsular. Surgiram então movimentos autonomistas, aos quais foi posto termo por Abd al-Rahmān III (912-961).

Os *muladis* (autóctones islamizados) Abd al-Rahmān Ibn Maruán Ibne Yunus al-Jillíqi (Abderamão filho de Marvão filho de lúnece, o Galego) e Sadún Ibne Fath al-Surunbáqi foram dois dos rebeldes notáveis dessa época.

As “guerras” de Ibn Maruán e de al-Surunbáqi (abreviaremos assim os nomes dos dois caudilhos) foram relatadas por autores árabes, designadamente Ibn Hayyán (que recolheu notícias de fontes mais antigas, perdidas) e têm sido tratadas por autores modernos (entre eles, LÉVI-PROVENÇAL, 1950, I: 295-299; MANZANO MORENO, 1991: 191-204; PICARD, 2000: 43-46; FRANCO MORENO, 2011). Poderemos nós trazer algo de novo, quando a ignorância do árabe nos não permite a leitura das fontes primárias? Não seremos nós juiz de causa própria; deixaremos ao leitor o veredicto, na esperança, porém, de que, a par com eventuais erros ou duvidosas hipóteses,

---

\* Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

haja neste nosso trabalho propostas de que os especialistas da história hispano-muçulmana possam tirar algum proveito. Parece-nos que os dois caudilhos terão tido participação na conquista de Coimbra aos Muçulmanos em 878 e na subsequente defesa da cidade – e é este o ponto que nos interessa, mais do que o da fundação (ou ocupação?) da vila de Marvão por Ibne Maruán (assunto tratado por muitos, designadamente por SIDARUS, 1991 e MEULEMEESTER, DEWULF e GRANGÉ, 2011).

Uma das dificuldades com que nos deparamos na reconstituição dos movimentos de Ibn Maruán reside na identificação dos lugares referidos nas fontes árabes. Os topónimos de origem hispano-romana (alguns eventualmente de raiz pré-romana) foram transcritos para o árabe – e logo nessa transcrição podem ter sido cometidos erros. Estes são mais fáceis de entender quando se trata de pequenas localidades cujos nomes os cronistas árabes não encontravam escritos e reproduziam de ouvido – tanto mais que, possivelmente, os não teriam escutado directamente das populações locais, mas da voz de outras testemunhas. A fonética árabe, muito diferente da linguagem de origem hispano-romana, tornaria por vezes difícil a transcrição. Outros erros poderão dever-se a copistas. Autores modernos, traduzindo o árabe, podem ter cometido ainda outros erros ou feito duvidosas transliterações. Sendo comuns as dúvidas na restituição fonética dos grafemas árabes, editores ou tradutores podem ter feito interpretações pelo menos questionáveis.

O estabelecimento das correctas formas toponímicas não é, aliás, matéria para ser tratada no estrito campo filológico. Quando os topónimos se encontram num roteiro ou no relato de campanhas militares ou de movimentos de determinadas personagens (e é o caso de Ibn Maruán), temos de verificar se as identificações toponímicas tornam credíveis ou inverosímeis os percursos ou movimentos. Sustentaremos aqui que não nos parece aceitável a identificação, feita por Martim Velho (1981), de *Karkar* (lugar onde esteve Ibn Maruán) com o actual sítio de Cárquere (no concelho de Resende) – ainda que tal identificação tenha sido aceite por autores como MANZANO MORENO (1991) ou PICARD (2000).

Outra das dificuldades na reconstituição dos percursos de Ibn Maruán reside na correcta seriação dos acontecimentos, que nem sempre se deduz de forma inequívoca das fontes árabes, sobretudo quando uns autores se referem a algo que outros omitem: é então duvidosa a integração de todos os factos num único discurso cronologicamente ordenado.

A Ibn Maruán dão os autores árabes o cognome de Galego. Não deve o nome iludir-nos sobre a sua origem geográfica, pois a designação de *Calécia* ou *Galícia* não se limitava, no séc. IX ou X, a terras a norte do rio Minho ou do Douro. Um documento de Lorzão, datado de 933 (*DC*, doc. 37), situa o mosteiro *in finibus Gallecie*, “nos confins da Galécia”. É muito possível que, sobretudo para os autores árabes, Galécia tenha sido uma designação abrangente, aplicada ainda a terras a sul do Mondego. Podemos também perguntar-nos se o cognome de Galego não terá sido dado a Ibn Maruán por causa da sua simpatia pelos Cristãos do Norte. Veremos já que relações teve Ibn Maruán com Afonso III das Astúrias/Leão.

Ainda sobre as origens geográficas de Ibn Maruán (ou da sua família) diremos que talvez o caudilho descendesse de velha estirpe hispano-romana de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão) ou de Mérida. Aquela cidade romana estendia seu termo a terras hoje espanholas e confinava com o território da colónia de Mérida. O foral dado a Marvão em 1226 atribui à vila um extenso termo que poderá conservar memória dos antigos limites de *Ammaia*.

Quanto a al-Surunbâqi, seria originário de uma família de Beja (SIDARUS, 1990).

A família de Ibn Maruán estava no séc. X instalada em Mérida, e o pai do nosso caudilho chegou a ser governador da cidade. Foi assassinado em 828, no decurso de uma revolta ou agitação urbana (LÉVI-PROVENÇAL, 1950, I: 208; PICARD, 2000: 44).

Em 862, Ibne Maruán revoltou-se em Mérida contra o emir Muhâmmad. Este atacou a cidade, destruiu-a parcialmente e o revoltoso foi levado para Córdova – onde, porém, terá sido tratado não propriamente como prisioneiro, mas como homem vigiado.

Tendo conseguido sair da cidade, refugiou-se em Alange (Mérida). Aí cercado durante mais de três meses, em 874 ou 875, acabou por obter perdão de Muhâmmad e foi, de acordo com o emir, fixar-se em Badajoz, que era então modesto povoado (PICARD, 1981). Um seu neto terá ficado em Córdova como refém (LÉVI-PROVENÇAL, 1950, I: 297). Ibn Maruán não andaria então longe dos seus 50 anos.

Tendo Ibn Maruán incorrido logo depois, uma vez mais, na ira do emir (decerto por incumprimento do trato feito), Muhâmmad mandou contra ele um exército comandado por Hâshim e pelo príncipe herdeiro al-Mundir. Foi isto no início da Primavera de 876.

Ibn Maruán retirou-se de Badajoz e, tendo atravessado o *iqḷīm* ou distrito de *Mistāsa*, junto do Tejo, refugiou-se em *Munt Salūt*.

Cabe a Martim Velho o mérito de ter identificado *Munt Salut* com Monsalude, na área de Dornes, sobre o rio Zêzere.

A primeira referência a *Munt Salūt* reporta-se a 835, quando Mahmūd b. Abd al-Yabbār, um berbere da tribo de Masmūda, aí se refugiou. Este Mahmūd viria a fugir para junto de Afonso II das Astúrias e uma sua irmã, Jamila, foi mãe de um bispo de Santiago de Compostela (MANZANO MORENO, 1991: 190).

Se Monsalude ficava sobre o Zêzere, o local exacto do castelo não é determinável (CONDE, 2000: 64-66). Poderá corresponder a Dornes (Ferreira do Zêzere)? O nome de Monsalude aparece como designação de um reguengo em documento de D. Sancho I, datado de 1200 (DS, doc. 134). O rei doou então o reguengo, com seu castelo, a D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Afonso Henriques. Infelizmente, o documento não permite saber qual o lugar exacto do castelo – que, aliás, em 1200, poderia ser outro que não aquele em que Ibn Maruán se havia refugiado. O nome de Monsalude, que desapareceu da toponímia local, encontra-se registado em outros documentos até ao séc. XVI (BAIÃO, 1909: 259). Estes documentos confirmam a identificação da área mas não esclarecem a posição do castelo do séc. IX ou do séc. XIII.

Muito provavelmente, Ibn Maruán, saindo de Badajoz, tomou a velha estrada romana de Mérida a Santarém. Vinha esta por Elvas, Alter do Chão, Ponte de Sor e Mestas. Não longe desta área, seguia para Crucifixo (Abrantes) e atravessava o Tejo nas imediações de Constância. Na época romana, seguia para *Selium* (Tomar). Aqui encontrava a estrada, também romana, que vinha de *Olisipo* (Lisboa) por *Scallabis* (Santarém) e subia depois a *Conimbriga* e *Aeminium* (Coimbra).

Hâshim e al-Mundir, perseguindo Ibn Maruán, passaram por *M.qa.l.s*, no distrito de *Amsîn*, e por *S.m.b* (VELHO, 1981: 281; MANZANO MORENO, 1991: 195-196).

O primeiro nome tem sido entendido como *Maqalas* e não há, para ele, proposta séria de identificação. Perguntamo-nos se não se poderá restituir *Michaelis* – e aqui temos uma primeira dúvida de transliteração.

O culto de S. Miguel, muito relacionado (mas não exclusivamente) com montes, poderá remontar, na Península Ibérica, ao séc. VII e está seguramente atestado desde o último quartel do séc. IX (GARCÍA RODRÍGUEZ, 1966: 134-136; COSTA, 1997: 501; HENRIET, 2007; GOUVEIA, 2007). Não é improvável, pois, que Hâshim tenha passado por algum sítio que tivesse o santo como epónimo. Os arabistas dirão, porém, se *M.qa.l.s* é, ou não, compatível com a transliteração sugerida. Mesmo que o seja, ficamos sem saber onde ficaria esse lugar.

O texto de Ibn Hayyán refere que Hâshim atravessou o Tejo. Mas onde é que terá passado o rio? Aqueles lugares ficariam a sul ou a norte do Tejo? Manzano Moreno (1991: 196) situa-os a sul do Tejo. Se Hâshim veio pela mesma estrada de Ibn Maruán, por que razão não se menciona o mesmo lugar de *Mistāsa*?

Tendo em atenção que Hâshim, no seu caminho, recebeu dos habitantes de Cória e de *Egitania* (Idanha-a-Velha, então governada por Muhâmmad ben Taÿit), um preito de fidelidade (MANZANO MORENO, 1991: 187-188), podemos perguntar-nos se não passou pela Extremadura



(espanhola) e pela Beira Baixa, tendo tomado uma rota, também de origem romana, que ligava *Egitania* a *Selium*. Terá o general omíada aproveitado para reforçar o domínio cordovês naquelas cidades, ou para recrutar aí tropas que engrossassem o seu exército ou guias que o conduzissem?

Retomando os nomes de *Amsīn* e de *S.m.b*, não temos proposta de identificação para o primeiro. Quanto ao segundo, Martim Velho (1981: 281) leu *Samb*. O nome recorda-nos Sambado e Sambale, topónimos na área da Sertã. Se Hâshim veio pela estrada de Idanha-a-Velha a Tomar, terá passado por esta área. Materiais dos sécs. X-XI recolhidos no castelo da Sertã (BATATA, 1998: 75) demonstram a ocupação da vila nesta época. Porque a restituição *Samb* não é segura, porque também não é certo que Sambado e Sambale se devam interpretar como derivados de *Samb* (com os sufixos *-adis* e *-alis*), e porque o nome de Sambade se repete noutros lugares de Portugal e da Galiza e se encontra como nome pessoal na documentação da Alta Idade Média (MACHADO, 1993 e FERNANDES, 1999 s. v. Sambade), não podemos sustentar convictamente que *S. m. b* corresponde a lugar nas imediações da Sertã.

Ameaçado por Hâshim, que se aproximava, Ibn Maruán retirou de Monsalude para *Karkar* e mandou recado a al-Surunbâqi para que viesse socorrê-lo nesse lugar. Tendo-se posto logo a caminho, al-Surunbâqi chegou a *Karkar* na manhã do segundo dia de marcha.

Martim Velho (1981) identificou *Karkar* com Cárquere (Resende). A identificação parece-nos dificilmente sustentável, não por razões linguísticas, mas porque não vemos como ou porquê teria Ibn Maruán retirado para tão longe. A sequência dos acontecimentos deixa-nos crer, aliás, que todas as operações se realizaram a sul de Coimbra.

Cárquere foi povoação importante na época romana (ALARCÃO, 2005: 156-158). Talvez ainda o fosse nos sécs. X-XI. Uma inscrição de Mosteiro de Fráguas (Tondela) recorda um arquitecto de Cárquere (nome grafado *Carcere*) que, na segunda metade do séc. X ou na primeira do séc. XI, ergueu uma igreja naquela localidade (BARROCA, 2000, II (I), nº 49). No séc. XII, a povoação poderia estar muito diminuída da sua antiga importância, mas existia aí um mosteiro de bastante projecção nacional (LP, docs. 39 e 636).

Do ponto de vista linguístico, como dissemos, não pode haver objecção à identificação de *Karkar* com Cárquere de Resende; e porque o *Repertório Toponímico* não assinala, em Portugal, outra localidade com o mesmo nome, diríamos que Martim Velho tem razão.

O autor reforçou a sua argumentação dizendo que al-Surunbâqi se encontrava na *madinat Burtuqāl* quando recebeu recado de Ibn Maruán. Dizem-no Ibn al-Quttiyya e Ibn Hayyân (citados por MANZANO MORENO, 1991: 196). A *madinat Burtuqāl* corresponde certamente à cidade do Porto, reconquistada em 868. É irrelevante, para o caso, que Martim Velho, servindo-se de argumentos toponímicos, tenha situado al-Surunbâqi em Vila Nova de Gaia. Estando no Porto ou em Vila Nova de Gaia, al-Surunbâqi facilmente chegaria a Cárquere na manhã do segundo dia de marcha (quer este se entenda como dia seguinte ao da partida, quer se imagine que o caudilho demorou dois dias e duas noites).

É mais do que duvidoso, porém, que al-Surunbâqi estivesse então na *madinat Burtuqāl*. Se a sua presença aqui, em algum tempo antes de 876 (ou ainda no início do ano da hégira correspondente ao ano cristão de 876) parece inegável, parece também dever deduzir-se das fontes árabes que, deixando o Porto, al-Surunbâqi se dirigiu a Juromenha, vila então governada por um certo Makhul, também rebelde ou contestatário do poder do emir Muhâmmad (MANZANO MORENO, 1991: 198). Este movimento parece ter sido contemporâneo do cerco de Alange e anterior à primeira residência de Ibn Maruán em Badajoz. É possível que os dois caudilhos tenham retirado da área de Badajoz/Juromenha perante a ofensiva de Hâshim ou que al-Surunbâqi já tivesse partido para outro lugar mesmo antes do avanço de Hâshim. Não imaginamos, porém, onde poderia estar al-Surunbâqi quando Ibn Maruán, de Monsalude, o convocou a *Karkar*.

Como anteriormente vimos, Hâshim pode ter vindo, na peugada de Ibn Maruán, pela estrada de Badajoz/Elvas/Alter do Chão/Ponte de Sor/Constância – e, neste caso, aproximar-se-ia de

Monsalude pelo sul; mas também é possível que tenha tomado a estrada de Idanha-a-Velha a Tomar – e então alcançaria Monsalude pelo oriente.

A incerteza quanto ao percurso de Hâshim torna difícil imaginar qual terá sido o movimento de Ibn Maruán – tanto mais que, tratando-se de movimento estratégico, tanto podemos supô-lo como recuo (no sentido contrário ao da direcção de Hâshim), como avanço para uma posição eventualmente mais defensável. Se Hâshim veio pela estrada de Idanha-a-Velha a Tomar, o ponto mais estratégico para defesa de Ibn Maruán seria Dornes (pelas dificuldades de travessia do rio e pela posição dominante do lugar). Mesmo neste caso, porém, outros pontos, como S. Pedro do Castro ou Pedrógão Grande, seriam lugares de resistência convenientes. Por qualquer razão, Ibn Maruán poderia, todavia, ter-se antecipado em vez de ter recuado e ter tomado posição na Sertã ou em Isna.

Em trabalho anterior (ALARCÃO, 2012: 129-130) sugerimos, para Isna, uma origem em *Asina*. Revendo o assunto, reconhecemos agora o provável acerto de quem tem defendido que o topónimo deriva da palavra árabe *hisn*, “fortificação” ou “lugar fortificado”.

Não temos, porém, indícios de que Sertã ou Isna possam ter tido o nome de *Karkar* – ainda que, na freguesia (e concelho) da Sertã, haja o topónimo Vale de Cercera (não registado na Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, mas constante do Livro Antigo de Matrizes Prediais da freguesia). Se hoje lemos o /c/ com valor de /ç/, o topónimo, se acaso remonta ao séc. IX, podia pronunciar-se então (ou ter sido originalmente pronunciado) com consoante palatal /k/ ou /qu/, como na inscrição atrás citada de Mosteiro de Fráguas.

Que razões nos levam a pensar que *Karkar* não corresponde a Cárquere de Resende, mas ficaria não longe de Monsalude?

Para além das dúvidas, já apresentadas, sobre se al-Surunbâqi se encontrava então na *madinat Burtuqāl*, e da falta de razoabilidade da hipótese de Ibn Maruán ter retirado para tão longe, temos, como argumento, a sequência dos acontecimentos.

Diz Ibn Hayán que, estando Ibn Maruán e al-Surunbâqi cercados em *Karkar* há um mês, o segundo, rompendo o cerco, fez uma surtida a Coimbra ou à sua região (MANZANO MORENO, 1991: 200-201). A cidade era então governada pelos Bānu Dānis. Picard (2000: 45) sugeriu mesmo a conquista de Coimbra por al-Surunbâqi e Ibn Maruán (e a sua posterior entrega a Afonso III). Nada nos indicia tal conquista – e o movimento de al-Surunbâqi a Coimbra pode entender-se como campanha para complicar a situação militar dos Muçulmanos ou para evitar que os Bānu Dānis viessem juntar-se às tropas de Hâshim.

Hâshim, deixando tropas em *Karkar* para manterem o cerco a Ibn Maruán, partiu na direcção de Coimbra, em perseguição de al-Surunbâqi. Veio este ao seu encontro (terá sido em Julho de 876) e, atravessado o rio *Ashad*, derrotou o general e levou-o prisioneiro para Monsalude.

Martim Velho (1981) identificou o rio *Ashad* com o Zêzere. Não se apercebeu o autor da incongruência em que incorria. Se *Karkar* era Cárquere, que estranho movimento teriam feito al-Surunbâqi e Hâshim, vindo de Resende a Coimbra e atravessando depois o rio Zêzere! Se, pelo contrário, localizarmos *Karkar* não muito longe de Monsalude, a movimentação poderá entender-se.

A identificação do rio *Ashad* com o Zêzere não é segura. O Zêzere aparece consistentemente como *Ozezar* ou *Uzezar* na documentação dos sécs. XII e XIII e não vemos possibilidade de relacionar linguisticamente este nome com *Ashad*. Não podemos, é certo, afastar a possibilidade de o rio ter sido conhecido por dois nomes de diferente origem etimológica. Mas o *Ashad* seria mesmo o Zêzere?

Admitindo que *Ashad* seja correcta transcrição do nome árabe, e que este corresponda a mera transliteração do nome dado pela população de raiz hispano-romana, e admitindo ainda que o nome teria persistido, a forma actual poderia ser, eventualmente, Achada. O topónimo repete-se na zona de Caxarias/Gondemaria/Olival (Vila Nova de Ourém) como nome de área e de lugarejo (Achada do Cachimbo, Achada do Olival e Achada do Pontão). Também aí se encontra o topónimo Chada.

A hipotética situação do *Ashad* na área de Caxarias enfrenta, porém, uma dificuldade: se a área é percorrida por numerosas linhas de água, nenhuma parece suficientemente importante para merecer menção numa crónica árabe. O rio que, de maior caudal, corre nas proximidades é o Nabão, mas não temos indício de que em algum tempo se tenha chamado Achade. O nome de Nabão poderá não ser muito antigo. No séc. XII, o rio era chamado Tomar. Este nome, sim, poderá ser antigo, pois, em época romana, havia um rio *Tamaris* na área dos *Celtici* do extremo Noroeste peninsular (MELA III 1,11; GARCÍA ALONSO, 2003: 139). A evolução *Tamaris* > *Tamare* > Tomar é possível. Numa doação de D. Afonso Henriques ao mosteiro de *Tomaréis* (*DR*, doc. 309, de 1172) acha-se referência ao *rivulum que dicitur Tomarel* – e este nome é diminutivo de Tomar.

Entre Santarém e Torres Novas existe a vila de Achete, que mantém o /t/ sem o abrandamento normal (ou frequente) em /d/. Se o rio *Ashad* ficava para este lado, Ibn Maruán teria retirado de Monsalude para sudoeste.

Retomando o nome de *Karkar*, talvez se possa admitir que o topónimo derive de *quercus*, “carvalho”. *Karkar* estará por *Quercaris* ou *Quercare*? Este nome poderia ter dado, na nossa língua, Cercal. Se é certo que Cercal deriva de *Quercalis*, a fácil troca do /r/ pelo /l/ permite encarar a eventualidade de *Quercaris* > Cercal. O nome Cercal existe naquela área de Caxarias/ /Gondemaria/Olival, mas é tão comum em todo o país que, mesmo admitindo a nossa hipotética etimologia, não podemos apostar na localização de *Karkar* na área de Vila Nova de Ourém.

Na hipótese de *Karkar* se encontrar na área da Sertã ou de Isna, faria sentido a identificação do *Ashad* com o Zêzere ou com algum dos seus afluentes, por exemplo, a ribeira hoje chamada de Alge.

Renunciando à identificação exacta do lugar de *Karkar* e à do rio *Ashad*, sustentaremos que a hipótese de aquele lugar ficar perto de Monsalude e, portanto, na área de Dornes, é a que melhor permite entender os movimentos. De *Karkar*, a sul de Coimbra, al-Surunbâqi teria ido àquela cidade; Hâshim teria ido em sua perseguição; e al-Surunbâqi, regressando, teria encontrado o general omíada no caminho, tê-lo-ia feito prisioneiro e conduzido a Monsalude. Esta suposta movimentação também se coaduna melhor com a referência de que os dois caudilhos levaram depois Hâshim para Lisboa. Valorizando esta última, não deixaremos de interrogar-nos sobre se *Karkar*, afinal, não poderia mesmo encontrar-se para os lados de Tomar ou Santarém. Neste caso, continuaria a fazer sentido a surtida de al-Surunbâqi a Coimbra. Poderíamos valorizar aqui a referência de autores árabes à residência que al-Surumbâqi teve, em algum tempo, num monte entre Santarém e Coimbra; mas, como veremos adiante, é possível que o caudilho tenha tido essa residência em época posterior aos acontecimentos de que acabámos de ocupar-nos.

Depois da prisão de Hâshim, os caudilhos atacaram a região de Lisboa. Pouco depois, Ibn Maruán fixou-se em Marvão, donde atacou as *kuras* de Beja e Ossónoba. A contestação local que entretanto surgiu em Marvão levou-o pedir a intervenção de Afonso III, que acorreu e o levou para terras cristãs (MANZANO MORENO, 1991: 201-202; MEULEMEESTER, DEWULF e GRANGÉ, 2011: 291-294).

Diz Ibn Hayyân que Ibn Maruán passou oito anos em terras de Afonso III, num lugar chamado *b.t.r.l.s.t* e que, no fim desse tempo, regressou a Badajoz.

Tomando por bom o prazo de oito anos, podemos pensar que corresponde ao período de 876 a 884. Na primeira daquelas datas, Ibn Maruán veio, como vimos, para Monsalude. Em 884, Afonso III celebrou uma trégua com Muhâmmad – e talvez, nos termos desse acordo, alguma cláusula tenha concedido perdão a Ibn Maruán e autorização para regressar a Badajoz.

Martim Velho (1981: 277) identificou *b.r.t.l.s.t*, com Pedra da Lousa, na serra de Montemuro. Manzano Moreno (1991: 202) não discordou; Picard (2000: 46) tem dúvidas na identificação.

Em termos estratégicos, e pelo menos depois de 878 (data da conquista de Coimbra aos Mouros por Hermenegildo Guterres), seria talvez mais útil a Afonso III a fixação de Ibn Maruán na serra da Lousã ou algures nas margens do Zêzere. O caudilho, aí estabelecido, ajudaria à defesa

de Coimbra contra qualquer tentativa de retomada da cidade pelas tropas omíadas.

Na serra da Lousã e nas serranias por onde corre o Zêzere são comuns os topónimos que incluem a palavra Lousa – o que, aliás, se explica pela constituição geológica dos terrenos. Não nos podemos esquecer, porém, de que Ibn Hayyán, referindo-se a *b.t.r.l.s.t*, parece situar o lugar junto do Douro (VELHO, 1981: 282; MANZANO MORENO, 1991: 202).

A fixação de Ibn Maruán numa suposta *Bitra Lousa* parece, todavia, contraditada pela informação de Ibn Haldūn, que diz ter-se estabelecido o caudilho num lugar chamado *Antaniyya* (MANZANO MORENO, 1991: 203; PICARD, 2000: 46).

A identificação de *Antaniyya* com *Egitania*, proposta por Lévi-Provençal (1950, I: 299) e seguida por muitos outros autores não tem fundamento sério. *Egitania*, aliás, não seria chamada pelos árabes nem *Antaniyya* nem *Lajdaniyya*. Nos fins do séc. IX, é provável que a pronúncia fosse *Ajdânia* (ALARCÃO, 2012: 117-118).

Martim Velho (1981: 296-303) sustentou a identificação de *Antaniyya* com Ateanha (Ansião) e a identificação foi aceite por Manzano Moreno (1991: 203). Em Ateanha, Ibn Maruán cumpriria a hipotética função de defender a cidade de Coimbra. Não podemos, porém, basear a identificação de *Antaniyya* com Ateanha naquilo que é apenas uma hipótese de disposição estratégica; e aceitando como correcta a leitura *Antaniyya*, há dificuldades linguísticas naquela identificação.

A evolução normal seria *Antaniyya* > *Antanha*. O desaparecimento do /-n-/ da raiz *Ant-* poderia aceitar-se pensando em *mensa* > mesa ou nas formas medievais *iffante* por “infante” ou *messegeiro* por “messageiro”. A verdade, porém, é que a raiz indo-europeia *Ant-* geralmente mantém-se, como em Antuzede ou Antanol (citando apenas dois topónimos da região de Coimbra). Por outro lado, o nome de Ateanha parece explicar-se pelo (ou relacionar-se com o) antropónimo hispano-romano *Attianus* (que, aliás, se regista em Tomar e Ferreira do Zêzere, *vid. Atlas antroponímico*) ou com o antropónimo germânico *Attila* (MACHADO, 1993).

No início deste artigo aludimos aos erros que podem ter sido cometidos em transliterações de uma a outra língua e às dúvidas com que podemos acolher transliterações do árabe para as línguas modernas. Reforçamos a nossa observação recorrendo aos erros que se encontram em manuscritos medievais mesmo quando os copistas se moviam no mesmo horizonte linguístico e não tinham de fazer transliterações de uma língua a outra; e daremos, como exemplo, o nome de *Antunane* (moderna Antuã) que, no *Parochiale Suevum*, aparece também com as grafias *Antusiane*, *Astusiane*, *Astrussiane*, *Asturiane*, *Astrucione* (DAVID, 1947: 37).

Na *Crónica de Albelda* (FERNÁNDEZ, MORALEJO e RUÍZ DE LA MATA, 1985: 176-177) lê-se, a propósito de Afonso III: *Dezzam castrum iste cepit, Antezam pace adquisivit, Conimbriam ab inimicis possessam eremavit et Gallecis postea populavit*, “tomou o castelo de Dezza, obteve Anteza pacificamente, tomou Coimbra ao inimigo e depois povoou-a de Galegos”.

Interessa agora pouco a identificação da origem dos Galegos (que, dada a extensão do termo *Gallecia*, seriam homens vindos do norte, mas não, necessariamente, da actual Galiza). Também não interessa muito discutir se *populavit* se deve entender no sentido de trazer colonos ou repovoadores ou antes no sentido de entregar o governo da cidade a família(s) de homens do Norte.

Numa versão da *Chronica Gothorum* publicada em *Scriptores*, e naquele passo correspondente às conquistas de Afonso III, lê-se: *cepit namquem castrum quod dicitur Nazam, Anteneam pace acquisivit, Conimbricam possessam heremitavit...* Numa outra versão temos *Antiensem* por *Anteneam*.

Na *Chronica Gothorum* temos, pois, *Nazam* por *Dezzam* da *Crónica de Albelda* e *Anteneam* ou *Antiensem* por *Antezam* da mesma crónica.

Com tantas divergências, é duvidoso (ou mesmo arbitrário) restituir *Deça* e *Antenea*; mas não é menos duvidoso (ou arbitrário) considerar como correctas as formas *Naza* (ou Naça) e *Anteza* (ou Anteça) ou *Antiense*. Também é duvidoso identificar esta última localidade com Atienza, como por vários autores tem sido proposto.



Admitindo como correcta a forma *Antenea* da *Chronica Gothorum*, não podemos deixar de assinalar a aparente concordância de *Antenea* e *Antaniyya*. Mas onde ficaria esta localidade?

A referência a *Dezza* (ou Deça) e a *Antenea* no mesmo passo em que se fala de Coimbra sugere (mas não prova) a vizinhança dos lugares. Deça ficaria perto do rio Dueça, que corre imediatamente a oriente de Penela? E *Antaniyya* / *Antenea* não ficaria muito longe?

Em conclusão: se a correspondência de Ateanha com a *Antaniyya* onde Ibn Maruán se fixou tem plausibilidade em termos estratégicos, as dificuldades de relação linguística de Ateanha com *Antaniyya* obrigam-nos a acolher com muita reserva tal identificação.

Não podemos, porém, deixar de assinalar que, entre Ateanha, Alvorge e Pombalinho (no concelho de Ansião), são vários os topónimos de origem árabe: Alvorge (“a torre”), Alcalamouque, Aljazedede, Façalamim.

Este último (de *Fahs al-Amir*) significa “campo do emir”. O nome perdeu-se e a localização de Façalamim continua a ser discutida (ARNAUT, 1939: 10; COUTINHO, 1986: 180-187; RODRIGUES e GOMES, 2012: 60-64). Não se deve procurar uma aldeia, visto que o documento mais antigo em que encontramos o nome (*DR*, doc. 182; *LS*, doc. 9) (doação da herdade do Alvorge por D. Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Cruz, em 1141) fala dos *casales de Fazalamir*, da *garganta Fazalamir* e do *lombum Fazalamir*. O documento delimita a herdade *ab oriente*, isto é, partindo do lado oriental, por onde a herdade confrontava com terras dos Templários. Ora os Templários tinham Soure, e seria com estas terras sourenses que a herdade do Alvorge confrontaria, mas pelo ocidente. Admitindo, no documento, um erro de *ab oriente* por *ab occidente*, a delimitação segue o movimento contrário ao dos ponteiros do relógio. Entenderemos assim melhor a sequência dos lugares mencionados como limites, e situaremos aqueles casais, aquela garganta (ou passagem entre montes) e aquele lombo (ou cumeada) imediatamente a sudeste, oriente e nordeste de Ateanha.

Ainda que tardio, não deve ignorar-se um testemunho do séc. XVII, que fala da *Senhora da Orada de Façalamim* (RODRIGUES e GOMES, 2012: 63). A ermida da Senhora da Orada fica entre Santiago da Guarda e Monte Alvão, muito perto deste último. Sendo tardio o testemunho, e admissível que o nome de Façalamim tivesse no séc. XVII uma extensão que não seria a do séc. XII, inclinamo-nos todavia para considerar que o “campo do emir” não deve tomar-se no sentido de uma courela ou pequena área, mas no de uma área vasta que, inicialmente, até poderia ultrapassar os limites de Ateanha (a oriente) e de Alvorge (a ocidente). Não seria inadequado “traduzir” Façalamim por “várzea do emir”, visto que na área indicada se multiplica o topónimo Várzea, com ou sem determinativo. Ficaria o “campo” entre a velha estrada romana de *Selium* (Tomar) a Conimbriga e uma outra via (de origem mais duvidosa, mas já existente no séc. XII) que, vinda do sul, alcançava Penela.

O emir seria Ibn Maruán ou al-Surunbâqi?

Al-Surunbâqi, como vimos atrás, fixou-se num monte, que tomou o seu nome, entre Santarém e Coimbra (VELHO, 1981: 284-285; SIDARUS, 1991: 20, citando Ibn Hayyán). Ora numa Inquirição de 1262 (ARNAUT, 1939, doc. XIV, p. XLVI) encontra-se o topónimo *Cirembaga*. Pelo contexto, parece depreender-se que o lugar ficava entre Alvorge, Trás de Figueiró, Torre de Vale de Todos e Monte Alvão. Martim Velho (1981: 285) considerou *Cirembaga* como deturpação de Surunbâqi. Tem o autor, provavelmente, razão. O lugar onde al-Surunbâqi se fixou ficaria na área de Alvorge? Ter-se-ão fixado os dois caudilhos muito próximos um do outro, dominando os acessos a Coimbra pelo sul, e, portanto, em posições estratégicas para a defesa da cidade reconquistada em 878?

Voltando ainda a Ibn Maruán, este fixou-se, finalmente, em Badajoz. As relações com o emir eram, todavia, tensas. Ibn Maruán ameaçou retirar-se para Marvão. Muhâmmad recuou então na sua hostilidade ou desconfiança e, de boa vontade ou a contragosto, com ou sem condições ou garantias, acabou por apoiar Ibn Maruán na construção de uma mesquita e de uns banhos em



Badajoz. E assim se tornou centro urbano relevante o que até então não teria passado de um modesto povoado (PICARD, 1981).

Não consideramos provada nenhuma das hipóteses apresentadas neste artigo. Os percursos de Ibn Maruán e de al-Surunbâqi continuam duvidosos. Cabe aos arabistas a releitura dos textos árabes, para verificarem a viabilidade do que propusemos, quer quanto à identificação dos lugares, quer quanto aos movimentos; e cabe aos arqueólogos o papel de explorarem as áreas de Ateanha e Alvorge, procurando testemunhos de uma ocupação dos finais do séc. IX.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge de (2005), “O território dos *Paesuri* e as suas principais povoações”. *Conimbriga*, 44, Coimbra, pp. 147-171
- \_\_\_\_ (2012), “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia. VI”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, Lisboa, pp. 113-137
- ARNAUT, Salvador Dias (1939), *Ladeira e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, Casa do Castelo
- Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida: Fundación de Estudios Romanos/Bordeus, Ausonius, 2003
- BAIÃO, António (1909), “A villa e o concelho de Ferreira do Zêzere nos séculos XV e XVI”. *O Archeologo Português*, 14, Lisboa, pp. 132-169 e 265-294
- BATATA, Carlos (1998), *Carta arqueológica do concelho da Sertã*, Sertã, Câmara Municipal
- BOUET, Pierre; OTRANTO, Giorgio; VAUCHEZ, André (coords.) (2007), *Culto e santuari di san Michele nell' Europa medievale*, Bari, Epiduglia
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2000), *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*. 2 vols, Cascais, *Patrimonia*
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997), *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, Vol. I. Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta
- COUTINHO, José Eduardo Reis (1986), *Ansião. Perspectiva global da Arqueologia, História e Arte da vila e do concelho*, Coimbra, Ed. do Autor
- DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal du V<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa, Livraria Portugália Editora; Paris, Les Belles-Lettres
- DC = Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et chartae*, Lisboa: Academia das Ciências, 1867-1873
- DOZY, R. (1932), *Histoire des musulmans d'Espagne jusqu'à la conquête de l' Andalousie par les almoravides (711-1110)*, 3 vols, Leyde: E. J. Brill
- DR = Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, ed. de AZEVEDO, Rui de. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962
- DS = AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues (1979) – Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra
- FERNANDES, A. de Almeida (1999), *Toponímia portuguesa (Exame a um dicionário)*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense
- FERNÁNDEZ, Juan Gil; MORALEJO, José L.; RUÍZ DE LA PEÑA, Juan I. (1985), *Crónicas asturianas*, Oviedo, Universidad de Oviedo
- FRANCO MORENO, Bruno (2011), “La revuelta de Abd al-Rahman bn Marwán al-Ylliqi ben Yunus en el occidente de Al-Andalus: itinerário e asentamientos”. In *III Jornadas de Arqueologia e Historia Medieval*, Mérida, Consorcio Ciudad Monumental Historico-Artística e Arqueológica, pp. 275-295

- GARCÍA ALONSO, Juan L. (2003), *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*, Vitória/Gasteiz, Universidad del País Vasco
- GARCÍA RODRÍGUEZ, Carmen (1966), *El culto de los santos en la España romana y visigoda*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- GOUVEIA, Mário de (2007), “S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI)”. In BOUET, OTRANTO e VAUCHEZ, 2007, pp. 81-112
- HENRIET, Patrick (2007), “*Protector et defensor omnium*. Le culte de saint Michel en péninsule Ibérique ». In BOUET, OTRANTO e VAUCHEZ, 2007, pp. 113-131
- LÉVI-PROVENÇAL, F. (1950), *Histoire de l’Espagne musulmane*, 3 vols., Paris, Maisonneuve & C<sup>ie</sup> / Leiden, E. J. Brill
- LP = *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral. Direcção e coordenação editorial de RODRIGUES, Manuel Augusto e COSTA, Avelino de Jesus da, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999
- LS = *Livro Santo de Santa Cruz (Cartulário do séc. XII)*. Edição preparada por VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990
- MACHADO, José Pedro (1993), *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte
- MANZANO MORENO, Eduardo (1991), *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- MELA, *De Chorographia*. In *Fontes Hispaniae Antiquae*, VII, Barcelona, Instituto de Arqueología y Prehistoria
- MEULEMEESTER, Johnny de; DEWULF, Joke; GRANGÉ, Mathieu (2011), “Premiers résultats d’ un projet de recherche d’ archéologie du paysage dans la basse vallée du *Wadi S. bir* (Rio Sever): le territoire d’ Ammaia/Marvão de l’ Antiquité tardive au Moyen Âge». In CARNEIRO, André et alii (eds.), *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3<sup>as</sup> Jornadas*, Lisboa, Colibri / Fronteira: Câmara Municipal, pp. 287-310
- PEÑA SOLAR, J. Ignacio Ruiz de la (1995), “La monarquía asturiana”. In *El reino de León en la Alta Edad Média, III, La monarquía astur-leonesa, de Pelayo a Alfonso VI (718-1109)*, León, Centro de Estudios e Investigaciones «San Isidoro», pp. 9-127
- PICARD, Christophe (1981), “La fondation de Badajoz par Abd al-Rahmân ibn Yunus al-Jillikî (fin IX<sup>e</sup> siècle)”. *Revue des Études Islamiques*, 49, Paris, pp. 215-229
- (2000), *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle). L’occident d’ al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose
- Repertório Toponímico de Portugal*. Lisboa: Serviço Cartográfico do Exército, 1967
- RODRIGUES, Mário Rui Simões e GOMES, Saul António (2012), *Notícias e Memórias Paroquiais setecentistas. 10. Ansião*, Coimbra, Palimage
- Scriptores = Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856
- SIDARUS, Adel (1990), “O Alentejo durante a dissidência luso-muçulmana do séc. IX-X”. In *Nós e a História. Actas do Encontro Regional de História (Universidade de Évora)*, s. ed., pp. 31-44. Também em VIGUERA MOLÍNS, M<sup>a</sup> Jesús e CASTILLO, Concepción (coords.), *El esplendor de los Omeyas cordobeses: la civilización musulmana de Europa occidental*, Granada, El legado andalusí, 2001, pp. 160-167
- (1991), “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”. *Ibn Maruán*, 1, Marvão, pp. 13-26
- VELHO, Martim (1981), “Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sadun Surunbaqi. A localização de Monsalude”. *Proceedings of the ninth Congress of the Union Européenne d’ Arabisants et Islamisants*, Leiden, pp. 270-287



**Fig. 1** – Mapa de Portugal, com indicação de algumas localidades mencionadas neste artigo

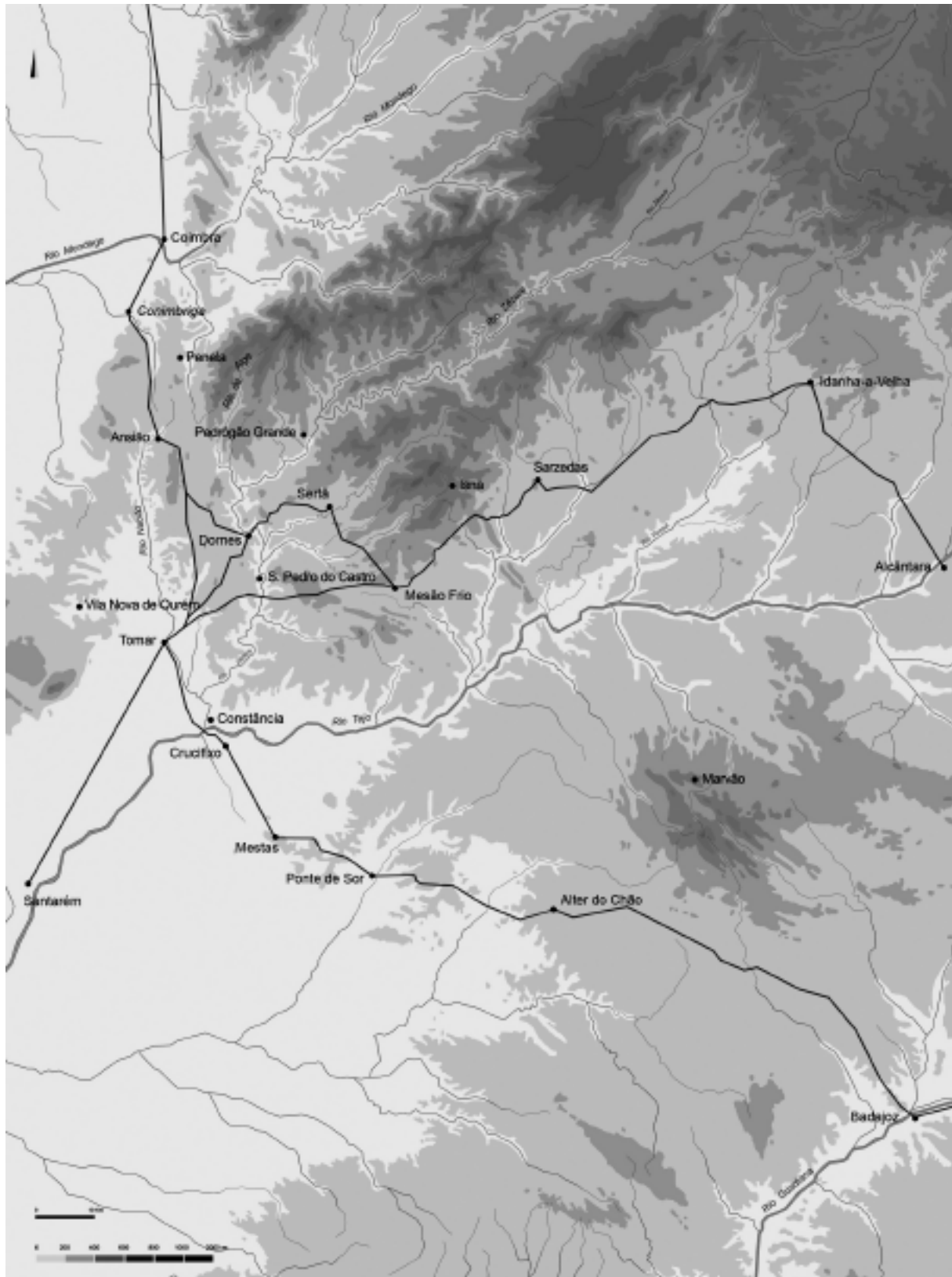
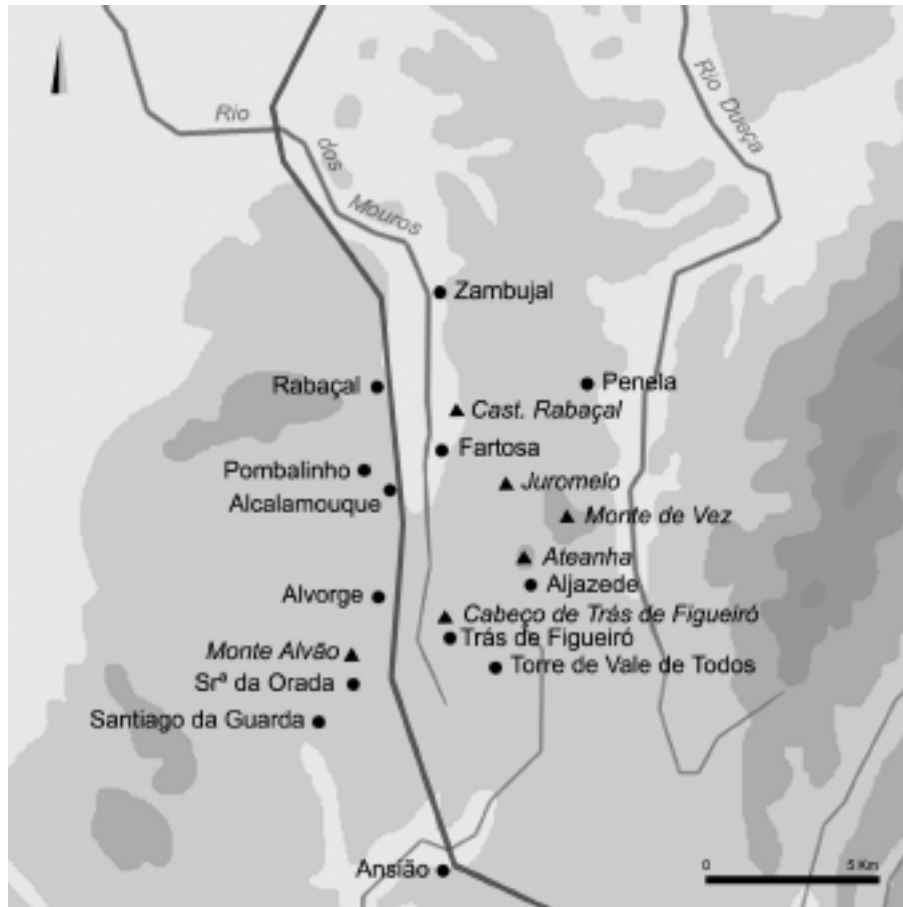


Fig. 2 – Mapa da área por onde terá andado Ibn Maruán em 876



**Fig. 3** – Mapa da área onde se poderão ter estabelecido Ibn Maruán e/ou al-Surunbáqi



## AS QUATRO FACES DE RODRIGO SANCHES

Mário Jorge Barroca<sup>1</sup>

### RESUMO:

Rodrigo Sanches, filho bastardo de D. Sancho I, faleceu em 1245 na Lide do Porto, o recontro que inaugurou a Guerra Civil de 1245-48. O seu monumento funerário resultou de encomenda feita por sua irmã, D. Constança Sanches, e foi executado nas oficinas de escultores de Coimbra c. 1263-64. Desde 1626 estava no Claustro do Mosteiro de Grijó, embutido num arcosólio, o que apenas permitia a leitura da tampa e do seu lateral esquerdo. Recentemente foi retirado do arcosólio e deslocado para uma capela do Claustro. Isso permitiu que, pela primeira vez em quase quatrocentos anos, fosse possível analisar a iconografia das restantes faces do monumento, de que aqui se apresenta uma primeira reflexão.

**Palavras-chave:** Rodrigo Sanches; Mosteiro de Grijó; Cenotáfio com estátua jacente.

### ABSTRACT:

Rodrigo Sanches, bastard son of king Sancho I, died in 1245 in the first battle of the Civil War of 1245-48. His monument was commissioned by his sister, D. Constança Sanches, and executed in Coimbra c. 1263-64. The cenotaph was removed, in 1626, to the Cloister of the monastery of Grijó, and placed in an arcosolium, which only allowed the reading of the lid and the left side of the sarcophagus. Recently, it was removed to a chapel in the Cloister. For the first time in nearly 400 years, we can now analyze the iconography of the four faces of the monument. We present, here, our first reflection.

**Keywords:** Rodrigo Sanches; Monastery of Grijó; Medieval cenotaph with effigy.

O monumento funerário de Rodrigo Sanches, que se conserva no Mosteiro de S. Salvador de Grijó (Vila Nova de Gaia), ocupa um lugar de destaque na escultura tumular medieval portuguesa e na nossa História da Arte, não só pela sua qualidade intrínseca mas, também, por ser provavelmente a segunda mais antiga experiência no domínio da estatuária jacente que Portugal conheceu. O túmulo, destinado originalmente à Capela de Santa Maria do Mosteiro de Grijó, onde devia ficar isolado, afastado dos muros, foi transferido, no século XVII, para o Claustro do mesmo mosteiro, tendo ficado embutido num arcosólio. A partir de então apenas ficou visível a tampa, ornamen-

---

<sup>1</sup> Professor Associado com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP) (unidade I&D 281 da FCT).

tada com a estátua jacente do Bastardo Régio, acolitado por seis querubins, e o lateral esquerdo do moimento, apresentando, ao centro, Cristo em mandorla, cantonado pelo Tetramorfo, e ladeado pelos doze Apóstolos (seis de cada lado), aos quais se acrescenta, junto da cabeceira, uma figura coroada, até agora enigmática. Apesar de se saber que as restantes faces do monumento também deviam ser decoradas<sup>2</sup>, a natureza do seu programa escultórico era desconhecida. Esta circunstância condicionou, naturalmente, todas as interpretações iconográficas que vários autores teceram a propósito do lateral do moimento, nomeadamente sobre a 13ª figura, coroada. Recentemente, em 16 e 17 de Julho de 2013, graças ao continuado esforço e empenho do Rev. Pe. António Coelho, Vigário Geal da diocese do Porto e Pároco de Grijó, o túmulo foi finalmente removido do arcossólio e colocado numa capela do Claustro do Mosteiro de Grijó<sup>3</sup>. Um grande acontecimento cultural, que veio revelar toda a excelência da sua ornamentação escultórica e dar um novo sentido às interpretações iconográficas. O presente texto pretende ser uma primeira apresentação das quatro faces do moimento de Rodrigo Sanches, agora devolvidas ao olhar dos vivos.

## UM PERCURSO DE VIDA

Rodrigo Sanches, filho bastardo de D. Sancho I e de D. Maria Pais Ribeira, a célebre *Ribeirinha*, nasceu nos inícios do Séc. XIII e faleceu, como se sabe, em 1245, na “Lide do Porto”, também conhecida como “Lide de Gaia” ou “de Grijó”, recontro inaugural da Guerra Civil de 1245-48 que levou ao afastamento de D. Sancho II e à subida ao poder de D. Afonso, Conde de Bolonha (futuro Afonso III)<sup>4</sup>. Neste primeiro apartado iremos passar em revista os principais elementos conhecidos da sua biografia.

Como é usual para estas épocas mais recuadas, os dados sobre a infância de Rodrigo Sanches são muito parcos. Nem sequer conhecemos a data exacta do seu nascimento, embora se possa supor que tenha ocorrido na primeira década do Séc. XIII. Com efeito, a rainha D. Dulce de Aragão faleceu a 26 de Agosto de 1198. Foi depois dessa data que D. Sancho I encetou uma relação com D. Maria Aires de Fornelos, de que resultaram dois filhos, e só mais tarde se envolveu com D. Maria Pais Ribeira, de que resultaram mais seis filhos<sup>5</sup>. Podemos, portanto, supor que Rodrigo Sanches, um dos filhos mais novos de D. Sancho e da *Ribeirinha*, nasceu na primeira década do Séc. XIII, provavelmente não muito longe do final da década, mas seguramente antes de 1210. Isso significa que se deve afastar do rol dos cargos políticos de Rodrigo Sanches a tenência de Silves, detida em 1189-1191, como vários autores (incluindo nós próprios) sugeriram, e que foi exercida por um nobre homónimo<sup>6</sup>. E o mesmo se diga em relação à tenência de Gouveia, em 1194, que deve ter sido exercida por esse mesmo nobre homónimo, que veio a falecer na Batalha de Alarcos, a 19 de Julho de 1195<sup>7</sup>.

<sup>2</sup> Vários autores o referiram explicitamente – vd., entre outros, MONTEIRO 1909, p. 38; CORREIA 1924, p. 59; MENEZES 1962, p. 214; BARROCA 1987, p. 470; BARROCA 2000, vol. II, tomo 1, p. 818.

<sup>3</sup> A deslocação do monumento, realizada pela empresa *Regra de Ouro*, foi precedida da necessária autorização da Direcção Regional de Cultura do Norte (Direcção Geral do Património Cultural) e foi acompanhada por técnicos desta instituição tutelar do nosso património. A deslocação do túmulo foi objecto de notícia de D. Carlos Azevedo no semanário da Diocese do Porto *Voz Portucalense* (“A imaginária do túmulo de D. Rodrigo Sanches em Grijó”, *Voz Portucalense*, Ano LXIV, nº 31, Porto, 4 de Setembro de 2013). Foi igualmente noticiada na página web da Direcção Regional de Cultura do Norte (<http://www.culturanorte.pt/destaques,77,904.aspx>).

<sup>4</sup> Sobre este momento da História de Portugal continua incontornável o estudo de José Mattoso (MATTOSO 1985, pp. 57-75) e o posterior contributo de Leontina Ventura e Saul António Gomes (VENTURA e GOMES 1993). Para uma síntese veja-se MATTOSO 1993, vol. 2, pp. 126-133.

<sup>5</sup> Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, depois de viúvo, D. Sancho I teve um relacionamento com “uma dona” (que não nomeia mas que sabemos ter sido D. Maria Aires de Fornelos), do qual resultaram dois filhos – D. Urraca Sanches († depois de 1256) e D. Martim Sanches. Só depois iniciou o seu relacionamento com D. Maria Pais Ribeira, de que resultaram seis filhos – Teresa Sanches († 1230), Gil Sanches († 1236), Constança Sanches († 1269), Rodrigo Sanches († 1245), todos mencionados em LL e LV, e ainda Maior Sanches († jovem) e Nuno Sanches († 1246), omitidos nos Nobiliários. Cf. LL 7C3 e LV 1 AO 10. Sobre o relacionamento de D. Sancho I com Maria Aires de Fornelos e Maria Pais Ribeira veja-se BRANCO 2006, pp. 209-212; e SOUSA 1735, vol. I, pp. 54-57.

<sup>6</sup> As referências documentais em causa encontram-se em DS 41 e DS 42 (de 1189) e DS 49 (de 1191).

<sup>7</sup> LDTarouca, doc. 595, de 1194. Sobre a morte de Rodrigo Sanches, *tenens* de Silves, em Alarcos vd. PMH. Script., p. 3.

Nas Inquirições de 1258 regista-se, na freguesia de S. Fraústo da Régua (hoje Peso da Régua), a propósito de uma herdade que era então detida pela Ordem do Hospital, que a mesma tinha sido doada por D. Sancho I a D. Teresa Peres [de Bragança] em reconhecimento por esta ter educado Rodrigo Sanches: “... *E sabe quando .j. porteiro veo y cõ dona Tareiga Perez e filhou essa erdade que foi desse regeego e marcou a e deu a aa orde do Spital. E ouviu dizer que el rei dõ Sancho a deu a dona Tareiga Perez quando criou dõ Rodrigo Sanchiz*”<sup>8</sup>. Rodrigo Sanches fora, portanto, educado na zona da Régua por D. Teresa Peres de Bragança. É provável que a escolha desta senhora para sua ama tenha sido influenciada pela própria *Ribeirinha* uma vez que Teresa Peres de Bragança era barregã de Lourenço Martins de Berredo, filho de Martim Pais da Ribeira e de Maria Pais de Valadares, e, portanto, sobrinho de Maria Pais Ribeira<sup>9</sup>.

No segundo testamento de D. Sancho I, redigido em Outubro de 1210, no apartado dedicado aos bens deixados a D. Maria Pais Ribeira e aos filhos que o monarca dela tivera (sendo nomeados Gil, Rodrigo, Teresa e Constança Sanches), D. Rodrigo Sanches foi contemplado com 8.000 morabitanos: “... *Iste sunt hereditas quas ego dedi domne Marie Pelagii et filiis meis quos de illa habeo (...) Roderico Sancii VIII [mille] morabitanos...*”<sup>10</sup>. Esta é a primeira referência documental directa que se conhece para o Bastardo Régio.

Durante o reinado de seu meio-irmão, D. Afonso II, Rodrigo Sanches manteve-se afastado da corte e dos cargos curiais. Mais do que político, o motivo desse afastamento talvez resida apenas na sua juventude. Com efeito, se ele tiver nascido nos finais da primeira década do séc. XIII, como propomos, seria ainda menor durante o reinado de seu meio-irmão (1211-1223) e demasiado jovem para exercer cargos de alguma responsabilidade. A carreira de Rodrigo Sanches começa a documentar-se precisamente depois da morte de Afonso II, no reinado de seu sobrinho, D. Sancho II, altura em que começa a figurar na subscrição de diplomas, primeiro como simples confirmante, depois na qualidade de tenente de diversas *Terras*. Logo em 13 de Setembro de 1223 surge a confirmar o Foral de Barqueiros (Mesão Frio), povoação implantada junto do Douro, numa zona que ele conhecia bem, desde os seus tempos de infância<sup>11</sup>. Em Janeiro de 1225 confirma o foral de Canelas, que D. Sancho II deu ao bispo de Lamego, D. Paio<sup>12</sup>. Nestes dois diplomas é apenas referido no rol dos confirmantes, sem ser mencionado qualquer cargo. A partir de 1226 inicia o seu percurso cortesão passando por diversas tenências: a tenência de Viseu, detida em 1226 e, mais tarde, em 1244<sup>13</sup>; a tenência de Trancoso, detida entre Janeiro de 1227 e Junho de 1228<sup>14</sup>; e a tenência de Pinhel, em 1227<sup>15</sup>. Em 1229 é nomeado *tenens a Dorio usque ad Limiam*, um cargo desconhecido até então e que, pelo facto de não ter uma correspondência territorial concreta, abarcando uma enorme área geográfica onde se encontravam estruturadas e em vigor diversas *Terras*, julgamos que deve ser entendido como um cargo mais honorífico do que concreto<sup>16</sup>. Não se conhece, de resto, mais nenhum titular. Entre 1229 e 1235 verifica-se um hiato nas referências documentais a Rodrigo Sanches, espelho, talvez, de algum afastamento que se começava a desenhar entre ele e D. Sancho II. Mas, se assim foi, pouco depois recupera a confiança do monarca. Em 1235 aparece a governar as *Terras* de Faria, da Maia, de Vermoim, de Lafões e de Besteiros<sup>17</sup>. Entre Outubro de 1235 e Janeiro de 1236 foi tenente de

<sup>8</sup> PMH, Inq., p. 1208.

<sup>9</sup> PIZARRO 1999, vol. I, p. 233.

<sup>10</sup> DS 194, de Outubro de 1210.

<sup>11</sup> PMH, Leges, p. 598; Chanc. Af. III, Livro II, doc. 88.

<sup>12</sup> Chanc. Af. III, Livro II, doc. 141; BERNARDINO 2003, doc. 22, pp. 202-203.

<sup>13</sup> DSViseu, doc. 251 (de 1 de Maio de 1226) e doc. 330 (de Dezembro de 1244).

<sup>14</sup> LDTarouca, docs. 466, 492 e 459; VENTURA 1992, vol. II, p. 1024.

<sup>15</sup> LDTarouca, doc. 531; VENTURA 1992, vol. II, p. 1021.

<sup>16</sup> PMH, Leges, pp. 610-612, 613-616 e 616-618; HERCULANO 1980, vol. II, p. 610; VENTURA 1992, vol. II, p. 1032; COSTA 1963, nota 289, pp. 166-167; BERNARDINO 2003, doc. 39, pp. 246-247; doc. 40, pp. 248-252; doc. 41, pp. 253-258; doc. 42, pp. 259-264.

<sup>17</sup> HERCULANO 1980, vol. II, p. 627; VENTURA 1992, vol. II, pp. 1001, 1003, 1017, 1034 e 1035; BERNARDINO 2003, doc. 49, pp. 277-278.

Évora, confirmando, nessa qualidade, vários diplomas de D. Sancho II<sup>18</sup>. E, segundo Leontina Ventura, terá ainda exercido a tenência da Terra de Panoias em data não determinada<sup>19</sup>. Surge, depois, como confirmante de outros diplomas régios, mas já sem menção de tenências: em Fevereiro de 1236, em Janeiro de 1239, em Janeiro de 1240 e em Maio de 1240<sup>20</sup>. Uma das últimas referências documentais conhecidas remonta a Agosto de 1241, quando confirma uma doação à Sé do Porto<sup>21</sup>, instituição sobre a qual exercera alguns desmandos e violências num passado recente<sup>22</sup>. E, como referimos, em 1244 surge, de novo, à frente da tenência de Viseu<sup>23</sup>. Esta é uma referência surpreendente, uma vez que, aparentemente, se tinha afastado da corte de D. Sancho II desde 1236, perdendo a maioria das tenências que lhe tinham sido confiadas. Acompanhou, assim, a dissidência que, nesse ano, marcou a cúria de Sancho II e que se espelha no afastamento de Mestre Vicente do cargo de Chanceler-Mor do rei e no afastamento de vários nobres das suas tenências (como foi o caso, para além do próprio Rodrigo Sanches, de Gonçalo Mendes de Sousa, de Vasco Mendes de Sousa, de Rodrigo Mendes de Sousa, de Martim Pais da Ribeira e de Fernão Anes Riba de Vizela, cujas tenências se quebram nesse mesmo ano).

Apesar de não ter casado, Rodrigo Sanches teve por barregã D. Constança Afonso de Cambra, depois de esta senhora ter enviuvado de D. Estêvão Mendes Petite e antes de ter casado novamente com D. Fernão Rodrigues Pacheco<sup>24</sup>. Deste relacionamento nasceu um filho, Afonso Rodrigues, que foi *criado* no Mosteiro de Grijó e professou, depois, no Convento de S. Francisco em Lisboa, onde chegou a desempenhar funções de algum relevo. Apesar de omitido nos Nobiliários, é mencionado expressamente no testamento de D. Constança Sanches, que o trata por sobrinho: “... *Fratri Alfonso Roderici consobrinho mei vj. marcos argenti et L. libras pro necessitatibus suis*”<sup>25</sup>.

São estes os dados documentais conhecidos para a vida de Rodrigo Sanches, a maior parte dos quais já havíamos sintetizado em estudo anterior<sup>26</sup>. Com o desenrolar dos acontecimentos, provavelmente desde 1236 ou pouco depois, Rodrigo Sanches acabaria por se afastar progressivamente de D. Sancho II, tornando-se apoiante activo da causa de D. Afonso, Conde de Bolonha. Seria, precisamente, na qualidade de seu apoiante que o Bastardo Régio encontraria a morte no recontro que opôs a hoste favorável ao Bolonhês, encabeçada por ele e por D. Abril Peres de Lumiares, às forças fiéis a D. Sancho II, comandadas por D. Martim Gil de Soverosa. Ferido com gravidade nesse recontro, seria transportado para o Mosteiro de Grijó, onde professava o seu irmão, Nuno Sanches. Ambos eram, de resto, membros da família patronal, por serem tetranetos de Soeiro Fromarigues e trinetos de Nuno Soares de Grijó<sup>27</sup>. Mas não resistiu à gravidade dos ferimentos, tendo falecido ainda antes de chegar ao mosteiro, segundo a tradição popular no local onde, mais tarde, foi erguido o *Padrão Velho*, que ficou a memorizar o lugar do seu passamento e que ainda hoje se conserva a escassas dezenas de metros do Mosteiro de Grijó.

Assim como a data do seu nascimento permanece desconhecida, também o momento da sua morte está envolto em dúvida. O seu epitáfio não indicava o mês e o dia em que ocorreu, mas apenas o ano. Um acrescento moderno feito ao texto epigráfico pretendia que isso teria ocorrido nas 6 nonas de Julho – “*Obijt VI Nn. Iulij, Era M. CC. LXXXII. Anno Donini [sic] 1245*” – ou seja, a 2 de Julho de 1245. E esta data acabaria por ser aceite por vários autores. Mas não é a única que se

<sup>18</sup> HERCULANO 1980, vol. II, p. 627; BERNARDINO 2003, doc. 50, pp. 279-280; doc. 51, pp. 281-282; doc. 52, pp. 285-286; doc. 53, pp. 289-290; doc. 54, pp. 290-291.

<sup>19</sup> VENTURA 1992, vol. II, p. 1013.

<sup>20</sup> Respectivamente BERNARDINO 2003, doc. 56, pp. 295-296; doc. 67, pp. 315-317; doc. 68, pp. 321-322; Chanc. Af. III, Livro I, doc. 694; BERNARDINO 2003, doc. 73, pp. 333-334.

<sup>21</sup> CCSP, p. 56; PIZARRO 1995, p. 183.

<sup>22</sup> COSTA 1963, nota 530, pp. 421-423.

<sup>23</sup> DSViseu, doc. 330 (de Dezembro de 1244).

<sup>24</sup> LL 50 A 5.

<sup>25</sup> SANTA MARIA 1668, p. 285; PIZARRO 1999, vol. I, p. 168.

<sup>26</sup> BARROCA 2000, vol. II, tomo 1, pp. 819-822. Vd. tb. FERNANDES 2010-2011, pp. 109-111.

<sup>27</sup> PIZARRO 1995, pp. 119-120 e 123-124.

conhece. No *Obituário de S. Vicente de Fora* a comemoração por alma de Rodrigo Sanches encontra-se exarada nas *III Kalendas Iulii* (ou seja, a 29 de Junho): “*Obiit domnus Rodericus <E<sup>a</sup> M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LXXX<sup>a</sup> III<sup>a</sup>> Sancii et Martinel et Johannes Petri et Pelagius Niger et comemoracio eorum qui cum eis mortui sunt...*”<sup>28</sup>. Temos, no entanto, motivos fundados para duvidar da veracidade histórica de qualquer destas datas. Com efeito, na Lide do Porto faleceu igualmente D. Abril Peres de Lumiares, e este nobre encontra-se documentado vivo em Agosto de 1245, ocupando a tenência de Trancoso<sup>29</sup>. Por outro lado, sabemos que a hoste fiel ao Conde de Bolonha teria sido reunida por D. Rodrigo Sanches e por D. Abril Peres de Lumiares quando se soube do conteúdo da bula *Grandi non immerito* de deposição de D. Sancho II. Ora, o papa Inocêncio IV promulgou essa bula em 24 de Julho de 1245, poucos dias depois de terminado o Concílio de Lyon. Por isso, a morte de Rodrigo Sanches não deve ter ocorrido a 2 de Julho de 1245 mas antes em Agosto desse mesmo ano.

Sublinhemos, por fim, que D. Martim Gil de Soverosa, às mãos de quem morreu Rodrigo Sanches, era filho de Maria Aires de Fornelos, que, como vimos, fora amante de D. Sancho I, de cujo relacionamento tinham resultado dois filhos – Martim Sanches e Urraca Sanches (portanto, dois meios-irmãos, pela parte do pai, de Rodrigo Sanches). Depois de ter interrompido o relacionamento com o monarca, Maria Aires de Fornelos casou com Gil Vasques de Soverosa, filho do Mordomo-Mor Vasco Fernandes de Soverosa (1176-1186) e irmão do Alferes-Mor Martim Vasques de Soverosa (1193-1195), e desse matrimónio nasceu Martim Gil de Soverosa<sup>30</sup>. Assim, embora não fosse formalmente seu parente, o nobre às mãos de quem Rodrigo Sanches morreu era-lhe relativamente próximo.

## OS MONUMENTOS FUNERÁRIOS

Morto Rodrigo Sanches, o seu corpo seria recolhido no Mosteiro de Grijó, onde recebeu sepultura. Nessa instituição, como referimos, professava seu irmão, Nuno Sanches, que viria a falecer pouco depois, a 16 de Dezembro de 1246. Sobre esta primeira sepultura de Rodrigo Sanches nada se sabe. Seria, previsivelmente, um monumento modesto, criado ao sabor do imprevisto e da urgência do momento. Nada fazia supor a morte deste “*novo Roldão*” e não houve tempo para se providenciar moimento mais elaborado. E, certamente por isso, algum tempo decorrido, sua irmã, Constança Sanches, encomendaria um cenotáfio junto das oficinas de escultores de Coimbra, acompanhado de um epitáfio. Já regressaremos a estes elementos. Por agora, debrucemo-nos sobre a encomendadora.

D. Constança Sanches, filha de D. Sancho I e da *Ribeirinha*, nasceu em 1204<sup>31</sup> e, segundo Leontina Ventura, foi educada em Coimbra ou em Alfafar (nos arredores de Coimbra) por D. Justa Dias<sup>32</sup>. Em 1224 professou nas Donas de S. João, a casa feminina crúzia que se erguia junto do Mosteiro de St<sup>ª</sup>. Cruz de Coimbra<sup>33</sup>, e aqui viveu durante 45 anos, vindo a falecer a 8 de Agosto de 1269<sup>34</sup>. Tal como seu irmão, Rodrigo Sanches, foi contemplada no testamento de seu pai, de Outubro de 1210, embora com uma verba ligeiramente mais modesta (7.000 morabitinos)<sup>35</sup>. E, apesar de ter professado em casa religiosa, foi senhora de património relativamente importante, estudado por Leontina Ventura e, mais recentemente, por Diogo Vivas<sup>36</sup>. Ainda em vida, providen-

<sup>28</sup> Obit.S.V.Forá, p. 107.

<sup>29</sup> LDTarouca, doc. 487.

<sup>30</sup> BRANDÃO 1632b, Parte IV, p. 153v<sup>o</sup>. A mais recente biografia de Martim Gil de Soverosa deve-se a Miguel Gomes Martins (MARTINS 2013, pp. 81-95).

<sup>31</sup> SOUSA 1735, vol. I, p. 56.

<sup>32</sup> VENTURA 1992, vol. II, p. 556.

<sup>33</sup> MARTINS 2003, pp. 782-785. As Donas de S. João estão documentadas desde 1137.

<sup>34</sup> SOUSA 1735, vol. I, pp. 54-57; BARROCA 2000, vol. 2, tomo 1, pp. 960-965.

<sup>35</sup> DS 194.

<sup>36</sup> VENTURA 1992, vol. II, pp. 556-559; VIVAS 2008.



ciou a encomenda do seu sarcófago, que mandou colocar junto do Altar de St<sup>o</sup>. António (santo de sua particular devoção e cujo altar mandara erguer em St<sup>a</sup>. Cruz) e encomendou o seu epitáfio, latino e rimado, ao prior crúzio D. João Peres, que era, nas palavras de Fr. Nicolau de Santa Maria, um “*excelente poeta latino*”<sup>37</sup>. Ditou testamento a 14 de Julho de 1269 e faleceu, como referimos, a 8 de Agosto de 1269, como se registava no *Livro de Óbitos* de St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra: “*Sexto Idus Augusti obiit Donna Constancia Sancij inclyti D. Sancij illustris Regis Portugalliae filia, Era M. CCC. VII.*”<sup>38</sup>.

A morte violenta de Rodrigo Sanches deve ter deixado D. Constança Sanches consternada. Assim se compreende que, apesar de seu irmão, Fr. Nuno Sanches, ter falecido pouco depois, a 16 de Dezembro de 1246, D. Constança ter apenas providenciado o cenotáfio de Rodrigo Sanches. Este segundo monumento funerário destinado ao Bastardo Régio, concebido pelos escultores de Coimbra, chegou a Grijó acompanhado de uma longa e muito laudatória inscrição rimada. Essa inscrição, que infelizmente se perdeu, foi publicada por muitos autores, e dizia:

*“Quem Tegit Haec Moles Fertur Donnus Rodericus, /  
Regalis Proles Et Dapsilitatis Amicus. /  
Belliger Insignis Fuit Hic Cunctis Et Amandus, /  
Laudibus Ex Dignis Alter Fuit Hic Rotulandus. /  
Hic Nunquam Maestus, Sed In Omni Tempore Laetus, /  
Vitans Incestus, Actu Verboque Facetus. /  
Promissor Verus Fuit Hostibus Is Et Severus, /  
Plebs Simul Et Clerus, Fleat Hunc Et Miles Hiberus. /  
Qua Pluris Fulsit Armis, Ideo Mage Fulsit, /  
Pluribus Indulsit Et In Hoc Pietate Refulsit. /  
Omnimoda Laude Dignus Fuit Hic Rodericus, /  
Cunctis Pacificus, Humilis, Probus Et Sine Fraude. /  
Prima Sit Undena, Bis Tercia Scripta Sequatur, /  
Ex Hinc Vicena Quater Et Quater Accipiatur, /  
Post Octava Datur, Ter Scribitur Era Notatur.”*<sup>39</sup>.

Fr. António Brandão apresentou uma tradução livre deste epitáfio:

*“Nesta sepultura jaz enterrado Dom Rodrigo filho del Rey, que foy grande cortezão, insigne em armas & semelhante a outro Roldão, amável a todos, & digno de verdadeiros louvores. Era principe gracioso e alegre: folgava de rir, & falar, porem não em forma que se notasse nelle ser incestuoso e pouco casto com suas parentas. Nas promessas foy sempre verdadeiro, & pera os inimigos de grande severidade. Chorem a este Principe o povo, o clero & os soldados de Espanha, que quanto mais se sinalou nas armas, antes mais floreceo, tanto teve de piedade, & brandura pera todos. Foi sem dúvida algum Principe digno de todo o louvor este Dom Rodrigo, pacífico, humilde, de rara bondade e sem engano. A Era em que faleceo se conta nesta forma. Ponhase no primeiro lugar a undecima letra do ABC que he M. Escrevase logo a terceira, que he C. duas vezes, & a vigesima, que he X, oito vezes, ajuntase então tres vezes escrita a que se dá depois da letra oitava que he I, & assi se notará a Era.”*<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> SANTA MARIA 1668, Parte 2, p. 542. O epitáfio, em *cursus* leonino, foi publicado em primeira mão por Fr. António Brandão (1632) e depois por vários autores. Em 1632 já se devia ter perdido. Vd. o que escrevemos em BARROCA 2000, vol. II, tomo 1, Insc. nº 374, pp. 960-965, onde publicámos a leitura de Fr. António Brandão e de outros autores que, depois dele, editaram este epitáfio.

<sup>38</sup> BRANDÃO 1632b, p. 231.

<sup>39</sup> BARROCA 2000, vol. II, tomo 1, Insc. 325, p. 812 (adoptamos a lição de Mário Martins, baseada na leitura de Fr. António Brandão com desdobramento das abreviaturas).

<sup>40</sup> BRANDÃO 1632b, pp. 153-153v<sup>o</sup>.

Não vamos, aqui, desenvolver a problemática em torno deste epitáfio rimado, remetendo o leitor interessado para o que sobre ele escrevemos na nossa dissertação de doutoramento<sup>41</sup>. Mas importa realçar dois aspectos. O primeiro é a clara apetência de D. Constança Sanches pelos epitáfios em *cursum* leonino. Encomendou um para si e outro para o seu irmão dilecto. Na nossa dissertação de doutoramento sugerimos que os dois epitáfios tenham sido redigidos por D. João Peres, prior crúzio e homem de confiança de Afonso III. Mas devemos sublinhar que José Ventura, baseando-se numa passagem de Fr. Nicolau de Santa Maria, atribuiu a autoria deste texto versificado a Fr. João Guterres, cônego do Mosteiro de Grijó<sup>42</sup>. A passagem de Fr. Nicolau de Santa Maria, na qual José Ventura se baseou, é ambígua. Escreveu o Cronista que “*A tradução deste Epitáfio que fez hu Conego do mesmo Mosteiro de Grijó muito bom poeta latino, que se chamava Dom loão Guterres, sobrinho do Prior D. Pedro Guterres, mancebo de grande engenho e habillidade, he deste modo...*”<sup>43</sup>. O que fez, na realidade, Fr. João Guterres: o texto do epitáfio ou a tradução do mesmo? Atendendo a que D. Constança Sanches encomendou o cenotáfio em Coimbra, e que escolheu para si um epitáfio igualmente rimado, redigido pelo Prior dos Crúzios, continuamos a acreditar ser esta a atribuição mais plausível. Seja como for, no nosso panorama epigráfico não temos muitos casos similares, onde conseguimos identificar o autor dos textos das inscrições. É óbvio que esta opção por textos de alguma complexidade literária espelha uma cultura superior, quer da sua encomendadora, quer do autor dos textos. E espelha, porventura, alguma cumplicidade entre ambos, certamente fortalecida pelo facto das Donas de S. João dependerem directamente do Prior crúzio.

O segundo aspecto que merece a nossa atenção prende-se com o teor do próprio epitáfio de Rodrigo Sanches, nomeadamente com a referência à gesta carolíngia e a Rolando. Sobre ela já vários autores discorreram e, por isso, não nos iremos alongar demasiado sobre este aspecto<sup>44</sup>. A gesta de Rolando era conhecida entre nós, quer nos meios cortesãos, quer nos meios artísticos, como nos atestam algumas representações iconográficas românicas que têm sido interpretadas como alusões à *Chanson de Roland*<sup>45</sup>. Mas o que é interessante aqui é a sua escolha por D. Constança Sanches (ou por D. João Peres), comparando e equiparando o Bastardo Régio português ao herói de Roncesvales. A gesta de Rolando tem um contexto histórico bem conhecido: Carlos Magno, no quadro da sua campanha de 778 em território ibérico, foi surpreendido na retirada, junto a Roncesvales, por forças bascas inimigas. Rolando, num exemplo supremo de lealdade para com o seu senhor, sacrificou a própria vida para garantir que o monarca se conseguia salvar<sup>46</sup>. O herói que sacrifica a sua vida para garantir a sobrevivência do seu amo e senhor. A comparação não podia ser mais eloquente: Rodrigo Sanches, que sacrificou a sua vida para garantir o acesso do Bolonhês à coroa portuguesa, é equiparado ao mítico herói de Roncesvales. Rodrigo Sanches, qual Rolando português. O texto epigráfico encerra outras referências que são historicamente significativas – como é o caso da alusão ao facto de Rodrigo Sanches ter sido “*príncipe gracioso e alegre*” mas sem ser “*incestuoso e pouco casto com suas parentas*”, uma passagem já valorizada por Carolina Michaelis de Vasconcelos, e que deve ser contextualizada no

<sup>41</sup> BARROCA 2000, vol. 2, tomo 1, Insc. Nº 325, pp. 812-822.

<sup>42</sup> VENTURA 1906, p. 558.

<sup>43</sup> SANTA MARIA 1668, p. 284.

<sup>44</sup> Veja-se, por todos, FERNANDES 2010-2011.

<sup>45</sup> MONTEIRO 1980, pp. 425-430; AZEVEDO 1957, pp. 233-238; e, sobretudo, LEJEUNE e STIENNON 1969, vol. 1, Cap. XIII: “Roland in portuguese romanesque sculpture”, pp. 108-110; vol. 2, fot. 78-83. Ainda assim, Carlos Alberto Ferreira de Almeida matizou as interpretações destes autores, que viam o tema da *Chanson de Roland* em capitéis de Braga, Rio Mau e Amorim (cf. ALMEIDA 1978, vol. II, pp. 154-157).

<sup>46</sup> Boa parte da gesta de Rolando é uma construção muito posterior aos acontecimentos. Na *Vida de Carlos Magno*, de Eginardo, o episódio de Roncesvales é muito lacónico (EGINHARDO 2001, Cap. 9, pp. 45-47). Seria no séc. XI, por volta de 1080-1100, que, pela pena de Turol, a gesta de Rolando ganharia os contornos que ainda hoje lhe reconhecemos. O seu longo texto versificado conheceria uma crescente divulgação por todo o Ocidente cristão ao longo do Séc. XII. Para edições críticas veja-se SEGRE 1989 ou, sobretudo, DUGGAN 2005. Uma versão corrente, e acessível, foi editada em Portugal (*A Canção de Rolando* 1987). Ramón Menéndez Pidal abordou o tema da *Chanson de Roland* num estudo já clássico (MENÉNDEZ PIDAL 1960).

âmbito da crise de valores que acompanhou o período de desmandos e de anarquia que o reino atravessou na primeira metade do segundo quartel do séc. XIII<sup>47</sup>.

Quando é que D. Constança encomendou o sarcófago e o epitáfio junto das oficinas de escultores da cidade de Coimbra? Apesar de não termos a certeza, temos alguns indícios que importa valorizar. Com efeito, D. João Peres, que como vimos foi o provável autor do texto epigráfico, exerceu o cargo de Prior de St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra em dois momentos distintos: primeiro entre 1240 e 1246, e depois entre 1258 e 1269, tendo falecido a 10 de Janeiro de 1270<sup>48</sup>. O primeiro mandato parece ser demasiado próximo dos eventos que conduziram à morte de Rodrigo Sanches e, por isso, talvez deva ser arredado. A encomenda deve ter sido, portanto, realizada algures entre 1258 e 1269, e não pode, nem deve, ser desligada da encomenda e da execução do próprio monumento funerário de D. Constança Sanches e da criação do seu epitáfio rimado. Mas ainda conseguimos precisar um pouco melhor no tempo a execução do monumento gaiense. A chegada do cenotáfio de Rodrigo Sanches a Grijó foi acompanhada pela doação de várias herdades, cujos rendimentos deviam ser utilizados pelo mosteiro para as comemorações obituárias em memória de Rodrigo Sanches e da própria D. Constança, mantendo vela acesa junto do monumento do Bastardo Régio, então colocado “ante o Altar de St<sup>a</sup>. Maria”. A 31 de Agosto de 1264, o Prior de Grijó, D. Pedro Peres, recebeu de D. Constança Sanches uma herdade em Cortegaça e os direitos patronais que esta detinha sobre a Igreja de St<sup>a</sup>. Marinha de Cortegaça, comprometendo-se os monges a rezar uma missa quotidiana em sua intenção enquanto fosse viva e por alma de seu irmão D. Rodrigo Sanches. Por esse documento ficamos, igualmente, a saber que D. Constança Sanches não tinha apenas enviado o arcaz com jacente e a inscrição versificada, mas que também custeara a construção de um altar no Mosteiro de Grijó:

“... obligamos nos et omnes priores subcessores nostros celebrare in perpetuum unam missam in onore Beate Virginis vel Sancto Spiritus domne Constancie Sancii, filie domni Sancii bone memorie illustris regis Portugalie, in altari quod eadem construxit in nostra ecclesia, in tota vita sua; et post mortem suam in preminato altari misa defunctorum pro anima ejus et domni Roderici Sancii, fratris sui ...”<sup>49</sup>.

Para além destes bens, D. Constança doou ainda herdades em Sarzedas (conc. de Castelo Branco) e em Sobreira Formosa (conc. de Proença a Nova), cujos rendimentos revertiam para as mesmas comemorações<sup>50</sup>. Segundo Diogo Vivas, a primeira dessas doações ocorreu em Abril de 1263<sup>51</sup>. No *Livro das Campainhas*, códice organizado um século depois, em 1365, ainda se registava essa doação:

“Item as herdades que o moesteiro ha en Sovereiira Fermossa e nos Cerzedos son pera a capella de Don Rodrigo Sanchiz Inffante que jaz no dicto moesteiro e de sa irmaa Costança Sanchiz que o priol ha de fazer cantar cada dia <hua myssa> e acender hua lanpada e fazer outros neversarios e emcarregos.”<sup>52</sup>.

E no *Tombo do Prior D. Afonso Esteves*, coligido um ano depois, em 1366, voltamos a encontrar eco da doação por alma de Rodrigo Sanches:

<sup>47</sup> VASCONCELOS 1924, p. 8.

<sup>48</sup> GOMES 2007, pp. 748-749.

<sup>49</sup> BFerrado, doc. 309. A data deste diploma não concorda com as que Diogo Vivas refere no seu estudo, onde a doação de bens em Cortegaça surge em dois momentos distintos – Abril de 1263 e Dezembro de 1267 (cf. VIVAS 2008, p. 237).

<sup>50</sup> Continuavam, em 1366, a fazer parte do património de Grijó, como se documenta no Tombo do Prior D. Afonso Esteves (cf. AMARAL 1994, p. 34).

<sup>51</sup> VIVAS 2008, pp. 227 e 237.

<sup>52</sup> LCamp., p. 61; COSTA 1993, p. 44.

“Item a igreja de Cortegaça e padroado dela he do moesteiro em solido que aqui mandou e deu Dona Maria Paae Ribeira e Dona Costança Sanchez sua filha e sua geeraçom. E aqui seem as escrituras no moesteiro. E Dom Martim Afonso Telo deu toda a erdade que hi a ouver e ho convento. E am de dizer de cada dia per esta erdade huua missa de fontes por a alma de Costança Sanchez e de Rodrigo Sanchet (sic) seu irmaa (sic) e huua lampada aceza antre o altar de Santa Maria de Dom Rodrigo assi como se obrigarom o priol e o convento no compeço do livro das tavoas.”<sup>53</sup>

Por fim, registemos que D. Afonso III, de visita a Gaia em 11 de Janeiro de 1261, tendo provavelmente passado pelo Mosteiro de Grijó, fez doação de metade dos direitos de colheita a este mosteiro para remissão dos seus pecados e por alma de D. Rodrigo Sanches:

“... Et hoc facio pro remedio meorum peccaminum et parentum meorum et pro anima donni Roderici Sancii patruí mei, cujus corpus in eodem monasterio est sepultum...”<sup>54</sup>.

O cruzamento de todos estes dados documentais permite perceber que desde o início da década de 60 do Séc. XIII as preocupações em torno da preservação da memória de D. Rodrigo Sanches tinham adquirido uma nova dimensão, sobretudo fruto da iniciativa de D. Afonso III. Mas parece-nos que seria em 1263-1264 que sua irmã, D. Constança Sanches, decidiu encomendar a execução do cenotáfio para o irmão, solicitando, ainda, junto de D. João Peres, a composição do texto destinado à sua inscrição. A primeira doação, em Abril de 1263, pode ter coincido com a decisão da encomenda. A segunda talvez com a entrega do arcaz e da lápide epigrafada. Pelo que sabemos do ritmo de trabalho dos escultores, a execução de um sarcófago com jacente demorava cerca de um ano<sup>55</sup>, o que se adequa bem a este ritmo documental. Assim, e como dissemos logo no início deste estudo, o cenotáfio de Rodrigo Sanches representa a segunda – ou terceira? – experiência portuguesa no domínio da escultura tumular com jacente, depois do monumento da Rainha D. Urraca, falecida em 1220, que se conserva no Mosteiro de St<sup>a</sup>. Maria de Alcobaça e que resultou de uma encomenda de seu marido, D. Afonso II, realizada entre 1220 e 1223. Porquê a nossa hesitação entre considerar o monumento de Grijó como a segunda ou a terceira experiência portuguesa no domínio dos jacentes? Em estudos anteriores defendemos sempre que estávamos perante a segunda experiência. Mas os dados cronológicos agora apurados deixam-nos a dúvida. Com efeito, sensivelmente coevo do moimento de Grijó é o jacente de D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, falecido em 22 de Novembro de 1246<sup>56</sup>, que desempenhou, tal como Rodrigo Sanches, um papel central na ascensão ao poder de Afonso III. Recordemos, apenas, que D. Tibúrcio foi um dos elementos da comitiva portuguesa que se deslocou a Paris e perante a qual o Conde de Bolonha realizou o célebre *Juramento de Paris*, a 6 de Setembro de 1245. O seu monumento, que se conserva na Sé Velha de Coimbra, deve ter sido fruto de uma encomenda régia, de Afonso III – só assim conseguimos compreender a inclusão do escudo real português na sua arca, ao lado dos escudos de família do prelado. E, uma vez que o escudo real português já aparece com a bordadura de castelos, a encomenda teve de ser realizada depois de 1253. Antes ou depois do monumento de Grijó? Não o sabemos...

D. Rodrigo da Cunha, no seu *Catálogo dos Bispos do Porto*, deixou a primeira referência ao monumento funerário, ainda ele estava depositado na Capela-mor do Mosteiro de Grijó, tendo, portanto, as quatro faces visíveis. Nas palavras deste autor:

<sup>53</sup> AMARAL 1994, p. 53, nota d; COSTA 1993, p. 44. Outra passagem, mais pormenorizada mas de conteúdo sensivelmente idêntico, foi publicada por António Domingues de Sousa Costa (COSTA 1993, p. 43).

<sup>54</sup> Chanc. Af. III, Livro I, doc. 228.

<sup>55</sup> ALMEIDA e BARROCA 2002, pp. 244-245.

<sup>56</sup> Cf. LKalendas, vol. II, p. 265 (“X Kalendas Decembris”).

*“Aqui neste Mosteyro jaz enterrado em sepultura alta, de obra de relevo, hum filho delRey Dom Sancho o primeiro deste nome em Portugal, havido já depois de viúvo, de hua D. Maria Pays, o qual sahindo mal ferido de certa batalha que teve com um Capitão, a quem dizem chamavam Gil da Soverosa, veyo acabar de morrer junto ao Mosteyro, em hum sitio onde se chamão o Padrão Velho, por antiguamente ali se levantar hum Padrão, em memoria desta morte: sua Irmã de pay, e may, D. Constancia [forão alem desta outras duas, D. Tareja Sanches, e D. Sanches Portugal] doou depois a Grijó muitas rendas por certas missas quotidianas, que ainda hoje ali se dizem por sua alma, e de seu irmão D. Rodrigo, que morreo, ao primeiro de Julho, Era de 1283, anno de Christo 1245 como consta do Epitaphio de sua sepultura ...”<sup>57</sup>*

Depois da referência inaugural de D. Rodrigo da Cunha, o túmulo de Rodrigo Sanches foi mencionado de novo por Fr. António Brandão<sup>58</sup> e, de seguida, por vários autores, de que nos dispensamos aqui de referir e que foram, na sua maioria, recenseados por nós a propósito da sua epígrafe<sup>59</sup>.

Até ao Séc. XVII, o cenotáfio de Rodrigo Sanches permaneceu na Capela de Santa Maria do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, no centro desse espaço arquitectónico, soerguido por colunelos angulares. A sua localização neste espaço de eleição, o mais importante de um templo, era invulgar para a época. Com efeito, a maior parte dos túmulos de leigos localizavam-se fora dos templos: nos adros, onde se implantavam os cemitérios, ou, no caso de linhagens mais ou menos abastadas, em capelas funerárias anexas às igrejas (como foi o caso da Capela do Corporal, em Paço de Sousa, ou das capelas funerárias que vemos na Comenda de Távora, em St<sup>a</sup>. Cristina de Serzedelo, em S. Pedro de Roriz, em S. Salvador de Ansiães, em St<sup>a</sup>. Maria de Cárquere, em St<sup>a</sup>. Clara de Vila do Conde, na Capela dos Ferreiros de Oliveira do Hospital, etc). Em casos excepcionais, localizavam-se em galilés funerárias, que se desenvolviam a Ocidente da fachada principal, como acontecia nos celebrados casos do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro ou do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca (mas também em Sanfins de Friestas, em S. Pedro de Ferreira, de novo em St<sup>a</sup>. Cristina de Serzedelo ou em S. Miguel de Vilarinho). Mas a sua colocação na capela-mor de um templo era ainda excepcional, reservada na maioria dos casos aos mais altos membros da hierarquia religiosa (bispos ou abades). O local eleito para colocar o cenotáfio de D. Rodrigo Sanches foi, assim, uma novidade no panorama do nosso Séc. XIII, *“um caso excepcional de um leigo cuja santidade de vida e boas obras foi entendida (ao menos por sua irmã) como merecedora de lhe ser dada sepultura não apenas no interior da igreja, a par dos altares e tão alto como eles, mas inclusivamente na capela-mor, lugar ainda mais restritivo e a que, em Portugal, só os bispos tinham acesso nessa época”*<sup>60</sup>.

Esta localização permitia que as quatro faces do monumento fossem visíveis. Em 1572 os monges de Grijó, de regresso à sua casa monástica depois de uma breve passagem pela hoje denominada Serra do Pilar, decidiram promover a reforma arquitectónica do Mosteiro. Foi com esta reforma que desapareceu o templo românico, do qual sobram pelo menos três silhares esculpidos, conservados no perímetro do actual edifício. Os trabalhos arrancaram dois anos mais tarde, em 1574, começando pela zona do Dormitório, e seguiram o risco de Francisco Velasquez, arquitecto responsável pela Sé de Miranda do Douro<sup>61</sup>. As obras prolongaram-se por muito tempo: o novo templo apenas entrou ao serviço em 28 de Julho de 1626 e a sua abóbada só foi encerrada em 1629<sup>62</sup>. Aproximando-se a conclusão das obras na Capela-mor do templo, os monges decidiram transferir os restos mortais de Rodrigo Sanches para um ataúde de madeira, colo-

<sup>57</sup> CUNHA 1623, pp. 382-383; CUNHA 1742, pp. 244-245.

<sup>58</sup> BRANDÃO 1632b, p. 153.

<sup>59</sup> BARROCA 2000, vol. II, tomo 1, pp. 812-822.

<sup>60</sup> SILVA 2005, p. 55. Sobre os vários tipos de implantação dos sepulcros medievais veja-se pp. 52-55.

<sup>61</sup> VITERBO 1899-1922, s.v. “Velasquez (Francisco)”, vol. III, pp. 170-171.

<sup>62</sup> No Claustro do Mosteiro de Grijó conserva-se um sino, com inscrição datada de 1611, que corresponde a esta reforma do conjunto monástico.



cado num nicho na parede lateral da capela-mor, e deslocar o cenotáfio duocentista para o novo Claustro. De acordo com um auto que se encontrou no interior do ataúde de madeira, e que Joaquim Fronteira publicou, a trasladação ocorreu a 23 de Agosto de 1626:

*“Neste ataúde estão os ossos do Infante / D. Rodrigo Sanches filho de ElRei D. / Sancho Neto de ElRei D. Affonso Hen / riques primrº. deste Reino, o qual mo / reu junto a este Mostrº. a onde chamão / o Padrão Velho q. esta deribado no / anno 1245 vimdo do junto [?] / ao Porto mtº. ferido de huma briga que diz a hi teve; os quaes se trasla / darão com a solemnidade devida da se / pultura q. esta [na] Claustra q. lhe mandou / fazer sua Irman D. Constança San / ches no tempo da sua morte, pª. / o dito Ataude pello M. R. Pe. D. Lourenço / da Piadade Prior segunda vez no dº. Mostrº. / com veneração no anno de 1626 em hu / Domingo 23 de Agosto do dtº. anno em / o mesmo dia q. benzeu este sumptu / oso Templo e não se poz e não se poz [sic] / no dº. lugar a sepultura em q. esti / verão os ditos ossos por na caber no nicho / da obra que se fez na Capela Mor em q. / esta o dº. Ataude pª. lembrança do sobre / dito se fez esta memoria por mandado / do dº. Pe. Prior dia e anno ut supra.*

*Treslado fiel de huma Memoria / que mtº. lacerada ja, aqui se em / controu no dia 6 de Julho de 1796”<sup>63</sup>.*

No ataúde de madeira, que hoje já não se encontra na Capela-mor de Grijó mas que se conserva numa dependência a Norte da Igreja, pintou-se uma inscrição moderna, bastante lacónica, onde se lê:

AQVI IAZ O INFANTE DOM RODRIGO FILHO / DO SEGVNDO REI DE PORTVGAL DOM / SANCHO PRIMRº DO NOME / 1245.

Foi na sequência da decisão de 1626 que se perdeu o rasto da inscrição versificada e que o cenotáfio medieval de Rodrigo Sanches foi deslocado para o novo Claustro, onde foi colocado num arcossólio rasgado na parede Norte da quadra (a face externa da parede Sul da nave do templo). E, a partir de então, apenas ficou visível o lateral esquerdo do monumento e a sua tampa, com a estátua jacente. Esta decisão dos monges, para além de ter impedido a observação integral da arca durante quase quatrocentos anos, teve nefastas consequências na conservação do moimento. Com efeito, é flagrante a degradação que atingiu as duas faces expostas do cenotáfio (a tampa e o lateral esquerdo), por contraste com o excepcional estado de conservação das três faces que ficaram escondidas e que foram, agora, de novo reveladas. Essa degradação é o resultado da exposição aos agentes atmosféricos mas também, obviamente, da acção do homem.

## O CENOTÁFIO

Referido pela bibliografia desde o séc. XVII<sup>64</sup>, o túmulo de Rodrigo Sanches conheceu com Vergílio Correia o seu primeiro estudo moderno<sup>65</sup>, entrando nos anais da nossa História da Arte e merecendo a atenção de muitos autores<sup>66</sup>. O moimento de Rodrigo Sanches foi executado em calcário brando de Ançã-Portunhos, as pedreiras que abasteciam as oficinas dos escultores de Coimbra. A arca apresenta um comprimento total de 248 cm e é trapezoidal, atingindo os 90,5

<sup>63</sup> FRONTEIRA 1949, pp. 204-205.

<sup>64</sup> BRANDÃO 1632; SANTA MARIA 1668.

<sup>65</sup> CORREIA 1924, pp. 32 e 59-61 (pp. 155-157 da reed. de 1978).

<sup>66</sup> Vd., entre outros, CORREIA 1953, pp. 27-29; FRONTEIRA 1949; MENEZES 1962; VALE 1977; DIAS 1986, p. 114; BARROCA 1987, pp. 469-471; MACEDO 1995, p. 441; ALMEIDA e BARROCA 2002, pp. 217-218; FERNANDES 2004, pp. 743-752; GOULÃO 2009, p. 49; FERNANDES 2010-11.

cm de largura na zona da cabeceira e os 52,5 cm na zona dos pés. Como já referimos, na sua disposição original, o arcaz era soerguido por colunelos, esculpidos em calcário proveniente da mesma pedra que os restantes elementos do monumento. Estes colunelos medem 22x22 cm e, originalmente, atingiam uma altura de 43,8 cm. Aquando da deslocação para o Claustro, em 1626, os monges de Grijó optaram por os cortar a meio, colocando as meias-peças a sustentar a arca. Chegaram até nós sete elementos (quatro incluindo bases com moldura de toro-escócia, e três com capitéis esculpidos) que correspondiam, no total, a quatro colunelos (Figs. 22 a 25). Assim, o túmulo de Rodrigo Sanches seria, à maneira dos túmulos do Panteão Real de Alcobaça, uma arca sustentada por colunelos. Só que, ao contrário destes, onde os colunelos de sustentação são duplos, geminados, o moimento de Grijó era erguido por colunelos simples. Seriam apenas quatro? Ou originalmente seriam mais (seis ou oito), tendo os monges de Grijó apenas aproveitado as sete metades que chegaram até nós?

A estátua jacente de Rodrigo Sanches é sobejamente conhecida e a recente deslocação do túmulo não trouxe, naturalmente, grandes novidades (Fig. 1). Como já sublinhámos noutra texto, trata-se do primeiro jacente português a fornecer dados para o estudo da indumentária militar<sup>67</sup>. Nele o Bastardo Régio foi representado em decúbito supino, com a cabeça apoiada sobre duas almofadas<sup>68</sup>. A sua cabeça apresenta um curioso e elaborado corte de cabelo, cuidadosamente representado, conjugando cabelos longos, que caem atrás das orelhas, franja curta sobre a testa e dois caracóis simétricos caindo sobre a fronte (Fig. 2). Sobre este original corte de cabelo já discorreu Mário de Menezes, embora sem trazer contributo decisivo<sup>69</sup>. Rodrigo Sanches apresenta-se com uma capa presa pelos ombros, que lhe cai ao longo das costas. Enverga um pelote comprido, com amplo decote e generosas aberturas laterais, que permitem ver alguns pormenores da restante indumentária. Os rasgos laterais deixam adivinhar o cinto que lhe cinge a roupa, o qual, na face esquerda, outrora mais protegida por estar voltada à parede do arcossólio, apresenta pequenos quadrifólios (rosetas e trevos) tratados em relevo, agora revelados em todo o pormenor. Possuía, ainda, uma fivela, que se perdeu. A camisa, que Rodrigo Sanches enverga por baixo do pelote, ostenta uma pequena carcela vertical, debruada, numa solução semelhante às que vemos abundantemente retratadas nas iluminuras do *Apocalipse de Lorrvão* e em alguns monumentos funerários portugueses<sup>70</sup>. As mangas da camisa, compridas, prolongam-se até aos pulsos e apresentam, em cada cotovelo, três pregas rígidas e artificiais. A partir da zona da cintura o pelote cai em pregas verticais, também elas pouco naturais. E, estirada sobre o tronco, retida entre as mãos do Bastardo Régio, repousa a sua espada, qual *Durandal*, embainhada. O pomo, discoidal e de faces achatadas, ostenta a heráldica de Rodrigo Sanches, vendo-se um escudo carregado com cinco escudetes lisos dispostos em cruz (Fig. 3). O punho é trabalhado, com motivos em espinha, procurando reproduzir os entrelaçados que as empunhaduras das espadas medievais ostentavam. A guarda, recta, está infelizmente mutilada, mas é claramente perceptível. E, por baixo da mão esquerda de Rodrigo Sanches ainda se consegue adivinhar parte do contorno da fivela do cinto da bainha da espada. Na outra extremidade da bainha é possível observar o remate, com a ponteira metálica. A proteger as pernas podem ver-se caneleiras, que na vida real seriam provavelmente de couro. Ao nível dos pés, o Bastardo calça sapatos, com lista central, e enverga esporas, de que se podem ver as correias de fixação (Fig. 4). Infelizmente, a posição dos pés, representados na vertical, impede que se veja a tipologia das esporas, embora, atendendo à cronologia, tivessem de ser esporas de espeto. Quer no pelote, quer no tampo, ao lado da sua cabeça, foram desenhados, a compasso, motivos hexafólios, concebidos a

<sup>67</sup> BARROCA, MONTEIRO e FERNANDES 2000, p. 83.

<sup>68</sup> Trata-se do primeiro monumento funerário português onde aparecem as duas almofadas, depois muito vulgarizadas (ALMEIDA e BARROCA 2002, p. 218).

<sup>69</sup> MENEZES 1962, p. 219.

<sup>70</sup> Veja-se, por exemplo, a interessante tampa do Mosteiro de Paço de Sousa que ostenta esculpido o retrato de um abade (BARROCA 1987, pp. 428-430).

partir da intersecção de semicírculos. Estes motivos foram gravados num momento posterior, tal como diversos grafitos e incisões que o moimento ostenta.

Ladeando a sua estátua jacente foram representados vários anjos, que, como Manuel Real sublinhou, em estudo parcialmente inédito, inauguram a inclusão de querubins a acolitarem os jacentes em Portugal<sup>71</sup>. À direita da sua cabeça encontramos um anjo psicopompo, segurando entre as mãos um sudário ou lençol, de desenvolvimento simétrico, de onde emerge uma pequena figura de criança, desnudada, a forma clássica como a Idade Média iconografou a alma (Fig. 5). Trata-se, obviamente, de uma representação alegórica da *elevatio animae*, a ascensão da alma de Rodrigo Sanches ao Céu<sup>72</sup>. A sua inclusão na tampa, ao lado da estátua jacente, tinha uma óbvia leitura: garantir a todos que a vissem que a alma deste cavaleiro, a quem não se poupavam elogios no seu epitáfio, tinha ascendido ao Céu<sup>73</sup>. À esquerda da sua cabeça encontramos um anjo turiferário, aspergindo incenso. E aos pés encontramos um conjunto de quatro anjos, numa notável composição secundando um pequeno supedâneo onde se apoiam os seus pés (Fig. 6).

Como referimos, a deslocação do túmulo de Rodrigo Sanches não trouxe grandes novidades ao nível da tampa e da estátua jacente. As grandes novidades concentram-se, obviamente, nos laterais da arca. Iniciaremos a descrição começando pelo topo da cabeceira e seguindo, depois, para o lateral esquerdo (o único que era visível até agora), passando depois para a zona dos pés e concluindo com o lateral direito.

A cabeceira do arcaz apresenta duas cenas ligadas à infância de Jesus, enquadradas por molduras arquitectónicas com arcos polilobados: na metade do lado esquerdo representou-se a Epifania ou Adoração dos Reis Magos; na metade do lado direito a Apresentação de Jesus no Templo de Jerusalém (Fig. 2). Cronologicamente a Epifania ou Adoração antecede a Apresentação, sendo a primeira comemorada a 6 de Janeiro e a segunda a 2 de Fevereiro. Seguiremos, portanto, esta sequência<sup>74</sup>.

O quadro da Epifania é muito interessante<sup>75</sup> e ajuda a resolver um dos grandes enigmas do moimento de Rodrigo Sanches – a celebrada 13ª figura do seu lateral esquerdo. O escultor criou uma moldura arquitectónica polilobada para enquadrar esta cena (Fig. 7 e 8), esculpindo uma arcada tripla que se apoia em colunelos e que enquadra a Virgem com o Menino. Maria apresenta-se sentada no trono, em retrato frontal, e segura o Menino no seu colo. Segue-se, portanto, o esquema da *Nikopaia*. A Senhora apresenta vestes longas e um farto manto, segurando o Menino, sentado no colo, com o braço esquerdo e erguendo o direito para mostrar um motivo infelizmente mutilado, provavelmente uma flor. O Menino, sentado hieraticamente, ergue a mão direita em sinal de bênção. Ambos se apresentam coroados, como a Baixa Idade Média gostou de os representar. A arcada trilobada enquadra simetricamente estas duas figuras, conferindo-lhes o lugar de relevo que merecem nesta iconografia. À esquerda, num campo que diríamos secundário, criou-se um novo arco, também apoiado em colunelos, que enquadra duas figuras coroadas, uma de joelho no chão, outra em pé. Ambas trazem presentes nas mãos: a da esquerda, estante, transporta um vaso; a da direita, genuflectida, uma caixa esférica. São, obviamente, dois dos Magos. O terceiro Mago não se encontra nesta face: é a 13ª figura do lateral esquerdo, a única que, nesta face longa, se apresenta coroadada e cuja presença, até agora enigmática, deu origem a variadas inter-

<sup>71</sup> REAL 1986, p. 167. Vd. tb. ALMEIDA e BARROCA 2002, p. 218.

<sup>72</sup> Sobre a iconografia da alma na arte medieval portuguesa vd. GONÇALVES 1948. Abordamos algumas dessas representações em BARROCA 1997.

<sup>73</sup> O mesmo acontece no túmulo de D. Isabel de Aragão, onde um anjo psicopompo, elevando a alma da Rainha Santa, foi esculpido na cabeceira, ocupando a secção do dossel.

<sup>74</sup> No entanto, devemos sublinhar que não seria de todo impossível seguir a ordem inversa: começar pela Apresentação no Templo e passar, depois, para a Epifania. Louis Réau regista que, na tradição de alguns textos apócrifos, a Epifania teria tido lugar depois da Apresentação no Templo, quando Jesus atingiu dois anos (RÉAU 1957, vol. II, tomo 2, p. 237).

<sup>75</sup> Sobre a iconografia da Epifania veja-se o que lhe consagrou Louis Réau no seu clássico estudo consagrado à iconografia da arte cristã (RÉAU 1957, vol. II, tomo 2, pp. 236-254).

pretações. A maioria dos autores entendeu que seria uma representação de D. Sancho I, sublinhando-se, assim, o facto de Rodrigo Sanches ser filho de rei<sup>76</sup>. Pela nossa parte, em estudo anterior tínhamos sugerido que fosse a representação de D. Afonso III, o monarca por quem Rodrigo Sanches tinha sacrificado a vida<sup>77</sup>, hipótese, no entanto, rejeitada por outros autores em estudos posteriores. Afinal, trata-se tão-somente do terceiro rei Mago. E por isso ele foi representado de lado, de costas voltadas para o Apostolado e direccionado para a cabeceira do arcaz, face com a qual, de resto, o colonelo angular comunica, uma vez que é parcialmente isento. Anotemos, ainda, que a arcada do lateral esquerdo, com o Apostolado e o Mago, apresenta arcos com um módulo idêntico ao primeiro arco da cena da Epifania (Fig. 9). Apesar de mutilado, ainda é perceptível que, tal como os outros dois Magos, também ele trazia e oferecia um presente ao Menino. Por cima de Maria, dentro do arco e enquadrando a arcada tripla, foram representados motivos astrais e florais (sobre a Senhora um motivo heliforme; ladeando a arcada, no exterior, duas flores; e em cima da arcada, já no bordo da tampa, um motivo lunar). Seria, algum deles, uma alusão à estrela que, milagrosamente, guiou os três Magos até à presença do Menino?

Estamos, por isso, perante uma representação iconográfica que se inspirou directamente no Novo Testamento. Como se sabe, a tradição bíblica refere que o Menino recebeu a visita dos três Magos, que lhe levaram presentes – ouro, incenso e mirra<sup>78</sup>. A principal fonte para a Adoração dos Magos é o Evangelho segundo S. Mateus, onde se regista:

*“Tendo Jesus nascido em Belém da Judeia, no tempo de Herodes, eis que vieram magos do Oriente a Jerusalém, perguntando: “Onde está o rei dos judeus recém-nascido? Com efeito, vimos a sua estrela no seu surgir e viemos homenageá-lo”. (...) Eles, revendo a estrela, alegraram-se imensamente. Ao entrar na casa, viram o Menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o homenagearam. Em seguida, abriram seus cofres e ofereceram-lhe presentes: ouro, incenso e mirra. Avisados em sonho que não voltassem a Herodes, regressaram por outro caminho para a sua região”<sup>79</sup>.*

Este texto fundacional não atribui nomes aos Magos, como de resto nenhum outro escrito até ao séc. IX, altura em que, pela primeira vez, se nomeiam Baltazar, Gaspar e Belchior<sup>80</sup>.

Na outra metade da cabeceira do moimento de Rodrigo Sanches representou-se a Apresentação de Jesus no Templo de Jerusalém (Fig. 7 e 10)<sup>81</sup>. De acordo com as recomendações judaicas, consagradas no xodo<sup>82</sup>, quarenta dias depois de Jesus ter nascido, Maria e José levaram-no ao Templo de Jerusalém para o Menino ser apresentado e circuncidado, e para a Senhora cumprir o ritual de purificação<sup>83</sup>. Esta cerimónia envolvia um sacrifício. Os mais abastados sacrificavam um cordeiro, como se estipulava no xodo, os mais pobres dois pombos. Como Maria e José eram pobres, optaram pelo sacrifício de dois pombos. No monumento de Rodrigo Sanches vemos, ao centro, Maria, de pé, levando o Menino ao colo. À sua esquerda representou-se José, levando os dois pombos para o sacrifício. E à direita, segurando um sudário, o velho Simeão, pronto para receber o Menino e iniciar o ritual de purificação. Significativamente, dos quatro personagens apenas Maria e o Menino são coroados.

<sup>76</sup> MENEZES 1962, pp. 216-217; REAL 1986, p. 167; FERNANDES 2004, vol. II, p. 749-750; FERNANDES 2010-2011, pp. 120-123.

<sup>77</sup> ALMEIDA e BARROCA 2002, p. 218.

<sup>78</sup> Segundo L. Réau, o ouro simbolizava a realeza de Jesus, o incenso a sua divindade e a mirra, utilizada para embalsamar cadáveres, prenunciava o Sacrifício do Salvador (RÉAU 1957, vol. II, tomo 2, pp. 241-242).

<sup>79</sup> Mt 2, 1-12. Em S. Lucas os Magos são pastores (e não reis) e o Menino repousa numa manjedoura, o que daria origem a uma larga tradição iconográfica cristã (Lc, 2). Neste nosso estudo utilizamos sempre a tradução portuguesa da Bíblia da Escola Bíblica de Jerusalém – cf. *A Bíblia de Jerusalém* (Ed. Paulus, 1995).

<sup>80</sup> RÉAU 1957, vol. 2, tomo 2, p. 238.

<sup>81</sup> Sobre esta iconografia veja-se RÉAU 1957, vol. 2, tomo 2, pp. 261-266.

<sup>82</sup> Ex 13, 11-16.

<sup>83</sup> Segundo o Levítico, a mulher, depois do parto, estava impedida de comparecer no Templo durante 40 dias, o Ciclo da Purificação (7 + 33 dias) (Lc 12, 1-4). A Apresentação comemora-se, por isso, a 2 de Fevereiro, dia da Candelária, no quadragésimo dia depois da Natividade.

A principal fonte de inspiração para este quadro encontra-se no Evangelho segundo S. Lucas, o único que relata esta cerimónia. Vale a pena reter aqui as palavras que este texto lhe consagra:

*“Quando se completaram os dias para a purificação deles, segundo a Lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém a fim de apresentá-lo ao Senhor, conforme está escrito na Lei do Senhor: Todo macho que abre o útero será consagrado ao Senhor, e para oferecer em sacrifício, como vem dito na Lei do Senhor, um par de rolas ou dois pombinhos. E havia em Jerusalém um homem, chamado Simeão que era justo e piedoso; ele esperava a consolação de Israel e o Espírito Santo estava nele. Fora-lhe revelado pelo Espírito Santo que não veria a morte antes de ver o Cristo do Senhor. Movido pelo Espírito, ele veio ao Templo, quando os pais trouxeram o menino Jesus para cumprir as prescrições da Lei a seu respeito, ele o tomou nos braços e bendisse a Deus, dizendo: O nunc Dimitis...”<sup>84</sup>.*

O programa iconográfico do moimento de Rodrigo Sanches optou, portanto, por representar, na cabeceira, duas cenas que marcam o início do «Ciclo da Redenção» – a *Epifania* (a Adoração dos Magos) e a Apresentação no Templo. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em estudo magistral sobre o presépio medieval, já tinha chamado a atenção para o facto de o início deste ciclo poder ser caracterizado pela representação da Anunciação, do Nascimento ou da Epifania, sublinhando que a Alta Idade Média preferira a Epifania enquanto a Baixa Idade Média, sobretudo com o Gótico, optara pela Anunciação<sup>85</sup>. Em Grijó, a escolha recaiu sobre a Epifania e a Apresentação no Templo. Para ambas o monumento de D. Rodrigo Sanches é exemplar único no panorama da escultura funerária nacional. Seria o suficiente para deixar bem vincada a importância deste monumento... A cabeceira representa, por isso, o início do «Ciclo da Redenção» e não pode deixar de ser lida em paralelo com a face dos pés, onde, como veremos, se representou o quadro máximo da salvação – a Crucifixão.

Seguindo a ordem de leitura enunciada, passaremos ao lateral esquerdo, aquele que era visível e onde, portanto, encontramos menos novidades (Fig. 11). Este lateral apresenta, ao centro, em campo rectangular, Cristo em majestade, sentado no trono, com cabeça coroada, enquadrado dentro de mandorla, a moldura amendoada que proclamava e consagrava a divindade. Cantonando este campo encontra-se o Tetramorfo, a representação apocalíptica dos quatro Evangelistas: em cima e à esquerda, o Anjo (símbolo de S. Mateus); à direita a Águia (símbolo de S. João); em baixo e à esquerda o Touro (símbolo de S. Lucas); à direita o Leão (símbolo de S. Marcos). Trata-se, portanto, da *Maiestas Domini*, uma das mais importantes iconografias cristãs: Cristo triunfante, sentado no trono e rodeado pela representação alegórica dos seus quatro Evangelistas, em iconografia inspirada directamente na visão do Apocalipse segundo S. João<sup>86</sup>. Lamentavelmente, os danos infligidos pelo tempo e pela incúria dos homens são grandes.

À esquerda deste campo central encontramos seis edículas, à sua direita sete, todas definidas por arcos de volta perfeita apoiados em capitéis, colunas e bases. Esta arcatura abriga os Doze Apóstolos, cada um em seu nicho, dialogando dois a dois, e termina com a celebrada 13ª figura coroada que, como acabamos de ver, não é mais do que o terceiro Mago da cena da Epifania. Apesar de este lateral estar bastante maltratado, os enquadramentos arquitectónicos merecem uma observação mais detalhada, que permitirá a descoberta de inúmeros detalhes que certamente deliciarão o observador. Ao gosto medieval, os pequenos capitéis são diferentes e alguns, apesar de não passarem de simples miniaturas, não deixam de surpreender nos pormenores representados. O mesmo se diga de uma pequena figura de serpe que foi esculpida estirada sobre a primeira arcada

<sup>84</sup> Lc 2, 22-28. O episódio da Apresentação no Templo prolonga-se até ao versículo 40.

<sup>85</sup> ALMEIDA 1983, pp. 3 e 15, nota 1. Ao admirar o túmulo de Rodrigo Sanches, pela primeira vez na íntegra, e ao escrever estas linhas não pudemos deixar de pensar na emoção que Carlos Alberto Ferreira de Almeida teria sentido se tivesse tido oportunidade de ver este monumento na sua totalidade.

<sup>86</sup> Ap 4, 1-11.



e o arranque da segunda, à esquerda do lateral (Fig. 21), e que, apesar de muito danificada (e, talvez por isso, tenha passado despercebida ao olhar de todos os autores...) não deixa de recordar alguns elementos das iluminuras do *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra<sup>87</sup>. Nos restantes arranques dos arcos foram incluídos motivos vegetalistas (pequenas palmetas de desenvolvimento simétrico). As figuras dos Apóstolos encontram-se, hoje, muito maltratadas, e por isso boa parte dos seus atributos já não é legível. Joaquim Fronteira, que analisou o monumento quando ele se encontrava um pouco melhor conservado, identificou na 1ª arcada S. João Evangelista, na 2ª S. Bartolomeu, na 5ª Stº. André, na 6ª S. Pedro, na 8ª Santiago Maior, na 9ª Santiago Menor e na 12ª S. Paulo<sup>88</sup>. Julgamos que, depois dele, mais nenhum investigador ensaiou a identificação dos Apóstolos. José Custódio Vieira da Silva e Carla Varela Fernandes salientaram, em estudos recentes, o paralelismo entre a iconografia deste lateral e a decoração de alguns altares medievais, enfatizando este aspecto no quadro de uma quase-santificação da figura de Rodrigo Sanches, processo no qual a execução do monumento, a criação do seu epitáfio, a erecção do altar de Stª. Maria e a colocação do cenotáfio em plena Capela-mor de Grijó seriam passos fundamentais<sup>89</sup>.

Na secção do sarcófago correspondente aos pés foi incluída uma Crucifixão (Fig. 12 a 14). Como já referimos, esta face deve ser lida em “diálogo” com a cabeceira, marcando o início e o fim do «Ciclo da Redenção». A cena da Crucifixão é, a todos os títulos, notável e de uma enorme riqueza iconográfica, vindo enriquecer, desta forma, o conjunto das Crucifixões medievais portuguesas<sup>90</sup>. A cruz representada é um exemplar de braços largos, com remates flordelizados, que se inspira na Cruz de Ouro de D. Sancho I (executada no cumprimento das disposições testamentárias do monarca, falecido em 1211, e concluída em 1214). Esta cruz aurífera serviu de protótipo para uma série de cruces da ourivesaria e da escultura portuguesa. Apesar de, no túmulo gaiense, as proporções estarem um pouco alteradas – sobretudo em função da largura atribuída aos braços da cruz – o modelo tipológico é o mesmo.

Cristo foi representado coroado e com *perizonnium*, o pano de pureza de origem helénica que veio substituir o *colobium*, a túnica comprida que escondia a maior parte do corpo do Salvador. A opção pelo *perizonnium* permitiu aos escultores colocar a descoberto o corpo do Crucificado, iniciando-se um percurso onde as chagas da Paixão irão ser cada vez mais representadas e exploradas. No nosso caso, apenas é perceptível o tratamento dado às costelas do Salvador, assinaladas por linhas paralelas, deixando adivinhar um corpo magro e contraído pelo sofrimento. Mas a expressão de Cristo, coroado e nimbado, com um sorriso confiante nos lábios, ainda está longe de exprimir a dor e o dramatismo dos momentos finais. O escultor representou Cristo crucificado com quatro cravos, seguindo um modelo mais arcaico em que os pés recebem, cada um, o seu cravo. A partir dos finais da centúria de Duzentos divulgou-se a iconografia com apenas três cravos, sendo os pés sobrepostos e presos com um único prego<sup>91</sup>. No nosso caso, a posição divergente dos pés obrigou à utilização de dois cravos, bem condizente com a condição ducentista do nosso monumento.

Ladeando Cristo na cruz foram representadas duas figuras muito usuais nesta iconografia: à esquerda a Virgem Maria, com a cabeça coberta por véu; à direita S. João Evangelista, com cabeça nimbada (Fig. 14). Apesar de ostentarem uma expressão de sorriso nos lábios, ambos exteriorizam a dor segundo uma gestualidade tipicamente medieval: a Senhora com as duas mãos cruzadas sobre o peito, S. João com a mão direita elevada até à face, que nela se apoia<sup>92</sup>, enquanto na sua mão esquerda segura o Livro. A ladear a Virgem foi representado um pequeno Anjo, que emerge no limite do campo historiado e ergue as mãos em prece. E, em posição simétrica, contribuindo para o

<sup>87</sup> Veja-se, por exemplo, Ms. Stª Cruz 1, fl. 362 vº (cf. MIRANDA 1996, p. 35)

<sup>88</sup> FRONTEIRA 1949, p. 205.

<sup>89</sup> SILVA 2005, p. 54-55; FERNANDES 2010-11, pp. 112-113.

<sup>90</sup> Sobre a iconografia da Crucifixão vd. RÉAU 1957, vol. II, tomo 2, pp. 475 e ss.. Uma abordagem de síntese sobre as Crucifixões medievais portuguesas foi ensaiada por nós em ALMEIDA e BARROCA 2002, pp. 179-188.

<sup>91</sup> RÉAU 1957, vol. II, tomo 2, p. 480; ALMEIDA e BARROCA 2002, p. 181.

<sup>92</sup> Sobre a gestualidade da dor na Baixa Idade Média veja-se o que escrevemos em BARROCA 1997.

equilíbrio estético da cena, foi esculpido um segundo Anjo que ampara S. João neste momento difícil. Na base da cruz, ressuscitando nu, com as mãos erguidas em oração, representou-se Adão, o primeiro homem, um dos responsáveis pelo Pecado Original redimido pelo sacrifício do Salvador<sup>93</sup>.

Na metade superior da Crucifixão encontramos mais duas figuras (Fig. 13): à esquerda um Anjo turiferário, segurando um turíbulo em declarado movimento, aspergindo incenso; à direita um outro Anjo segurando um pequeno vaso<sup>94</sup>.

A iconografia da Crucifixão, tema maior da arte cristã, apoia-se em passagens dos quatro Evangelhos. Como é natural, todos os Evangelistas se reportam ao Calvário<sup>95</sup>. Apesar de alguns erros do escultor – corrigidos por substituição de uma pequena porção rectangular do relevo<sup>96</sup> – é indiscutível a qualidade do artista contratado para realizar o cenotáfio de Rodrigo Sanches, bem patente na composição desta Crucifixão.

Chegamos, finalmente, ao lateral direito, que, tal como a cabeceira e os pés deste monumento, estava totalmente encoberto (Fig. 15). Ao contrário das restantes três faces, aqui o escultor não representou uma cena historiada. No que respeita a estas, o programa iconográfico do cenotáfio de Rodrigo Sanches resumia-se, portanto, à dupla representação da cabeceira, com a Epifania e a Apresentação no Templo, ao Apostolado que figura no lateral maior, acompanhando a representação, ao centro, da *Maiestas Domini*, e à cena da Crucifixão aos pés. Ao longo do lateral direito do monumento somos surpreendidos com uma complexa representação de elementos que, aparentemente, não “relatam” nenhuma história, seja ela bíblica ou do itinerário pessoal do Infante, mas que se reportam, indiscutivelmente, a este. E, apesar do trabalho de escultura ser aqui quase todo ele vegetalista, julgamos que neste lateral também se revela a mestria do seu autor. Pensamos, igualmente, que é nesta face que se concentra muita da novidade e da problemática que este monumento vem agora trazer-nos.

Campeiam, neste lateral, dois grandes escudos heráldicos, aparentemente semelhantes, mas com uma significativa diferença entre eles: junto da cabeceira encontramos um grande escudo de tipo francês, recto em cima e boleado em baixo, carregado com cinco escudetes lisos dispostos em cruz, três alinhados na vertical e os dois laterais orientados para o centro (Fig. 16). Estes cinco escudetes foram representados colocados sobre uma cruz e uma aspa, esculpida de forma não muito marcada mas de indiscutível presença. O segundo escudo, igualmente de tipo francês, também apresenta os cinco escudetes lisos e plenos, dispostos em cruz, com os escudetes laterais orientados para o centro, mas não tem vestígio algum da cruz ou da aspa (Fig. 17). Embora muito semelhantes, estes dois escudos não são iguais.

O Séc. XIII ficou marcado, em Portugal, pela generalização da heráldica de família, que tinha surgido na centúria precedente mas que, numa fase inicial, se circunscreveu à Família Real<sup>97</sup>. A inclusão destes dois escudos de armas não surpreende e inscreve-se, portanto, no que a sociedade portuguesa de Duzentos estava cada vez mais habituada a utilizar. O que surpreende é a natureza das armas aí representadas. Com dois escudos diferentes seríamos tentados a ver neles a representação das armas dos costados de D. Rodrigo Sanches. Ou seja, um escudo corresponderia à heráldica paterna, outro à heráldica materna. O escudo paterno seria o mais próximo da cabeceira, portanto aquele que apresenta a cruz e a aspa. E aqui, não podemos deixar de pensar nas armas reais que estavam expostas em St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra – as armas de D. Afonso Henriques, pintadas no seu pavês, e as armas de D. Sancho I.

<sup>93</sup> Segundo Louis Réau, na base da cruz podia surgir o crânio de Adão, o esqueleto de Adão ou Adão ressuscitado (RÉAU 1957, vol. II, tomo 2, pp. 488-491). Em Grijó a opção recaiu sobre esta terceira possibilidade.

<sup>94</sup> Chegamos a pensar na hipótese de ser uma representação de *Stephanus*, o soldado que levou a esponja embebida em vinagre a Cristo, aliviando-o nos derradeiros momentos, mas o facto de ser uma figura alada não parece confirmar tal interpretação.

<sup>95</sup> Vd. Mt 27, 32-56; Mc 15, 23-41; Lc 23, 13-49; e Jo 19, 16-42.

<sup>96</sup> Há outros exemplos desta solução: no cinto da estátua jacente (a sua fivela, que entretanto se perdeu), na orelha do lado direito, e na cabeceira (na arcada da Apresentação no Templo e, na cena da Epifania, no Rei Mago representado em pé).

<sup>97</sup> Vd. o que sobre isso escrevemos em BARROCA 2011.

O pavês de D. Afonso Henriques era, segundo Fr. Nicolau de Santa Maria, “*um escudo de pau de figueira, forrado de couro de boi cru, oleado e pintado, com cinco palmos e meio de comprimento e três de largo no mais largo*”<sup>98</sup>. Tratava-se, portanto, de um escudo de tipo normando, com cerca de 121 cm de altura e 66 cm de largura. Fr. António Brandão descreve-o como sendo um escudo carregado com cinco escudetes dispostos em cruz, acrescentando que “*para ficar lembrança da grande vitoria que alcançou dos Mouros, mandou no principio atravessar quatro cordões no escudo, dous em cruz de meio a meio, & dous em aspada de canto a canto, fazendo de outro cercadura, & por elles pendurou muitos escudos, posto que quatro ficão dentro no escudo...*”<sup>99</sup>. Por seu turno, Manuel de Faria e Sousa, no *Epitome de las Historias Portuguesas*, publicado em 1628 (portanto quatro anos antes da obra de Fr. António Brandão), deixou-nos uma descrição concordante, esclarecendo serem “*... azules los cinco mayores escudetes en campo blanco, y estar puestos en forma de Cruz...*”, que esta cruz era cantonada por “*... quatro menores, que estan en figura quadrada...*”, e que o conjunto era rodeado por “*... diez menores que ha de aver en la circunferencia ligados con un cordon...*”<sup>100</sup>. O escudo de D. Afonso Henriques era, assim, composto por cinco escudetes maiores, dispostos em cruz, e colocados sobre um *carbúnculo*, no qual se apoiavam outros quatro escudetes (menores que os primeiros), sendo o conjunto rodeado por dez pequenos escudetes apoiados sobre o cordão que delimitava o campo heráldico<sup>101</sup>. Apesar do pavês do nosso primeiro monarca se ter perdido, ele ainda era visível nos inícios do Séc. XVI, quando se criaram os cenotáfios de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, para a nova Capela-mor do mosteiro crúzio<sup>102</sup>. As armas de D. Afonso Henriques foram mesmo reproduzidas num dos topos do Cadeiral quinhentista, naquela que é uma das mais antigas representações que se conhece para estas armas. Mas, infelizmente, o escultor “simplificou” o brasão, reduzindo-o aos cinco escudetes em cruz e ao *carbúnculo*. O mesmo se verifica no apontamento, datado de 1627, que D. José de Cristo deixou exarado no seu manuscrito *Miscelânea*<sup>103</sup>. Um século mais tarde, o pavês tinha sido recolhido na Sacristia do mosteiro crúzio, onde D. António Caetano de Sousa o viu já sem vestígios de pintura<sup>104</sup>, tendo, posteriormente, desaparecido<sup>105</sup>.

As armas de D. Sancho I, que são as que nos interessam mais para o estudo do monumento de Rodrigo Sanches, derivaram directamente das de seu pai e traduziram-se numa simplificação destas. Com efeito, a descrição de Manuel de Faria e Sousa é clara, revelando que o monarca optara por eliminar os escudetes “secundários”, reduzindo as armas reais aos cinco escudos principais: “*El Rey Don Sancho quitò del escudo real, que ordenò su padre, todos los escudetes pequeños dexando los cinco que forman la Cruz, enlaçados en los mismo cordones.*”<sup>106</sup>. Esta passagem é muito importante, porque nos revela que as armas de D. Sancho I eram compostas por cinco escudetes dispostos em cruz mas ainda colocados sobre o *carbúnculo*. Isto significa que, verdadeiramente, o que se registou no Cadeiral manuelino de St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra foram as armas de D. Sancho I, e não as de D. Afonso Henriques... Se D. Constança Sanches, ao encomendar o túmulo para seu irmão, tivesse dado indicação aos escultores para irem a St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra ver o escudo heráldico de D. Sancho I que, à semelhança do que acontecia com o de seu pai, devia estar colocado sobre o seu túmulo, seria um escudo

<sup>98</sup> SANTA MARIA 1668, vol. I, p. 513.

<sup>99</sup> BRANDÃO 1632a, pp. 131v<sup>2</sup>-132.

<sup>100</sup> SOUSA 1677, Part. 3, Cap. 2, p. 182.

<sup>101</sup> Sem pretendermos ser exaustivos, sobre as primeiras armas portuguesas veja-se PINOTEAU 1983, TÁVORA 1984 e PINOTEAU 1986.

<sup>102</sup> Sobre o Cadeiral de St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra vd. PEREIRA 1984.

<sup>103</sup> Cf. D. José de Cristo, *Miscelânea*, BPMP, Reservados, Manuscritos de St<sup>a</sup>. Cruz, Ms. 86, fl. 91.

<sup>104</sup> SOUSA 1735, vol. I, pp. 35-36: “*Na Sacristia de Santa Cruz de Coimbra está o Escudo com que pelejava, que he de pao, cuberto de couro, pintado, dentro de huma caixa com alguns pregos de ferro; nelle se não divisa já a pintura das Armas pela sua antiguidade...*”.

<sup>105</sup> Um quadro do Séc. XVIII, da Academia das Ciências de Lisboa, representou as armas de D. Afonso Henriques com a disposição descrita por Manuel de Faria e Sousa – vd. MATTOSO 1993, vol. 2, p. 63. Pena é que o fólio 8 da *Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*, de António de Holanda e Simão de Bening, consagrado aos descendentes de D. Afonso Henriques (onde, de resto, no ângulo superior esquerdo, aparece D. Rodrigo Sanches, juntamente com outros bastardos de D. Sancho I) tenha quedado inacabado precisamente na parte relativa aos escudos heráldicos (cf. ALBUQUERQUE e LIMA 1984, fl. 8).

<sup>106</sup> SOUSA 1677, Part. 3, Cap. 3, p. 189.

semelhante a este que eles encontrariam: cinco escudetes em cruz colocados sobre o *carbúnculo*. Na ausência do escudo de D. Sancho I, que se perdeu na voragem do tempo, o túmulo de Rodrigo Sanches, agora revelado em toda a sua dimensão, assume-se, por isso, como a mais antiga representação das armas de D. Sancho I que conseguiu chegar até nós. Mais um motivo a salientar a excelência do documento iconográfico que foi devolvido ao nosso olhar. Uma derradeira nota para o facto dos escudetes se apresentarem lisos ou plenos. Todas as descrições concordam que os escudetes dos escudos reais portugueses eram carregados com besantes ou quinas, que até D. Dinis foram em número variável e depois se fixaram em cinco. A Numismática e a Esfragística corroboram isso. Mas no túmulo de Grijó os escudetes apresentam-se lisos. A única explicação que encontramos para esta situação é que os escudos fossem pintados e que fosse nesse registo cromático, tão fundamental para a Heráldica, que figurassem os besantes.

O segundo escudo, à direita (Fig. 17), composto por outros cinco escudetes lisos, ou plenos, também dispostos em cruz mas sem *carbúnculo*, será uma representação das armas de D. Maria Pais Ribeira? Se o for, é mais um motivo para inscrevermos este monumento no rol dos mais importantes documentos iconográficos para a nossa Heráldica medieval.

Junto das (eventuais) armas de D. Maria Pais Ribeira, apoiada na moldura inferior deste lateral, foi magistralmente esculpido um focinho de animal, voltado para cima, de cuja boca sai um caule de videira (Fig. 19) que se espraia até ao escudo de D. Sancho I (que se apoia sobre ele) e até à ilhargá da cabeceira. O tema do focinho animalesco, de cuja boca saem folhagens, foi muito glorioso no nosso Românico. Bastará ter em atenção o exemplo de S. Pedro de Rates. A qualidade escultórica da videira, no seu caule, nas folhas e nos cachos de uvas que se escondem debaixo destas, é mais um motivo de reparo (Fig. 18). Mas prende-nos, sobretudo, a original forma como se representou o caule, penetrando no interior do monumento através de quatro pequenos “orifícios” circulares. Não conhecemos nada semelhante no panorama artístico nacional.

A videira é um símbolo cristão de origens ancestrais, cuja imagem foi consagrada pelo Evangelho segundo S. João:

*“Eu sou a verdadeira videira e meu Pai é o agricultor. Todo o ramo em mim que não produz fruto, ele o corta, e todo o que produz fruto ele o poda, para que produza mais fruto ainda. (...) Eu sou a videira e vós os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele, produz frutos; (...)”<sup>107</sup>.*

Mas a sua representação no túmulo de Rodrigo Sanches ultrapassa o simples valor de um símbolo cristão. Na realidade, ao penetrar no interior do túmulo, através dos “orifícios”, este símbolo cristológico revela-nos que o corpo do Infante foi abraçado pela *verdadeira videira*. Mais uma forma, codificada, de assegurar a ascensão de Rodrigo Sanches para junto da Corte Celeste, onde tinha lugar ao lado dos Justos.

Junto do escudo paterno, entre as folhas de videira, foram incluídas duas grandes vieiras, símbolo de leitura mais complicada (Fig. 18). Aos olhos do observador ocorrerá, de imediato, o valor da vieira enquanto símbolo jacobeu. Mas não nos parece que a sua presença neste monumento possa ser entendida como tal. Apesar do Mosteiro de Grijó se situar junto de uma das “vias portuguesas” para Santiago, a sua presença num monumento funerário teria de espelhar uma relação entre o defunto e as peregrinações jacobeiás. Ora, tanto quanto sabemos, Rodrigo Sanches não empreendeu a peregrinação a Santiago de Compostela. E, por isso, estes motivos permanecem desafiando o leitor deste monumento.

À direita do escudo heráldico materno encontramos dois enormes quadrifólios (Fig. 20): o do lado direito, com o campo dividido em quatro círculos, parece ter quedado inacabado, uma vez

---

<sup>107</sup> Jo 15, 1-17. O carácter sagrado da videira, enquanto “árvore da vida”, já se encontra consagrado no Velho Testamento (cf. Jz 9, 12-13; Is 5, 1-7).

que apenas o primeiro círculo se apresenta esculpido; o do lado esquerdo é integralmente ocupado por tema floral, magnificamente trabalhado. Ao centro de ambos, emergindo de folhagem simétrica que repousa sobre a moldura inferior, vemos um caule que remata com pequena floração.

No limite desta face, ocupando as superfícies que o último quadrifólio deixava livres, encontramos dois derradeiros motivos: em cima, um tema floral; em baixo o escultor voltou a surpreender-nos incluindo um pequeno leão, com a cabeça voltada para trás, pata dianteira esquerda elevada e cauda erecta.

Resta, para terminar a análise desta face, sublinhar a presença de duas molduras singelas, mas de belo efeito estético, que enquadram os temas deste surpreendente lateral. Em cima corre um pequeno friso com uma fita larga dobrada, em ziguezague. É o tema românico do *ruban plié*. Em baixo, um friso composto por três linhas ondulantes desencontradas.

É tempo de concluir. Por tudo o que acabamos de ver, nestas “primeiras impressões” sobre o cenotáfio de Rodrigo Sanches, não temos dúvida em afirmar que a sua libertação do arcossólio e a deslocação para a capela do Claustro do Mosteiro de Grijó, onde é permitida a observação e a leitura das suas quatro faces, foi um acontecimento cultural de grande importância, que devolveu ao olhar dos estudiosos, e do público em geral, um dos mais interessantes monumentos funerários portugueses e, sem dúvida, uma das mais significativas manifestações da escultura portuguesa de Duzentos. A comovente homenagem de sua irmã, Constança Sanches, ressurgiu, quase quatrocentos anos depois, em toda a sua plenitude. Para nos surpreender e para nos desafiar.



**Iconografias bíblicas em túmulos portugueses com jacentes (Sécs. XIII-XIV)<sup>108</sup>**

<b>Cena</b>	<b>Túmulo</b>	<b>Data</b>
Anunciação	D. Leonor Afonso (St <sup>a</sup> . Clara de Santarém) (cabeceira) D. Fernão Sanches (Museu do Carmo) (cabeceira)	† 1325 † 1329-35
Epifania	D. Rodrigo Sanches (Grijó) (cabeceira)	† 1245; túmulo c. 1263-64
Apresentação no Templo	D. Rodrigo Sanches (Grijó) (cabeceira)	† 1245; túmulo c. 1263-64
Apostolado	Rainha D. Urraca (Alcobaça) (repartido pelos dois laterais) D. Rodrigo Sanches (Grijó) (lateral esquerdo) Rainha D. Isabel de Aragão (St <sup>a</sup> . Clara de Coimbra) (lateral esquerdo) D. Fernão Gonçalves Cogominho (S. Francisco de Évora) (repartido pelos dois laterais)	† 1220; túmulo c. 1220-23 † 1245; túmulo c. 1263-64 † 1336; túmulo c. 1330 † 1364
Última Ceia	João Anes Gordo (Sé do Porto) (lateral esquerdo) Bispo D. Afonso Pires (S. Pedro de Balsemão) (lateral direito)	† 1333; túmulo c. 1335-36 † 1372; túmulo c. 1362
Crucifixão	D. Rodrigo Sanches (Grijó) (secção dos pés) D. Fernão Sanches (Museu do Carmo) (secção dos pés) Rainha D. Isabel de Aragão (St <sup>a</sup> . Clara de Coimbra) Arcebispo D. Gonçalo Pereira (Sé de Braga) João Anes Gordo (Sé do Porto) (secção dos pés) Bispo D. Afonso Pires (S. Pedro de Balsemão)	† 1245; túmulo c. 1263-64 † 1329-35 † 1336; túmulo c. 1330 † 1348; túmulo c. 1334-35 † 1333; túmulo c. 1335-36 † 1372; túmulo c. 1362
Pantocrator – <i>Maiestas Domini</i>	Bispo D. Pedro (Sé de Évora) (secção dos pés) Rainha D. Urraca (Alcobaça) (cabeceira) D. Rodrigo Sanches (Grijó) (lateral esquerdo)	† 1340 † 1220; túmulo c. 1220-23 † 1245; túmulo c. 1263-64
Coroação da Virgem	Bispo D. Pedro (Sé de Évora) (cabeceira) João Anes Gordo (Sé do Porto) (cabeceira)	† 1340 † 1333; túmulo c. 1335-36
Virgem com o Menino	Bispo D. Afonso Pires (S. Pedro de Balsemão) Arcebispo D. Gonçalo Pereira (Sé de Braga) (secção dos pés)	† 1372; túmulo c. 1362 † 1348; túmulo c. 1334-35

<sup>108</sup> Consideramos apenas os monumentos anteriores aos túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, em Alcobaça.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes narrativas e documentais:

- A Canção de Rolando. Edição Bilingue*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987 (Col. “Clássicos”, vol. 4)
- DUGGAN, Joseph J. (2005), *La Chanson de Roland – The Song of Roland*, Ed. Crítica de Joseph J. Duggan, 3 vols., Turnhout, Brepols
- SEGRE, Cesare (1989), *La Chanson de Roland. Edition Critique*, Genève, Librairie Droz
- EGINHARDO – *Vida de Carlos Magno*, Lisboa, Teorema, 2001
- BFerrado = *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XIe-XIIIe Siècles)*, Ed. de Robert Durand, Paris-Lisboa, F. C. G., 1971
- CCSP = *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Leit. de José Maria Augusto da Costa, BPMP, Porto, 1924
- Chanc. Af. III = *Chancelaria de D. Afonso III*, Ed. de Leontina Ventura e de António Resende Oliveira, 3 vols. Coimbra, IUC, 2006-2011
- DS = *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Ed. de Rui Pinto de Azevedo, Pe. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, IUC, 1979
- DSViseu = *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, Ed. de Leontina Ventura e João da Cunha Matos, Coimbra, IUC, 2010
- LCamp = *Livro das Campainhas (Códice da segunda metade do século XIV) Mosteiro de São Salvador de Grijó*, Ed. de Jorge de Alarcão e Luís Carlos Amaral, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986
- LDTarouca = *Livro das Doações de Tarouca*. Ed. de A. de Almeida Fernandes, 3 vols., Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1992
- LKalendas = *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbrienses (Livro das Kalendas)*, Ed. de Pierre David e Torquato de Sousa Soares, 2 vols. Coimbra, IUC, 1947-1948
- LL = *Portugalíae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. II, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Ed. Crítica de José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980
- LV = “Livro Velho de Linhagens”, *Portugalíae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, Ed. Crítica de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980
- Obit.S.V.Forá = *Um Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*, Ed. de Maria José Azevedo Santos, *Documentos Medievais Portugueses*, II Série, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2008
- PMH, Inq. = *Portugalíae Monumenta Historica ...*, *Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 e ss.
- PMH, Leges = *Portugalíae Monumenta Historica ...*, *Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.

### Estudos:

- ALBUQUERQUE, Martim de; LIMA, João Paulo de Abreu e (1984), *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal. Fac-símile do Ms. da British Library – Add. 12531*, Porto-Lisboa, Banco Borges e Irmão
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, diss. de doutoramento, 2 vols., Porto, ed. policopiada
- (1983), *O Presépio na Arte Medieval*, Porto, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras do Porto (separata do artigo “Iconografia do Presépio Medieval”, *Arqueologia*, vol. 6, Porto, 1982, pp. 137-151)
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge (2002), *O Gótico*, vol. 2 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença
- AMARAL, Luís Carlos (1994), *São Salvador de Grijó na segunda metade do Século XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa, Edições Cosmos

- AMORIM, Inês (1997), *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (Formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Braga, 1997 (separata de *UI-Varia*, nº 1, 2 e 3, 1994, 1995 e 1996)
- AZEVEDO, António (1957), “Mais um passo da Chanson de Roland no Românico Português”, *Bracara Augusta*, vol. IX (3-4), Braga, pp. 233-238
- BARROCA, Mário Jorge (1987), *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, Porto, FLUP, ed. policopiada, pp. 469-471
- (1997), “Cenas de Passamento e de Lamentação na Escultura Funerária Medieval Portuguesa (Séc. XIII a XV)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª Série, vol. 14, Porto, pp. 655-684
- (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, pp. 812-822
- (2011), “Epigrafia e Heráldica no Portugal Medieval”, *Actas do 2º Congresso «Casa Nobre – Um Património para o Futuro»*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, pp. 389-405
- BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2000), *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela
- BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves (2003), *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, diss. de mestrado, Coimbra, ed. policopiada
- BRANCO, Maria João Violante (2006), *D. Sancho I. O filho do Fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores
- BRANDÃO, Fr. António (1632a), *Monarquia Lusitana*, Parte III, Lisboa (2ª ed., Lisboa, INCM, 1974)
- (1632b), *Monarquia Lusitana*, Parte IV, Lisboa (2ª ed., Lisboa, INCM, 1974)
- CARNEIRO, José Augusto (1900), “Vários Apontamentos Históricos e Archeológicos do Mosteiro de Grijó”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portugueses*, 3ª Série, vol. 8, nº 12, Lisboa, pp. 191-195
- CORREIA, Vergílio (1924), *Três túmulos*, Lisboa, Portugália Editora (reed. in *Obras*, vol. V, Coimbra, IVC, 1978)
- (1929), “A Escultura em Portugal no Século XIII”, *Obras*, vol. III, Coimbra, IVC, 1953, pp. 21-33
- COSTA, António Domingues de Sousa (1963), *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana
- (1993), *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó
- CUNHA, D. Rodrigo da (1623), *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, pp. 382-383 (2ª ed., com Aditamentos de António Cerqueira Pinto, Porto, Officina Prototypa, 1742, pp. 244-245)
- DIAS, Pedro (1986), *O Gótico*, vol. 4 de *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Alfa
- ENCARNAÇÃO, Fr. Tomás da (1759), *Historiae Ecclesiae Lusitanae*, vol. I, Coimbra
- FERNANDES, Carla Varela (2004), *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*, 2 vols., diss. de doutoramento, Lisboa, FLUL (vol. 2, pp. 743-752)
- (2010-2011), “Construção imagética do herói-mártir. O caso de D. Rodrigo Sanches”, *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 9/10, pp. 109-124
- FERNANDES, Hermenegildo (2006), *D. Sancho II. Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores
- FRONTEIRA, Joaquim (1949), “O Mosteiro do Salvador de Grijó e o túmulo de D. Rodrigo Sanches”, *O Tripeiro*, Vª Série, Ano IV, nº 9, Porto, Janeiro, pp. 202-205
- GOMES, Saul António (2007), *In Limine Conscriptio. Documentos, chancelaria e culturas no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Viseu, Palimage
- GONÇALVES, Flávio (1948), “Representações antropomórficas da alma na arte portuguesa dos séculos XII a XVI”, *Brotéria*, vol. XLVI, fasc. 4, Lisboa, pp. 444-458
- GOULÃO, Maria José (2009), *Expressões Artísticas do Universo Medieval*, vol. 4 de *Arte Portuguesa*, Coord. de Dalila Rodrigues, Lisboa, Fubu Editores
- GRAF, Gerhard (1986), *Le Portugal Roman*, 2 vols., Yonne, La Pierre-qui-Vire
- LEJEUNE, Rita; STIENNON, Jacques (1969), *The legend of Roland in the Middle Ages*, 2 vols., Londres, Phaidon

- MACEDO, Francisco Pato de (1995), “O descanso eterno. A tumulária”, *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 435-455
- MARIZ, Pedro de (1749), *Dialogos de Vária História*, Lisboa, p. 115
- MARTINS, Armando Alberto (2003), *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa
- MARTINS, Mário (1969), *Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte*, vol. 2, Braga, Livraria da Cruz, pp. 99-100
- MARTINS, Miguel Gomes (2013), *Guerreiros medievais portugueses*, Lisboa, Esfera do Livro
- MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos (1955-1960), *Cronica de Santa Cruz*, 2 vols., Coimbra
- MATTOSO, José (1985), “A Crise de 1245”, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, INCM, pp. 57-75
- MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de (1993), *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. 2 da *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1960), *La Chanson de Roland et la tradition épique des Francs*, Paris, Picard
- MENEZES, Mário de (1962), “A Escultura Antiga no Porto. V – O túmulo de Rodrigo Sanches, em Grijó”, *O Tripeiro*, VIª Série, Ano II, nº 6-7, Junho-Julho, pp. 179-185 e 214-220
- MIRANDA, Maria Adelaide (1996), *A Iluminura de Santa Cruz no tempo de Santo António*, Lisboa, INAPA
- MONTEIRO, Manuel (1909), “Os monumentos históricos de Gaya”, in *Mea Villa de Gaya*, Porto, pp. 38 (2ª ed., fac-similada, Vila Nova de Gaia, Associação Cultural Amigos de Gaia, 1987)
- (1980), “La Chanson de Roland no Românico Português”, *Dispersos*, Braga, Aspa, pp. 425-430 (1ª ed., *Bracara Augusta*, vol. 2, Braga, 1950, pp. 89-93)
- NOVAIS, Manuel Pereira de (1916-18), *Anacrisis Historial. II Parte. Episcopologio*, 4 vols., Porto, 1916-18
- PEREIRA, Augusto Nunes (1984), *Do Cadeiral de Santa Cruz*, Coimbra
- PINOTEAU, Hervé (1983), “Un difficile problème, celui des origines des armes de Portugal”, *Comunicaciones al XV Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heraldica*, Madrid, pp. 327-356
- (1986), “Nouvelles recherches sur les origines des armes de Portugal”, *Actas do 17º Congresso Internacional de Ciências Genealógica e Heráldica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, pp. 421-442
- PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor (1995), *Os patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto
- (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, UCP
- REAL, Manuel Luís (1986), “Escultura Tumular”, parte inédita de *A Escultura Figurativa no Românico Português*, policopiado (a primeira parte do texto foi editada em GRAF 1986)
- SANTA MARIA, Fr. Nicolau de (1668), *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Lisboa
- SILVA, José Custódio Vieira da (2005), “Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)”, *Revista de História da Arte*, nº 1, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 46-81
- SOUSA, D. António Caetano de (1735), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I, Lisboa (2ª ed., Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1946)
- SOUSA, Manuel de Faria e (1677), *Epitome de las Historias Portuguesas, dividido en quatro partes*, 2ª ed., Bruxelas, Francisco Foppens Impressor & Mercader de Libros (1ª ed., Madrid, 1628)
- TAVORA, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e (1984), “Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. VII. Da origem das Armas de Portugal (À guisa de recensão)”, sep. de *Armas e Troféus*, Vª. Série, t. 3 e 4, Lisboa
- VALE, Carlos (1977), “O Túmulo de D. Rodrigo Sanches”, *Boletim Cultural dos Amigos de Gaia*, nº 3, Vila Nova de Gaia, Setembro, pp. 17-20

- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de (1924), “Em volta de D. Sancho II”, *Lusitânia*, vol. II, fasc. 1, Lisboa, pp. 7-25
- VENTURA, José P. S. (1906), “Mosteiro de S. Salvador de Grijó”, *Ilustração Portuguesa*, IIª Série, vol. VI, Lisboa, pp. 555-563
- VENTURA, Leontina (1992), *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de doutoramento, 2 vols., Coimbra, ed. policopiada
- VENTURA, Leontina; GOMES, Saul António (1993), “Leiria na Crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 28, Coimbra, pp. 159-197
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922), *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses...*, 3 vols., Lisboa, 1899-1922 (2ª ed., fac-similada, Lisboa, INCM 1988)
- VIVAS, Diogo (2008), “Constança Sanches. Algumas observações em torno de uma bastarda régia”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 16/17, Lisboa, pp. 223-241







**Fig. 1** – Jacente de Rodrigo Sanches: vista geral



**Fig. 2** – Jacente de Rodrigo Sanches: pormenor da cabeça



**Fig. 3** – Jacente de Rodrigo Sanches: pormenor do pomo e do punho da espada



**Fig. 4** – Jacente de Rodrigo Sanches: pormenor do calçado e das correias das esporas



**Fig. 5** – Jacente de Rodrigo Sanches: anjo psicopompo, transportando a alma



**Fig. 6** – Jacente de Rodrigo Sanches: pormenor da composição dos pés



**Fig. 7** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: programa iconográfico da cabeceira, com as cenas da Epifania e da Apresentação no Templo



**Fig. 8** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor da cena da Epifania





**Fig. 9** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: articulação da 13ª figura do lateral esquerdo (a “figura coroada”) com o quadro da Epifania



**Fig. 10** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor da cena da Apresentação no Templo



**Fig. 11** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: vista geral do lateral esquerdo com o Apostolado e, ao centro, o Pantocrator.



**Fig. 12** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: programa iconográfico do topo dos pés, com a cena da Crucifissão.



**Fig. 13** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor da cena da Crucifixão



**Fig. 14** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor da cena da Crucifixão



**Fig. 15** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: vista geral do lateral direito, com temas vegetalistas e heráldicos



**Fig. 16** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor do primeiro escudo (Brasão de D. Sancho I?)





**Fig. 17** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor do segundo escudo (Brasão de D. Maria Pais Ribeira?)



**Fig. 18** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor da videira, que se desenvolve entre os escudos heráldicos





**Fig. 19** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor do arranque da videira



**Fig. 20** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor dos motivo florais



**Fig. 21** – Sarcófago de Rodrigo Sanches: pormenor da serpe estirada sobre o primeiro arco do lateral esquerdo



**Fig. 22** – Capitel de um dos colunelos de sustentação da arca



**Fig. 23** – Capitel de um dos colunelos de sustentação da arca



**Fig. 24** – Capitel de um dos colunelos de sustentação da arca



**Fig. 25** – Reconstituição de um dos colunelos de sustentação da arca (capitel, fuste octogonal e base)

## NOTA SOBRE UM DEPÓSITO DE CRUZADOS NOVOS DA REGIÃO DE GUIMARÃES

Rui M. S. Centeno<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Estuda-se um conjunto de 190 moedas portuguesas de prata (Cruzados Novos), cunhados entre 1750 e 1836, presumivelmente encontrados na região de Guimarães (Braga) em data anterior a 1951, analisando-se a sua composição e comparando-a com um tesouro similar descoberto na Régua (Vila Real).

**Palavras-chave:** Tesouro monetário; Numismática portuguesa; Cruzado Novo; Guimarães.

### **ABSTRACT:**

We study a set of 190 portuguese silver coins (*Cruzados Novos*), minted between 1750 and 1836, presumably found in the area of Guimarães at an earlier date to 1951, analyzing its composition and comparing it with a similar hoard discovered in Régua (Vila Real).

**Keywords:** Coin hoard; Portuguese numismatics; *Cruzado Novo*; Guimarães.

Nos trabalhos de reorganização das coleções da Sociedade Portuguesa de Numismática (SPN), no Porto, foi detetado um conjunto de 190 cruzados entre D. João V e D. Maria II que, entre outros exemplares com a mesma cronologia, apresentavam sinais distintivos de poderem ter pertencido a um depósito monetário, ao evidenciarem uma pátina e concreções, resultantes da sua deposição, com um aspeto muito similar. Contudo, numa apreciação global, o estado de conservação das moedas resultante de sua circulação pode-se considerar bastante bom, apresentando a maior parte das moedas estudadas, particularmente desde D. João Príncipe Regente, um ligeiro desgaste resultante da sua circulação; porém, alguns numismas encontravam-se quase à flor-de-cunho mas, por vezes, prejudicados por uma corrosão acentuada que os afetou parcialmente; em muitos dos exemplares são bem visíveis as tentativas pouco cuidadas (por parte do achador, do vendedor ou do colecionador?) para retirar os vestígios de corrosão por um processo mecânico que danificou irremediavelmente diversas moedas.

Como este lote de moedas integrava a importante coleção doada à SPN pelo Dr. José de Barros da Rocha Carneiro, Sócio Fundador e primeiro Presidente da Direção da Sociedade, procurámos alguma informação que permitisse aclarar estes indícios revelados pelas moedas que agora se publicam, entre as anotações que o Dr. Barros colocava, por norma, junto de cada

---

\* Universidade do Porto/FLUP – CITCEM



exemplar do seu numofilácio. Efetivamente, encontrámos nas prateleiras onde estavam colocados alguns dos cruzados novos pertencentes a este lote, uma informação manuscrita que permite avançar com a possibilidade de estarmos em presença de parte ou da totalidade de um tesouro de cruzados, provavelmente encontrado em Guimarães (ou na região?) em data anterior a junho de 1951, ocasião em que foram adquiridos por este colecionador. Até ao momento, não conseguimos recolher na imprensa regional ou nacional da época qualquer notícia relativa à ocorrência de um achado que pudesse identificar-se com este lote e que nos informasse sobre as circunstâncias e o contexto em que se verificou a descoberta do conjunto monetário.

Apesar da quase total ausência de informação sobre o achado, entende-se que será útil a publicação deste lote de cruzados novos para o estudo do comportamento das emissões de cruzados na massa monetária circulante e da composição dos tesouros no segundo quartel do século XIX. A observação das moedas permitiu precisar o conhecimento de pequenos pormenores sobre algumas emissões como, por exemplo: o registo de um cruzado de D. Maria I e D. Pedro III, de 1782 que será uma variante de Gomes 18.12<sup>1</sup>, com os quadrifólios sem âmago; para as duas primeiras emissões de 1799-1801, com reverso diferente, de D. João Príncipe Regente, registadas por Alberto Gomes<sup>2</sup> (22.01-3 e 23.01-4), foi possível atestar a existência de exemplares em que o diadema da coroa é ornamentado por uma série de losangos que alternam com 4 pontos ou com 1 ponto, variedades já anotadas nas emissões entre 1802 e 1816 (Gomes 24.01-10 e 25.01-11)<sup>3</sup>.

As balizas cronológicas deste conjunto são dois exemplares de 1750 e uma peça de 1836, com poucos vestígios de circulação, distribuindo-se as moedas por um período de 86 anos. À excepção do numerário mais antigo, dos reinados de D. João V e D. José e algumas raras emissões posteriores, encontram-se representadas neste lote, praticamente, todas as emissões monetárias desde 1778. As moedas da regência do então Príncipe D. João, num total de 116 exemplares, representam 61,05% do lote agora estudado, onde se destacam as emissões entre 1808 e 1816 (com 93 moedas), facto que não será de estranhar, dado que, nestes anos, a produção de cruzados novos em Portugal cresceu extraordinariamente, como se pode constatar no Gráfico 2.

A comparação da estrutura deste depósito com outros contemporâneos foi muito dificultada pela escassa publicação de estudos sobre conjuntos similares, mesmo sabendo-se que são frequentes os achados deste tipo no território nacional. Por outro lado, a inexistência de um registo sistemático de achados de moeda portuguesa<sup>4</sup>, também não facilitou a pesquisa de conjuntos monetários com uma composição e cronologia idênticas.

Contudo, foi possível referenciar um achado ocorrido na Régua, na Rua Pedro Verdial, por meados de 1954, ou seja, poucos anos após a descoberta do tesouro que agora se estuda, constituído por cerca de 2.000 cruzados novos que se encontravam em três sacos guardados atrás de um fogão de sala de uma habitação. A revista *Nvmmvs* publicou uma notícia do achamento do tesouro e a relação de um lote de 565 moedas, sendo as mais recentes 3 exemplares de 1836<sup>5</sup>.

Como se pode verificar no Quadro 1 que se apresenta na página ao lado e no Gráfico 1, este depósito apresenta uma estrutura muito idêntica à do lote de Guimarães. Uma das principais diferenças entre os dois conjuntos, reside na representação da abundante emissão de 1809, claramente sub-representada no lote de Guimarães, por qualquer razão que não nos é possível descortinar. Pode-se admitir que esta modesta representação seja meramente casual, por exemplo, originada pelas próprias vicissitudes que determinaram a constituição do tesouro, mas, no entanto, como não foi estudado na totalidade, tal “anomalia” poderá resultar, também, da amostra não ser perfeitamente representativa do depósito.

<sup>1</sup> A. Gomes, *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*, 6ª ed., Lisboa, 2013, p. 348.

<sup>2</sup> A. Gomes, *op. cit.*, p. 358.

<sup>3</sup> A. Gomes, *op. cit.*, p. 359.

<sup>4</sup> Uma relação de tesouros monetários da Antiguidade Clássica e portugueses, descobertos no território nacional, foi esboçada por Abel Viana, Denarii do Museu Regional de Beja, *Arquivo de Beja*, XII, 1955, p. 140-48.

<sup>5</sup> Achado da Régua, *Nvmmvs*, II (7), 1954, p. 200-01. Na notícia, certamente por gralha, refere-se um total de 556 moedas e não 565.

**Quadro 1** – Repartição Quantitativa e Percentual das Moedas dos Dois Tesouros e da Emissão de Cruzados Novos

	Guimarães	%	Régua	%	Moeda cunhada	%
1750	2	1,05	10	1,77		
1763	1	0,53				
1766			2	0,35		
1768	2	1,05	2	0,35		
1778					1725	0,003
1779	1	0,53			126879	0,26
1780	3	1,58	6	1,06	346757	0,70
1781	3	1,58	5	0,88	576018	1,17
1782	6	3,16	9	1,59	1097252	2,22
1784	2	1,05	2	0,35	145639	0,29
1785					11288	0,02
1786					2039	0,004
1788					1621	0,003
1792					6751	0,01
1793	6	3,16	1	0,18	499617	1,01
1794	4	2,11			336901	0,68
1795	5	2,63	3	0,53	715544	1,45
1796	1	0,53	6	1,06	476346	0,96
1797	7	3,69	8	1,42	1013141	2,05
1798	4	2,11	15	2,65	1376187	2,79
1799	3	1,58	3	0,53	724663	1,47
1800	4	2,11	8	1,42	437538	0,89
1801			1	0,18	195888	0,40
1802	1	0,53	4	0,70	265369	0,54
1805	3	1,58	4	0,70	41464	0,08
1807	12	6,32	44	7,79	363903	0,74
1808	4	2,11	2	0,35	4259306	8,62
1809	6	3,16	68	12,03	1659105	3,36
1810	5	2,63	12	2,12	796569	1,61
1811	6	3,16	9	1,59	959652	1,94
1812	9	4,74	32	5,66	2796826	5,66
1813	11	5,79	42	7,43	3853667	7,80
1814	14	7,37	30	5,31	4296445	8,69
1815	11	5,79	71	12,57	509725	1,03
1816	26	13,68	89	15,75	4938326	10,00
1818	3	1,58	1	0,18	2337338	4,73
1819	2	1,05	14	2,48	1432361	2,90
1820	4	2,11	9	1,59	1844793	3,74
1821	3	1,58	8	1,42	1936864	3,92
1822	2	1,05	4	0,70	567659	1,15
1823	1	0,53	3	0,53	667087	1,35
1825	1	0,53			28471	0,06
1826					259045	0,52
1828	1	0,53			134494	0,27
1829					22422	0,05
1830					29035	0,06
1831					65351	0,13
1832			1	0,18	108187	0,22
1833	2	1,05			798008	1,62
1834	2	1,05	10	1,77	1864278	3,78
1835	5	2,63	24	4,28	3433258	6,95
1836	1	0,53	3	0,53	829215	1,68
1837					193944	0,39
Total	190	100	565	100	49383961	100

Elucidativo é o confronto do Gráfico 1, já referido, com o Gráfico 2 onde se ilustram as quantidades de cruzados novos cunhados pela Casa da Moeda de Lisboa entre 1778 e 1837<sup>6</sup>, a partir dos dados divulgados por Teixeira de Aragão<sup>7</sup>, também registados no Quadro 1, onde se colige toda a informação que permitiu a elaboração dos três gráficos aqui publicados. São bem perceptíveis as semelhanças, em termos gerais, dos perfis apresentados nos Gráficos 1 e 2, que mostram, respetivamente, a distribuição do número de exemplares por ano nos tesouros de Guimarães e da Régua, bem como o número de exemplares cunhados anualmente pela Casa da Moeda de Lisboa. Evidentemente, não seria de esperar uma total coincidência dos dados apresentados nos dois gráficos, porém, mostram com clareza a óbvia relação entre a quantidade de moeda produzida por ano e a sua representação nos tesouros monetários, mesmo para as emissões mais recentes que integram os dois lotes, próximas da data dos respetivos ocultamentos, evidenciando talvez que, sem grandes demoras, a Casa da Moeda lançaria o novo numerário no giro.

O Gráfico 3<sup>8</sup>, que conjuga em percentagens os elementos constantes nos dois anteriores, confirma globalmente os indicadores dos dois gráficos já citados, mas revela também que, tendencialmente, a representação das emissões mais antigas – até 1816 – nos dois tesouros é superior às percentagens correspondentes à produção anual de moeda, enquanto que, para o numerário mais recente, as cifras são quase sempre mais baixas.

Ora, na massa monetária circulante, o normal seria o numerário mais antigo ir diminuindo gradualmente a sua expressão em resultado, por exemplo: da sua deterioração levar à retirada de circulação e à reutilização pela Casa da Moeda para novas emissões; da fundição de moeda por privados para obtenção do metal precioso para outras finalidades; e, não menos importante, da imobilização de quantidades consideráveis de moeda em tesouros, fenómeno particularmente agravado em momentos de instabilidade política e social. Assim, num tesouro reunido com alguma urgência, em que, num período muito curto, se retira da circulação um conjunto de moedas, seria de esperar que a representação do numerário mais antigo fosse, na generalidade, mais baixa que as percentagens obtidas para a produção monetária, enquanto as mais modernas estariam melhor representadas, à exceção das emissões dos anos imediatamente anteriores à formação do tesouro que, então, ainda não teriam entrado plenamente em circulação. As eventuais discrepâncias observáveis na composição dos tesouros de Guimarães e da Régua poderão ser uma consequência do entesouramento de moeda se ter operado ao longo de bastantes anos, o que permitiu diluir os resultados que seriam esperados para numerário mais antigo.

Também não deixa de ser curioso o facto dos lotes de Guimarães e da Régua fecharem com moedas de 1836. Mesmo que a imobilização dos dois depósitos seja algo posterior a esta data, não será de estranhar a ausência da última série de cruzados novos, de 1837, por se tratar de uma emissão bastante pequena (193944 moedas), se comparada com todas as outras do reinado de D. Maria II<sup>9</sup>. Foi aliás nesse ano que se deu início ao lavramento da nova moeda de prata de 500 réis que substituiu o cruzado novo<sup>10</sup>, em resultado da reforma monetária, introduzida pela lei de 24 de abril de 1835, em que foi adoptado o sistema decimal e que deveria entrar em vigor a partir de junho desse ano<sup>11</sup>. A circunstância destes dois lotes encerrarem com moedas de

<sup>6</sup> Ao longo deste período de 60 anos a Casa da Moeda de Lisboa produziu 49383961 cruzados novos, significando que, em termos médios, entraram em circulação 823000 cruzados/ano.

<sup>7</sup> A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, Volume II, 2ª ed., Porto, 1966, p. 426-28.

<sup>8</sup> Como se poderá observar no Quadro 1 e no Gráfico 3, há uma ligeira discrepância nas percentagens entre os dois tesouros e a emissão de moeda, uma vez que apenas dispomos de informação sobre a produção monetária a partir de 1778, enquanto que as moedas mais antigas nos dois depósitos são de 1750, 1763 e 1766, anos para os quais não temos este tipo de dados.

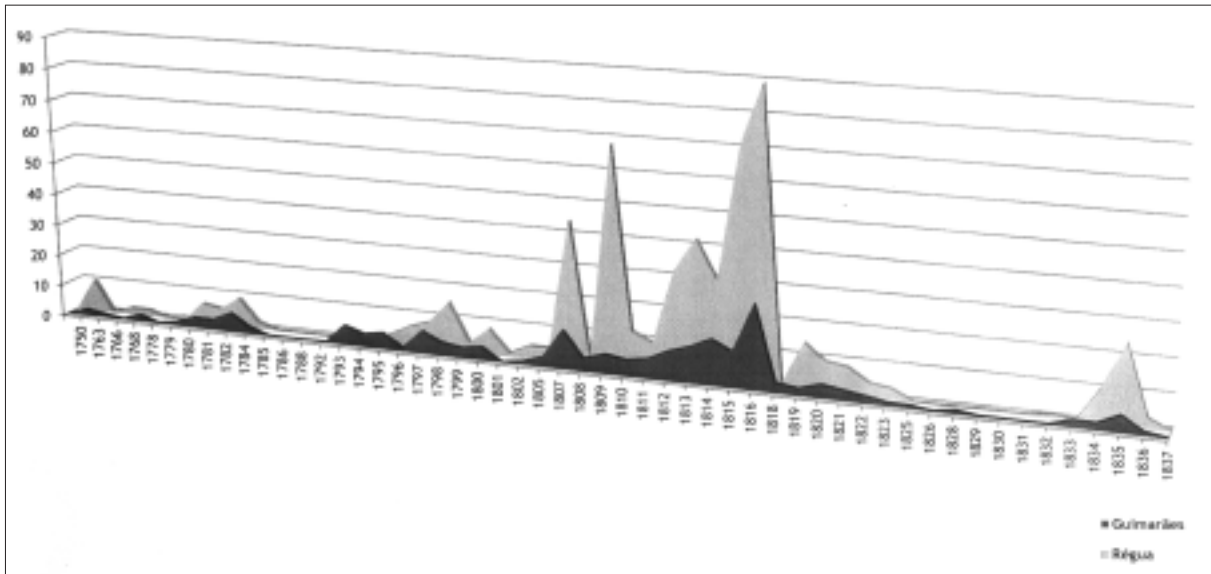
<sup>9</sup> A. Gomes, *op. cit.* p. 374, n.ºs 16.01-7.

<sup>10</sup> A nova moeda de 500 réis foi cunhada em quantidades pouco relevantes até 1842, não tendo, por essa razão, um papel significativo na massa monetária circulante: 1266 ex., em 1837, 2645 ex., no ano de 1838, 2084 ex., em 1839, e 22483 ex., em 1841 (sobre as emissões de 500 réis, cf., A. Gomes, *op. cit.*, p. 378, n.ºs 39.01-22).

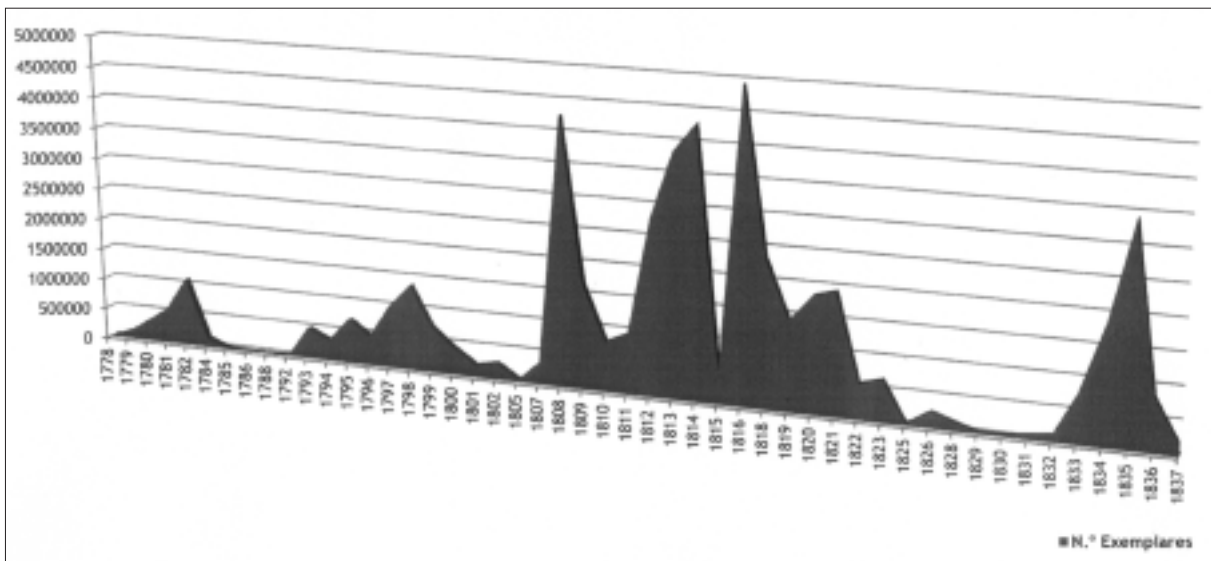
<sup>11</sup> Sobre as vicissitudes da reforma de 1835 e, particularmente, das dificuldades iniciais da sua aplicação, veja-se, A. C. Teixeira de Aragão, *op. cit.*, p. 186-87 e C.A. Almeida do Amaral, *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*, Museu Numismático Português, Vol. II, Lisboa, 1984, p. 661-64.

1836, poderá indiciar que o anúncio da reforma monetária, em 1835, terá gerado receios generalizados nas populações sobre o novo sistema monetário, espelhados no entesouramento de numerário antigo, particularmente cruzados novos, moeda que manteve uma grande estabilidade – e, por isso mesmo, era confiável – desde 1688, no reinado de D. Pedro II. Mais que qualquer outro acontecimento sócio-político, esta desconfiança inicial relativamente ao novo sistema monetário decimal poderá explicar, assim, a imobilização de quantidades consideráveis de moeda antiga durante o reinado de D. Maria II.

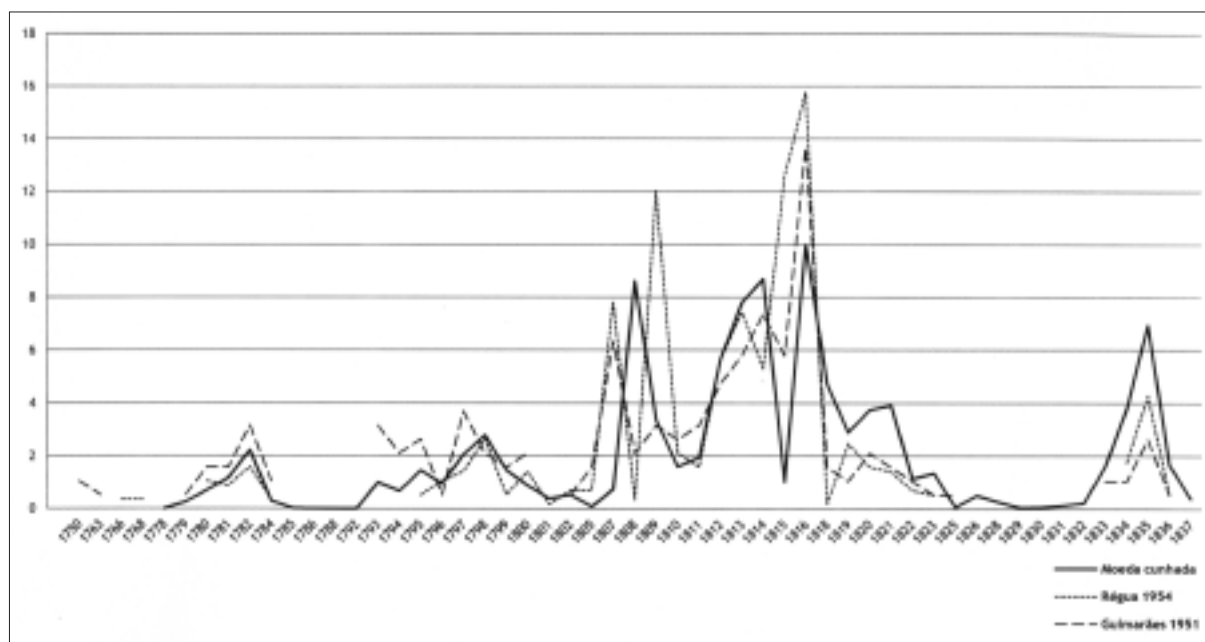
**Gráfico 1 – Repartição das Moedas por Ano**



**Gráfico 2 – Emissão de Cruzados Novos: 1778-1837**



**Gráfico 3** – Distribuição Percentual das Emissões (1178-1837) e das Moedas Representadas nos Tesouros



## CATÁLOGO<sup>12</sup>

### D. JOÃO V (2)

1. 1750, Gomes 79.01
2. 1750, Gomes 8.02

### D. JOSÉ I (3)

3. 1763, Gomes 34.03
- 4-5. 1768, Gomes 35.04

### D. MARIA I e D. PEDRO III (15)

6. 1779, Gomes 18.01
7. 1780, Gomes 17.03
8. 1780, Gomes 18.03
9. 1780, Gomes 18.04
- 10-12. 1781, Gomes 18.05
13. 1782, Gomes 17.05
- 14-17. 1782, Gomes 18.12
18. 1782, Gomes 18.12 var. (com quadrifólios sem âmago)
19. 1784, Gomes 17.06
20. 1784, Gomes 18.13

<sup>12</sup> A obra de referência utilizada no Catálogo é a 6ª edição, de 2013, da obra de Alberto Gomes, citada na nota 1.



#### **D. MARIA I (27)**

- 21. 1793, Gomes 17.03
- 22-26. 1793, Gomes 18.04
- 27-28. 1794, Gomes 17.04
- 29-30. 1794, Gomes 18.05
- 31. 1795, Gomes 17.05
- 32-35. 1795, Gomes 18.06
- 36. 1796, Gomes 17.08
- 37-42. 1797, Gomes 17.09
- 43. 1797, Gomes 18.08
- 44. 1798, Gomes 17.10
- 45. 1798, Gomes 17.11
- 46-47. 1798, Gomes 18.10

#### **D. JOÃO PRÍNCIPE REGENTE (116)**

- 48-49. 1799, Gomes 22.01
- 50. 1799, Gomes 23.01
- 51-53. 1800, Gomes 22.02
- 54. 1800, Gomes 23.02
- 55. 1802, Gomes 24.01
- 56. 1805, Gomes 24.02
- 57-58. 1805, Gomes 26.02
- 59-60. 1807, Gomes 24.03
- 61-64. 1807, Gomes 25.05
- 65. 1807, Gomes 25.06
- 66-70. 1807, Gomes 26.03
- 71. 1808, Gomes 25.07
- 72. 1808, Gomes 26.05
- 73-74. 1808, Gomes 26.12
- 75-77. 1809, Gomes 25.08
- 78-80. 1809, Gomes 26.05
- 81-82. 1810, Gomes 25.09
- 83-85. 1810, Gomes 26.13
- 86-87. 1811, Gomes 25.10
- 88-89. 1811, Gomes 26.09
- 90-91. 1811, Gomes 26.14
- 92-95. 1812, Gomes 24.04
- 96-99. 1812, Gomes 25.11
- 100. 1812, Gomes 26.10
- 101-11. 1813, Gomes 24.05
- 112-25. 1814, Gomes 24.06
- 126-36. 1815, Gomes 24.07
- 137-53. 1816, Gomes 24.08
- 154-62. 1816, Gomes 24.09
- 163. 1816, Gomes 24.10

### **D. JOÃO VI (16)**

- 164. 1818, Gomes 12.01
- 165-66. 1818, Gomes 12.09
- 167-68. 1819, Gomes 12.11
- 169-70. 1820, Gomes 12.03
- 171-72. 1820, Gomes 12.12
- 173-74. 1821, Gomes 12.04
- 175. 1821, Gomes 12.13
- 176. 1822, Gomes 12.05
- 177. 1822, Gomes 12.14
- 178. 1823, Gomes 12.16
- 179. 1825, Gomes 12.17

### **D. MIGUEL I (1)**

- 180. 1828, Gomes 12.01

### **D. MARIA II (10)**

- 181-82. 1833, Gomes 16.01
- 183-84. 1834, Gomes 16.02
- 185-89. 1835, Gomes 16.03
- 190. 1836, Gomes 16.06



3



9



43



100





137



167



180



185

## HISTORIA DO POVOAMENTO DE PICOTE (HISTPP). PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO (2012-2015)

Rui Sobral Centeno<sup>1</sup>  
Mário Barroca<sup>2</sup>  
Daniela de Freitas Ferreira<sup>3</sup>  
Sérgio Monteiro-Rodrigues<sup>4</sup>  
Rui Morais<sup>5</sup>  
Maria de Jesus Sanches<sup>6</sup>  
Teresa Soeiro<sup>7</sup>  
Filipe Costa Vaz<sup>8</sup>

### RESUMO:

Numa altura de profunda retracção do investimento público na investigação arqueológica em Portugal, foi criado em 2012 o projecto de investigação “História do Povoamento de Picote”. Proposto pela Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote (Frauga) à Universidade do Porto (UP), tem como objectivo a escavação de um importante povoado proto-histórico e romano situado no limite sul da aldeia de Picote, num esporão sobre a curva do rio Douro, bem como a recolha de informação escrita e rastreio, em campo de outras informações materiais pertinentes para o desenvolvimento do estudo da ocupação humana pretérita da área daquela aldeia.

**Palavras-chave:** Projecto de Investigação, Proto-História, Romanização, Picote.

### ABSTRACT:

In a time of great decline of public funding in archaeological investigation, it was formed in 2012 the research project “História do Povoamento de Picote”, proposed by Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote (Frauga) to the University of Porto (UP). This project was created with the main objective of carrying out excavations in the archaeological site of Puio, as well as the recovery of other information’s regarding the past human settlement of Picote village.

**Keywords:** Research Project, Archaeology, Picote, Protohistory, Roman period.

---

<sup>1</sup> UP/FLUP – CITCEM rcenteno@letras.up.pt  
<sup>2</sup> UP/FLUP – CEAACP mbarroca@letras.up.pt  
<sup>3</sup> Colaboradora do CITCEM danielafilipaferreira@gmail.com  
<sup>4</sup> UP/FLUP – CEAACP serodri@letras.up.pt  
<sup>5</sup> UP/FLUP – CECH rmorais@letras.up.pt  
<sup>6</sup> UP/FLUP – CEAACP mjsanches77@gmail.com  
<sup>7</sup> UP/FLUP – CITCEM msоеiro@letras.up.pt  
<sup>8</sup> Colaborador do CIBIO filipe.mcvaz@gmail.com



## INTRODUÇÃO.

Descrito como «um verdadeiro tesouro arqueológico» por Francisco Manuel Alves, abade de Baçal (1934), colocado em evidência devido aos materiais arqueológicos que lhe são atribuídos por Albino Pereira Lopo (1900) e José Leite Vasconcelos (1895) e caracterizado por António Maria Mourinho como «a povoação do distrito que maior contingente de monumentos epigráficos Luso-romanos tem dado para o Museu do Abade de Baçal» (1988), Picote destaca-se como um dos mais relevantes povoados do planalto mirandês no que respeita a vestígios arqueológicos. A sua importância, marcadamente ligada à proto-história e ao período romano, confirma-se pela descoberta de vários berrões (um dos quais motivou a campanha de escavações dirigida por Santos Júnior na década de 1950) e de um conjunto de vinte e uma estelas funerárias – o mais numeroso núcleo do nordeste transmontano. O reconhecimento de sepulturas medievais abertas em rocha, a identificação de uma gravura rupestre, estudada por Maria de Jesus Sanches e Dulcineia Pinto (2002), a descoberta de estelas calcolíticas que sugerem «sítios arquitectonicamente complexos», provavelmente de tipo *recinto* (Sanches, 2009), e mais recentemente, intervenções pontuais em contexto de obras de recuperação habitacional que levaram à descoberta de mais um berrão (Redentor, 2007) sublinham a importância de Picote, testemunhos irrefutáveis de uma ampla e expressiva ocupação humana da região.

Considerando o seu valor patrimonial e o potencial arqueológico evidenciado, a Associação Frauga e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto constituíram o projecto de investigação *História do Povoamento de Picote* (HistPP), com o objectivo de realizar o estudo interpretativo do povoamento humano na freguesia de Picote, concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança, abrangendo uma vasta diacronia que integra os períodos compreendidos entre a Pré-história e a Época Contemporânea.

## HISTORIA DO PROJETO.

O projecto *História do Povoamento de Picote* (HistPP) surge em 2012, por iniciativa da direcção da *Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote* (Frauga), que propõe ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DCTP-FLUP) a constituição de uma equipa de investigação que procedesse à escavação arqueológica e valorização científica do designado *Castro do Puio*, tantas vezes referido na bibliografia mas nunca verdadeiramente alvo de um estudo aturado.

Elaborou-se então um projecto de investigação, dando início à recolha de informação escrita e rastreio de outros testemunhos arqueológicos e de património móvel pertinentes para a análise da ocupação humana da área, desde as problemáticas atribuíveis à pré-história antiga, atendendo aos relevantes contextos desta cronologia identificados para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, com destaque para o vale do Côa. Outro momento de ocupação que *a priori* podemos intuir como muito importante é o período romano, da conquista à antiguidade tardia, revelado pelo original conjunto de estelas funerárias e pelos muitos vestígios de habitação na área da actual aldeia. A construção histórica do sítio de Picote não se deteve porém nestas cronologias recuadas, como bem testemunha o edificado, de que são exemplo os elementos medievos da capela do Santo Cristo ou a malha urbana e as arquitecturas doméstica e de produção da aldeia, estabelecidas desde a época moderna, cronologias com forte impacto na estruturação da paisagem envolvente.

A duração prevista para o projecto é de quatro anos, tendo sido iniciado em Outubro de 2012 com a recolha de informação prévia aos trabalhos de campo sistemáticos, que se concentrarão em 2013 e 2014, para no ano final se concluírem os estudos, com a publicação e divulgação dos resultados.

## **OBJETIVOS.**

Há já mais de um século que é conhecido o potencial arqueológico de Picote, sem que nunca se tenha realizado o registo e investigação abrangente de todos os vestígios arqueológicos que sistematicamente afloram e da história e património existente no termo da povoação. Apesar da dificuldade da tarefa, é este o primordial objectivo do HistPP: proceder ao estudo e interpretação da ocupação humana de Picote, recorrendo para tal à realização de várias acções entre as quais se contam a recolha e sistematização de toda a informação publicada sobre a povoação, a realização de prospecções, sondagens e escavações arqueológicas, o estudo do edificado e dos meios técnicos de produção vernaculares, a recolha de memória, etc. Dar-se-á por concluído com a publicação e divulgação dos respectivos resultados científicos.

Dado o contexto socioeconómico da zona, é igualmente fulcral, para o projecto e para as instituições que o promovem e executam, a constituição de mais-valias com potencialidade de aproveitamento turístico, impulsionador de desenvolvimento económico na povoação. Toda a iniciativa será implementada em sinergia com a comunidade local, estando previstas diversas acções de divulgação e o envolvimento da população no desenrolar deste projecto.

A sua execução surge ainda como uma oportunidade para a Universidade do Porto implementar uma escavação-escola direccionada para estudantes do segundo ciclo de estudos em Arqueologia, permitindo uma aprendizagem de campo orientada. Efectivamente, o trabalho de campo e as escavações arqueológicas programadas permitirão o estágio de estudantes do mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras, promovendo-se o ensino de boas prática em trabalho patrimonial e em particular a experimentação e futura utilização de novos métodos e recursos tecnológicos para as tarefas de escavação, registo, inventariação e sistematização, assumindo o ónus da inovação que actualmente é exigida às universidades públicas, em colaboração com entidades externas.

A investigação e o trabalho de campo estão igualmente abertos à participação de instituições e estudantes estrangeiros, em particular aquelas com que existem parcerias.

O projecto de investigação HistPP permite ainda a integração e a promoção da empregabilidade de jovens investigadores formados na instituição, no período com a duração prevista de quatro anos.

## **Entidades Envolvidas.**

Fundada nos finais de 1996, a Frauga é uma associação de desenvolvimento local da aldeia de Picote que tem como objectivos o estudo, salvaguarda e defesa do património cultural e natural da freguesia.

Desde a sua fundação que se constituiu como uma das mais importantes entidades na defesa e valorização da língua mirandesa. Nos últimos anos tem sido promotora de diversos projectos e actividades de dinamização cultural e ambiental, entre as quais se destaca a requalificação do Miradouro da Fraga do Puio, a edição de um Roteiro Turístico da freguesia, a criação e sinalização de vários percursos pedestres, a requalificação do núcleo urbano antigo de Picote, a recuperação do edifício que foi posto da Guarda Fiscal para servir de sede social da associação e a adaptação de uma casa tradicional com o fim de nela instalar o ecomuseu.

Para além destas iniciativas, a Frauga tem promovido e incentivado a realização de debates, conferências e colóquios, como o fórum *Parque Natural do Douro Internacional, Desafios e Potencialidades* em 1998 e o Seminário de Etnobotânica *Cultivos, Yervas i Saberes* em Julho de 2012, em parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, assim como várias acções no âmbito do Programa Ciência Viva.

A Frauga constitui-se como a entidade pivot do projecto de investigação História do Povoamento de Picote, assegurando não só grande parte do financiamento do mesmo, através de contrapartidas compensatórias providenciadas pela Rede Eléctrica Nacional (REN), mas também como interface de comunicação e de integração entre a componente científica e a comunidade local.

Por seu turno, o Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, através da Comissão Científica do HistPP (CCHistPP), formada pelos docentes de Arqueologia, constitui-se como instituição promotora e executante do projecto. Pelo facto de ser parte integrante da Universidade do Porto, poderá recorrer ao apoio de outras entidades, como laboratórios e institutos, permitindo a execução de tarefas e objectivos que de outra forma não seria viável realizar. Neste sentido, destacam-se como parceiros o *Centro de Investigação Transdisciplinar Espaço Cultura e Memória* (CITCEM) e o *Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património* (CEAACP, antigo CEAUCP) aos quais pertencem vários dos investigadores envolvidos no HistPP, o *Laboratório de Conservação* (LabCR-FLUP) que providenciará o necessário apoio ao nível de equipamentos, armazenagem, estudo e conservação dos materiais exumados e a *Oficina do Mapa* (da FLUP) com valências ao nível do apoio cartográfico e SIG. Ainda pertencentes ao universo da UP, são essenciais o *Centro de Materiais da Universidade do Porto* (CEMUP) que prestará apoio na condução de análises de microscopia electrónica e o *Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos* (CIBIO) que procederá ao estudo do material arqueobotânico resultante das amostras sedimentares provenientes das escavações arqueológicas.

O projecto contará ainda com o apoio técnico da empresa *Sistemas de Futuro* através de uma parceria com o objectivo de desenvolver de ferramentas informáticas na área do inventário e da sistematização do tratamento de informação.

A ligação de vários dos membros da equipa de investigação a diferentes instituições nacionais e internacionais poderá também permitir o acesso a outras entidades, caso isso se justifique.

## **A equipa**

A constituição da equipa do HistPP teve em consideração não apenas a vasta diacronia em estudo mas também as várias facetas de investigação que hoje se consideram indispensáveis a qualquer investigação arqueológica.

São membros integrantes da Comissão Científica do HistPP os docentes do DCTP Rui Centeno (director científico do projecto), Teresa Soeiro, Mário Barroca, Maria de Jesus Sanches, Rui Morais e Sérgio Monteiro-Rodrigues. As tarefas de subcoordenação do HistPP estão a cargo de Daniela de Freitas Ferreira e Filipe Costa Vaz. Fazendo parte de uma multifacetada equipa de investigadores associados os professores Armando Coelho Ferreira da Silva, Paula Menino Homem, Alberto Gomes, todos da FLUP, Eugénia Cunha da Universidade de Coimbra, João Teso da entidade parceira CIBIO e o doutorando Fernando Cabral, consultor do projecto em representação da empresa Sistemas do Futuro.

Os trabalhos de campo contarão com o contributo de estudantes de Arqueologia da FLUP e de outras escolas.

## **PLANO DE TRABALHOS**

O plano de trabalhos para o HistPP, programado para quatro anos (2012 a 2015), foi dividido em três fases com diferentes acções e objectivos.

### **1ª Fase – 2012 (Set.-Dez.)**

Executada durante o último trimestre de 2012, a primeira fase de execução do projecto de investigação História do Povoamento de Picote teve como objectivo estabelecer um *estado da questão*, com base na informação arqueológica produzida, referente à área da freguesia, preparando assim as fases posteriores.

Este objectivo foi concretizado através de três acções diferentes, mas complementares:

- recolha e tratamento de toda a informação publicada sobre a arqueologia de Picote, procedendo-se à localização, digitalização e análise de publicações e referências a sítios e materiais arqueológicos do aro de Picote. Para além da utilização de recursos electrónicos, foram também indispensáveis para esta recolha os acervos da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o núcleo *Professor Santos Júnior* da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Desta tarefa resultou a compilação de mais de cento e vinte títulos;
- inventariação, verificação e estudo preliminar de todos os materiais recolhidos ao longo dos últimos cem anos em Picote. De forma a poder concretizar esta importante tarefa, foram encetados contactos com diversas instituições museológicas referidas na bibliografia como depositárias dos materiais arqueológicos provenientes de Picote. Realizaram-se, de seguida, visitas ao Museu Grão Vasco em Viseu, Museu Terras de Miranda em Miranda do Douro, Museu do Abade Baçal em Bragança e Sala-Museu de Mogadouro, estando pendente a deslocação ao Museu Nacional de Arqueologia. Esta iniciativa permitiu avaliar o grau de dispersão do material arqueológico procedente de Picote, e deixou entender que muito do que foi descrito na bibliografia se encontra em parte incerta;
- realização de prospecções nas áreas de maior sensibilidade arqueológica. Depois de realizados os dois pontos anteriores, foi possível cruzar a informação bibliográfica com a da procedência dos objectos e assim delimitar os locais com maior recorrência de vestígios, que foram posteriormente alvo de prospecção não sistemática, que permitiu confirmar o potencial arqueológico, tendo-se procedido à recolha de muito material de superfície.

Estes trabalhos permitiram elaborar um relatório preliminar, cujos resultados foram apresentados em sessão pública, que teve lugar em Picote, no mês de Abril de 2013, contando com a presença dos directos intervenientes no projecto e da população

### **2ª Fase – 2013 e 2014**

A segunda fase de execução do HistPP, a desenvolver durante o biénio 2013-2014, centra-se na realização de escavações e sondagens nos locais que foram determinados através das indicações retiradas dos resultados obtidos na 1ª fase, sendo adaptado o método de escavação aos meios disponíveis e aos objectivos que as orientam. As áreas a intervencionar encontram-se na plataforma alvo de escavações por parte do Professor Santos Júnior em 1952-53, nos taludes a sul da primeira área e já numa zona de forte vertente em direcção ao Douro e a sul do cemitério da aldeia – zona onde foi registado o aparecimento de grande número de estelas romanas.

As escavações decorrerão nos meses de Maio a Julho dos referidos anos e contarão com a presença de toda a equipa e a participação de estudantes dos vários ciclos de estudos em Arqueologia da FLUP e outros, nacionais e estrangeiros, que se queiram voluntariar.

Serão também realizados levantamentos e recolha de informação no domínio da arqueologia histórica.

Proceder-se-á ainda ao tratamento e estudo preliminar dos materiais resultantes das escavações arqueológicas e elaborar-se-á o respectivo relatório científico.

### 3ª Fase – 2015

Será durante o ano de 2015, findo o período de levantamentos de campo e escavações arqueológicas, que se concentrará grande parte do esforço de produção científica de que resultarão publicações, propostas de exposição e material de divulgação sobre os sítios arqueológicos e a aldeia.

Realizar-se-á igualmente a avaliação do cumprimento dos objectivos definidos para o projecto *História do Povoamento de Picote* e equacionar-se-á a elaboração de uma nova fase para outro período de quatro anos.

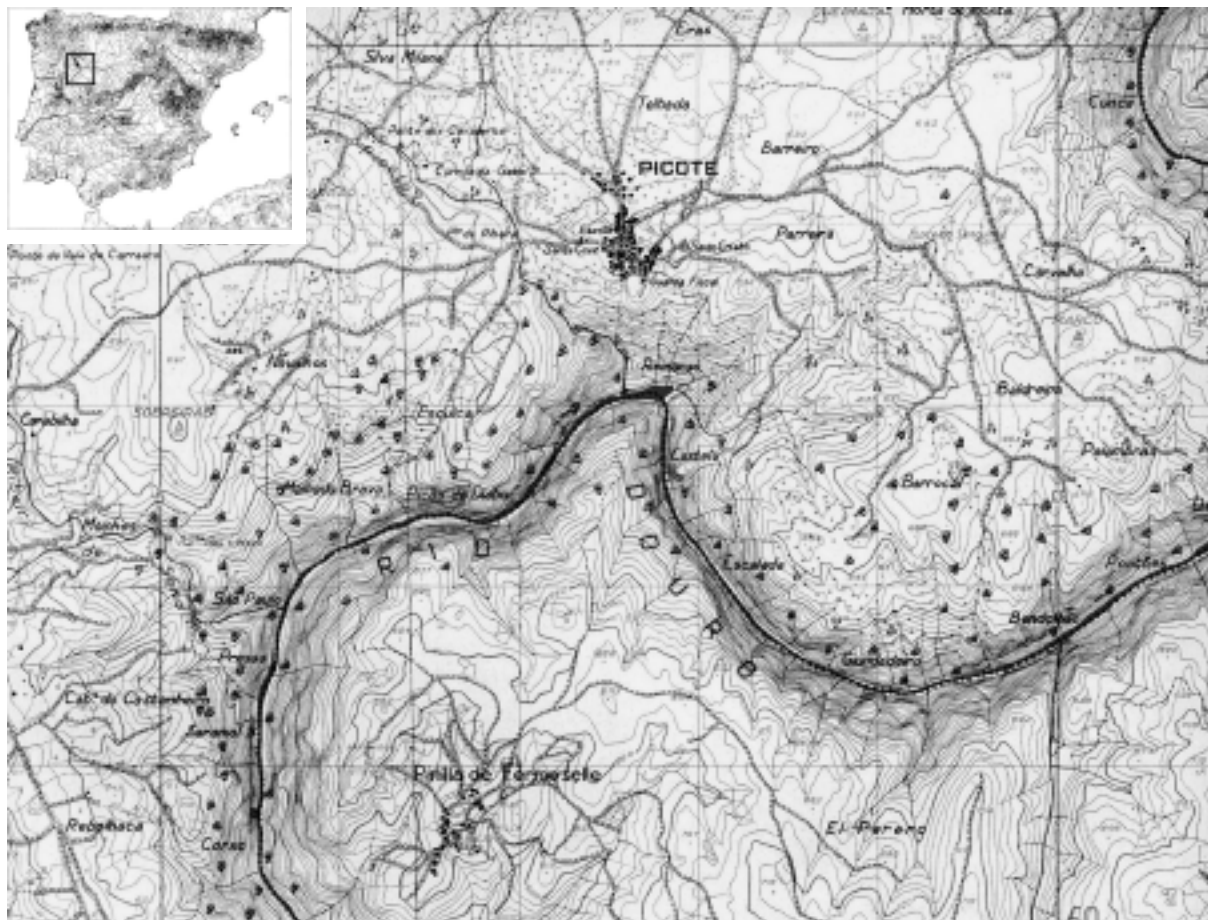
### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (1926). Epigrafia Bragançana. In *O Archeologo Português* 1ª série, vol. 27, Lisboa, Imprensa Nacional / Museu Ethnológico Português, pp. 21-22
- (1934). *Memórias Archaeologico-Historicas do districto de Bragança*. *Arqueologia, Etnografia e Arte*, tomo IX. Porto: Empreza Guedes, pp. 47, 143, 815, 844
- (1938). *Memórias Archaeologico-Historicas do districto de Bragança*. *Arqueologia, Etnografia e Arte*, tomo X. Porto, Empreza Guedes, pp. 815-816
- (1976). *Guia Epigráfico do Museu Abade de Baçal*. Bragança, Museu Abade de Baçal
- BARROCA, Mário (2008). De Miranda ao Sabugal – Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num espaço de fronteira. In *Portugalia*, Nova Série, vol. 29-30. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 193-252
- BERNARDO, Hermínio Augusto (1989). Povoados castrejos portugueses e espanhóis da Bacia do Douro Internacional. In *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. 9 (1). Bragança, Assembleia Distrital, pp. 20-22
- (2000). Para a carta arqueológica do concelho de Miranda do Douro. In *Estudos Mirandeses. Balanço e Orientações*. Porto, Granito, Editores e Livreiros, pp. 187-220
- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS; Henrique, OLIVEIRA; Carlos Prada (2007). *As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758. Memória, História e Património*. Braga, Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1984). Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda? In *Estudos Linguísticos*. vol. 1, 2ª ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 71-92
- CENTENO, Rui (1987). *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 182, 204
- CHAVES, Luís (1948). Pelourinhos Portugueses. O seu perfil histórico, artístico e etnográfico-folclórico. In *Revista de Guimarães*, vol. 58, Guimarães, Sociedade de Martins Sarmiento, pp. 202-224
- COSTA, António Carvalho da (1706-1712). *Corografia portugueza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, pp. 479-482
- FORTES, José (1906). As fíbulas do Noroeste da Península. In *Portugalia*, vol. II. Porto, Imprensa Portuguesa, p. 20
- HÖCK, Martin e COELHO, Luís (1972). Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade Baçal em Bragança. In *O Archeólogo Português*, 3ª Série, vol. 6. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 242
- LEMONS, Francisco de Sande (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, vol. II. Braga, Universidade do Minho, pp. 228-229 (policopiado)



- (2002). Trás-os-Montes, Povoamento proto-histórico e romanização. In *A construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto Douro*. Bragança, Arquivo Distrital de Bragança, pp. 40-43
- (1995). Povoamento romano e medieval do nordeste transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação. In *Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, p. 124
- LOPO, Albino Pereira (1987). *Apontamentos arqueológicos*. Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, pp. 105-106
- (1899?1900). Museu Municipal de Bragança. In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional / Museu Ethnológico Português, p. 336
- (1900). Picote (Miranda do Douro). In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional / Museu Ethnológico Português, pp. 144-145
- (1902). Picote (Miranda do Douro). In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 7. Lisboa, Imprensa Nacional / Museu Ethnológico Português, p. 54
- MARCOS, Domingos dos Santos (1994). Catálogo dos Monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês. In *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. 14 (1/2). Bragança, Assembleia Distrital, pp. 97-134
- MOURINHO, António Maria (1949). Lápides funerárias luso-romanas na capela de Santo Cristo de Picote, em terras de Miranda. In *Ocidente*, vol. 36 (132), Lisboa, pp. 172-175
- (1986). Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade Baçal – 1947. In *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. 6 (1/2/3). Bragança, Assembleia Distrital, pp. 3-36
- PINTO, Dulcineia (2005). Notas para a caracterização da estação do Puio – Picote, Miranda do Douro. In *Portvgalia*, Nova Série, vol. 26. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 77-112
- PINTO, Ruy de Serpa (1931). As fíbulas do Museu Regional de Bragança. In *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 5. Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 90-95
- PONTE, Salete da (1980). A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. 2, Barcelos, pp. 111-119
- (1984). Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro. In *Lucerna – Homenagem a D. Domingos de Pinto Brandão*. Porto, Ministério da Cultura / Delegação Regional do Norte / Centro de Estudos Humanísticos, pp. 111-144
- (2001). *Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas: Portugal*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 159 (policopiado)
- REDENTOR, Armando (2000). Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes. In *Conimbriga*, vol. 39. Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 5-51
- (2002). *Epigrafia romana na região de Bragança*. Col. *Trabalhos de Arqueologia*, vol. 24. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 21-35
- (2003). Representações zoomórficas na epigrafia funerária transmontana-zamorana ocidental da época romana. In *Iconografia e simbolismo nas civilizações clássicas*, secção III, pp. 163-199
- REDENTOR, Armando; PEREIRA, Luís (2007). Uma nova escultura zoomórfica proto-histórica em Picote (Miranda do Douro). In *Tierra de Miranda. Revista do Centro de Estudos António Maria Mourinho*, Miranda do Douro, nº 2, Miranda do Douro, Centro de Estudos António Maria Mourinho, pp. 8-26
- ROSAS, Lúcia Mª Cardoso (2000). O eremitério Os Santos em Sendim/Picote. In *Douro – Estudos e Documentos*, vol. V (9), Porto, Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, pp. 47-57
- SANCHES, Maria de Jesus (1988). *Contribuição para o estudo da pré-história recente do planalto Mirandês*. Trabalho apresentado no âmbito das provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 90-91 (policopiado)

- (1989). Breve síntese do povoamento pré-histórico do planalto mirandês. In *Revista da Faculdade de Letras: série de História*, 2ª Série, vol. 6. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 445-456
- (1992). *Pré-história recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Col. *Monografias Arqueológicas*, vol. 3. Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
- (2000). A pré-história da região mirandesa. Algumas notas. In *Estudos Mirandeses. Balanço e Orientações*. Porto, Granito, Editores e Livreiros, pp. 179-186
- (2009). As estelas antropomórficas de Picote – Miranda do Douro (Trás-os-Montes). In VILAÇA, R. (Coord.), *Actas das IV Jornadas Raianas*. Sabugal, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, pp.143-166
- SANCHES, Maria de Jesus; PINTO, Dulcineia Bernardo (2001). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos realizados em Picote – Miranda do Douro – 2001*. Relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia (policopiado)
- (2002). O arqueiro da Fraga do Puio (Picote – Miranda do Douro). Estudo de uma estação com arte rupestre no Parque Natural do Douro Internacional. In *Revista da Faculdade de Letras – Série de Ciências e Técnicas do Património*, 1ª Série, vol. 1. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 51-72
- SANTOS, Júnior, J. R. (1975). A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 22 (4). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 352-516
- (1975a). A cultura dos berrões proto-históricos do Noroeste de Portugal. Conferência. In *Revista de Guimarães*, vol. 85. Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, p. 129
- (1983). The “berrões”, protohistoric stone statues of the boars, worshipped as idols, object of zoolatry. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 24 (3). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 533-537
- (1984). Dois testemunhos, um galego e outro transmontano, da remota Zoolatria. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 24 (4). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 689-693
- (1985). A cultura dos berrões proto-históricos fundamente radicada em Trás-os-Montes. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 25 (1). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 31-40
- SILVA, Maria de Fátima Matos da (1988). Subsídios para o estudo da arte castreja. A cultura dos berrões: ensaio de síntese. In *Revista de Ciências Históricas*, vol. 3. Porto, Universidade Portucalense, pp. 57-93
- SILVA, Armando Coelho Ferreira (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 101
- SOARES, Maria Antónia (2002-2003). *Representações escultóricas de carácter antropomórfico de Salgueiros – Picote (Miranda do Douro)*. Trabalho de Seminário da licenciatura de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado)
- TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, Publications du Centre Pierre Paris, 7, p. 86



**Fig. 1** – Picote. Pormenor da Carta Militar CMP, Folha 95 Vila Chã de Braciosa, 1974.



**Fig. 2** – Picote. O Douro visto da Fraga do Puio.

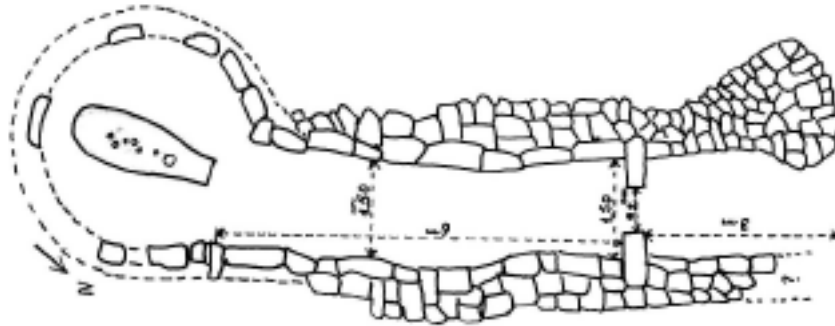




**Fig. 3** – O Arqueiro da Fraga do Puio (adaptado de Sanches & Pinto, 2002).



**Fig. 4** – Fraga onde se encontra a gravura do Arqueiro do Puio.



**Fig. 5** – Planta do corredor e posicionamento do berrão, segundo Santos Júnior (esquema cedido pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo – Acervo Santos Júnior).

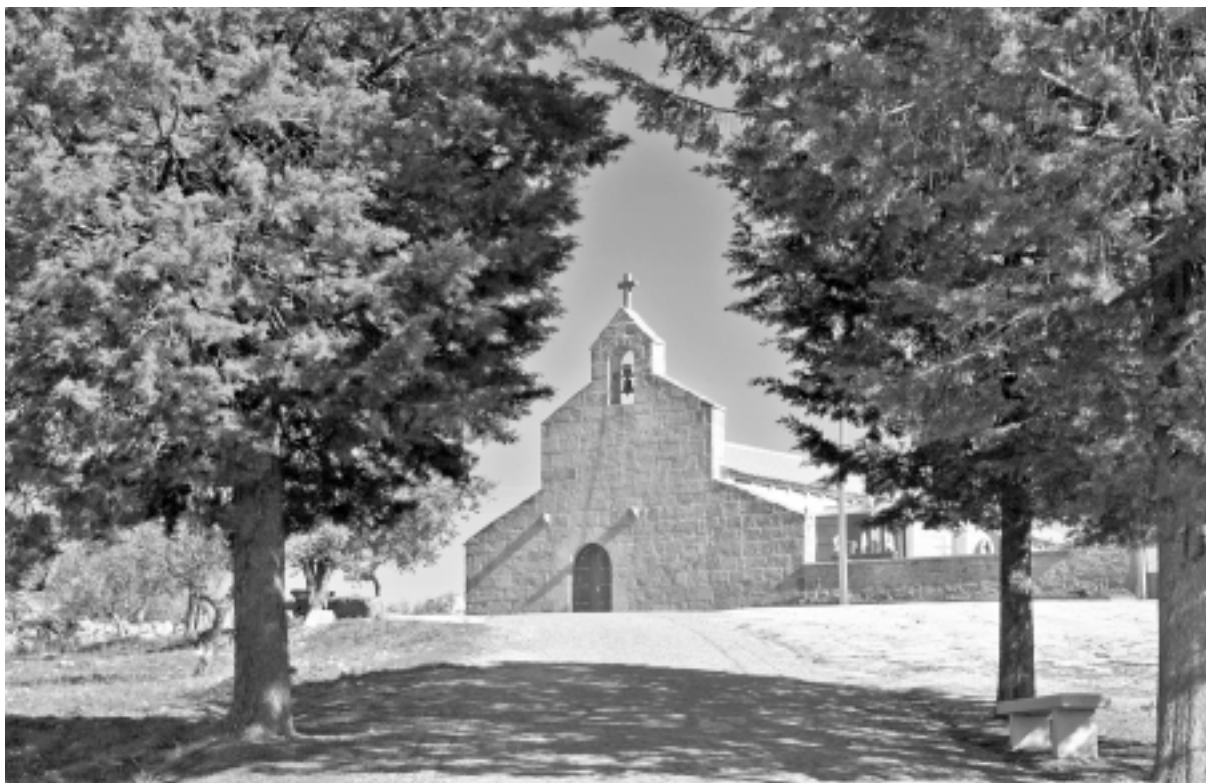


**Fig. 6** – O “Grande Berrão de Picote” em 1952  
(foto cedida pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo – Acervo Santos Júnior).



**Fig. 7** – As escavações arqueológicas dirigidas pelo Prof. Santos Júnior no Puio, em 1952  
(foto cedida pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo – Acervo Santos Júnior).





**Fig. 8** – Capela do Santo Cristo, Picote. Fachada Ocidental.



**Fig. 9** – Inscrição funerária romana reaproveitada num dos pilares da Capela do Santo Cristo, Picote.



**Fig. 10** – Fonte de chafurdo, Picote.



**Fig. 11** – Hortas com picotas, Picote.



**Fig. 12** – Casa quinhentista, Picote.



**Fig. 13** – A memória de uma comunidade, Picote.



## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

### Projecto Editorial

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é receptiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica, sendo os artigos submetidos, em versão anónima, à peritagem de especialistas de reconhecido mérito.

### Normas

A PORTVGALIA só publica artigos que obedecem às seguintes Normas:

1. Todos os textos submetidos a publicação devem ser enviados para a Redacção da revista em duas versões: A) versão própria para impressão, com o nome do(s) autor(es) identificado(s); B) versão anónima, livre de qualquer informação que identifique o(s) seu(s) autor(es), destinada a ser submetida a arbitragem. Da primeira versão (com identificação do(s) autor(es)) deve ser remetida versão digital (em CD) e uma cópia em papel. Da segunda versão deve ser remetida apenas cópia em formato digital.
2. Os ficheiros devem apresentar designações que permitam a sua clara identificação, mencionando o título ou parte do título do trabalho. Na designação do ficheiro da segunda versão (destinada ao processo de arbitragem) deve ser mencionado apenas o título do artigo e a indicação "versão para arbitragem". As imagens serão organizadas em ficheiro independente, com a mesma designação do ficheiro de texto, acrescentando-se a indicação "imagens". Não se aceitam PDFs.
3. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
4. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens, cedendo-os à revista para sua publicação. A PORTVGALIA mantém edição em papel mas disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.
5. O texto deve ser redigido em páginas de formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página). No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
6. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14), e o(s) autor(es), indicando-se depois de cada nome, e em linha autónoma, a filiação institucional. O título será centrado. Os autores e sua filiação institucional serão paginados à direita.
7. A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em português ("Resumo"), acompanhado de palavras-chave ("Palavras-chave"), e um resumo em inglês ou em francês ("Abstract"/"Résumé") e de palavras-chaves ("Keywords"/"Mots-Clés"). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave poderão ser quatro. A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados dos respectivos resumos e palavras-chave.
8. Os textos compreenderão notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se sobretudo para a indicação de referências bibliográficas. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas, numérica, deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.
9. As citações bibliográficas, em nota de pé-de-página, deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. –).
10. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra colectiva:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador>

<espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma colecção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

11. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELIDO do primeiro autor, Nome Próprio, seguido da expressão "et alii". Na Bibliografia podem aparecer todos os autores.
12. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
13. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
14. Ao longo do texto utilizar-se-á o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
15. As imagens deverão ser organizadas em dossier, a fim de serem publicadas no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto.
16. A PORTVGALIA não publica desdobráveis nem imagens a cores.
17. As imagens devem ser digitalizadas em alta definição (300 dpi), em ficheiros de formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) ou TIF (*Tagged Image File Format*).
18. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig.3, 2).
19. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão de seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo não poderá nunca exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Redactorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.
20. Na pasta correspondente aos ficheiros de imagens deverá figurar um documento em word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.
21. Os originais devem ser enviados por correio ao cuidado do Director da revista, para a seguinte morada:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO  
PORTUGAL
22. Os originais devem ter designações que permitam uma rápida e clara identificação. Juntamente com os originais deve ser fornecido o contacto do autor (ou, no caso de artigo colectivo, do primeiro autor): morada, código postal, telefone e email.
23. A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.
24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.
25. Todos os artigos são submetidos, em versão anónima e livres de referências personalizadas, à avaliação por pares (*peer review*). Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada no *site* da revista, a qual é composta por duas partes: uma destinada à Comissão Editorial da PORTVGALIA; outra destinada ao(s) autor(es).
26. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) de forma igualmente anónima, devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, remetendo-o à redacção da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
27. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.
28. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.
29. A PORTVGALIA oferece um exemplar da revista e 25 separatas por cada artigo de artigo de fundo publicado.



# ÍNDICE

## **‘MIL ROCHAS E TAL...!’: INVENTÁRIO DOS SÍTIOS DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA (2ª PARTE)**

Mário Reis . . . . . 5

## **NOTÍCIA SOBRE QUATRO VASOS ÁTICOS DA COLEÇÃO D. MANUEL DE LANCASTRE**

Rui Morais e Rui Centeno . . . . . 69

## **NUEVAS FORMAS DE ADMINISTRACIÓN, NUEVAS FORMAS DE CONTROL: LA FUNDACIÓN DE *LUCUS AUGUSTI* Y SU *CONVENTUS***

M<sup>a</sup> Dolores Dopico Caínzos . . . . . 83

## ***DURIUS* E LEÇA: DOIS PERCURSOS DE UM MESMO ITINERÁRIO – PROBLEMÁTICAS EM TORNO DAS ÂNFORAS HALTERN 70**

Rui Morais . . . . . 101

## **PERCURSOS DE IBN MARUÁN**

Jorge de Alarcão . . . . . 137

## **AS QUATRO FACES DE RODRIGO SANCHES**

Mário Jorge Barroca . . . . . 151

## **NOTA SOBRE UM DEPÓSITO DE CRUZADOS NOVOS DA REGIÃO DE GUIMARÃES**

Rui M. S. Centeno . . . . . 191

## **HISTORIA DO POVOAMENTO DE PICOTE (HISTPP). PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO (2012-2015)**

Rui Sobral Centeno, Mário Barroca, Daniela de Freitas Ferreira, Sérgio Monteiro-Rodrigues, Rui Morais, Maria de Jesus Sanches, Teresa Soeiro e Filipe Costa Vaz . . . . . 201